

Rosilene Rocha

Das
**PEDRAS
VIVIDAS**

às

**PEDRAS
FUMADAS**

Narrativas de vida e
envolvimentos com
o crack no Recife/PE



Este livro emerge da pesquisa que alicerça minha tese de Doutorado, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal de Pernambuco. Nele, proponho um estudo a partir das narrativas de vida de pessoas envolvidas com o crack no Recife/PE. Durante os anos de realização deste estudo, deparei-me com informações e situações que jamais ousei sequer imaginar em minha trajetória como Socióloga e Pesquisadora. As narrativas de vida aqui apresentadas deixam transparecer muito mais sobre uma sociedade do que, unicamente, sobre as vidas pessoais dos(as) entrevistados(as). Seus relatos de vida denunciavam uma realidade impregnada daquilo que deveria ser inadmissível em qualquer país que se pretenda civilizado (vide nota da autora). Para aquelas ‘visões’ caricatas e ‘análises’ superficiais que ancoram boa parte das concepções sociais quando se fala em “drogas”, os relatos de vida aqui reunidos dialogam, também, com outros estudos científicos nos quais se destaca: A participação de pessoas pertencentes às elites políticas no tráfico de drogas; O financiamento de campanhas de alguns políticos brasileiros com dinheiro fruto do tráfico de drogas; As ligações entre políticos, líderes religiosos e empresários, com ícones do narcotráfico ou de facções criminosas... Entre relatos de vida, fatos noticiados e achados de campo este livro consiste, a um só tempo, num desafio e também num convite para uma leitura capaz de ultrapassar os rótulos, as aparências e os estigmas que costumam ser associados tanto a determinadas pessoas quanto a certos fenômenos sociais. A vocês, caros(as) leitores(as), faço votos de uma excelente leitura, consequente aprendizagem e necessária reflexão!

Rosilene Rocha é, atualmente, professora do Departamento de Sociologia da UFPE. Socióloga, Cientista Social e Pesquisadora, cursou Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. Estudou Mestrado em Ciências Sociais na UFRB e fez Graduação em Ciências Sociais na Unimontes/MG. Seus temas de pesquisa contemplam o papel do Estado, Políticas Públicas e a Sociedade brasileira destacando-se os processos de Exclusão Social, a histórica Relação da Sociedade com as Drogas; Relações interpessoais e Processos de estigmatização. É uma das Defensoras da Educação como mecanismo de transformação social rumo a uma nação civilizada.



Das pedras vividas às pedras fumadas

Narrativas de vida e envolvimento com o crack no Recife/PE

Direção Editorial

Lucas Fontella Margoni

Comitê Científico

Prof. Dr. Remo Mutzemberg

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof.^a Dr.^a Maria Eduarda da Mota Rocha

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof.^a Dr.^a Eliane Maria Monteiro da Fonte

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof. Dr. Marcílio Dantas Brandão

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Herbert Toledo Martins

Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)

Das pedras vividas às pedras fumadas

Narrativas de vida e envolvimento com o crack no Recife/PE

Rosilene Rocha



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

ROCHA, Rosilene Oliveira

Das pedras vividas às pedras fumadas: narrativas de vida e envolvimentos com o crack no Recife/PE [recurso eletrônico] / Rosilene Oliveira Rocha -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

338 p.

ISBN - 978-65-87340-03-6

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Narrativas de vida; 2. Crack; 3. Práticas Socioculturais; 4. "Guerra" às Drogas; 1. Título.

CDD: 172

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética e Sociedade 172

A todos(as) que resistem e sobrevivem à generalização dos estigmas que lhes são direcionados.

A todos(as) que ousam ultrapassar barreiras e romper as amarras que lhes impedem de voar.

Agradecimentos

Minha imensa gratidão a todas(as) que, de algum modo, acompanharam minha trajetória de luta e persistência até que este momento se concretizasse. Concluir este ciclo é, também, rememorar as difíceis etapas que o antecedem. É resgatar as distintas emoções dessa caminhada, na qual a aprendizagem se fez perceber, seja pela leveza do ensinamento, seja na aspereza da dor. Parafraseando Simone de Beauvoir, “*Todas as vitórias ocultam uma abdicação*”. Eu terminaria a frase no plural, pois foram várias as abdições que fiz em nome desse sonho.

Concluir um Doutorado pode ser visto, aos olhos de muitas pessoas, como mais uma etapa cumprida em meio às demandas da carreira acadêmica. Entretanto, quando olho para trás e (re)vejo uma trajetória pessoal de dificuldades, fome e resistência, considero a conclusão deste Doutorado como a ‘audaciosa’ realização de um sonho, cuja simbologia extrapola a titulação conquistada. Somando-se à felicidade desta conquista, destaco minha gratidão a pessoas que fixaram residência em meu coração. E mesmo diante do receio de deixar de mencionar algum nome, vamos lá!

Agradeço e ressalto a orientação presente e comprometida do Professor Remo que, numa demonstração de compreensão, profissionalismo, humildade e competência, aceitou assumir minha orientação em 2017. Aos pesquisadores e pesquisadoras do nosso grupo de pesquisa, SBC/UFPE, especialmente à Professora Eliane Veras, Marcílio Brandão, Gabriela Falcão (Gabi), meus profundos agradecimentos por suas valiosas intervenções, sugestões e enriquecedoras discussões que, além de contribuírem com nossa aprendizagem, renderam alterações de fundamental relevância a este trabalho. Na oportunidade, agradeço ao Professor Herbert, coordenador do GPECS/UFRB, grupo de pesquisa do

qual fiz parte enquanto era estudante de Mestrado e através do qual tive a oportunidade de participar de pesquisas e de eventos nacionais e internacionais que contribuíram para minha aproximação com estudos/literatura relacionada ao crack. A Dhanyane Alves Castro, que muito me incentivou a tentar a seleção do Doutorado na UFPE em 2013. Dhany, Gratidão por todo seu apoio, carinho e amizade.

A Bruno, pelo apoio incondicional, tendo acompanhado de perto, sobretudo na reta final dessa caminhada, as alegrias a cada capítulo escrito ou revisado e as angústias, também, externas que marcaram presença durante esse processo; a Ana, mãe de Bruno, e a quem aprendi a chamar de mãe, desde que fui acolhida/amparada/cuidada em sua casa, enquanto me recuperava de uma cirurgia em junho de 2017, numa inesquecível demonstração de amor ao próximo e amor materno que, naquele momento, eu não pude receber nem da minha própria mãe. A toda essa família, minha gratidão!

Aos familiares, principalmente, à amada tia Célia, ao primão Márcio Thiago, ao meu pai, Otácio e à minha mãe, Maria Rita. Mesmo à distância, sei que vocês torceram por mim. À amiga-mãe (sim, outra mãe rs) Aninha e ao amigo Roland Walter, pelo apoio, carinho e pelos agradabilíssimos momentos (na cidade ou no sítio) em vossa companhia e na companhia de Bintou, claro!

À turma de Doutorado 2014-2018, valeu a pena cada minuto compartilhado com vocês! À colega de turma Josilene (Josi), que se tornou minha irmã do coração. Aos Professores e às professoras do PPGS, pela contribuição singular nesse processo de aprendizagem. Um agradecimento especial à Professora Silke Weber, por quem tenho grande admiração. Meus agradecimentos especiais a cada servidor(a) técnico-administrativo da Secretaria do PPGS, do Departamento de Sociologia e do CFCH.

À amiga Edna, com quem morei por alguns meses durante meu primeiro ano de Doutorado, ainda recém-chegada ao Recife; A Líliya, com quem passei a morar em 2015 e a quem agradeço pela colaboração e amizade. Minha gratidão a Wellington Gil, (*in memoriam*) pelo singular apoio e colaboração, sobretudo, no início desta caminhada. Que bom

seria poder compartilhar contigo e com sua esposa, Jéssica, o encerramento deste ciclo. Descanse em paz, caro amigo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES, agradeço enormemente pelo apoio financeiro. Neste país, que naturaliza injustiças sociais, reproduz estigmas e onde o termo “*baiano*” chega a ser, absurdamente, usado como *xingamento* (por algumas pessoas), o suporte da CAPES foi essencial para que esta baiana (*mineira* e agora *pernambucana* de coração) pudesse inscrever seu nome na “lista” de egressos que fazem parte da história de consolidação e expansão da Pós-Graduação *strictu sensu* no Brasil.

Finalmente, agradeço imensamente a cada entrevistado(a), pois sem sua preciosa participação e colaboração, ao compartilhar comigo suas narrativas de vida, este estudo não teria sido possível.

Todos(as) vocês fazem parte desta conquista.

Minha imensa **Gratidão!**

O discurso do *crack*. Em sua visita ao Brasil, perguntaram ao neurocientista Carl Hart o que ele pensava sobre o termo “Cracolândia”.

Hart respondeu: Com esse nome, nós mostramos para a sociedade como vilanizar certos grupos de pessoas”. É verdade. Ao falarmos da “Cracolândia”, divorcamos a questão de nossa realidade. A Cracolândia passa a ser um mundo separado em que vigoram regras diferentes da nossa vida ordinária. A característica distintiva do local passa a ser o fato de ser frequentado por usuários de *crack*. E o perfil dos usuários de *crack* já é amplamente conhecido: gente **pobre, negra e favelada**. Mas a narrativa criada pelo rótulo “Cracolândia” não é o de que são pessoas em necessidade, de que são indivíduos inseridos em um sistema com incentivos perversos, de que são peões no meio da troca de tiros entre a PM e o tráfico; a narrativa diz apenas que **são “crackudos” que precisam ser eliminados**. A Cracolândia, enfim, é só o resultado natural de um combate às drogas cujo discurso pretende rotular todos os usuários de drogas como “drogados” ou “viciados” e justificar sua marginalização. (VASCONCELOS, 2014).

Lista de siglas

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AVC	Acidente Vascular Cerebral
CDU	Cidade Universitária
CELE	Centro Espírita Luz e Caridade
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CICAD	Comissão Latino-americana para o Controle do Abuso de Drogas
CND	Comissão Sobre Drogas e Narcóticos
COTEL	Centro de Observação e Triagem Professor Everardo Luna
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRR	Centro Regional de Referência (em crack e outras drogas)
DENARC	Departamento de Narcóticos da Política Civil de São Paulo
DHPP	Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
INFOPEN	Departamento Penitenciário Nacional
JIFE	Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PF	Polícia Federal
PNAD	Política Nacional Antidrogas
SISNAD	Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas
SENAD	Secretaria Nacional Antidrogas
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

Sumário

Prefácio.....	21
<i>Herbert Toledo Martins</i>	
Prefácio.....	23
<i>Remo Mutzenberg</i>	
Apresentação.....	26
Introdução.....	28
Capítulo 1.....	40
Drogas: da imersão no tema à construção do problema	
1 E o que são drogas?	42
2 Das intervenções sociais: A moral religiosa e o controle social de minorias no alicerce da ideologia dominante.....	45
3 Estudos sobre o <i>crack</i> : Concepções sociais frente às abordagens dominantes.....	62
4 Do problema de pesquisa.....	68
5 Dos objetivos em face do quadro teórico-metodológico.....	73
Capítulo 2.....	81
Dos procedimentos metodológicos ao perfil socio-demográfico dos(as) entrevistados(as): entre as estratégias de pesquisa e os desafios de campo	
1 Antes do campo, “a comunidade”.....	86
2 Chegando no “ <i>outro</i> ”: Dos procedimentos de aproximação dos(as) entrevistados(as) à produção das narrativas.....	91
2.1 Aproximação do(a) entrevistado(a) e apresentação da pesquisadora e da pesquisa.....	92
2.2 A concessão da entrevista	94
2.3 Ao final de cada entrevista, os agradecimentos pela colaboração e disponibilidade dos(as) entrevistados(as).....	98
3 O processo de registro das narrativas de vida: Procedimentos e (de)limitações antes e durante o campo.....	100

4 Do ‘tiro do escuro’	106
5 Considerações sobre a segurança e desconfiança do(a) pesquisador(a) frente aos limites nas interações em campo	108
6 Segue-se o processo de produção das narrativas de vida	110
7 O material empírico produzido em campo: Da quantidade de narrativas de vida registradas, ao material selecionado para análise na tese.....	114
8 Conhecendo os(as) entrevistados(as).....	122
8.1 Do perfil sócio-demográfico dos(as) entrevistados(as)	124

Capítulo 3 145

Infâncias, famílias, contextos e processos de socialização: o caminho das pedras vividas

1 Narrativas sobre as infâncias: Trajetórias de vida em construção	146
2 Narrativas sobre as famílias	156
2.1 Da família como amparo, porto seguro (?)	158
2.2 Família: Por um lado, o peso das ausências, por outro, os filhos como incentivo	168
2.3 Famílias como lócus de conflitos, traumas e mais ausências: desestruturas sobrepostas	173
3 Da situação de rua como mais um traço de semelhança (e de desafio) nas trajetórias de vida dos(as) entrevistados(as).....	184
4 A ‘mão’ que ‘afaga’, o ‘punho’ que ‘agride’: a simbologia ambígua da família	192

Capítulo 4 203

Das pedras vividas às pedras fumadas: narrativas sobre os envolvimento com o crack

1 “Tráfico de drogas”, manipulação da fé alheia e outras ‘tretas’ do pedregulho social - ônix e o pastor da igreja.....	205
2 De esposas a traficantes, de ‘mulas’ a usuárias	216
2.1 Ametista, “os cara” e os “playboy de faculdade”	216
2.2 A viúva Esmeralda: Luto no tráfico, Luta na vida.....	219
3 Das afinidades eletivas entre o aparato político-ideológico de “guerra às drogas” e as práticas socioculturais	223
3.1 Jaspe e o contexto de vivência: A pedra que estilhaça a vidraça.....	223
3.2 Citrino e o “sargento”: Dos perfis “fora de suspeita”	229
4 Dinâmicas externas e lógicas internas na trama das responsabilidades e dos papéis sociais	236

4.1 Rubi e o teto de vidro de alguns políticos e de alguns policiais	236
4.2 Berilo: Dos Cinco anos aos Cinco amigos e às Cinco filhas	241
5 Fumar ou <i>ser fumado</i> , eis a questão/do quê depende a questão?	249
5.1 Turmalina: “Curtição” e festas “na casa dos boy”	249
5.2 Diamante e as “amizade errada”	255
5.3 Água: A “menina da rua”	258
5.4 Rutilo e “o cara que vendia”	261
6 “Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”	264
6.1 Topázio e a “liberdade” que o fez se perder para depois se encontrar	265
6.2 Safira: Uma ‘pedrada’ atrás da outra, sem tempo para cicatrização	271
6.3 Quartzo: E desde o princípio, a pedra estava lá	273
Capítulo 5	279
Para além das pedras fumadas	
1 Das concepções sociais e dos os aspectos de ordem moral na dinâmica dos envolvimentos com o <i>crack</i>	291
2 Kit noiado, combo narcotráfico e pânico moral: dos possíveis ‘efeitos’ de uma retórica consolidada	296
3 A sobreposição das dimensões sociais, pessoais, situacionais nos envolvimentos com o <i>crack</i> e/ou outras drogas	302
4 Realidade ou Imaginação?	306
Considerações finais	313
Referências	322
Anexos	336
Anexo I: Roteiro/Perguntas gerais feitas aos(as) entrevistas(as) durante as entrevistas não-estruturadas	336
Anexo II: Perguntas referentes às variáveis sócio-demográficas	336
Anexo III: Informações sobre a cidade do Recife/PE.	337

Prefácio

*Herbert Toledo Martins*¹

Das pedras vividas às pedras fumadas não é somente o título deste livro, mas o argumento central em torno do qual todo o trabalho é construído. A escuta das pessoas envolvidas com o crack na cidade de Recife/PE e acolhidas pelo Programa Atitude, local onde ocorreu a maioria das entrevistas, é o caminho metodológico que conduz a pesquisa. Não se trata de um estudo sobre pessoas envolvidas com o crack, mas uma análise a partir dessas pessoas. Aqui o “viciado”, o “drogado”, o “traficante” o “noiado” tem voz. Assim, o livro traz para o debate sobre o crack questões até então pouco conhecidas pela literatura sobre o tema: a trajetória de vida dessas pessoas até chegar à pedra de crack. São narrativas de vidas destroçadas, de infâncias perdidas ou roubadas em cenários de violências, assédios, abandonos, perdas, traumas, assassinatos e criminalidades. Essas são as pedras vividas como define a autora. O crack é apenas uma pedra a mais do “pedregulho social” que é a vida dessas pessoas. Mas é uma pedra diferente das outras pedras da vida, pois traz momentos, ainda que efêmeros, de felicidade, alegria, alívio e esquecimento da dor de viver a vida. Assim, a leitura do livro nos faz questionar o debate sobre drogas baseado apenas e tão somente no ato criminoso ou no aumento da criminalidade provocado pelo consumo e tráfico de drogas, e que não leva em consideração questões estruturais que estão na base dos processos de reprodução de determinadas práticas em nossa dinâmica social, e que precisam ser enfrentadas por políticas públicas preventivas. Como salienta a autora, o Brasil segue na contra-mão de países como Canadá, Espanha, Portugal, Holanda, Uruguai,

¹ Vice-Coordenador do Programa de Pós-graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia-UFSB. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Conflitos e Segurança Social-GPECS/CNPQ.

dentre outros, que não limitaram a resposta à questão das drogas ao aparato repressivo orientado pela política de “guerra” às drogas, mas investiram na dignidade de seus cidadãos, mediante garantia de direitos sociais mínimos por intermédio de uma atuação política comprometida e disposta a mobilizar diferentes áreas como, por exemplo, saúde, educação, segurança pública, assistência social dentre outras. E, concomitantemente, implementaram políticas de assistência e tratamento para casos de uso regular àqueles de uso compulsivo, em que as medidas de redução de danos ganham papel de destaque. Não é estigmatizando que minimizaremos o problema do crack, muito menos reprimindo pessoas cuja trajetória de vida, “no meio do caminho tinha uma pedra, tinha uma pedra no meio do caminho”.

Teixeira de Freitas/BA, Março de 2020.

Prefácio

*Remo Mutzenberg*¹

O presente livro, “Das ‘pedras’ vividas às ‘pedras’ fumadas: narrativas de vida e envolvimento com o crack no Recife/PE”, que é disponibilizado ao público, nos coloca diante de uma abordagem que nos desafia a lançar um outro olhar sobre sujeitos estigmatizados pela sociedade. Olhar este que se distancia de formas classificatórias estigmatizantes destes sujeitos, num leque de diferentes juízos de valor, tais como: “*noiados*”, “*drogados*”, “*cracudos*”, entre outros. Nomenclaturas que se sobrepõem a outros estigmas e preconceitos, assumidos ou simulados, por diferentes categorias sociais, tais como os de raça, classe, gênero etc., localizados e identificados com espaços da periferia ou espaços específicos como a “*Cracolândia*” paulista, linguagem que se espalhou para outras regiões do país.

Estudos e pesquisas sobre drogas são, no campo acadêmico, temas recorrentes em diferentes áreas, particularmente na saúde, criminologia, políticas públicas etc., que, de modo geral, tem como referência os efeitos das drogas, as políticas proibicionistas (guerra às drogas), os movimentos antiproibicionistas, comportamento desviante, as dinâmicas dos mercados ilícitos, da associação com violência e criminalidade, dentre outras. Apesar do volume e qualidade desta produção, há uma exiguidade, ou ausência, de pesquisas a partir da vivência e das vozes dos sujeitos mesmos envolvidos com drogas, que facultem ir além de dados estatísticos.

O leitor encontrará nesta obra, a partir da sensibilidade e da pesquisa ousada realizada pela autora, um olhar particular das vidas, dramas

¹ Professor do Departamento de Sociologia da UFPE.

familiares e pessoais, medos, sentimentos de indivíduos consumidores de *crack* no Recife. O recurso à observação e, especialmente, às narrativas dos sujeitos diretamente envolvidos com drogas, permitiram trazer, além dos aspectos acima mencionados, nos trazem visões sobre motivações, escolhas de indivíduos ao uso, bem como percepções em relação à atual Política de Drogas (Antidrogas).

A análise não se prende às narrativas dos indivíduos, nem a uma imputação de mazelas a fatores pessoais, mas as situam na produção de uma sociedade excludente, de uma sociedade marcada por disparidades sociais, econômicas, culturais (especialmente nos processos de exclusão, pobreza, favelização), tornadas concretas pela negação de direitos sociais mínimos (educação, saúde, lazer, segurança, fonte de renda etc.), em que as políticas públicas tem caráter de contenção social e políticas compensatórias. Como afirma a autora, as mazelas “são *frutos de construções sociais*, resultado da forma como costumam ser ‘roladas as pedras’ nesse pedregulho social que, não raro, segrega indivíduos ou grupos” sociais”. Portanto, a leitura nos proporciona uma perspectiva dialógica entre indivíduo e sociedade. Como a autora afirma, “as trajetórias de vida rememoradas em cada relato ‘descortinavam’ a confluência de fatores estruturais, caracterizados pelas diferenciações de renda, de classe, de raça, de gênero etc., com aqueles de ordem individual”.

Para além daquilo que é dito a respeito destes sujeitos e o que eles próprios dizem de si, o texto discute de forma crítica as políticas voltadas para usuários de drogas, onde predomina a repressão, reforço de estigmas e cujos resultado produziriam efeitos contrários aos pretendidos, “mostrando-se inadequadas e pouco eficientes para lidar com o fenômeno”. Esta percepção é partilhada por sujeitos entrevistados, em maior ou menor grau, em que se destaca uma das falas que afirma: “*Eu acho que o governo até age, bota a polícia, mas age errado. Ele começa pelas beiradas, mas não chega no centro do problema que é lá dentro da comunidade [...] É lá dentro que as crianças veem o que não deve e aprende fazer depois que cresce*”.

A leitura do livro certamente provoca um impacto sobre o leitor, na medida em que os “*noiados*”, “*drogados*”, “*cracudos*” deixam de ser sujeitos anônimos, enquadrados e vistos a partir desta nomenclatura e que oculta seus dramas humanos. É esta a intenção da autora, que nos traz as histórias destes sujeitos não de forma neutra, mas de alguém que se envolveu e, em certa medida, se identificou com os mesmos a partir de sua própria história de vida e seu lugar de origem, ou seja, alguém que nasceu e viveu na periferia.

Diante do exposto, resta convidar o leitor a acompanhar com abertura-crítica Rosilene Oliveira Rocha, sua exposição, seus argumentos, informações, sua análise e posicionamento, sintetizada no título “‘das pedras’ vividas às ‘pedras’ fumadas”, que expressa os condicionamentos das histórias de vida e o envolvimento com o uso de drogas.

Recife, junho de 2020

Apresentação

Este livro emerge da pesquisa que alicerça minha tese de Doutorado, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal de Pernambuco. Nele, proponho um estudo a partir das narrativas de vida de pessoas envolvidas com o *crack* e a cidade do Recife/PE é o marco espacial da pesquisa. Durante os anos de construção desta tese, deparei-me com informações e situações de campo que jamais ousei sequer imaginar em minha trajetória como Socióloga e Pesquisadora.

As narrativas de vida aqui apresentadas deixam transparecer muito mais sobre uma sociedade do que, unicamente, sobre as vidas pessoais dos(as) entrevistados(as). Seus relatos de vida denunciam uma realidade impregnada daquilo que deveria ser inadmissível em qualquer país que se pretenda civilizado: Reprodução de estruturas de poder e dominação já bitoladas na arte da segregação, da naturalização de violências, sobretudo, do processo de exclusão social, numa crônica violação dos direitos Sociais e Fundamentais das pessoas.

Num país renitente em desperdiçar vidas humanas seguimos, assim, na contramão de nações civilizadas. Não por acaso, a sociedade que se vê perplexa, *'incomodada'* ou mesmo *'enojada'* diante das “pedras fumadas” é a mesma que legitima e reproduz há séculos esse estado de coisas que aí está: Pessoas apedrejadas por tais estruturas; Trajetórias perfuradas pelas pedras vividas.

Para aquelas *'visões'* caricatas e *'análises'* superficiais que ancoram boa parte das concepções sociais quando se fala em “drogas” (incluindo o senso comum que introjeta no imaginário social aquelas imagens bem caricatas de *“usuário de droga”* *'sujo'*, *'maltrapilho'*, *'favelado'* etc), os relatos de vida aqui reunidos dialogam, também, com outros estudos científicos que se debruçam justamente sobre a participação de pessoas

pertencentes às elites políticas no tráfico de drogas, tanto no Brasil quanto em outros países.

Destaca-se aqui o financiamento de campanhas de alguns políticos brasileiros com dinheiro fruto do tráfico de drogas. As ligações entre tais políticos, líderes religiosos e empresários com ícones do narcotráfico ou de facções criminosas evidenciam como o processo eleitoral no Brasil vai sendo convertido numa espécie de “*balcão de negócios*” entre os “*grandões fora de suspeita*” e os operadores diretos do tráfico de drogas.

Entre relatos de vida, fatos noticiados e achados de campo este livro consiste, a um só tempo, num *desafio* e também num *convite* para uma leitura capaz de ultrapassar os rótulos, as aparências e os estigmas que costumam ser associados tanto a determinadas pessoas quanto a certos fenômenos sociais.

Mesmo diante das sucessivas ações criminosas que orquestraram a atual conjuntura política no Brasil, saliento aqui meu desejo de que este país consiga avançar rumo a um projeto de sociedade capaz de assegurar direitos e promover dignidade aos seus cidadãos e cidadãs. Que este país se consolide como uma Democracia comprometida com a elaboração de políticas públicas mais **justas, éticas e humanas**.

A vocês, caros(as) leitores(as), faço votos de uma excelente leitura, consequente aprendizagem e necessária reflexão!

Introdução

“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”. Albert Einstein.

Apresenta-se aqui um estudo de natureza qualitativa a partir das narrativas de vida de pessoas envolvidas com o *crack*¹. O objetivo aqui perseguido consiste em compreender os envolvimento com o *crack*, identificando aspectos circunstanciais e fatores de ordem estrutural² que permeiam as trajetórias de vida dos(as) entrevistados(as). Tomei a cidade do Recife/PE como marco espacial deste estudo que se pretende a *partir* e não *sobre* pessoas envolvidas com o *crack*. Diante do esforço para problematizar esses envolvimento, destaca-se o compromisso em conceder algum espaço de fala aos atores sociais diretamente envolvidos nesse processo que, geralmente, costumam ser identificados apenas por termos como “*viciados*”, “*traficantes*”, “*drogados*”, “*noiados*”, dentre outros.

Ao propor uma compreensão para além do *ato considerado* crime, a perspectiva de análise aqui adotada chama atenção para os fatores que o antecedem, permitindo trazer para o debate acerca do *crack* questões pouco privilegiadas pelas abordagens até então dominantes sobre esse

¹ Vendendo e/ou consumindo a droga.

² **Fatores de ordem estrutural** neste estudo referem-se a determinados imperativos da estrutura social aos quais são submetidos indivíduos ou grupos, tais como, o aparato político-ideológico de “guerra às drogas”; a reprodução e naturalização histórica de pobreza, de exclusão social, dentre outras injustiças sociais. Paralelamente à observação desses fenômenos ressaltam-se as práticas socioculturais que, de algum modo, os intensificam nas trajetórias de vida dos indivíduos pertencentes aos diferentes segmentos da nossa sociedade, a saber: Negação de direitos previstos na Constituição Federal de 1988 (sobretudo os direitos Fundamentais e os Direitos Sociais); Estigmatização da pobreza; Racismo; Relações sociais pautada na hierarquização de pessoas, nos usos e abusos de poder, além de outras práticas de caráter segregacionista. Já os **fatores de ordem emocional** resguardam peculiaridades características de cada indivíduo e são, também, impactados pelos desdobramentos dos fatores de ordem estrutural nas trajetórias de vida de cada entrevistado(a).

tema. Considerando-se que o marco temporal deste estudo consiste num período caracterizado por transformações políticas, sociais, econômicas, culturais etc., apresento, a seguir, alguns acontecimentos pertinentes ao tema aqui tratado que, além de integrar um conjunto de manchetes cotidianamente veiculadas sobre *crack* e ‘tráfico de drogas’, nos ajuda a contextualizar as dimensões socioculturais em nível espacial e temporal sobre as quais se entendeu esta pesquisa.

A Polícia Federal, que recentemente fechou um laboratório de *crack* na zona oeste do Recife³, investiga um grupo suspeito de trazer cocaína do Paraguai para distribuir em Pernambuco e outros estados da Região Nordeste. Mandados de busca e apreensão foram cumpridos em Jaboatão dos Guararapes, em Olinda e também em outros estados como, Paraná, Paraíba e Ceará. Tudo começou em 2014, após a prisão de três homens, dentre eles um paraguaio, portando vinte e quatro quilos de cocaína na cidade de Jaboatão dos Guararapes/PE. Começava ali, a investigação que culminou em mais uma operação contra o “tráfico de drogas” na região: a “Operação Construtor”.

Na sequência dos mandados de busca e apreensão, realizados tanto em alguns escritórios de advocacia, quanto em algumas residências, efetuaram a prisão de um ‘ajudante de serviços gerais’, que seria o responsável pela distribuição da droga e pelo repasse da grana, obtida com a venda da mesma, para a conta bancária do “chefe da quadrilha”, que **não teve seu nome revelado**. A operação foi chamada de *Construtor* porque os membros da quadrilha compravam imóveis residenciais e comerciais, abriam empresas de fachada, que configura “lavagem do dinheiro” adquirido através do “tráfico de drogas” (NETV, 2016).

A matéria supracitada, exibida por um telejornal local, integra uma espécie de avalanche cotidiana de notícias relacionadas à dinâmica das interações sociais em torno das drogas consideradas ilícitas. No que se refere ao *crack*, o teor de muitas notícias veiculadas e as respectivas concepções sociais em torno dessa substância, que são extensivas aos perfis

³ Vide página 48.

de determinadas pessoas associados a ela, são dignas de *análise* e de *revisão*, em todos os sentidos que estes termos possam abranger.

Desde que se registrou a primeira ocorrência relacionada ao *crack* no Brasil⁴, trinta anos se passaram. São, portanto, três décadas mobilizando verba pública e recursos humanos para lidar com a questão, cujos desdobramentos são comumente conhecidos como “o problema do crack”. Seguindo com os acontecimentos simultâneos à realização deste trabalho, no âmbito nacional, em 2017 a *crackolândia* paulistana voltou a “virar manchete”. A Secretaria de Justiça e Cidadania, sob chancela da Prefeitura de São Paulo, moveu uma ação junto ao Tribunal de Justiça para realizar a “internação compulsória obrigatória” de usuários de *crack* que costumam ficar no bairro da Luz, região central da cidade. Gerou grande polêmica e chegou a ser aprovada em primeira instância essa medida, que recorria a uma determinação judicial para realizar internações sem o consentimento dos indivíduos usuários, ou seja, apreensões coletivas, limitadas a uma prática de caráter *higienista*⁵.

Em Pernambuco foi aprovada, no Cabo de Santo Agostinho, a Lei Municipal nº 3242/2017 que “dispõe sobre a proibição” de centros destinados ao acolhimento de usuários de *crack* e outras drogas na área urbana da cidade. A referida Lei foi revogada em dezembro do mesmo ano, através da Lei nº 3322/2017 (LEIS, 2018). Noutro plano, em termos de Políticas Públicas na esfera estadual, que contemplam formas de lidar com a questão do *crack*, destaca-se o Programa Atitude, criado em 2011 pelo Governo de Pernambuco que oferece assistência, acolhimento, majoritariamente para usuários de *crack* e/ou outras drogas e “se consolidou como política estratégica de Pernambuco, inserido na política estadual de segurança pública, o Pacto Pela Vida” (SDSCJ, 2016).

Foi em dois centros do Programa Atitude que recrutei a grande maioria dos(as) entrevistados(as) neste estudo, conforme esclareço no

⁴ As apreensões de *crack* feitas em 1988-1989 pela Polícia Civil de São Paulo são indícios de que a droga já estava em circulação algum tempo antes.

⁵ O termo *higienista* está sendo usado aqui em alusão às medidas pautadas pela segregação e afastamento de grupos específicos de áreas urbanas, por exemplo.

Capítulo 2. Infelizmente, no decorrer desta pesquisa, sobretudo a partir de 2014⁶, percebeu-se um “desmonte do Programa Atitude” (JC, 2015). Identificou-se atraso no repasse de verbas, inclusive, para realizar os pagamentos dos membros da equipe de funcionários envolvidos no Programa o que, acrescido de outros entraves como, falta de manutenção da frota e ao pleno funcionamento das residências alugadas para abrigar os referidos centros, terminou por comprometer a qualidade do serviço prestado impactando, também, na demanda dos assistidos pelo referido programa.

Sabe-se que o Brasil é signatário da Política Mundial fundamentada na ideologia da “Guerra às Drogas”. O “combate” ao “tráfico de drogas”, mediante retirada dessas *mercadorias* proibidas de circulação e a prisão de determinadas pessoas tem sido o foco da grande maioria das medidas orientadas pela referida política. Desde sua origem nos Estados Unidos, a ideologia da “guerra às drogas” traz a marca do “controle social de minorias” (FRAGA, 2017), e encontrou facilidade para se reproduzir na realidade brasileira, historicamente marcada por práticas socioculturais pautadas nas discriminações de raça/cor e/ou de segmentos sociais marginalizados, por exemplo.

Considerando-se o caráter estratificado da sociedade brasileira, na qual as relações de poder criam hierarquias e reproduz disparidades diversas observa-se, nesse sentido, uma espécie de afinidade eletiva entre essas práticas socioculturais brasileiras e o aparato político-ideológico fundamentado na “guerra às drogas”. Em meio à coexistência de fatores de *fatores de ordem estrutural* e *fatores de ordem individual*, os imperativos da ideologia de “guerra às drogas”, somam-se práticas socioculturais e concepções sociais que permeiam as trajetórias de vida dos atores sociais envolvidos com o *crack* e/ou outras drogas. Uma vez envolvidos com drogas em torno das quais há uma construção social

⁶ Que coincide com a morte do então governador de Pernambuco, Eduardo Campos, em cuja gestão foi criada o Programa Atitude.

específica, tais atores passam a ter um ‘*símbolo de identificação*’ em meio à *dialética das interações* sociais.

Ressalta-se que a relação da sociedade com as drogas, no sentido amplo do termo “*drogas*”, consiste num fenômeno que remonta os primórdios da humanidade. A literatura específica destaca os hábitos milenares de manuseio de substâncias, plantas, ervas e consequente extração de seus princípios ativos para as mais diversas finalidades como, por exemplo, cura, alimentação, tratamento, sociabilidades, recreação etc. Entretanto, a partir do século XX, intervenções de caráter político-ideológico no âmbito das políticas públicas sobre drogas contando, também, com significativo respaldo da moral religiosa, conseguiram imputar a essa histórica relação dos seres humanos com as drogas o caráter de crime mediante a proibição do ato. Deu-se a partilha com relação às drogas, cuja taxonomia passou a respaldar a proibição de determinadas substâncias, refletindo diretamente nas interações e concepções sociais em torno das mesmas.

Desse modo, discutir a questão das drogas no contexto desta sociedade, significa lidar com uma espécie de limitação desse fenômeno às dimensões do “*permitido*” ou do “*proibido*”, dentre outras dicotomias, entranhadas nessa partilha que emerge de uma moral religiosa e recebe chancela legal, polarizando tais substâncias entre drogas de uso considerado ‘*ilícito*’ e drogas de uso “*lícito*”, drogas “*toleradas*” e drogas “*não toleradas*” ou “*controladas*”. Entende-se que é, também, essa partilha ‘legal’ que promove, nas relações e interações sociais, níveis de tolerância distintos quanto ao consumo de um ou outro tipo de substância. Provavelmente, por razões dessa natureza falar sobre drogas ainda consiste em tratar de um assunto, por muitas vezes, envolto em mitos, equívocos e concepções de caráter moralista, que encontram respaldo no trato político-ideológico direcionado à questão.

O contato com a literatura mundial que emerge de estudos sobre *crack* e outras drogas classificadas como ilícitas, permite perceber que o modo como as sociedades têm lidado com determinadas drogas, segundo

a ideologia da “guerra às drogas” estadunidense, exerce impacto significativo nas concepções sociais relacionadas ao tema. Muito embora nem todos os aspectos referentes aos desdobramentos do fenômeno decorram da ‘adesão’ à referida política, que pode apenas reforçar práticas já existentes em determinadas realidades, há que se considerar que o trato político, legal e social orientado por esta política tem o condão de transformar as substâncias “proibidas” em *mercadorias*, cuja dinâmica de produção, consumo e comercialização produzem riscos que não se limitam aos indivíduos diretamente envolvidos ou às circunstâncias de consumo, mas, torna essa prática uma fonte de riscos extensivos à sociedade como um todo⁷.

Na realidade brasileira, o *combo narcotráfico* e o *kit noiado*⁸, figuram como dois marcantes subprodutos do aparato político ideológico que subjaz à Política Mundial de “Guerra às Drogas”. De um lado, as medidas políticas destinadas a lidar com a questão e do outro as concepções sociais somadas a determinadas práticas socioculturais que delineiam os desdobramentos do fenômeno. Dentre essas práticas, consideremos as discriminações contra pessoas pertencentes a segmentos sociais e étnico-raciais específicos, além da tendência à “naturalização” (SOUZA, 2016) da extrema pobreza e da exclusão social historicamente reproduzida em nossa dinâmica social. É interessante perceber como tais práticas promovem hierarquias, consolidam diferenciações no âmbito das relações interpessoais alimentando, assim, as estruturas de poder e dominação que vão alinhavando a própria dinâmica da nossa sociedade.

⁷ Refiro-me às ‘respostas’ do poder público que, majoritariamente costumam ser dadas ao fenômeno do consumo de drogas no Brasil, sobretudo, através do emprego da “força policial”. As operações rotineiras da polícia com vistas ao combate ao tráfico de drogas podem produzir riscos extensivos à sociedade como um todo, principalmente, se tomarmos como exemplo as trocas de tiros entre “traficantes/bandidos” e policiais com vítimas fatais (transeuntes), além de algumas operações de caráter desastroso, muitas vezes, concentradas em favelas e regiões periféricas das cidades brasileiras. Ou seja, as ações têm portas certas, endereços e áreas pré-estabelecidas. O foco deixa de ser a droga e passa a ser sempre os mesmos tipos de pessoas que, de uma forma ou de outra, possam ser associados a ela. Evidentemente, existem aspectos mais complexos e antecedentes ao fenômeno, que o emprego dessa “força policial” não consegue dar conta. Alguns desses ‘aspectos’ são mencionados ao longo deste trabalho.

⁸ Conforme apresento na página 249.

No que tange ao envolvimento com o crack e/ou demais drogas, esse conjunto de práticas socioculturais nos conduz a questionar o trato legal, jurídico e social dado a um rapaz branco, pertencente a um segmento social abastado, '*traficante internacional*', com poder econômico e influência política, frente ao trato destinado a um rapaz pobre, negro, "*gerente de boca na favela*", por exemplo. Quem estaria mais suscetível ao tão aclamado "rigor da lei" e ao cárcere? Esta indagação se soma a outras que aparecem ao longo do trabalho e ilustra algumas reflexões que emergem das narrativas de vida que alicerçam esta tese. Muito embora sejam localizados numa realidade específica, ou seja, a realidade recifense, as dimensões do fenômeno aqui analisado permitem que o exercício de reflexão aqui apresentado possa ser extensivo a outros contextos e realidades brasileiras.

A abordagem aqui proposta figura como um mecanismo de compreensão do fenômeno, que nos permitem 'ensaiar' muitas respostas e a elaborar novas perguntas em torno do que se convencionou chamar de "*o problema do crack no Brasil*". Acredita-se que antes de ser "um problema do crack" estaríamos diante de "um problema da sociedade brasileira" ao lidar com o crack e com os perfis étnico raciais e/ou sociais que a ele costumam ser associados.

Salienta-se que a grande maioria dos estudos sobre o crack no Brasil encontra-se na Região Sudeste. É justamente daquela realidade, que se consolidou no imaginário social brasileiro, a noção de uma das facetas dos envolvimento com o crack, através das emblemáticas crackolândias de São Paulo e do Rio de Janeiro. Muito embora os holofotes político-midiáticos tenham permanecido voltados para a Região Sudeste do Brasil, um estudo realizado pela fundação Oswaldo Cruz em 2014 mostrou que o Nordeste é a Região do país onde o consumo de crack é maior, seguido da Região Sul (FIOCRUZ, 2014).

A grande maioria dos estudos sobre o crack realizados no mundo encontra-se nos Estados Unidos, que também foi onde a droga surgiu no final da década de 1970. Ainda é escassa a quantidade de estudos sobre o

crack no Brasil e dentre os poucos existentes, a grande maioria centra suas análises nas relações de uso problemático/compulsivo com a droga ou nos conflitos decorrentes do mercado ilícito. Evidentemente, é necessário lançarmos mão de outras perspectivas de abordagem para uma compreensão do fenômeno a partir de suas múltiplas dimensões, sendo estas sociais, históricas, políticas e culturais.

Atentando-se para o fato de o *crack* ser uma droga *demonizada* nos contornos desta sociedade, percebe-se que tanto em matérias jornalísticas, nos discursos políticos, quanto nas conversas do cotidiano e em muitos estudos sobre o tema, é comum o uso de termos como: “viciados”, “traficantes”, “drogados”, “noiados”, usados para identificar os atores sociais envolvidos com o *crack*. Não é recorrente, entretanto, a disseminação de informações, em semelhante proporção, capazes de mostrar outras possibilidades de compreensão, para além do ato considerado crime, que extrapolem as cenas de uso ou que possam trazer outras informações sobre essas pessoas, além dos rótulos que lhes são atribuídos.

Na contramão de concepções sociais dessa natureza, direcionadas às pessoas envolvidas com o *crack*, o **problema de pesquisa** aqui perseguido se traduz no esforço de saber, minimamente, *quem são essas pessoas? O que elas têm a dizer de si mesmas e sobre seus envolvimento com o crack? A partir de suas narrativas, o que é possível observar em suas trajetórias de vida?* Não se descarta a possibilidade de que os próprios atores sociais envolvidos façam uso dos referidos termos ao falarem de si, o que evidencia introjeção do rótulo mediante sociodinâmica da estigmatização. Entretanto, o esforço é resgatar outras informações sobre essas pessoas que antecedem seus envolvimento com o *crack*. O que mais é possível saber sobre suas vidas, além desse envolvimento com o *crack* que termina por lhes conferir um *modo de identificação* perante a sociedade, capaz de anular suas trajetórias, reduzindo-os a seres pertencentes ao chamado “mundo das drogas”?

Cogitei, assim, a possibilidade de somar à literatura sobre o *crack*, propondo um estudo baseado nas narrativas de vida dos atores sociais diretamente envolvidos no processo. Um estudo que se pretende *através* e não *sobre* essas pessoas que estiveram ou estão envolvidas com o *crack*. Somando-se ao aprendizado com a vasta literatura consultada, minhas incipientes experiências com pesquisas anteriores no âmbito das interações das pessoas com as drogas, a perspectiva sociológica aqui proposta se vale dessas narrativas de vida enquanto suporte e caminho metodológico do estudo.

Na busca pela compreensão dos envolvimento com o *crack*, conforme destacado no objetivo geral, a preocupação com os aspectos circunstanciais se mostra cara porque é justamente a partir dessas circunstâncias nas quais os(as) entrevistados(as) se envolveram com o *crack*, seja no processo de venda/produção, seja no uso da droga propriamente dito, que eles passam a ser “usuários” e/ou “traficantes”. É a partir desse momento que passam a portar, perante a sociedade, os supracitados e outros termos e estigmas que, geralmente, os o identificam.

Do ponto de vista sociológico, sobretudo no que concerne às concepções sobre o *crack* em nossa dinâmica social, a pergunta que norteou este estudo se mostra de fundamental relevância e ilumina mecanismos de compreensão do fenômeno em tela para além das abordagens mais amplamente difundidas sobre o *crack*. Dos relatos de vida dos(os) entrevistados(as) emergiram informações capazes de extrapolar o âmbito de suas trajetórias de vida em nível pessoal, individual, mas foi possível perceber, no seio desta própria sociedade, fatores que contribuem para a configuração que o consumo de *crack* e/outras drogas assume em nossa realidade.

Feitas essas reflexões, destaco que a tese está estruturada em cinco capítulos, além das considerações finais. Devo esclarecer que inseri, entre um capítulo e outro, *algumas anotações de campo*, que não foram contempladas na análise das narrativas, e *letras de músicas*, cuja crítica social dialoga com este trabalho. Os trechos de músicas citados, geral-

mente, no início de alguns capítulos refletem, ainda, o quanto a música foi uma espécie de aliada invisível no processo de escrita desta tese⁹.

O primeiro capítulo, intitulado “***Drogas: Da Imersão no Tema à Construção do Problema***” consiste numa discussão mais geral em torno da relação da sociedade com as drogas, na qual faço um sobrevôo no arcabouço teórico-metodológico e no plano empírico dos quais emergiu meu problema de pesquisa, além de apresentar o problema de pesquisa e os objetivos deste estudo. No segundo capítulo, apresento os ***procedimentos metodológicos*** dos quais me vali para a realização deste estudo, bem como os desafios de campo e o perfil sócio-demográfico dos(as) entrevistados(as). Busquei detalhar cada escolha, cada combinação teórico-conceitual, bem como, as alterações que se fizeram necessárias, antes e depois da realização da pesquisa, passando pelas delimitações de campo até a fase de escrita da tese e respectiva análise do material empírico.

No terceiro capítulo - “***Infâncias, Famílias, Contextos e Processos de Socialização: O Caminho das Pedras Vividas***” - são apresentadas as narrativas de vida sobre a infância e sobre as famílias dos(as) entrevistados(as). Suas falas iluminam reflexões acerca de seus contextos de vivência, dos seus processos de socialização, de questões estruturais, circunstanciais e individuais que antecedem seus envolvimento com o *crack* e que configuram o que estou chamando de pedras vividas. Nessa trajetória de pedras vividas, as narrativas deixam transparecer paradoxos e ambiguidades de sentido, num processo em que o ideal contrasta com o real, a admiração toca a decepção, o orgulho pode andar de mãos dadas com a quebra das expectativas e o desejo de mudança, assim como a ‘luta pela sobrevivência’ e, conseguem ultrapassar o âmbito das necessidades básicas para se manter vivo, simbolizando o esforço para se manter firme e seguir em frente diante dos traumas silenciados, das

⁹ Primeiro porque em casa, meu ritual de concentração para a escrita não teria sido o mesmo sem música clássica, chocolate e chimarrão. Segundo, porque muitas vezes, enquanto eu escrevia os capítulos e/ou relia o material empírico contendo os relatos de vida dos(as) entrevistados(as), por distintas razões, me lembrava trechos de algumas músicas brasileiras. Outras vezes, ouvindo rádio, Nova Brasil ou A Tarde FM, algum trecho de música me fazia lembrar algo que os(as) entrevistado(as) me haviam relatado. Então, não hesitei em ilustrar a tese com alguns trechos desse repertório.

violências sofridas, além dos desequilíbrios emocionais entranhados no cotidiano das situações vividas.

O quarto capítulo, intitulado “***Das Pedras Vividas Às Pedras Fumadas: Narrativas Sobre Os Envolvimentos Com O Crack***”, é o mais denso de todos e sua desproporcionalidade em relação aos demais reflete, além da sua relevância singular para esta tese, a heterogeneidade das experiências vividas em torno dos envolvimento de cada entrevistado(a) com o *crack* no Recife/PE. O esforço para fazer um mergulho nas narrativas de vida acerca dos envolvimento com o *crack*, foi marcado pela sistematização do material empírico e pela construção dos agrupamentos possíveis, segundo aspectos que eram ‘semelhantes’ nas trajetórias de vida e/ou nas situações relatadas pelos(as) entrevistados(as). Além de levantar os tipos de envolvimento com o crack na realidade recifense, deparei-me com informações que, muitas das quais eu sequer ousaria imaginar. Dos fatores de ordem emocional, aos laços de confiança nas relações com as pessoas através das quais cada entrevistado(a) teve seu primeiro contato com o *crack*, passando por outros ‘tipos sociais’, como os “grandões” e os “fora de suspeita” atuantes no “tráfico de drogas”, esta pesquisa me surpreendeu. No quinto capítulo: “Para além das Pedras Fumadas”, compartilho as aprendizagens de campo, trago algumas considerações no âmbito da relação da sociedade com as drogas, e respectivas reflexões, também, a partir das questões que puderam ser alcançadas pelas narrativas de vida dos(as) entrevistados(as). Muito embora as falas dos(as) entrevistados(as) consistam em suas experiências pessoais, situadas num contexto de vivência específico, aludem a questões que não configuram casos isolados da realidade pesquisada e, muito provavelmente, da realidade brasileira. Partindo-se da realidade recifense, as falas de cada entrevistado(a) apontam novas questões para pensarmos a relação da sociedade com as drogas, ao tempo em que demandam perspectivas de análise capazes de nos aproximar de uma compreensão do fenômeno do consumo de crack para além das circunstâncias de uso e venda da droga.

Partindo-se para as **Considerações Finais**, saliento que esta pesquisa sintetiza experiências de vidas marcadas por traumas, alegrias, transformações, tristezas, adaptações e demais situações que marcaram as trajetórias dos(as) entrevistados(as). Acontecimentos que ficaram gravados em suas memórias desde suas remotas infâncias e que agora, evidentemente de forma distinta, estão, também, gravados na minha, na nossa memória. Endosso, assim, o maior convite desta tese: Que nos permitamos perceber, em cada trajetória de vida, as *pedras* que foram e são vividas, antes mesmo daquelas *pedras* que chegaram a ser fumadas.

A **tese a ser aqui defendida** é a de que o *crack*, considerado como “o fim da linha” ou o “começo do fim”, para aqueles/as que venham a se envolver com ele, chega a essas trajetórias de vida, num cenário que já se encontra devastado, desestruturado e fragilizado. Tal e qual um corpo debilitado pela inanição, em que até mesmo um resfriado pode levar a óbito. Trajetórias de vida marcadas pela negação de direitos Sociais e Fundamentais, vidas quem ‘brotam’ e são ‘semeadas’ em contextos de vulnerabilidade e exclusão social. A socialização desses atores sociais ocorre numa espécie de ‘pedregulho social’, cujas pedras sedimentadas chegam de diferentes direções e até mesmo o ciclo social “mais próximo”, no qual se projeta a imagem de “*porto seguro*” (a família) consegue promover desequilíbrios emocionais e traumas que cada entrevistado(a) vai levando consigo, rememorando e ressignificando ao longo de suas trajetórias de vida. Diante das questões salientadas neste trabalho, o esforço para conceder algum espaço de fala a esses atores sociais costumeiramente relegados às margens da sociedade consiste, também, num compromisso social, ético, profissional e, sobretudo, humano.

Capítulo 1

Drogas: da imersão no tema à construção do problema

Seduzido pela ‘arte de pesquisar’, o Sociólogo, toma os fenômenos que emergem do convívio em sociedade como suas unidades de análise e “nos lugares onde havia coisas simples, faz-se aparecer problemas”¹

A relação da sociedade com as drogas vincula-se a práticas socioculturais que remontam os primórdios da humanidade. Essa histórica relação é marcada por experiências e concepções sociais distintas à medida que o contato com tais substâncias pode, por exemplo, culminar em manipulações exitosas, capazes de promover tratamento, cura, prazer, suprir necessidades do organismo humano (inclusive alimentícias) ou culminar em manipulações desastrosas, promovendo sofrimento, dor ou mesmo levar à morte.

Em todas as sociedades é possível perceber nas interações sociais, a ‘marca’ das experiências humanas com as drogas (no sentido amplo do termo). Experiências essas que agregam aspectos de dimensões sociais, contextuais, culturais, circunstanciais, coletivas, individuais, de maneira que, quaisquer que sejam as finalidades do contato/do envolvimento/do uso, “seria uma hipocrisia falar e acreditar numa sociedade sem drogas” (NUNES et. al. 2010, p. 17). Embora seja possível considerar o contato/envolvimento das pessoas com as drogas, enquanto “maneiras de expressar simbolicamente códigos sociais” (VARGAS, 2006, p. 601), im-

¹ O início da citação é de minha autoria, elaborado durante a escrita deste capítulo, já o trecho entre aspas foi retirado de Bourdieu (1983, p. 47). Resta questionar se as chamadas “coisas simples” não são justamente faces complexas das interações sociais que terminam escapando à capacidade da sociedade de lidar com as consequências das ações que nela são (re)produzidas ao longo da história.

porta atentar para aspectos complexos que sucedem a essa histórica relação e seus desdobramentos na dinâmica social.

Tais aspectos possuem estreita relação com as concepções sociais acerca dos distintos tipos de envolvimento/dos usos que se faz dessas substâncias e aos perfis de pessoas envolvidas no processo, em diferentes contextos socioculturais e tipos de 'rituais' a eles relacionados. De um modo geral, reuniões em família, casamentos, festas de formatura, batizados e demais ritos de passagem, (re)encontros, tratamento e cura de doenças, velórios, decepções diversas, solidão, festas em datas comemorativas, dentre outras manifestações, consistem em rituais, momentos, práticas socioculturais nos quais as drogas não apenas têm espaço, como também, exercem a função de elemento agregador, fio visível da "socialização", das "sociabilidades" como definidas por Simmel (2006), que tratarei adiante.

Na alegria ou na tristeza, sejam as interações de cunho religioso, ligadas às dimensões do sagrado, sejam as interações ditas profanas ou voltadas ao lúdico, essas sociabilidades deixam transparecer faces distintas da histórica relação das sociedades com as drogas. Relações estas que trazem consigo o traço da reprodução social, o traço dos processos de aprendizagem que, muito provavelmente, serão 'apropriados' pelas gerações futuras.

Nesse "fluxo de ações", ligado às relações humanas em torno das drogas, destaca-se o "caráter recursivo" (GIDDENS, 1989) da vida social, ou seja, no fluxo de ações que os sujeitos executam rotineiramente, de geração em geração nos diferentes contextos da atividade social. Refiro-me aqui ao "caráter recursivo" da atividade social, extraído da *teoria da estruturação* de Giddens (1989). Nesse sentido e seguindo a perspectiva de análise já tratada em Rocha (2012), não caberia polarizar o envolvimento com as drogas nem no indivíduo nem na sociedade, mas, na coexistência de ambos enquanto forças que se entrelaçam no fluxo contínuo das interações sociais. Muito embora, seja possível considerar o caráter intencional dos sujeitos nesse fluxo de ações é importante desta-

car que suas escolhas/ações, no que tange ao envolvimento com um ou outro tipo de droga, estão ligadas a algo preexistente e que, de algum modo e em situações específicas, se sobrepõem às suas vontades individuais²: os pressupostos da estrutura, cuja existência agrega práticas sociais de aprendizagem, reprodução e transformação social ao longo da história.

1 E o que são drogas?

Sabe-se que o termo “*drogas*” alude a uma vasta quantidade de substâncias que variam desde alimentos e medicamentos, a venenos e psicoativos. Na perspectiva da saúde, tomando-se a linguagem médica como exemplo, o termo *drogas* pode ser sinônimo de “medicamento” e diz respeito, ainda, àquelas “substâncias prescritas com indicações terapêuticas previamente estabelecidas” (LIMA, 2013, p. 25). Nesta concepção, a ingestão/uso de drogas promoveria alterações no organismo humano com vistas à cura, ao tratamento e/ou à prevenção de doenças. Heloísa Lima ressalta, ainda, que a Organização Mundial da Saúde define *droga* como sendo qualquer “substância natural ou sintética que introduzida no organismo vivo, pode modificar uma ou mais de suas funções”.

Depreender-se-ia das definições para o termo ‘drogas’, apresentadas por autores vindos de diferentes áreas de formação como, por exemplo, Escohotado (1997), Siqueira (2006), Espinheira (2004), Vargas (2008), Carneiro (2009), Labate (2008), que *drogas* são substâncias naturais ou sintéticas que podem provocar mudanças tanto fisiológicas quanto comportamentais, podendo ser administradas de diferentes formas, para as mais diversas finalidades e situações em distintos contextos sociocultu-

² Diante desses pressupostos da estrutura e dos processos de aprendizagem por parte dos indivíduos em interação, é possível exemplificar com jovens que ao longo de suas vidas tenham aprendido com seus respectivos familiares ou demais pessoas próximas: O hábito de mascar folhas de coca para melhorar a oxigenação do sangue; tomar chá de boldo para melhorar os efeitos da má digestão; ingerir um analgésico para aliviar uma dor de cabeça; tomar uma “cervejinha” aos finais de semana pra relaxar (o que vale para outras drogas usadas com finalidades recreativas), dentre inúmeras outras situações que teriam lugar nesta exemplificação.

rais. De maneira que, medicamentos, bebidas alcoólicas, cigarros, cocaína, maconha, crack, alguns alimentos, os chamados “*drug foods*” destacados por Mintz (1986) como café, chocolate, chá e açúcar, por exemplo, pertencem todos ao vasto conjunto de substâncias conceituadas como *drogas*.

O que difere, além das propriedades químicas de cada substância/planta, são as **concepções sociais**, tanto acerca das diferentes formas de se relacionar com as drogas, quanto acerca dos perfis de pessoas envolvidas no manuseio, na relação em contextos socioculturais igualmente distintos. A administração, o manuseio das drogas insere-se na atividade social, marcada pela interação entre os seres humanos e sua relação com a natureza, seus processos de adaptação, exploração e transformação atreladas, também, à sua sobrevivência.

A histórica relação da população da região andina com a planta *Erythroxylum coca*, por exemplo, é bastante ilustrativa desta questão. Desde as Civilizações Pré-Colombianas as folhas da coca são utilizadas para diferentes finalidades, sobretudo, por sua propriedade estimulante, capaz de dissipar a fome, o cansaço, fornecer energia, promover uma sensação de bem-estar, além das propriedades curativas da planta.

Não por acaso, a coca era considerada como planta de virtudes mágicas, ocupando ‘posição’ de destaque na atividade religiosa e social da população andina, como destacado em Almeida e Caldas (2011). Vincenzo Rugiero, ao afirmar, por exemplo, que “não existem drogas na natureza”

Figura 01: Folhas de coca, cuja planta tem porte arbustivo.

Fonte: Educação (2016).



(RUGGIERO, 2000, p. 75)³ termina por chamar a atenção para o fato de que os conceitos sobre drogas e as concepções acerca dos usos são socialmente construídas.

As concepções sociais, a ação legal, o discurso moral, perceptíveis na contemporaneidade e iniciado no final do século XIX, conforme se verá no tópico seguinte, acerca de determinadas drogas, exercem significativo impacto nas concepções sociais quanto aos perfis de pessoas, de algum modo, relacionadas a tais substâncias. Nesses termos, existem questões de ordem estrutural na dinâmica social que, também, devem ser levadas em consideração ao nos debruçarmos sobre esse tema, haja vista que, “as drogas não têm o mesmo efeito para pessoas socialmente diferentes! E elas não são as mesmas para clientes diferenciados por renda e classe social” (ESPINHEIRA, 2004, p. 12).

A despeito dos conceitos supracitados para o termo *drogas*, percebe-se, entretanto, que no cotidiano das interações sociais, esse termo assume uma conotação negativa sendo, muitas vezes, utilizado para fazer menção somente àquelas substâncias consideradas *ilícitas*, ou seja, drogas/substâncias que em determinado contexto e por razões específicas passaram a ter sua produção, uso e comercialização proibidos por lei.

Essas concepções sociais são vinculadas ao ‘senso comum’ e a sua conotação negativa se concretiza nas interações sociais e, em alguma medida afetam, também, as concepções sobre as pessoas que se envolvem, de diferentes maneiras, com essas substâncias. Além disso, essas concepções emergem da confluência de fatores que caracterizaram a própria relação da sociedade com as drogas, sobretudo, frente às inúmeras tentativas de lidar com os desdobramentos que as intervenções sociais conferiram ao histórico manuseio/uso/administração das drogas.

³ Tradução livre do original: “*There are no drugs in the nature*”, *Ibidem*.

2 Das intervenções sociais: A moral religiosa e o controle social de minorias no alicerce da ideologia dominante

Sabe-se que o século XIX foi um marco da chamada Revolução Científica e inovou o campo das drogas, seja com experimentos científicos, manuseios domésticos das substâncias disponíveis no ‘mercado mundial’, seja com a classificação destas⁴, orientação de uso, avanço das técnicas na química dos fármacos, surgimento de novas drogas etc (Ferreira e Martini, 2001, p. 96). Da planta, historicamente utilizada pela população andina (conforme exemplificado acima) conseguiram, em meados do século XIX, isolar o alcaloide predominante nas folhas de coca⁵. Em 1898, “foi descoberta a fórmula exata” da estrutura química da folha de coca. Já no ano de 1902 “Willstatt (prêmio Nobel) produziu cocaína sintética em laboratório. Sob a forma de cloridrato de cocaína, a cocaína na forma de um pó branco cristalino” (FERREIRA e MARTINI, 2001, p. 97).

Mediante as novas descobertas de laboratório, a cocaína passou a ser “considerada um fármaco milagroso, e os americanos começaram a prescrevê-la para enfermidades particularmente difíceis de tratar” (FERREIRA E MARTINI, 2001, p. 98). Registra-se, ainda, a criação da anestesia local para cirurgias no olho, em 1884, cujo primeiro passo foi dado por Karl Köler (amigo de Sigmund Freud e que chegou a ser por este *tratado* com cocaína) e que testou a cocaína como anestésico nos olhos de seus pacientes.

A publicação da obra “*Über coca*” de Sigmund Freud, em 1885, contribuiu para divulgação da cocaína ao mencionar os usos terapêuticos da droga, tanto como estimulante, anestésico local, afrodisíaco quanto como remédio para o tratamento de asma, histeria, exaustão nervosa, desor-

⁴ As drogas podem ser classificadas quanto aos **tipos**, com base nos **efeitos** que produz nos organismos humanos (depressoras, estimulantes, psicoativas etc); quanto à **forma de produção** naturais (tabaco, cannabis), sintéticas (cocaína, êxtase) ou semissintéticas, como o crack, por exemplo (OMS). É importante destacar, também, os diferentes tipos de usuários dessas substâncias (experimentadores, usuários ocasionais, usuários regulares ou habituais, usuários compulsivos ou dependentes).

⁵ Por volta de 1859, Albert Niemann, um químico alemão conseguiu isolar o principal deles, que correspondia a 80% do total de alcaloides existente nas folhas de coca.

dens digestivas, sífilis e o mal estar decorrente de regiões de altitude, muito embora Freud tenha publicado, posteriormente, um novo volume da obra supracitada, reconhecendo que o uso da cocaína também trazia malefícios à saúde humana.

Por outro lado, no século XX consolidaram-se as *intervenções de caráter proibicionista na relação da sociedade com as drogas*. Foi ao longo daquele século que se observou em “praticamente todos os países do mundo” a implementação de políticas pautadas na criminalização e consequente repressão à produção, consumo e comercialização de determinadas drogas. Antes, “praticamente nenhuma droga, de uso medicamentoso ou não, era objeto de controle quanto mais sujeito à criminalização” (VARGAS, 2008, p. 54).

Muitos compostos à base de cocaína (e também de ópio) eram “livremente comercializados durante o século XIX, e o uso recreativo dessas substâncias ocorria com certa liberdade em bares, salões e reuniões sociais” (RIBEIRO E RIBEIRO, 2005, p. 03). Antes do Decreto-Lei Federal nº 4.292 de 06 de julho de 1921 1920, que limitou o uso de cocaína no Brasil, a droga era livremente comercializada em farmácias sendo, inclusive, entregue em domicílio. A cocaína na forma de um sal, adquirida a partir da adição de ácido clorídrico à pasta base, poderia ser administrado por via nasal (aspirado/cheirado), pela via endovenosa, (diluído e injetado na corrente sanguínea) ou pela via pulmonar (sendo fumado), na forma de *freebase*, que consiste em uma das formas como o crack começou a ser consumido.

No tocante aos efeitos da cocaína no organismo humano, há inúmeros registros na literatura específica, onde se destaca: aumento da atividade cerebral, sobretudo, na região motora e sensorial; aumentos da pressão arterial e da temperatura do corpo; aceleração dos batimentos cardíacos; alucinações, dentre outros. O uso recreativo da cocaína se popularizou. Entretanto, “a partir do conhecimento das propriedades negativas da cocaína, a classe média mudou rapidamente seu ponto de vista, perdendo-se, assim, o entusiasmo vigente. Passou-se a exercer

maior controle sobre seu uso através de regulamentações e leis restritivas” (ALMEIDA e CALDAS, 2011, p. 121).

Quanto às concepções sociais acerca de determinadas drogas, tomando-se como exemplo a cocaína, é possível perceber o espectro da estigmatização de grupos/perfis específicos mediante relações de poder entre os distintos segmentos sociais. Nesse sentido, é importante destacar o seguinte: Não nos esqueçamos “da elite esnobe que cheirava [cocaína] com canudinho de ouro ou com notas de 100 dólares” (CORREA, 2010, p. 169-170). Guilherme Corrêa destaca, ainda, que “a cocaína, como a conhecemos hoje, foi, primeiro, droga de milionário comprada livremente nas farmácias”, como quaisquer outras drogas classificadas como remédios. No entanto, “quando ela virou problema para famílias de milionários ou passou a ser referida, insistentemente, a desordens sociais, tornou-se tema de políticas públicas, ou, o que dá no mesmo, de proibição” (CORRÊA, 2010, p. 170).

Percebe-se que o caráter histórico da relação da sociedade com as drogas conta com concepções sociais distintas, intimamente relacionadas a práticas socioculturais perceptíveis em cada contexto/realidade acerca, também, do lugar que as pessoas envolvidas ocupam naquelas dinâmicas sociais. O destaque dado aqui à cocaína, deve-se ao fato de que é da pasta base de cocaína que deriva o crack, droga relacionada à unidade de análise deste estudo. As intervenções legais na relação da sociedade com as drogas, com destaque para o proibicionismo, reproduzem a marca das relações de poder acerca do envolvimento de determinadas pessoas com as drogas, acirradas por preceitos morais e por práticas de caráter segregacionista contra grupos específicos da sociedade.

O *proibicionismo* nasceu em Ohio nos Estados Unidos, em meados do século XIX, a partir do movimento formado por membros de igrejas católicas e protestantes⁶ que clamavam pelo fim da venda de bebidas

⁶ As chamadas Ligas da Temperança sucederam a criação do Partido Proibicionista, em meados do século XIX e a organização de cidadãos que decidiram se organizar em grupos ou Ligas como, por exemplo, Sociedade Nova-Iorque para Supressão do Vício (1868), Liga das Senhoras Cristãs pela Sobriedade (1873) e Ligas *Anti-Saloon* (1893). O movimento exigia a proibição da venda de bebidas alcoólicas e extinção dos *Saloons*, que eram espaços

alcoólicas, “por julgá-las a causa da degradação moral e física que observavam no país” (RIBEIRO E RIBEIRO, 2011, p 05). O movimento conseguiu a proibição da venda de bebidas alcoólicas, dando origem à Lei Seca que “merece a posição de primeira lei proibicionista contemporânea” (RODRIGUES, 2008, p. 93).

No entanto, ao contrário do que se pretendia, a produção e o consumo de bebidas alcoólicas não foram suprimidos, tampouco os hábitos moralmente repudiados e associados a ele. O que se percebeu foi justamente a formação de um mercado ilícito para suprir a demanda das pessoas, cujo desejo de consumir álcool permanecia a despeito da proibição prevista na Lei. O álcool voltou a integrar a lista de substâncias lícitas anos mais tarde, precisamente no final da década de 1930. Nesse sentido é importante considerar a formação de grupos (gangues, máfias), bem como a atuação de ‘*gangsters*’ justamente para dar conta dessas demandas e lucrar com a venda ilegal de bebidas alcoólicas.

Exemplifica-se com as gangues/máfias lideradas por Al Capone e por George Bugs Moram (líderes de grupos rivais entre si), que ficaram internacionalmente conhecidos, sobretudo por suas atuações ilegais em Chicago, nesse contexto da proibição das bebidas alcoólicas nos Estados Unidos. No caso de Al Capone, que chegou a ser considerado inimigo número um dos Estados Unidos, por deter o monopólio da venda ilegal de bebidas alcoólicas, destaca-se sua forte influência sobre políticos, policiais e juízes durante os tempos áureos do seu monopólio de bebidas alcoólicas, além de suas ações de caráter filantrópico e certa respeitabilidade que conquistou, como trata Magno (2018).

Apenas no exemplo supracitado, poderíamos pensar **a)** nas dinâmicas de formação e na configuração de gangues, máfias, quadrilhas que se empenham para lucrar mediante venda de algo que passa a ser proibido por lei, no caso, drogas; **b)** no surgimento de rixas/rivalidades entre esses grupos que podem ter na concorrência ou disputas de mercado, um

destinados ao comércio de bebidas alcoólicas, onde muitos proprietários promoviam *shows* e demais atividades lúdicas que atraíssem clientes, como destacado em Ribeiro e Ribeiro, (2011).

ponto nodal; **c**) no conflito que se instaura mediante repressão do Estado, cujos desfechos desastrosos não se limitam aos diretamente envolvidos (policiais e *bandidos/gângsters/traficantes*, por exemplo), mas tornam-se riscos extensivos à sociedade como um todo; **d**) na possibilidade de que os membros desses grupos conquistem o apoio e respeitabilidade perante determinados segmentos sociais, por desenvolverem atividades de caráter filantrópico ou assumirem papéis que seriam de competência do poder público; **e**) as ligações, sociedades entre membros do *tráfico/gangue/máfia* e políticos, policiais, juízes, empresários e demais membros da sociedade que, longe de serem socialmente identificados como “*traficantes*”, “*gângsters*”, “*criminosos*”, “*bandidos*” ou quaisquer termos que o valham, gozam de uma posição socialmente respeitável, por figurarem como “*foras de suspeita*”. Retornarei a este ponto no Capítulo 4.

O “imaginário cristão ocidental” historicamente condenou o consumo de fungos e plantas psicoativas, em especial, aquelas utilizados nos chamados rituais pagãos. Segundo essa concepção, o envolvimento com as drogas “*demonizava e induzia seus usuários à violência*” (RIBEIRO E RIBEIRO, 2011, p.04). Observa-se a disseminação de mitos, informações equivocadas, associação direta a crimes violentos e conseqüente alarde social em torno de determinadas drogas como fatos recorrentes na relação das sociedades com as drogas em diferentes contextos, tempos e espaços. Essas questões se refletem, ainda, na literatura que se debruça sobre a questão das drogas, conforme mencionado no item 3, a seguir.

Quanto aos episódios marcados pelo clamor social, frente ao empenho das Ligas da Temperança pela proibição das bebidas alcóolicas, muito embora a Lei Seca tenha sido extinta pouco mais de uma década após sua criação, é importante ressaltar que “as estruturas de combate às drogas ilícitas” permaneceram (RODRIGUES, 2008, p. 94). O aparato político-ideológico que subjaz a essas estruturas extrapolou aquele contexto de surgimento do proibicionismo nos Estados Unidos e permanece até os dias de hoje, inclusive com dimensões mais complexas, devida-

mente legitimado pela atual Política Mundial de Drogas. Essa classificação das drogas em *lícitas* e *ilícitas* deita raízes em aspectos de ordem moral, sobretudo, de natureza religiosa e no “controle social de minorias” (FRAGA, 2007).

Regida pela Organização das Nações Unidas/ONU⁷, a Política Mundial de Drogas vigente tem seu regime proibicionista amparado em três Convenções, a saber: Convenção Única sobre Drogas de 1961, Convenção das Nações Unidas sobre Substâncias Psicotrópicas de 1971 e a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, de 1988⁸, que visam proibir a *produção*, o *consumo* e o *comércio* de drogas, então, consideradas ilícitas (PBDP, 2017, p. 10).

Desde o início da década de 1970, quando Richard Nixon, então presidente dos Estados Unidos, declarou que “As drogas são o inimigo número um do país” (RODRIGUES, 2008, p. 99), a expressão “guerra às drogas” alcançou repercussão mundial e se tornou o *slogan* da atual Política Mundial de Drogas. Registra-se que no ano de 1986, a Organização dos Estados Americanos/OEA criou a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas - CICAD, que foi fundada justamente para “fortalecer o regime proibicionista das Nações Unidas na região” (PBDP, 2017, p.10).

Signatário da referida Política, o Brasil firmou acordos bilaterais com os países fronteiriços, embora alguns tenham desenvolvido medidas alternativas e mais condizentes com suas realidades para lidar com a questão das drogas) e observa-se a predominância das diretrizes propostas pela referida política, tanto no Brasil quando na América Latina que, diga-se de passagem, é uma das regiões do planeta que sofrem mais

⁷ Na ONU, existem três instituições voltadas para o trato desta questão, quais sejam (com suas respectivas siglas em inglês): A CND-Comissão sobre Drogas Narcóticas, que é o principal órgão na elaboração das políticas sobre drogas, criada em 1946; A JIFE ou INCB-Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes, criada em 1968; O UNODC-Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes, criado em 1997 e responsável pela elaboração anual do Relatório sobre o Consumo de Drogas no Mundo (*World Drug Report*).

⁸ Conhecida também como Convenção de Viena.

drasticamente os efeitos da política de “Guerra às Drogas”, como tratado em Fraga (2007). É importante ressaltar que:

[...] os EUA conduzem e controlam o direcionamento da política global sobre as drogas, amparados em seu poderio econômico, bélico e por sua posição hegemônica na política internacional. De outra forma, toda a sustentação e a legitimidade desta política perante a população ampararam-se seja em informações incorretas acerca do efeito de determinadas substâncias sobre a saúde das pessoas, com a produção de variadas doenças, seja por meio da vinculação do uso de drogas com a criminalidade (FRAGA, 2007, p 68).

As iniciativas voltadas para o viés do “combate” ao consumo de drogas no Brasil datam de meados do século XX e foram feitas através de decretos e leis, especificamente, “nos governos dos presidentes Epitácio Pessoa e Getúlio Vargas” (MORAIS, PIMENTEL E UCHÔA, 2011, p. 179). Destaca-se que no ano de 1934, cria-se “a primeira versão daquela que se tornaria a primeira ‘Lei Sobre Drogas’ do Brasil e que já marginalizava os usuários” (SIQUEIRA, 2010, p. 65).

Embora um Decreto⁹, referente à Lei de Fiscalização de Entorpecentes tenha sido criado em 1938 (KARAN 2001, *apud* MORAIS, PIMENTEL e UCHÔA, 2011, p. 179), foi no período da Ditadura Militar que o Brasil contou com uma atuação mais incisiva, especificamente, no Governo do militar Ernesto Geisel que sancionou a Lei nº 6368, conhecida como Lei de Entorpecentes, aprovada em 21 de outubro de 1976. Siqueira (2010) destaca que esta Lei, também conhecida como “*Lei de Drogas*”, teve como característica:

[...] uma visão da Justiça que, por exigência da elite do país, fazia cumprir, nos morros e favelas das grandes cidades brasileiras leis/ações discriminatórias contra pobres e, principalmente negros sob o véu das primeiras iniciativas de “*guerra às drogas*” no país (conduta diferenciada foi aplicada aos mais ricos). (SIQUEIRA, 2010, p.65).

⁹ Decreto nº891/1938, que posteriormente teria sido incorporado ao artigo nº 281 do Código Penal.

Percebe-se que no Brasil, a “guerra às drogas” e as ações políticas por ela orientadas são representadas pelo termo “combate”, cuja analogia à guerra não deixa dúvida quanto ao propósito de eliminar, liquidar, vencer o “inimigo” que, através da vinculação às substâncias, visa atingir grupos específicos da nossa sociedade, notadamente pobres e negros. A citação acima corrobora com os pontos que procuro chamar a atenção neste trabalho, haja vista que as concepções sociais quanto ao envolvimento com as drogas não são as mesmas para pessoas social, econômica e etnicamente diferenciadas.

Seguindo com alguns aspectos históricos das iniciativas políticas em torno das drogas no Brasil, é interessante perceber as diferentes posturas políticas segundo os projetos políticos (e ideológicos) de cada governo. Na década de 1990, o Governo Federal visava a criação de uma Política Nacional Antidrogas para o Brasil, sobretudo, a partir de 1993 quando foi criada a SENAD/Secretaria Nacional de Entorpecentes, que mais tarde passaria a se chamar Secretaria Nacional Antidrogas. Em 1998 o que, na ocasião, foi entendido e considerado como propostas de alterações legais e concepções da sociedade sobre o tema das drogas, que puderam ser percebidas durante a realização do I Fórum Nacional Antidrogas, a partir do qual emerge a PNAD/Política Nacional Antidrogas, aprovada em 2001 e coordenada pela SENAD, conforme tratado em Moraes, Pimentel e Uchôa (2011).

No ano de 2006, durante o primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi sancionada a Lei nº 11.343 que institui o SISNAD/*Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas*, o que constitui um avanço no trato político da questão. A despeito dos imperativos previstos na Política Mundial de Drogas, percebe-se aí, um esforço na esfera pública em lidar com a questão das drogas de forma diferenciada e inserir novas estratégias, principalmente inclinadas às medidas de prevenção, assistência e tratamento, nas ações até então direcionadas a lidar com esse fenômeno na realidade brasileira.

Em 20 de Maio de 2010, já no segundo mandato de seu governo, o presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou o *Plano Nacional de ‘Combate’ ao Crack*, estruturado em três eixos: “Combate”, Prevenção e Tratamento. O referido plano propunha medidas como o investimento em campanhas educativas sobre o crack, ampliação dos leitos de hospitalares destinados a receber usuários da droga, além de aumento do número de Centros de Referência de Assistência Social/CRAS. Nesses termos a questão do crack começava a ser vista sob outro ângulo no debate: enquanto ‘problema’ de saúde pública, com vistas à prevenção e ao tratamento e não apenas limitada às medidas de repressão.

Nesse mesmo período, seguindo-se a linha da Política Nacional sobre Drogas, criou-se em Pernambuco, no dia 26 de Maio de 2010, mediante Decreto nº 35.065 a Rede Estadual de Enfrentamento ao Crack que está estruturado em três diferentes conjuntos de ações integradas, a saber: “(prevenção social e repressão qualificadas; proteção e tratamento; e inclusão sócio-produtiva) que buscam articular a sociedade civil e agências governamentais e não-governamentais no intercâmbio de experiências, para a prevenção e o enfrentamento do crack” (MORAIS, PIMENTEL e UCHOA, 2011, p. 184-5).

Note que a ‘prevenção social’ é a primeira ação proposta tanto no modelo pernambucano quanto no modelo nacional de ações destinadas a lidar com o fenômeno do consumo de crack. Importante ressaltar, aqui, que na grande maioria das vezes, pois assim tem sido nas políticas públicas destinadas a lidar com a questão das drogas na sociedade brasileira, embora se faça menção ao que poderia ser entendido como prevenção em nível coletivo de dimensão social, na prática, essa prevenção é entendida como “não uso da droga” ou “redução da oferta” para manter a juventude ou os “cidadãos de bem longe do mal”, “longe do perigo”, abstinência acrescida de uma espécie de responsabilização individual pelos efeitos adversos do envolvimento com as drogas.

Em 17 de fevereiro de 2011, a presidente da República Dilma Rousseff (recém-empossada na ocasião) deu início ao processo voltado para a

criação de Centros Regionais de Referência (CRR) em Crack e Outras Drogas, através do *Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas*. Lançado pela SENAD (vinculada à presidência da república), o objetivo desses centros é formar e qualificar profissionais que atuam nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social, que trabalham tanto com usuários de crack quanto de outras drogas, além de prestar assistência às famílias dessas pessoas. A estruturação, planejamento, a grade dos cursos oferecidos estaria de acordo com o protocolo de manejo e atendimento definido pela OMS/Organização Mundial de Saúde. Os referidos CRR's são abrigados por Instituições de Ensino Superior em todas as unidades federativas do país, totalizando 49 (quarenta e nove) Universidades Federais e Estaduais (UNODOC, 2011), tratado em Rocha (2012).

O funcionamento e continuidade desses centros, de outros Projetos, bem como a postura política que, a partir de 2006, vinha sendo direcionada ao debate e estratégias de ação nas formas de lidar com os desdobramentos do consumo de crack, o que vale para outras drogas ilícitas, são ameaçados pelas descontinuidades políticas e prioridades nas agendas de cada governo nas esferas municipal, estadual e federal. Inclusive, a atual conjuntura política do Brasil¹⁰ não favorece qualquer proposta política comprometida com direitos sociais mínimos, tampouco, com as chamadas minorias sociais. Manobras e dominação da parcela branca e rica do Brasil à parte, talvez outras teses possam dar conta do que subjaz a tais episódios de retrocesso em nosso país.

Atualmente, a legislação brasileira sobre drogas, conhecida como Nova Lei de Drogas (em substituição às leis de 1976 e 2002) é a Lei 11.343/2006, que estabelece (no Artigo primeiro) o SISNAD/Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e prescreve “medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção

¹⁰ Desde o golpe de Estado consolidado em Abril de 2016, que culminou no que se convencionou chamar de “Impeachment” e consequente interrupção do Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências” (BRASIL, 2006). Todavia, como herança das versões que a antecederam e da ideologia estadunidense que a molda, a referida Lei está fundamentada na lógica da repressão e tem viés punitivo, a princípio, para o envolvimento com determinadas drogas.

Percebe-se que, apesar de alguns avanços na forma como o poder público tem lidado com a questão das drogas na realidade brasileira, de geração em geração e de legislação em legislação, o envolvimento das pessoas com as drogas é tratado sob viés punitivo, da responsabilização individual, sobretudo para pobres e negros e, portanto, desvinculado de questões estruturais, como a negação de direitos sociais mínimos, por exemplo, que se tornam importantes mecanismos de compreensão da relação da sociedade com as drogas e seus respectivos desdobramentos na dinâmica social. Os relatos de vida dos(as) entrevistados(as) neste estudo corroboram esta questão, além de inserir novos pontos de reflexão nessa área, conforme apresentado nos capítulos seguintes.

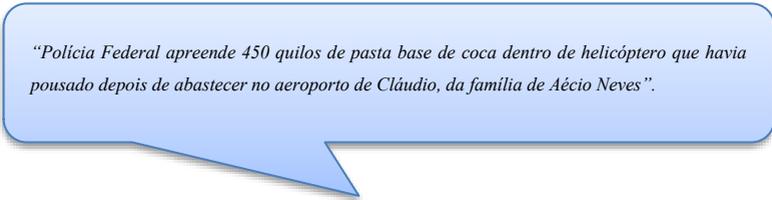
Acrescenta-se a isso, o aparato político ideológico estadunidense, observado no surgimento do proibicionismo, fundamentado em aspectos de cunho moral, no controle social de minorias e que parece ter encontrado terreno fértil para se reproduzir na realidade brasileira. Nesses termos, penso que discutir a questão das drogas no contexto desta sociedade, significa tratar, também, das dicotomias entranhadas nessa classificação legal e moral que, ao mesmo tempo em que subdivide as drogas em lícitas e ilícitas, termina por promover níveis de tolerância social distintos tanto para os diferentes tipos de drogas quanto, e principalmente, para os perfis de pessoas a elas associadas.

É importante ponderar, contudo, que os desdobramentos negativos da relação da sociedade com as drogas consideradas ilícitas, incluindo a estigmatização dos envolvidos no processo, não decorrem em sua totalidade, da referida dicotomização das drogas ou mesmo das ações orientadas pela Política Mundial de Drogas, mas conta com outros fatores, sobretudo de ordem cultural, nas distintas realidades. No entanto, há

que se reconhecer, também, que essas questões são predominantes e exercem sua parcela de influência nas concepções sociais e no trato legal da questão das drogas.

No país do “*Você sabe com quem está falando?*”, das relações de dominação mediante poder político e econômico, do vexaminoso histórico de racismo e estigmatização de segmentos marginalizados da sociedade, que reflete, também, a negação de direitos sociais mínimos aos cidadãos brasileiros, identificam-se práticas que são socialmente (re)produzidas de geração em geração e, a despeito do nosso repúdio, que nos ajuda a compreender porque o fato de ser pobre e/ou negro, por exemplo, e estar envolvido na produção, no uso ou na distribuição de cocaína não têm os mesmos significados, tampouco promove as mesmas reações sociais que teria um rico igualmente envolvido.

A título de ilustração, relembremos o caso que ficou conhecido como “*helicoca*”, que ganhou repercussão, também, nas redes sociais:



“Polícia Federal apreende 450 quilos de pasta base de coca dentro de helicóptero que havia pousado depois de abastecer no aeroporto de Cláudio, da família de Aécio Neves”.

O helicóptero abarrotado de cocaína, foi preso no interior do Espírito Santo e, noticiou-se que o mesmo pertencia à Limeira Agropecuária, empresa do deputado estadual Gustavo Perrella, do SDD-MG que, por sua vez, é filho do senador e ex-presidente do Cruzeiro Zezé Perrella, do PTB-MG¹¹. Aécio Neves, ex-candidato à Presidência da República, derrotado nas eleições de 2014, é senador pelo PSDB-MG. Em dezembro de 2017, a Polícia Federal prendeu o dono do sítio onde o referido helicóptero havia pousado, numa operação que também apreendeu mais 246 quilos de cocaína. Até o presente momento “*não se sabe*” de quem era tamanha quantidade da droga.

¹¹ Matéria da Revista Fórum, publicada em 07 de dezembro de 2017, vide referências bibliográficas.

Ressalta-se que esta quantidade de pasta-base de cocaína se aproxima das quantidades negociadas no âmbito do narcotráfico internacional, contudo, muitas indagações sobre o caso do ‘helicoca’ permanece sem resposta. Entre dúvidas e reflexões do porquê as investigações permanecem estagnadas, ou foram interrompidas, e quais outros nomes da preciosa elite política e/ou econômica brasileira viriam à tona, limito-me a questionar o seguinte: Será que se fosse um negro e/ou morador de “*favela*”, flagrado transportando *um décimo* ou até mesmo a *centésima parte* desta quantidade o desfecho do caso teria sido o mesmo?

Para incrementar as possibilidades de resposta, destaco uma postagem que ganhou repercussão nas redes sociais em 2017, cujas distintas posturas e práticas jurídicas foram questionadas e que configuram casos bastante ilustrativos das questões tratadas ao longo deste capítulo (**Figura 02**).

Figura 02: Postagem compartilhada nas redes sociais em Julho de 2017.



Fonte: Mídia Ninja.

Os dizeres da foto ao lado promovem, em tom de crítica, uma reflexão sobre a postura desigual do Judiciário frente aos dois casos. O rapaz da esquerda é Rafael Braga, preso durante as manifestações de 2013, portando uma garrafa de pinho sol e outra com água sanitária. Em 2016 Rafael, foi condenado a 11 anos e três meses de reclusão¹². Já o rapaz da direita, cujo nome sequer foi divulgado inicialmente, foi preso com 130 quilos de maconha e armas, sendo liberado poucas horas depois do flagrante.

¹² Ressalta-se que Rafael Braga já havia sido condenado a cinco anos de prisão em dezembro de 2013 (CAPITAL, 2013), processo nº 0212057-10.2013.8.19.0001, meses após ser foi preso sob alegação de que os produtos encontrados com ele seriam utilizados na fabricação de coquetel *molotov*. A despeito de um laudo do Esquadrão Antibombas da polícia Civil ter atestado que pinho sol e água sanitária não poderiam ser considerados como explosivos, o rapaz esteve preso desde o momento de sua captura e chegou a ser condenado. Maiores informações sobre o caso em <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/04/caso-rafael-braga-choca-brasil.html>.

Tanto a referida postura quanto as práticas sociais (re)produzidas em nossa sociedade caberiam muito bem na expressão: “*Dois pesos, duas medidas*”. Um negro, pobre, sem familiares ou mesmo “padrinhos” ricos e influentes, “*devidamente*” preso, condenado a mais de 11 anos de reclusão e ao pagamento de uma multa de aproximadamente R\$ 1.600,00. Já o outro, branco, rico, filho de uma desembargadora, é Bruno Borges que está solto mesmo diante do flagrante portando grande quantidade de droga ilícita e armas.

Outra expressão presente nos comentários dos internautas e que serve a esse tipo de prática é: “*O pau que bate em Chico, não bate em Francisco*”. É interessante (e muitas vezes revoltante) perceber que o terror midiático, político, legal e social em torno dos envolvimento com drogas consideradas ilícitas não se mostra tão contundente assim quando se trata de ricos e brancos. E aqui não estamos falando de uma “*bucha*”, “*dóla*” ou mesmo um cigarro de maconha, por exemplo, mas de grandes quantidades de drogas ilícitas: trata-se de quase 450 quilos de pasta base de coca, 246 quilos de cocaína e 130 quilos de maconha, conforme casos supracitados.

Das percepções sociais às decisões políticas e jurídicas, esta ‘questão’ acerca das drogas atinge de maneira mais contundente perfis sociais específicos. Assim como inúmeros casos do cotidiano, os exemplos destacados acima reforçam os pontos que trago para debate neste trabalho, destacando-se por um lado o caráter da ideologia dominante no tocante à questão das drogas e as práticas socioculturais das quais tal ideologia se alimenta, com visível inclinação à estigmatização e criminalização de pobres e negros sob *slogan* do “*combate às drogas*”. Como num processo de retroalimentação, isso se perpetua na sociedade brasileira, coloca-se em xeque o disposto em Art. 5º da nossa Carta Maior: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (BRASIL, 1988).

Tomar como unidade de análise o envolvimento das pessoas com drogas consideradas ilícitas implica, também, em trazer para o debate determinadas questões que alicerçam as concepções e práticas da socie-

dade contemporânea quanto aos perfis sociais e étnico-raciais que, de algum modo, estejam envolvidos com tais drogas. Nesse sentido, e voltando ao ponto que venho chamando a atenção neste capítulo, quando menciono que práticas racistas e classistas historicamente estiveram em torno do envolvimento das pessoas com drogas consideradas ilícitas, é de fundamental importância fazer algumas observações e reflexões para além da variável raça/cor, por exemplo.

A literatura específica dá conta que, principalmente a partir do século XX, algumas substâncias que antes eram manipuladas, produzidas e comercializadas livremente no fluxo das interações e práticas socioculturais, para as mais diversas finalidades, passaram a ser alvo de medidas de proibição legal e conseqüente repressão policial (VARGAS, 2006; RODRIGUES, 2008). Dessa maneira, a partilha moral e legal entre drogas de uso lícito e drogas de uso ilícito, além de promover nas sociedades níveis de tolerância distintos quanto ao envolvimento com um ou outro tipo de droga, termina por promover, também, uma “guerra” que deixa de ser contra as substâncias e passa a ser um combate a determinados grupos de pessoas, notadamente, pobres e negros, alvos cotidianos das medidas orientadas pela atual Política Mundial pautada na “Guerra às Drogas”. (SIQUEIRA, 2010; CARNEIRO, 2009; CORRÊA, 2010).

Desde o contexto do surgimento do crack nos Estados Unidos (REINARMAM E LEVINE , 2002) e no Brasil (DOMANICO, 2006), o consumo dessa droga é caracterizado por mitos, “pânico moral” e associado a segmentos sociais e perfis étnico-raciais específicos, sobre os quais historicamente costuma incidir de forma mais contundente a repressão policial, o descrédito social, a fiscalização e punição mediante penas privativas de liberdade para os “crimes” relacionados ao envolvimento com drogas classificadas como ilícitas.

Considerando-se os mencionados contextos de surgimento do crack tanto na realidade estadunidense quanto na realidade brasileira, pondera-se que a questão racial se fez presente naquele momento muito menos pelo perfil em si, de pessoas envolvidas com a droga, do que (e princi-

palmente) pelas percepções sociais a eles relacionadas. A esse respeito, cabe ressaltar o caráter tendencioso de parte dos veículos de comunicação de massa ao estamparem em suas manchetes/matérias perfis específicos de pessoas envolvidas com o crack em detrimento de outros, principalmente nos casos de uso compulsivo da droga por parte de negros e/ou moradores de ‘favelas’. Isto alimenta e traz à tona os processos de estigmatização de tais grupos, acrescidos de um agravante: o envolvimento com o crack, que parece ter se tornado a “*nóia da mídia*” (RODRIGUES, 2016).

Não se trata, entretanto, da inexistência de manchetes/matérias destacando brancos pertencentes aos segmentos sociais abastados da sociedade brasileira envolvidos com o crack, mas, manchetes assim caracterizadas não constituem a maioria dentre as notícias veiculadas, tampouco, seu espaço nos veículos/recursos midiáticos e o teor das informações prestadas ocorrem na mesma proporção daquelas. (HARTLEY & MILLER, 2010; LEIGEY & BACHMAN, 2007). Maria Eduarda Rocha e José Augusto da Silva, ao analisar “o tratamento do crack como marcador de posições político-ideológicas” no jornal folha de São Paulo, trazem significativa contribuição a esse debate. Os autores ressaltam, dentre outras “tendências”, a “animalização” do usuário de *crack* frente ao “contraste” da preocupação e recorrência desse tema na mídia brasileira, ao contrário das situações envolvendo drogas como o álcool, por exemplo, que se consiste num “problema de alcance social muito maior”. (ROCHA e SILVA, 2016, p. 261).

Além disso, do ponto de vista dos processos de estigmatização em torno de determinados perfis étnico e sociais, acrescidos do possível envolvimento destes com o crack, poderíamos pensar nas concepções sociais sobre drogas classificadas como ilícitas, observando o seguinte: um rapaz negro, por exemplo, morador de um bairro periférico não é tratado, nem jurídica nem socialmente da ‘mesma’ forma que um usuário regular de crack branco, de classe média ou alta. As drogas podem até

ser as mesmas, mas as conotações sociais em torno dos perfis de pessoas a elas relacionadas são diferentes.

Indo mais a fundo e trazendo para a discussão, inclusive, a qualidade das drogas que são comercializadas para atender aos diferenciados gostos e tipos de consumidores, “as drogas não têm o mesmo efeito para pessoas socialmente diferentes” (ESPINHEIRA, 2004, p. 12). Substituindo-se a questão social pela questão racial a frase também faria sentido, permanecendo, ambas, bastante provocativas para pensarmos na relação da nossa sociedade com as drogas do ponto de vista de práticas racistas e classistas.

Uma confluência de fatores que se impõem a reflexões quanto às consequências dessas práticas sociais de caráter racista e classista associadas por exemplo, ao envolvimento com o crack e aumento da população carcerária ou maior encarceramento de pobres e negros. No que se refere às prisões relacionadas ao “tráfico de drogas”, dados do INFOPEN (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias) de 2016 apontam que cerca de 30% das prisões que ocorreram no Brasil no ano de 2014 estavam relacionadas a esse ramo de atividade ilícita. Desse percentual, o perfil de encarcerados também é, em sua maioria, de pobres e negros. No levantamento divulgado em junho de 2016, registra-se que a população carcerária do Brasil é de 726.712 encarcerados e dentre estes, 64% são negros. Em presídios Federais, este percentual sobe para 76% de negros e 27% de brancos (JUSTIÇA, 2016).

A questão racial permeia a relação das sociedades com as drogas de diferentes formas deixando, entretanto, transparecer históricas práticas sociais de caráter racista e classista que se sobressaem, e que se reproduzem com facilidade no trato com a questão das drogas. No que diz respeito ao envolvimento com o crack, questiona-se em que medida o perfil de pessoas encarceradas corresponde à proporção de envolvidos com a droga na sociedade ou se seria devido ao fato de que as medidas repressivas investem mais sobre eles do que sobre brancos, por exemplo. Outros estudos poderão dar conta de possíveis respostas tanto a este

questionamento quanto às demais questões que, embora mencionadas, não podem ser aqui alcançadas. O fato é que a cor da pele não consiste em imperativo para o envolvimento, seja com o crack seja com quaisquer outras drogas.

Diante do que foi exposto até aqui, é importante chamar a atenção para a confluência de fatores em torno das relações que historicamente se estabelece com as drogas e que contribuem para desencadear dimensões mais complexas e problemáticas na repercussão social do fenômeno. Essas considerações, acerca da relação da sociedade com as drogas, são importantes para situar, num contexto mais amplo, o crack, que é a droga ilícita relacionada às indagações desta pesquisa. Tais considerações elucidam as questões que discuto neste trabalho, ao me debruçar sobre as narrativas de vida de pessoas que, em determinado momento de suas vidas, tiveram algum tipo de envolvimento com o *crack*.

3 Estudos sobre o *crack*: Concepções sociais frente às abordagens dominantes

O crack surgiu nos Estados Unidos no final da década de 1970, difundindo-se para a América Latina em meados de 1980. Quanto ao termo e composição, sabe-se que o crack é obtido através da pasta base de cocaína, geralmente, misturada com bicarbonato de sódio e água. Como não há qualquer tipo de controle sobre o processo de produção dessa droga, há registro de diferentes substâncias que são adicionadas à pasta base, para se chegar ao efeito de pedra do crack como, por exemplo, cal, cimento, querosene, ácido sulfúrico, acetona, amônia e soda cáustica¹³.

No Recife, recentemente a Polícia Federal fechou um laboratório de crack localizado na Zona Oeste da cidade, descobrindo-se que o manitol estava sendo utilizado na fabricação do crack comercializado (também) na região. O manitol é uma substância de uso restrito ao âmbito hospita-

¹³ Para mais informações sobre a composição do crack: <http://www.justica.gov.br/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/programa-crack-1/a-droga>.

lar, sendo utilizado para reduzir a pressão intracraniana durante cirurgias e retardar morte cerebral em pacientes que sofreram AVC/Acidente Vascular Cerebral. Por ser uma espécie de açúcar, o manitol estava sendo misturado à pasta base de cocaína para formar os tabletes de crack e dar mais volume à droga (G1-PERNAMBUCO, 2016).

Desde o contexto do surgimento do crack na realidade estadunidense, é possível perceber as discrepâncias das concepções (social, legal, jurídica, política) acerca do envolvimento de determinadas grupos étnico-sociais, conforme discutido na sessão anterior. Décadas mais tarde, muitos aspectos sociopolíticos observados naquele contexto puderam ser percebidos em outras realidades de países signatários da mesma política, a exemplo do Brasil.

A partir de Reinarmam & Levine (2002), ressalta-se que no contexto de seu surgimento, o crack era consumido na forma de *'freebasing'* por pessoas pertencentes aos segmentos abastados da sociedade estadunidense, dentre as quais, estrelas de Hollywood, empresários, atletas profissionais etc. Quando esse perfil de envolvidos passou a aparecer nas emergências dos hospitais com problemas de saúde decorrentes do uso abusivo de crack, o Congresso local se empenhou em criar e aprovar leis que estendiam as coberturas dos planos de saúde, mobilizando a indústria do tratamento aumentando número de leitos nos hospitais e clínicas visando atender a esse perfil de usuários. Quando o crack passou a ser distribuído nas cidades do interior da 'América' entre negros, pobres e latinos, constatou-se que esse perfil de usuários também passou a aparecer nas emergências dos hospitais com problemas de saúde decorrentes do abuso da droga.

O empenho do Congresso naquele momento, entretanto, foi para aprovar novas leis que estendessem a duração das penas criminais para infrações envolvendo o crack. Para esse perfil de envolvidos, o que entrou em cena foi a indústria da prisão, expandindo-se o número de celas disponíveis nas penitenciárias, como tratam Reinarmam & Levine (2002). Muitos estudiosos se inclinaram a estudar a relação do aumento da popu-

lação carcerária com as operações pautadas na repressão às drogas. Destaca-se, por exemplo, Jensen, Gerber e Mosher (2004) que consideram o fomento à indústria do encarceramento em massa nos Estados Unidos como sendo uma das consequências diretas da atual política mundial de drogas.

Além disso, destaca-se a “*disseminação de mitos*”, bem como, a produção de discursos demonizantes sobre o crack e/ou sobre determinados perfis de pessoas a ele relacionados. Dentre os mitos difundidos naquele contexto estadunidense de surgimento do crack, estava a alegação de que se tratava de uma nova droga e profundamente perigosa, o que permitiu que a mídia escrevesse histórias dramáticas sobre o crack e que políticos o usassem como bode expiatório para aprovar novas leis punitivas para “crimes” envolvendo a droga (REINARMAM & LEVINE, 2002, p. 184). É importante considerar o papel dos veículos de comunicação de massa na formulação de opiniões que podem legitimar práticas segregacionistas e discriminatórias que servem aos interesses dos grupos dominantes numa dada realidade.

No Brasil, a grande maioria dos estudos sobre o consumo de drogas ilícitas, dentre as quais o crack, foi produzida na região Sudeste, particularmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. A Região Nordeste tem se destacado na realização de estudos nessa área, notadamente, na Bahia¹⁴ e em Pernambuco¹⁵, porém, persiste a necessidade de estudos empíricos capazes de contribuir para melhor compreensão das questões relacionadas a drogas ilícitas como o crack nas dinâmicas sociais locais. A grande maioria dos estudos, especificamente sobre o crack, foi realizada nos Estados Unidos. Destacam-se, ainda, estudos realizados no Canadá, em alguns países da Europa como Inglaterra, Espanha, Portugal, Holanda e há registro de estudos sobre o crack no Japão, na África, na Austrália e alguns países da América Central e América Latina, como destacam

¹⁴ Domanico (2012), MacRae (2013), Tavares, Almeida e Filho (2004), Espinheira (2004), Rocha (2012)

¹⁵ Brandão (2016), Acioli Neto (2015), West (2016), Rocha M. (2016), Souza (2016),

Bourgois (1997), Cheung & Erickson (2012), Cohen (1990), Reinerman & Levine (2012).

Assim como na sociedade, a literatura específica é marcada por distintas concepções no que tange ao envolvimento das pessoas com drogas consideradas ilícitas. Um levantamento¹⁶ dos estudos sobre o consumo de crack e outras drogas que foram realizados tanto no Brasil quanto em outros países ao longo das últimas três décadas, permite identificar as perspectivas de abordagem predominantes sobre esse tema. Há prevalência do discurso médico sobre a relação da sociedade com as drogas, e é justamente nessa área que se concentram a grande maioria dos estudos sobre drogas. Muitas abordagens concentram-se nos malefícios que as substâncias podem causar ao organismo humano. Um “*ponto de vista*” que trata uma das faces do envolvimento com as drogas enquanto “*doença*”, destacando-se os quadros de “dependência química” (SIQUEIRA, 2010, p. 66).

No âmbito das Ciências Sociais, é recorrente nos estudos acerca das drogas consideradas ilícitas abordagens que tomam a perspectiva do crime e do desvio por parte dos envolvidos, das dinâmicas dos mercados ilícitos, da associação com outros fenômenos como, por exemplo, violência e criminalidade, dentre outras. Sabe-se que os estudos nessas áreas são relevantes e agregam conhecimento sobre o tema, contudo, como alerta MacRae (2004), é de fundamental importância que o fenômeno do consumo de drogas seja abordado a partir de “*múltiplas determinantes*” sejam estas “farmacológicas, psicológicas e/ou socioculturais”.

Ressalta-se que na Antropologia e em algumas abordagens Sociológicas têm trazido significativa contribuição, inclusive de ordem metodológica, para os estudos acerca da relação da sociedade com as drogas. Além de enriquecer o debate nessa área, esses estudos têm apon-

¹⁶Trata-se dos estudos sobre o crack e/ou outras drogas ilícitas que venho consultando desde a elaboração do projeto de tese, para citar alguns: Reinerman & Levine (2002), Mugford (1997), Cohen (1997), MacRae (2004), Mackenzie (1994), Cheung & Erickson (1997), Fraga (2007), Garcia (2015), Rui (2012), Nunes (2010), Vargas (2006), Oliveira e Santos (2010), Domanico (2006), Medeiros (2010), Rugiero (2000), Escotado (1998), Bourgois (1997), Rodrigues (2008), Laranjeira (2010), Oliveira e Nappo (2008), Brandão (2016), Vide referências bibliográficas.

tado novas perspectivas de abordagem e compreensão desse fenômeno na realidade brasileira, sobretudo, no que se refere aos estudos em torno do crack. No que tange à parcela de estudos que relacionam drogas ilícitas como o crack, com os fenômenos da violência e da criminalidade, há que se reconhecer a necessidade de “relativizar o que é o crime e a violência (ao invés de tomá-los como dados) e concentrar-se na busca de perspectivas metodológicas e descritivas que se orientem fundamentalmente pela escuta do que os atores sociais têm a dizer” (RUI, 2012, p. 26). Essa posição é reiterada por Barbosa (1998).

Ora, o mercado ilícito, ou “*tráfico de drogas*”, consiste numa consequência direta do proibicionismo, que imprime níveis de tolerância social distintas para o envolvimento das pessoas com as drogas e cujo aparato político-ideológico se tornou uma espécie de manual para lidar com a questão das drogas no mundo. Dai a necessidade de relativizar os conceitos supracitados e de problematizar os focos das análises feitas segundo essas perspectivas de abordagem. De outro modo, incorre-se na legitimação de práticas de caráter moralista, racista, higienista e classista das quais se servem, por exemplo, alguns membros pertencentes às elites políticas e econômicas da sociedade brasileira.

Considerando-se o fato de que a relação da sociedade com as drogas é marcada por distintas concepções quanto ao envolvimento de determinados perfis de pessoas com as drogas, importa ressaltar que a literatura que se debruça sobre o tema das drogas reflete essas concepções, sobretudo, no que concerne às interações em torno das drogas consideradas ilícitas. Diante das questões que venho salientado neste capítulo, o grande desafio que se coloca, seja enquanto cidadãos, seja enquanto pesquisadores, é o esforço da não generalização e produzir conhecimento útil sobre o tema que não se configure no reforço ou mesmo na reprodução da ideologia dominante. Do ponto de vista das chamadas minorias sociais frente às consequências da política mundial de drogas, esse desafio deve ser tomado como esforço que consiste, a meu ver, num compromisso social, profissional e, sobretudo, humano.

Cogitei, assim, a possibilidade de somar à literatura sobre *crack*, propondo um estudo a partir das narrativas dos atores sociais diretamente envolvidos no processo. No caso, um estudo apoiado nas narrativas de vida de pessoas que estiveram ou ainda estão envolvidas com o crack. Somando-se o aprendizado com a vasta literatura consultada, às minhas incipientes experiências com pesquisas anteriores, no âmbito das interações das pessoas com as drogas, proponho aqui uma pesquisa de natureza qualitativa, que busca problematizar o envolvimento dessas pessoas com o crack, ao tempo em que traz para o debate questões pouco privilegiadas pelas abordagens atuais sobre o tema.

Penso, que seja de fundamental relevância problematizar esse envolvimento com o *crack*, haja vista que, além das questões até aqui mencionadas, sobre as práticas socioculturais e o aparato político-ideológico que subjaz à “guerra”, supostamente contra determinadas drogas, cabe destacar as disparidades socioeconômicas e consequente histórico de negação de direitos sociais mínimos¹⁷ que atravessam a sociedade brasileira. Tomando-se a cidade do Recife/PE como marco espacial, o estudo se vale das narrativas de vida de pessoas envolvidas com o crack, acessando peculiaridades em suas trajetórias de vida, buscando contextualizar suas inter(ações), sem perder de vista a correspondência com fatores de ordem estrutural.

Importa esclarecer, entretanto, que o fato de problematizar o envolvimento com o crack sem emitir juízo de valor sobre tal ato, e chamar atenção para os fatores estruturais ou condicionantes sociais que permeiam os contextos de vivência dos envolvidos, não consiste numa evaporação das consciências individuais, tampouco, faz desses atores sociais ‘folhas secas levadas ao vento’. Em outras palavras, não se trata de uma abordagem com vistas à vitimização das pessoas envolvidas com

¹⁷ Trata-se da preservação da dignidade humana, mediante promoção de justiça social e garantia dos direitos sociais mínimos, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, que trata, em seu Artigo 6º dos direitos sociais que são essenciais à dignidade e sobrevivência humanas, a saber: “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

o crack. Pondera-se que suas ações não se dão num vácuo social ou, como propõe Simmel (2006) as “escolhas individuais só fazem sentido dentro de uma situação social”. Existem fatores de ordem estrutural que se sobrepõem a determinados grupos na sociedade brasileira, notadamente pobres, negros, pessoas em situação de rua, entre outras, que refletem um histórico da negação de direitos sociais mínimos e que deve ser levado em consideração ao tratarmos fenômenos sociais, como sucede à questão das drogas.

4 Do problema de pesquisa

Os primeiros estudos sobre crack no Brasil datam de 1991, como destacam Scivoletto (1997). O crack teria chegado primeiro à cidade de São Paulo, onde também ocorreu a primeira apreensão da droga. Em São Paulo, Domanico (2006) entrevistou usuários cujos relatos indicam que o crack estaria sendo consumido desde o ano de 1987, ao passo que, a primeira apreensão da droga teria ocorrido somente em 1989, com base nos “relatórios elaborados pelo DENARC (Departamento de Narcóticos da Polícia Civil de São Paulo)” (DOMANICO, 2006, p. 24).

No que tange à repercussão social acerca dos envolvimento com o crack, no contexto de surgimento dessa droga no cenário brasileiro, destaca-se que o “aparecimento” do crack no Brasil, no final da década de 1980, “gerou várias reações na sociedade” como, por exemplo, o “pânico moral” (DOMANICO, 2006, p. 25). Disparidades nas concepções sociais sobre o crack, relacionadas aos distintos perfis de pessoas que se envolveram com a droga, além de informações capazes de promover alarde social em torno da questão, também puderam ser observadas no contexto brasileiro:

Quando o crack surgiu e seu uso se banalizou entre a população das camadas mais pobres da sociedade, pudemos observar a criação de regras sobre seu uso por muitos técnicos da saúde (médicos, psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais) ligados ao atendimento de usuários de drogas que começaram

a disseminar a idéia de que o crack era a “droga do mal” e se encarregaram de tornar o crack a pior droga do momento (DOMANICO, 2006, p. 25).

O ‘pânico moral’ percebido no cenário estadunidense no início da década de 1980 (REINARMAN & LEVINE, 2012), também foi observado no Brasil, no contexto de surgimento da droga por aqui. Desde o primeiro registro sobre a apreensão de *crack* no Brasil, a questão se tornou ainda mais conhecida na sociedade brasileira, sobretudo, a partir de informações que veiculavam sobre a questão. Importa chamar a atenção para o papel dos veículos de comunicação de massa nesse processo, haja vista que o caráter das informações disseminadas sobre essa droga pode orientar as percepções sociais tanto em relação à substância e, respectivamente, ao perfil de pessoas relacionadas a ela.

A partir de 2010, ano de lançamento do Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack, percebeu-se significativa repercussão de matérias sobre o crack no “panorama político-midiático” do Brasil. A disseminação de mitos em relação ao uso da droga e a associação a crimes diversos passou a ser uma constante nas concepções sociais relacionadas à droga. “Jornalistas, lideranças políticas e religiosas não tiveram dificuldade em encontrar especialistas dispostos a corroborar” mitos e informações tendenciosas relacionadas ao crack, que figurava como a mais demoníaca de todas as drogas (GARCIA, 2015, p. 11). O consumo de crack era tônica em matérias jornalísticas, nos programas de televisão e até mesmo em telenovelas, nas conversas do cotidiano, nas pesquisas acadêmicas, dentre outros. Muitas vezes, a forma como o crack era retratado na mídia não causava nas pessoas outra sensação que não a de repulsa sobre os casos extremos, como por exemplo, de usuários em fase de uso compulsivo da droga.

Não por acaso, o perfil eleito pela mídia para estampar boa parte das suas horripilantes matérias relacionadas ao crack, associando-as à violência e à criminalidade, era de negros e/ou pobres, moradores das periferias ou favelas. De um modo geral, a imagem que se procura difundir dos usuários de crack (e de outras drogas consideradas ilícitas)

corresponde à imagem caricata de um “doente”, “bandido”, que precisa ser punido ou mesmo como casos “perdidos” que não têm mais jeito, conforme ressalta Corrêa (2010).

É nesse ponto que levanto questionamentos acerca do papel dos veículos de comunicação de massa no que tange à difusão de informações equivocadas e mitos em relação ao consumo de crack, colocando sob seus holofotes determinados perfis de usuários de modo a influenciar as concepções sociais sobre a questão e reforçar a prática de injustiças, também no trato jurídico e político dessa questão como, por exemplo, as ondas de encarceramento (especialmente de pobres e negros) que caracteriza uma dentre as consequências sociais e humanas da atual Política de Guerra às Drogas, conforme mencionei anteriormente.

As concepções sociais sobre determinadas pessoas a partir das substâncias das quais fazem uso impulsiona intolerâncias, parece potencializar discursos de ódio em relação a grupos específicos da sociedade, legitimando atitudes radicais e de caráter segregacionista, seja de caráter classista ou racista. Os rótulos criados nesses termos, tais como “adictos”, “dependentes químicos”, “drogados”, “viciado”, “maconheiro”, “craqueiro” e a reprodução social dos mesmos se traduz num convite para pensarmos em pseudo soluções como, por exemplo, a “eliminação por meio de internamentos perpétuos em asilos, manicômios e hospícios e, ainda, por meio de homicídios e chacinas” (VEDOVATO, 2010, pp. 163-168). Muitos relatos proferidos sobre usuários de crack, “privilegiam a substância como personagem demoníaco, dotado de vida própria, uma espécie de ‘diabo fumado’ que atua sobre o sujeito que, possuído, opera sobre as regras e normas, além de provocar ameaças à sociedade” (MEDEIROS, 2010, p. 189).

Não poderia deixar de mencionar, aqui, outras práticas que refletem os equívocos nos modos de lidar com a questão das drogas como, por exemplo, as medidas de caráter higienista e que terminam por ser legitimadas na sociedade brasileira. Enquanto eu realizava esta pesquisa e rascunhava este capítulo, o Brasil assistia pelos noticiários e pelas redes

sociais as medidas do então governador de São Paulo com as internações compulsórias dos usuários de crack, num esforço de “limpar” a crackolândia e, na sequência, os também polêmicos jatos de água gelada para afugentar pessoas em situação de rua que dormiam nos bancos e praças da região central da cidade. Dentre os diversos estudos que tratam desse tema, destaca-se uma pesquisa de opinião pública realizada pelo Instituto de Pesquisas Datafolha em São Paulo, divulgada em junho de 2017. O estudo traz um percentual de 48% no nível de aprovação dos paulistanos para o desempenho do prefeito João Doria quanto às ações de intervenção na crackolândia, ao passo que 23% reprovaram e 25% consideraram o desempenho regular. Ressalta-se que “esse nível de aprovação é diferente entre homens (52%) e mulheres (45%), e entre menos escolarizados (54%) e mais escolarizados (42%)” (DATAFOLHA, 2017).

Em Pernambuco, o Programa Atitude, criado com o objetivo de prestar assistência e tratamento para usuários de crack e/ou outras drogas, sofria de forma mais contundente a perda de seu mentor, o ex-Governador Eduardo Campos. Registra-se a falta de repasse de verba, atraso no pagamento dos membros da equipe e fechamento de alguns centros do Programa, comprometendo a qualidade do serviço ofertado. Foi nesse sentido, que eu me referia às descontinuidades políticas e às prioridades nas agendas políticas de cada governo, no item anterior.

No tocante à repercussão dos malefícios das drogas nos organismos humanos, é compreensível, por exemplo, a preocupação e as tentativas de alertar às crianças, aos adolescentes e à população como um todo, sobre os riscos decorrentes do uso de substâncias consideradas ilícitas. No entanto, este cuidado não deve se dar às custas da promoção de *‘pânico moral’* e do processo de estigmatização de pessoas que já contam com outras faces da rejeição social.

Ao limitar pessoas e suas trajetórias a uma circunstância ou ato, reduzindo-os a determinados rótulos, percebe-se um salto analítico, do fenômeno para o termo que identifica os atores diretamente envolvidos no processo, o que constitui uma lacuna nas perspectivas analíticas sobre

a relação da sociedade com as drogas. Nesses termos, a abordagem aqui proposta se mostra inclinada a conhecer minimamente quem são essas pessoas ou quais aspectos marcaram suas trajetórias de vida antes do momento que os levou a serem identificados por termos semelhantes aos supracitados.

No que se refere aos termos/rótulos usados para se referir às pessoas envolvidas com o crack, seja nas conversas do cotidiano, nas matérias sensacionalistas ou mesmo nos estudos sobre o tema, percebe-se que é recorrente o uso de termos como “usuário”, “drogado”, “noiado”, “cracudo”, “traficante”, entre outros. Entretanto, não costuma ser recorrente a preocupação com o que há para além das informações disseminadas por esses discursos produzidos sobre o *crack* e, conseqüentemente, sobre as pessoas com ele envolvidas. No âmbito das pesquisas científicas sobre o crack, ainda é pouco expressiva a existência de estudos empíricos comprometidos em trazer à tona informações referentes às trajetórias dessas pessoas que passam a ser rotuladas em função do seu envolvimento com o *crack*.

Do ponto de vista sociológico, sobretudo, no que concerne às concepções sobre o *crack* na dinâmica social, considerando-se as práticas socioculturais até aqui abordadas, essa preocupação ilumina mecanismos de fundamental relevância para a compreensão do fenômeno em tela. Isto porque o envolvimento dessas pessoas com o *crack* não se deu no instante de seus nascimentos. O ato em si, o envolvimento que pode ocorrer de diferentes formas, parece ofuscar ou mesmo anular qualquer necessidade de ouvir essas pessoas, de conhecer um pouco de suas trajetórias de vida antes mesmo de seu contato com o crack. A partir de Rui (2012), destaca-se a necessidade de se considerar os fatores precedentes nas trajetórias de vida de pessoas envolvidas com o *crack*, o que vale para outras drogas ilícitas.

Nesses termos, propõe-se aqui **não** um estudo que fale sobre “usuários”, “ex-usuários”, “traficantes” e “ex-traficantes” de crack e/ou outras drogas, mas, um estudo feito através deles e preocupado em saber : *o que*

os atores sociais identificados por tais termos, têm a dizer de si próprios e de seu envolvimento com o crack. Ao partir das falas dos(as) entrevistados(as), cada experiência relatada se torna um instrumento-chave desta análise que se vale das suas **narrativas** de vida como alicerce e como **caminho metodológico** deste estudo.

Recorrer às narrativas dos atores sociais, para compreender seus envolvimento com o crack, também figura como tentativa de “reconstruir” suas experiências de vida e assumir “seu ponto de vista existencial em relação ao mundo social” (SOUZA, 2016, p. 26). Busca-se conhecer, ainda que minimamente, *quem são as pessoas identificadas pelos termos supracitados*, concedendo-lhes algum espaço de fala, apreender os contextos de vivência nos quais estão inseridos e dos quais emergem suas interações sociais/relações interpessoais; captar, em seus relatos de vida, fatores estruturais que permeiam suas trajetórias de vida e os aspectos circunstanciais do seu envolvimento com o crack. Além dos dados produzidos em campo, utilizo alguns dados secundários, o que permite tanto uma noção de comparação com outras realidades, quanto uma melhor compreensão desse contexto no qual os(as) entrevistados(as) desenvolveram suas trajetórias de vida. Esses dados secundários me auxiliam, ainda, com informações de caráter mais genérico que não puderam ser alcançadas pelas narrativas pautadas nas memórias e nas experiências individuais de cada entrevistado(a).

5 Dos objetivos em face do quadro teórico-metodológico

Cada narrativa de vida registrada poderá trazer à tona um conjunto de informações que majoritariamente dizem respeito às experiências pessoais de cada entrevistado(a), mas que também permitem associação com aspectos de nível mais amplo, a saber, aspectos macrossociológicos. Ao me debruçar sobre cada narrativa de vida de pessoas envolvidas com o crack, o foco da minha análise passa a ser o que estou chamando de ponto de intersecção, ou seja, o ‘ponto’ em que cada trajetória de vida é

transpassada pelo envolvimento de cada entrevistado(a) com o crack. Para saber como e quando ocorre essa intersecção, em que o consumo de crack se cruza com cada trajetória de vida, recorro às narrativas dos atores sociais diretamente envolvidos no processo.

A narrativa figura como representante direta de cada experiência vivida e de cada ponto a ser alcançado pelo(a) pesquisador(a) através da fala do(a) pesquisado(a). Muito embora o uso do termo “*narrativas*” seja bastante utilizado por “jornalistas e sociólogos” como sendo sinônimo de “*discurso*” ou de “*versão*”, mas o uso aqui extrapola este sentido e se mostra como algo mais consistente relativo às falas do(as) entrevistado(as). Diferentemente da descrição e da argumentação, a narrativa consiste numa “forma discursiva capaz de criar uma imagem em movimento da ação apresentada pelos entrevistados” (SANTOS, 2017. p. 11).

Tomando-se a realidade recifense como marco espacial da pesquisa, as narrativas consistem num recurso-chave de produção de dados em torno das experiências vividas no passado por “usuários”, “ex-usuários”, “traficantes” e “ex-traficantes” de crack. É justamente a essas narrativas que recorro para alcançar os objetivos almejados neste estudo, a saber: *compreender* os envolvimento com o crack, identificando aspectos circunstanciais desse envolvimento e os fatores de ordem estrutural que permeiam as trajetórias de vida dos(as) entrevistados(as).

Nesse exercício, estou conciliando a Sociologia Compreensiva, que tem em Max Weber seu maior expoente e me guia nesse processo de compreensão, com a Sociologia das interações sociais, precisamente através do conceito de *sociação* de George Simmel, que dará conta dos objetivos **específicos**, quais sejam: 1- Identificar em cada narrativa de vida os aspectos circunstanciais do envolvimento com o *crack*; (Tais aspectos circunstanciais ou situacionais referem-se ao conjunto de fatores que, em determinado momento contribuíram/favoreceram/ para o envolvimento do(a) entrevistado(a) com *crack*, seja na venda da droga seja no consumo propriamente dito); 2- Compreender o contexto de vivência e socialização dos(as) entrevistados(as) antes mesmo de seus primeiros

contatos com o crack; 3- Perceber fatores estruturais que permeiam as trajetórias de vida dos(as) entrevistados(as); 4- Compreender como esses sujeitos se percebem frente ao seu envolvimento com o *crack* e 5- Identificar aspectos em comum nas narrativas de vida, referentes aos processos de iniciação dos(as) entrevistados(as) ao consumo de crack e/ou outras drogas.

Ao buscar em cada narrativa de vida essa intersecção, entre as trajetórias e o envolvimento com o crack, proponho um estudo que leva em consideração os aspectos individuais e situacionais que permeiam as trajetórias desses indivíduos imersos na dialética das interações sociais, sem perder de vista a incidência de fatores de ordem estrutural no desenrolar de suas trajetórias de vida. Em outras palavras, admito a coexistência e o peso de fatores de ordem estrutural, conforme Giddens (2008), frente às ações dos indivíduos imersos no fluxo contínuo de interações marcadas pela influência mútua que os sujeitos exercem entre si, como trata (Simmel, 2006).

A *sociação* consiste na “forma”, que se realiza de distintas maneiras, na qual os indivíduos, em razão de seus interesses “*sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros*” interagem continuamente formando “a base da sociedade humana”. Nesse fluxo de interações sociais, cada indivíduo desenvolve “*uma relação de convívio, de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro*”, de maneira que ele “*exerce efeito sobre os demais e também sofre efeitos por parte deles*” (SIMMEL, 2006, p. 60-61). Desse conceito de *sociação*, extraio dois pontos que são viscerais à minha análise: 1. O caráter circunstancial, momentâneo ou duradouro das interações sociais; 2. O fato de que, no fluxo das interações sociais, os indivíduos influenciam e também são influenciados uns pelos outros. Essa ‘dialética’ das interações, como denomino tais aspectos, se faz presente nas trajetórias de vida dos(as) entrevistados(as), sobretudo, quando relatam suas experiências na dinâmica do envolvimento com o *crack*.

Em consonância com a sociologia simmeliana, considerando-se que as ações dos indivíduos não ocorrem num ‘*vácuo social*’, salienta-se o esforço em tentar problematizar o envolvimento de cada entrevistado(a) com o crack reconstruindo, ainda que minimamente, aspectos dos seus contextos de vivência, das suas trajetórias de vida. Importa esclarecer que a preocupação aqui é *problematizar esse envolvimento*, portanto sem qualquer intenção de buscar justificativas para o ato, tampouco, julgá-lo.

A preocupação com os aspectos circunstanciais se mostra cara porque é justamente a partir das circunstâncias e situações em que os entrevistados se envolvem com a dinâmica do consumo de *crack*, que eles passam a ser “usuários” e/ou “traficantes”, mesmo que depois possam não se relacionar mais com a droga. É a partir desse momento que passam a portar, perante a sociedade, outros termos que os o identificam. No tocantes a essas narrativas de vida, poder-se-ia perceber, na *dialética das interações*, a possibilidade de que a sociedade, imersa em concepções sociais sobre o consumo de drogas, atribua um rótulo ao indivíduo com base em aspectos pontuais, momentâneos e circunstanciais de suas ações.

Os procedimentos aqui adotados se mostram sensíveis aos fatores precedentes nas trajetórias de vida dos(as) entrevistados(as), antes dos mesmos se envolverem na dinâmica do consumo de *crack* e passarem a ser identificados com os termos/rótulos anteriormente mencionados. Mais uma vez, o esforço aqui pretendido é, também, mostrar que “as escolhas individuais só fazem sentido dentro de uma situação social”, como trata Simmel (2006). Voltar-se para uma situação social, implica considerar justamente os aspectos circunstanciais, os condicionantes sociais e o contexto no qual os indivíduos interagem. Nesse ‘cenário’ de interações, Espinheira (2004), Goffman (2008) MacRae (2004), Souza (2016) e Becker (2008) trazem aporte para se trabalhar aspectos específicos dessas interações, destacando os processos de construção de estigmas, condicionantes sociais e fatores de ordem estrutural, além das

percepções sociais sobre o *crack* e sobre os atores sociais envolvidos com ele.

Das falas dos(as) entrevistados(as) podem emergir informações capazes de auxiliar no processo de compreensão das possíveis discrepâncias entre “*identidade social virtual*” (ISV) e “*identidade social real*” (ISR), como trata Goffman (1988). As concepções sociais sobre os atores envolvidos com drogas ilícitas *versus* a concepção que os(as) próprios(as) entrevistados(as) têm de si (ISR) e o modo como se percebem nesse processo de envolvimento com o *crack* (um dos objetivos específicos) podendo evidenciar um confronto ou a discrepância entre o que eles são e o que as demais pessoas pensam que eles sejam; entre o que dizem sobre eles e o que eles próprios dizem de si.

Acredita-se, ainda, que o fato de se ater às “experiências individuais” possibilita “ajudar na avaliação de teorias e hipóteses, indicar novos caminhos de investigação, assim como acessar dados que normalmente escapariam a metodologias mais generalizantes” (MACRAE, 2004, p. 35). Diante de um ‘cenário de estudo’ em que atores sociais, injustiças históricas, contextos de vivência e trajetórias de vida que podem estar sendo camufladas, sintetizadas e mesmo justificadas na expressão ‘*mundo das drogas*’ ou, mais especificamente, identificadas como “o problema do *crack* no Brasil”, destaca-se que “aquilo que mais amplamente é percebido como ‘o problema do *crack*’ ganha em complexidade quando se entra em contato com a trajetória de perdas sociais, materiais e morais” (RUI, 2012, p. 51), que costumam marcar as vidas pregressas dos usuários de *crack*. Muito embora a autora esteja se referindo aos usuários, entendo que essa ponderação pode ser entendida aos outros modos de envolvimento com o *crack*, a exemplo dos(as) entrevistados(as) nesta tese, conforme apresento adiante.

Além de conciliar a Sociologia Compreensiva com a Sociologia das interações sociais para dar conta dos objetivos supracitados, fiz outras escolhas metodológicas e alterações que se mostraram necessárias no desenrolar do processo. Fui a campo e é de lá que emergem as questões

que trago para o debate nesta tese. No Capítulo 2, a seguir, procuro detalhar todas as etapas de realização deste estudo, trazendo para apreciação dos(as) leitores(as) desde os passos planejados, passando pelas (de)limitações de campo e pelas situações que experienciei durante a realização da pesquisa, até a autocrítica enquanto pesquisadora e as escolhas teórico-metodológicas adotadas neste estudo, cuja perspectiva de análise considera aspectos não privilegiados pelas abordagens predominantes sobre a relação da sociedade com as drogas, principalmente, no caso do *crack*.

“O Sol nasce e ilumina as pedras evoluídas,
Que cresceram com a força de pedreiros suicidas.
Cavaleiros circulam vigiando as pessoas,
Não importa se são ruins, nem importa se são
boas.

E a cidade se apresenta o centro das ambições,
Para mendigos ou ricos, e outras armações.

[...]

A cidade não pára, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce.

[...]

No meio da esperteza internacional,
A cidade até que não está tão mal.

E a situação sempre mais ou menos,
Sempre uns com mais e outros com menos.

[...]

Eu vou fazer uma embolada, um samba, um
maracatu

Tudo bem envenenado, bom pra mim e bom pra
tú.

Pra gente sair da lama e enfrentar os urubus.
(haha)

Num dia de Sol, Recife acordou
Com a mesma fedentina do dia anterior”.

‘A Cidade’, interpretada por Chico Science e na-
ção Zumbi.

Capítulo 2

Dos procedimentos metodológicos ao perfil socio-demográfico dos(as) entrevistados(as): entre as estratégias de pesquisa e os desafios de campo

“Por que os pesquisadores fazem pesquisas com perguntas de múltipla escolha? Por que eles não falam diretamente com as pessoas?”. Venkatesh (2008, p. 16)¹

Neste capítulo procuro detalhar os procedimentos metodológicos adotados na realização desta pesquisa, principalmente, no que se refere ao processo de produção das narrativas em campo. Trago informações sobre os locais de aproximação com os(as) entrevistados(as), além de apresentar os recursos, técnicas, quadros teóricos dos quais me vali na construção deste estudo, salientando, tanto observações referentes à produção dos dados em campo, quanto as alterações e escolhas metodológicas que se fizeram necessárias, também, na fase de análise do material empírico.

Desde a elaboração do projeto, passando pela fase pré-campo, até a execução da pesquisa propriamente dita e fases posteriores, algumas alterações foram feitas. A cada passo dado em direção ao campo, a pesquisa ia tomando forma e todo o processo de realização da mesma parecia figurar como um singelo lembrete: as metodologias e as técnicas de pesquisa definidas no planejamento de uma pesquisa devem ser vistas

¹ Trecho do livro *“Chefe de Quadrilha por um dia: O resultado da experiência de um sociólogo que viveu uma década à margem da sociedade”*, de Sudhir Venkatesh. O trecho citado é o comentário de J.T. (um líder da ‘quadrilha’ que comandava o mercado ilícito de crack numa dada região de Chicago/EUA), sobre o questionário apresentado pelo então, jovem estudante de pós-graduação, Venkatesh. Esse comentário nos leva pensar em questões de ordem metodológica, sobretudo no que se refere aos procedimentos com vistas à produção (“coleta”) de dados na realização de estudos empíricos. Destaca-se, nesse sentido, a relevância de falar com as pessoas, de ouvi-las, para compreender, também, os fenômenos que emergem justamente do convívio em sociedade.

como pontos de partida e não como ‘camisas de força’, devendo, assim, caminhar na mesma direção que o campo como alerta MacRae (2004).

Certa flexibilidade, evidentemente sem ônus aos objetivos almejados no estudo, consiste numa estratégia que permite lidar com possíveis imprevistos e (de)limitações da produção de dados em campo, haja vista que este não é apreendido pelo planejamento ou pelo projeto em si, mas, minimamente conhecido e compreendido pela pesquisa que nele se executa. A Sociologia, enquanto área do conhecimento pluriparadigmática, se apresenta como uma caixa de ferramentas que possibilita a compreensão dos fenômenos e dos seus respectivos desdobramentos na dinâmica social. A escolha de uma dessas ferramentas (perspectiva, método, metodologia, técnica) não anula a possibilidade de se utilizar, também, outras.

Não hesitei em conciliar distintos autores e combinar recursos metodológicos, técnicas de pesquisa que me lograram êxito no alcance dos objetivos almejados nesta tese. Assim, tomei a cidade do Recife/PE como marco espacial deste estudo e no decorrer do processo, incluindo-se defesa do Projeto de Tese e Qualificação, fiz as alterações que se mostravam necessárias e que melhor atendiam meus propósitos com a pesquisa.

O método de análise que havia sido proposto no projeto para analisar o material de campo foi análise de conteúdo. Posteriormente, entretanto, de posse do material de campo, as narrativas dos(as) entrevistados(as), percebi que o método de análise outrora proposto, não permitiria explorar a contento o material que eu tinha em mãos. Durante minha apresentação nos seminários de Sociologia e diante dos questionamentos que foram ali levantados, ratifiquei minhas inquietações e aquele momento mudaria os rumos metodológicos da tese².

Neste estudo, de natureza qualitativa, me debruço sobre as narrativas de vida de pessoas envolvidas com o crack (tanto vendendo e

² Os Seminários de Sociologia, que integram as atividades do PPGS, são coordenados pela Prof. Dra. Silke Weber e, geralmente, constituem um momento em que professores, alunos (em curso ou egressos) apresentam suas pesquisas, debatem junto aos presentes os achados de seus estudos e abordam questões pertinentes aos seus temas. O debate sobre cada apresentação propicia reflexões no âmbito das ciências Sociais e Humanas, além de fornecer importantes feedbacks aos expositores de cada dia.

distribuindo quanto fazendo uso da droga) na cidade do Recife/PE. Na busca para saber **quem** são essas pessoas e ouvir o que cada uma teria a dizer sobre seus envolvimento com o crack, sirvo-me das narrativas de vida como caminho metodológico para acessar, ainda que minimamente, a um conjunto de informações referentes às interações que se desmembram nas trajetórias e nos contextos de vivência dos(as) entrevistados(as).

Estou aqui conciliando a Sociologia Compreensiva (weberiana) com a Sociologia das interações/sociação (simmeliana) para alcançar os objetivos da tese. Nesse sentido, minha proposta metodológica traz um traço de inspiração acerca do “fazer sociológico” percebido na Sociologia alemã da década de 1970, sobre a qual Max Weber exerceu significativa influência, principalmente, no que se refere à realização de entrevistas narrativas, destacando-se um grupo de sociólogos da Universidade de Bielefeld, liderados por Fritz Schütze, como ressalta Santos (2017). A preocupação central daquele ‘fazer sociológico’, que me serve de inspiração neste trabalho, prioriza os relatos dos(as) entrevistados(as), suas vivências que podem nos auxiliar na compreensão de questões sociais que extrapolam as experiências vividas no plano individual, como trata Rosenthal (2017, 2015) em suas análises empíricas de histórias de vida narradas.

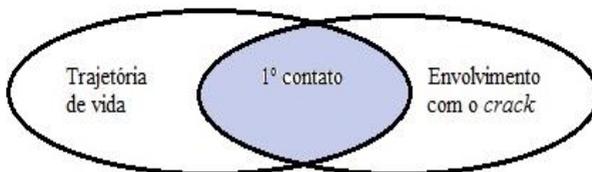
Ainda no tocante às alterações feitas, conforme mencionado acima, convém esclarecer que no material que escrevi para a qualificação, eu destacava as chamadas ‘dinâmicas do consumo de crack’ enquanto unidade de análise, que estaria alicerçada em “histórias de vida”. Os referidos termos, entretanto, foram substituídos: após reuniões de orientação com Prof. Remo, posterior acesso a bibliografias específicas, reuniões de estudo em nosso Grupo de Pesquisa³, das quais, aliás, emergiram valiosas e decisivas contribuições para esta tese, além do conseqüente processo de amadurecimento acerca da perspectiva de análise que eu pretendia neste estudo. Percebemos, então, que seria melhor

³ Sociedade Brasileira Contemporânea: Cultura, Democracia e Pensamento Social-SBC/UFPE.

apropriado falar em *envolvimento com o crack*, já que o foco não são as relações de mercado da droga; e em *narrativas de vida*, ao invés de “*histórias de vida*”, pois o estudo prioriza justamente o relato de cada entrevistado(a) sobre seu envolvimento com o *crack*. A partir desse foco analítico, são contemplados aspectos que antecedem as circunstâncias do envolvimento e aspectos de ordem estrutural que permeiam as trajetórias de vida dos(as) entrevistados(as).

Interessante notar que, depois de me voltar para o material de pesquisa produzido em campo, percebi que o *envolvimento dos(as) entrevistados(as) com o crack* não tinha sentido ou relevância isoladamente, mas estava intimamente relacionado às experiências que marcaram suas trajetórias de vida. Experiências outrora vividas e agora narradas. O foco da pesquisa se mostrava, desde o início, no que agora chamo de *intersecção* entre a narrativa de vida e o envolvimento com o crack (vide Figura 03). Trata-se do ponto em que cada trajetória de vida ‘se cruza’/é marcada pelos envoltimentos com o crack. Evidentemente, minha forma de ‘captar’ tal momento, enquanto experiência vivenciada, não é outra senão, as narrativas das próprias pessoas envolvidas.

Figura 03: Intersecção entre as trajetórias de vida e os envoltimentos com o crack.



Fonte: Elaboração própria.

Considerando-se que as narrativas de vida não consistem em relatos lineares e sequenciais de experiências vividas, identificar em cada relato o momento em que cada entrevistado(a) teve seu primeiro contato com o *crack*, exige atenção, certa imersão e cautela. Nesse exercício de identificar, em cada narrativa registrada, o momento em que os(as) entrevistados(as) têm suas trajetórias de vida marcadas pelo contato com

o *crack*, é importante identificar aspectos circunstanciais desse envolvimento no fluxo de interações e nos contextos de vivência de cada um(a). O esforço é problematizar esse envolvimento, sem qualquer intenção de buscar justificativas para o ato, tampouco, julgá-lo. Acredita-se que as narrativas permitem compreender, para além do envolvimento com o *crack*, aspectos de ordem estrutural que transpassam as experiências individuais e os contextos de interação dos(as) entrevistados(as).

Ao me debruçar sobre esse ponto de intersecção entre as narrativas de vida e os envolvimento com o *crack* proponho, ainda, uma abordagem que busca levar em consideração a coexistência, bem como a influência de fatores de ordem estrutural, frente aos aspectos situacionais que impactam as trajetórias de indivíduos imersos na dialética das interações sociais. Assim, o conceito de sociação de Simmel mostra-se caro a este estudo, pois é através dele que trabalho, no plano analítico, o aspecto circunstancial do envolvimento de cada entrevistado(a) com o *crack* nessa dialética das interações sociais, ou seja, nesse fluxo contínuo de interações em que as ações dos indivíduos influenciam ao tempo em que estes, também, são influenciados pelas ações de outros.

Considerando-se a Sociologia, enquanto ciência que permite analisar os fenômenos decorrentes do convívio em sociedade, e que tem como objeto de análise, como propõe Simmel, uma “multiplicidade de interações” sociais, os procedimentos aqui adotados figuram, ainda, como tentativas de ordenar relativamente o real. Para Weber, o esforço de ordenar relativamente o real consiste numa forma de tornar a realidade inteligível, embora não seja possível apreendê-la e sua totalidade. De maneira que “não podemos, pois, chegar a conhecer senão fragmentos, jamais o todo (...). Seja qual for o método adotado, tudo o que é possível é ordenar relativamente o real, nunca esgotá-lo” (FREUND, 2006, p. 12).

Neste caso, o ‘real’ é aqui ordenado a partir das narrativas de vida dos(as) entrevistados(as). Seus relatos permitem compreender os aspectos circunstanciais de seu envolvimento com o *crack*, as sociabilidades e os fatores/condicionantes estruturais que permeiam suas trajetórias em

seus contextos de vivência, de interação. Cada entrevista realizada me possibilitou acessar minimamente ao contexto de vivência dos(as) entrevistados(as), conhecer um pouco de seus backgrounds, antes mesmo do momento a partir do qual passaram a ser “usuários”, “traficantes” de crack e/ou outras drogas. A entrevista não estruturada foi aqui utilizada como técnica de abordagem que me possibilitou compreender tanto os respondentes quanto ‘o mundo’ do qual fazem e fazemos parte (DENZIN e LINCOLN, 2006; GASKEL, 2002). Ressalta-se que “a entrevista é uma forma de interação social que valoriza o uso da palavra, símbolo e signo privilegiados das relações humanas, por meio da qual os atores sociais constroem e procuram dar sentido à realidade que os cerca” (FRASER e GONDIM, 2014, p. 139).

Outras perspectivas analíticas e respectivos procedimentos metodológicos são possíveis, contudo, entende-se que os procedimentos e conceitos aqui reunidos e conciliados permitem uma melhor compreensão do fenômeno estudado e atendem satisfatoriamente ao esforço de fazer um estudo não ‘sobre’, mas, a partir de pessoas que, geralmente, costumam ser identificadas tão somente por rótulos como “usuário de crack”, “viciado”, “noiado”, “drogado”, “cracudo” e/ou “traficante”. Considerando-se as teorias sociológicas acerca da produção, reprodução e impactos do “estigma” nas identidades dos indivíduos (GOFFMAN, 1998; ELIAS, 2000; BERGER, 1980) não se descarta, contudo, a possibilidade de que os próprios entrevistados se identifiquem com tais termos ou os reproduza ao falarem de si mesmos, o que configura introjeção do estigma socialmente construído e que lhes são atribuídos.

1 Antes do campo, “a comunidade”

Antes de ir a campo, quando eu imaginava que faria todas as entrevistas nas ruas do Recife, comecei a me preparar para tal tarefa e busquei me *familiarizar* com a cidade para a qual eu havia acabado de me mudar, logo após aprovação na Seleção de Doutorado. Sempre a pé, de metrô ou

de ônibus⁴ percorri ruas e praças do Recife - apreciando as belezas da cidade, mas principalmente, buscando uma espécie de familiarização com a dinâmica social local.

Tal empenho consistia, também, numa tentativa de minimamente me ‘apropriar’ de termos e expressões típicas do modo de falar recifense o que, posteriormente, viabilizou minha compreensão acerca de alguns termos frequentes nos relatos de vida dos(as) entrevistados(as). Cabe aqui ressaltar que é de fundamental importância, na fase de elaboração dos instrumentos de produção dados ou até mesmo antes, ainda na elaboração do projeto de pesquisa, considerar as visitas exploratórias ao campo. A partir destas, os pesquisadores poderão se ater ao vocabulário predominante naquele contexto e na realidade observada atendo-se, na medida do possível, aos termos, às expressões, aos hábitos e às práticas que são processados naquela dinâmica social.

De maneira que, quem está familiarizado, precisa passar por uma espécie de estranhamento, relativização, ao passo que quem “vem de fora”, precisa se familiarizar. Talvez seja possível fazer aqui uma menção a Velho (1978), quando trata das estratégias de observação nas pesquisas de campo, sobretudo no que tange aos processos observação do familiar, que remete tanto à relativização para os pertencentes ao grupo, digamos assim, quanto à familiarização para os não-pertencentes. Ressalta-se que este momento de caráter exploratório é de fundamental relevância para que o pesquisador consiga se cercar das condições mínimas necessárias para produzir seja um instrumento de “coleta”, sejam os mecanismos de interpretação das interações que ali são processadas. Afinal, “os comportamentos não falam por si mesmos” (POUPART, 2008, p. 201). Este autor chama atenção, ainda, para o fato de que a entrevista consiste numa das interações mais eficazes para que os pesquisadores consigam ‘apreender os sentidos’ que os atores sociais dão às suas ‘condutas’ de vida.

⁴ Raríssimas vezes o fiz de carona com colegas de turma e outros(as) amigos(as).

Certa de que a entrevista seria, também, minha expressão-chave durante as interações em campo, eu precisava pensar num ponto de partida para a produção das narrativas junto às pessoas que eu viesse abordar. Na cabeça, além do encanto com a riqueza cultural local, eu tinha uma preocupação: elaborar um ‘roteiro’, ainda que fosse uma versão preliminar. Um *start* (mostrado no início do capítulo 3) que teria o condão de levar cada entrevistado(a) a um processo de rememoração e consequente relato de suas experiências vividas.

Seguindo com as explorações de campo, participei de algumas ações comunitárias na cidade, através de um grupo que saía às noites e madrugadas em ‘comboio’ para distribuir roupas, alimentos e calçados às pessoas em situação de rua, principalmente na região central do Recife. Muitos usuários de drogas ilícitas, dentre elas o crack e a população em situação de rua como um todo, se referiam a esse e grupos similares como “**a comunidade**”. Nunca soubemos ao certo o porquê, mas bastava que começássemos a descer dos carros e nos preparar pra começar a servir os alimentos e distribuir os donativos para ouvi-los avisando aos que estavam distante: “***Chegou a comunidade!***”, “*Chega fulano, a comunidade tá aqui!*”

O que eles chamam de “comunidade” é, na verdade, a atuação de vários grupos de pessoas pertencentes a diferentes instituições/organizações como, por exemplo, ONG’s, Igrejas, Centros Espíritas que, em diferentes dias da semana e/ou em alguns dias de cada mês, costumam desempenhar atividades sociais, prestação de serviços e doações como essas noturnas para a população em situação de rua, sobretudo, na área central do Recife. A “comunidade”/grupo, ao qual me inseri ainda no ano de 2014, foi o CELEC (Centro Espírita Luz e Caridade), localizada na Várzea, na Rua Amaro Gomes Poroca, próximo ao CFCH/UFPE.

Durante nossas andanças pelas ruas, os membros do grupo não permitiam que fossem tiradas fotos ou gravados vídeos das ações que fazíamos. Desde o primeiro dia que eu sai com essa “comunidade” eu já

era orientada a não tirar fotos. Interessante perceber como o curso dos acontecimentos foram, de alguma forma, contribuindo para que eu me desse conta de que recursos como a observação, anotações e memória auditiva seriam eficazes ferramentas de registro, tanto naquele momento quanto posteriormente, em pleno processo de produção de narrativas, durante as entrevistas, conforme esclareço no tópico seguinte.

Minha pontual participação no CELEC se deu através de uma das mulheres-membro (que se tornou grande amiga), com quem residi⁵ por alguns meses, durante o primeiro ano de Doutorado. Devo fazer aqui o desconfortável esclarecimento de que não falei aos membros do grupo dos meus interesses e da minha condição de pesquisadora. Além do caráter solidário daquelas ações de rua do CELEC, vi na minha inserção/participação a oportunidade de ter acesso às ruas do Recife nos horários noturno e de madrugada diferentes, portanto, daqueles horários diurnos aos quais eu estava habituada e poderia fazer as explorações sozinha. Como eu disse, as ações do CELEC se dão em paralelo a várias outros grupos e instituições. Alguns dos quais, também, com alguma conotação religiosa, que se enveredam pela caridade e pela ajuda ao próximo⁶.

Nas ruas do Recife, sobretudo, na Praça do Diário de Pernambuco, no São José, próximo ao Mercado e ao Geraldão Tecidos, nas imediações do Cais de Santa Rita, na Praça Dezesete, na Boa Vista, na Rua da Imperatriz, na Rua Sete de Setembro, e também em algumas ruas de Boa Viagem é comum ver grupos de pessoas distribuindo alimentos, roupas, calçados, brinquedos etc, para as pessoas em situação de rua durante determinados dias do mês ou datas específicas do ano como, por exemplo, Natal, Páscoa e Dia das crianças.

Nos dias de ações na rua, os membros do CELEC se subdividem em grupos de 3 ou 4, distribuídos em vários carros, geralmente de cinco a

⁵ Pela localização estratégica, próxima à UFPE e graças ao hábito de alugar vagas para estudantes num dos quartos de seu apartamento, tive a oportunidade de conhecê-la e por lá me instalei para cursar os primeiros 5 meses de Doutorado.

⁶ Conduzidas com as quais me identifico, excetuando-se a filiação religiosa.

oito, e saem em ‘comboio’ pelas ruas da região central do Recife. Este grupo, geralmente, saía uma vez por mês, durante a noite e madrugada, para distribuir o sopão, sanduíches, água mineral, sucos, roupas e/ou calçados para pessoas em situação de rua. Dentre essas pessoas, eventualmente, algumas se diziam usuárias, também, de *crack*. Algumas chegam a falar claramente do uso problemático e/ou compulsivo de bebidas alcóolicas, *crack* e outras drogas. Durante as ações de rua das quais participei, era comum usuários(as) que se consideravam em fase de uso compulsivo dessas drogas pedirem oração aos membros do grupo e/ou participarem do círculo de oração que era feito em cada local visitado. Muito manifestavam desejo e pediam orações para que pudessem “sair dessa vida” um dia. Algumas moças que “fazem programas” também participavam dos círculos de oração, recebiam alimentos e pediam proteção para seus filhos e para outros familiares.

Mesmo depois, quando deixei de participar das atividades do CELEC, o fato de eu dizer que tinha participado da “**comunidade**” figurava como meu cartão de visita, tanto com as pessoas que eu abordei nos centros do Programa Atitude quanto e, principalmente, com aquelas que abordei nas ruas do Recife. Impressionante a receptividade dos rapazes e moças abordados(as) quando eu falava que era da “comunidade”. Os abordados, não apenas *a conheciam*⁷ como tinham sempre algo pra comentar a respeito: perguntavam se eu não estava lembrando deles; se eu lembrava de episódios que ocorreram – porque alguns disseram se lembrar de mim durante as ações de distribuição de alimentos, enfim.

A esse respeito poderíamos pensar que o fato de mencionar o nome “comunidade” facilitou meu acesso aos(as) entrevistados(as), mas que também pode ter condicionado, em alguma medida, o modo como os(as) entrevistados(os) me viram. Nesse modo de ver cabe o viés religioso, já que a grande maioria dos grupos que realizam essas ações de distribuição de donativos são de alguma igreja/paróquia/centro etc. Por outro

⁷ Na verdade, conheciam o amplo grupo composto por várias instituições, Ong’s etc, que chamavam de comunidade e não, o CELEC em si.

lado, ao me apresentar e falar sobre a pesquisa para os(as) potenciais entrevistados(as) ficava evidente que não se tratava de uma atividade ligada a qualquer grupo religioso, mas um estudo sobre *histórias de vida* feito por uma estudante da Universidade Federal de Pernambuco.

Paralelamente à experiência de caráter exploratório, surgiu, ainda no primeiro ano de Doutorado, a oportunidade de fazer entrevistas nos Centros do Programa Atitude, cujo coordenador geral me fora apresentado pelo então orientador⁸ o que, evidentemente, facilitou meu acesso aos centros do referido Programa que, conforme já mencionei acima, foi criado em 2011, pelo então, Governador do Estado de Pernambuco e voltado para acolhimento, assistência e tratamento de usuários de *crack* e/ou outras drogas⁹. O Atitude se tornava, assim, um lócus, no plano institucional, de aproximação de pessoas envolvidas com o *crack*. Apesar de achar cedo demais, por ainda está no primeiro ano de Doutorado, me empenhei nessa tarefa de frequentar os centros do Programa Atitude, no intuito de realizar as entrevistas, afinal de contas o referido programa voltava-se justamente para o atendimento a pessoas envolvidas com o *crack* e/outras drogas. Apesar de começar a pesquisa com entrevistas realizadas dentro dos centros do referido Programa, manteve, contudo, o interesse em fazer abordagens, também, nas ruas do Recife.

2 Chegando no “outro”: Dos procedimentos de aproximação dos(as) entrevistados(as) à produção das narrativas

Passadas as andanças exploratórias pelo Recife, meu ‘objeto’ de desejo sociológico, naquele momento mais do que antes, era as narrativas de vida de ‘usuários’, ‘ex- usuários’, ‘traficantes’ e ‘ex-traficantes’ de *crack*. Elaborei um ‘roteiro’ contendo perguntas mais gerais sobre a vida dos(as) entrevistados(as), conforme exponho adiante, e o tomei como

⁸ O orientador à época era o Prof. Dr. José Luiz de Amorim Ratton Junior. Posteriormente, passei a ser orientada pelo Prof. Dr. Remo Mutzemberg.

⁹ Para mais informações sobre o Programa Atitude, ver West e FBSP, (2015), vide referências bibliográficas.

start, ou seja, ponto de partida para a produção, audição e, consequentemente registro das narrativas de pessoas que se propuseram a me contar situações por elas vividas.

No plano da interação pesquisadora pesquisados(as), geralmente, falávamos de vários assuntos antes e após a aproximação, até que o(a) entrevistado(a) se sentisse/aparentasse estar à vontade para começarmos a entrevista. Ao começar, eu me empenhava para ouvir atentamente seus relatos de vida. Em meio aos seus processos de rememoração eu fazia, oportunamente, outras perguntas de relançamento das questões ou de aprofundamento de informações dadas. Aqueles momentos de interação tinham o condão de despertar na pesquisadora a empatia diante do *sofrimento alheio*, que emergiam daqueles relatos de vida.

Valendo-me do método da não diretividade, que consiste em não ir diretamente ao ponto de interesse do(a) pesquisador(a) numa entrevista, conforme esclareço adiante, o caminho era longo até que o relato alcançasse o momento da vida em que cada entrevistado(a) teve seu primeiro contato com o crack. Nesse processo, as narrativas de vida aqui analisadas trazem, simultaneamente, a marca de dados produzidos para a pesquisa, mas também da produção de emoções. Cada narrativa de vida que registrei foi precedida pelo seguinte procedimento de abordagem (repetido para cada entrevistado/a), conforme disposto nos subtópicos 2.1 a 2.3, abaixo:

2.1 Aproximação do(a) entrevistado(a) e apresentação da pesquisadora e da pesquisa

Conforme dito no início deste capítulo, a entrevista não estruturada foi aqui utilizada como técnica de abordagem que me conduziu à produção das narrativas de pessoas envolvidas com o *crack* no Recife/PE. Ao abordar os(as) potenciais entrevistados(as), eu me apresentava, dizendo meu nome, que era pesquisadora ou socióloga que estudava na UFPE e que estava fazendo uma pesquisa sobre *histórias de vida*. A depender do

interesse da pessoa abordada, das perguntas que me fazia a respeito da pesquisa ou de terceiros que estivessem por perto, eu já pergunto se a pessoa gostaria de me contar sua *história de vida*. Muito embora eu tivesse utilizado a expressão '*história de vida*' durante as aproximações junto aos(as) entrevistados(as) percebi, posteriormente, conforme já mencionei, o uso equivocado da referida expressão. O que eu tinha em mãos era, na verdade, *narrativas de vida* de pessoas envolvidas com o *crack* no Recife.

Importa esclarecer que a melhor adequação do termo e respectiva substituição, entretanto, não comprometeu o material de campo ora registrado, tampouco a posposta e perspectiva de análise apreciadas nesta tese. Durante nossas interações, os(as) entrevistados(as) narraram situações que, de algum modo, marcaram suas trajetórias de vida. Narra-ram suas experiências pessoais que, portanto, são parte das suas histórias de vida. Assim, cabe reforçar que o equívoco mencionado se limita ao uso do termo para identificar o tipo de pesquisa que estava sendo feita e não ao material que foi produzido em campo.

Seguindo com os procedimentos de abordagens aos(as) entrevista-dos(as), depois que eu me apresentava e dizia que estava fazendo uma pesquisa, a grande maioria não perguntava sobre os critérios da mesma ou sobre o uso que eu faria das informações nela reunidas, mas, costumavam me perguntar se eu achava que eles teriam alguma coisa importante pra contar, ou se as informações sobre suas vidas iriam "*prestar pra uma pesquisa*". Outros(as) diziam, ainda: "*Eu não tenho nada importante pra falar*".

Geralmente os comentários evidenciavam a dúvida de cada um(a) se em suas vidas teriam algo importante para contar a esta pesquisadora. Nesses momentos, sempre busquei dizer para cada um(a) aquilo que, de fato, acredito: que cada relato de vida é fundamental para o estudo que estou fazendo e que poderiam me falar de quaisquer situações que tivessem vivenciado, tanto nos momentos de alegria quanto nos momentos de tristeza, pois todas as informações seriam muito importantes. Finalizava

a abordagem com a seguinte pergunta: *Você gostaria de participar da pesquisa?*

2.2 A concessão da entrevista

Diante da aceitação em participar da pesquisa, convido cada abordado(a) a se afastar um pouco dos espaços de circulação das outras pessoas, no intuito de que a entrevista pudesse ocorrer sem ou com o mínimo de interrupções possíveis. Em seguida, escolhíamos um local e nos sentávamos. Nas entrevistas realizadas dentro dos centros do programa Atitude, sentávamos no refeitório onde existem muitas mesas e onde os(as) usuários(as) atendidos(as) costumavam conversar com suas TR's¹⁰. Outras vezes, sentávamos em duas cadeiras postas uma próxima à outra, mais afastado dos espaços de circulação da casa, contudo, sempre à vista de todos(as). Já nas ruas foi mais difícil encontrar um lugar com pouca circulação de pessoas, o que não impediu a realização das entrevistas. Geralmente sentávamos no chão, nas calçadas ou em algum banco de praça.

Alguns(mas) entrevistados(as), perguntaram se teriam que *'assinar alguma coisa'* ou se iriam *"ganhar alguma coisa"*, se eu iria *'gravar ou filmar'*, se precisariam *'falar o nome'* etc. Mesmo sendo informados(as) que não ganhariam um brinde ou algo equivalente, a grande maioria que abordei aceitou participar da pesquisa. Algumas pessoas aceitavam começar a entrevista naquele momento, ao passo que outras preferiam que eu voltasse em outro dia de sua escolha. Obviamente eu seguia de acordo com a vontade de cada um(a). Aos que aceitavam de imediato, quando não traziam outros assuntos sobre os quais quisessem falar, eu já fazia a pergunta inicial da pesquisa: *"Você poderia me falar um pouco sobre sua infância?"*

¹⁰ Iniciais de Técnicas de Referência, que são integrantes da equipe do Programa Atitude responsáveis pela recepção, cadastro e acompanhamento de cada usuário(a) que é atendido naquele centro (que pode ser na modalidade Apoio ou Intensivo).

Ao serem informados que não seriam identificados, alguns(mas) aparentavam estar mais à vontade pra falar, outros, porém, diziam que não se importavam em ser identificados afinal, queriam “*dar um novo rumo*” às suas vidas e acreditam que sua história poderia ‘servir de exemplo para outros que se encontrassem nas mesmas situações’ ou para que ‘outros não cheguem ao ponto que chegaram’, referindo-se àquilo que vivenciaram e que marcou suas trajetórias de vida, conforme será mostrado nos capítulos seguintes.

Mediante *recurso da não-diretividade* os(as) entrevistados(as) foram convidados a me falarem sobre suas infâncias, sem que se fizesse, num primeiro momento, menção ao interesse da pesquisa nos relatos referentes aos seus envolvimento com o *crack* e/ou outras drogas. A não diretividade é uma técnica utilizada em estudos de natureza qualitativa e, grosso modo, consiste em não ir imediatamente ao ponto central de interesse do pesquisador numa entrevista, mas aguardar o desenrolar da conversa para aproveitar quaisquer deixas e lançar algo em torno da questão de interesse no estudo. Essa técnica permite certa espontaneidade na forma como o(a) entrevistado(a) vai trazer a questão central para a conversa, permitindo localizar outras situações que estejam associadas a ela. No caso deste estudo a questão central que se perseguiu em cada narrativa de vida foi o envolvimento de cada entrevistado(a) com o *crack*.

Solicitar aos(as) entrevistados(as) que me falassem sobre suas infâncias, era um modo de lhes oferecer um *start* para que começassem um processo de rememoração referente às suas experiências pessoais, às situações que marcaram suas trajetórias de vida. No ‘desenrolar’ de suas narrativas, seria muito difícil não fazerem qualquer alusão ao momento de suas vidas em que tiveram seus primeiros contatos com o *crack* e, em decorrência do qual, haviam chegado àquele centro do Programa Atitude. Muito embora, o contato de cada entrevistado(a) com o *crack*, seja o foco desta análise, mas esclareço que suas trajetórias de vida são de fundamental importância para o esforço aqui pretendido de problematizar esse contato, tratar de seus envolvimento com a droga. Além de incentivo à

produção das narrativas de vida, que se desdobra em suas trajetórias, a pergunta sobre as infâncias figura como apelo ao que há de mais remoto nas memórias dos(as) entrevistados(as), considerando-se a distância entre o momento narrado e o momento vivido pelos(as) entrevistados(as).

Após início da narrativa, outras perguntas eram feitas, cada uma a seu tempo, como forma de auxiliar no processo de rememoração dos(as) entrevistados(as), dentre as quais: “*O que você lembra dessa fase da sua vida? Você era filho(a) único(a)? Você morava com seus pais?*” Cada entrevistado(a) vai recordando e narrando, ‘livremente’, situações por eles vivenciadas, até que param de falar e me olham como se esperassem a próxima pergunta. Nesses momentos eu aproveito para perguntar sobre algo que haviam mencionado e que tenha relevância, sobretudo se tiver relação com crack e/ou outras drogas¹¹.

Procurei ouvi-los atentamente, evitando muitas anotações¹² para fins de manutenção do contato visual, e por incrível que pareça, esse contato estimula a continuidade da narrativa. As perguntas subsequentes lançadas foram elaboradas a partir de questões levantadas em suas próprias falas, ocasião em que, conforme mencionei, ênfase os trechos relacionados ao envolvimento de cada um(a) com o crack, lançando mais perguntas com vistas ao aprofundamento dessa questão.

Alguns(mas) entrevistados(as) perceberam essa ênfase e chegaram a me indagar a respeito: “*A senhora perguntou mais coisa quando tem droga na história, a pesquisa é sobre isso também?*”. Outros diziam, em tom de riso e brincadeira: “*A senhora gostou dessa parte, heim?*”. Minhas respostas eram no sentido de dizer que se tratavam de situações que eles vivenciaram e que, portanto, tinha grande relevância para a pesquisa.

¹¹ Em alguns casos, seja por fatores emocionais, devido ao impacto emocional das recordações de cada entrevistado(a) ou por fatores externos, como os compromissos de cada entrevistado(a) fora da casa, algumas entrevistas foram interrompidas e os(as) entrevistados(as) solicitaram que eu voltasse em outro momento para continuar a narrativa.

¹² Explico que em alguns momentos de suas falas, eu farei algumas anotações (tendo à mão um pedaço de papel ou folha em branco dobrada em 4 partes); Isso para que alguns trechos das suas falas pudessem ser digitados da forma como me foram ditos, além de auxiliarem, posteriormente, na leitura de caráter mais interpretativo de suas narrativas de vida.

Oportunamente, eu explicava que também era pesquisadora dessa área e que considerava importante estudar a relação da sociedade com as drogas porque, quem sabe um dia, assim de pesquisa em pesquisa a gente não conseguiria auxiliar na criação de políticas públicas mais adequadas às questões envolvendo ‘pessoas e drogas’ em nossa sociedade.

Interessante perceber como, nesse processo de estímulo inicial às narrativas, os(as) entrevistados(as) começavam relatando os fatos mais marcantes de suas infâncias, destacando cenas que ficaram gravadas em suas memórias, algumas das quais traumáticas. Passavam pela fase de relacionamento com a família, muitos casos de laços rompidos e de afastamento, até chegarem à fase de envolvimento com drogas, sobretudo, com o *crack*. A partir desse momento, as perguntas que eu fazia giravam em torno desse momento de suas vidas: Quais drogas já consumiram? Quais foram as primeiras drogas ingeridas? “*Como foi o primeiro contato com o crack?*” Suas respostas traziam informações referentes, também, ao tempo em que passaram consumindo ou vendendo *crack* e elucidavam questões em torno da relação da sociedade com as drogas e das dinâmicas de envolvimento com o *crack* na realidade recifense.

Alguns(mas) entrevistados(as) finalizavam suas narrativas falando sobre suas perspectivas de vida, seus planos para o futuro, a começar pela assistência/tratamento fornecidos pelo Programa Atitude. Este, muitas vezes, visto como um ponto de partida ou uma espécie de marco para a guinada que pretendiam dar em suas vidas. Uma espécie de portal de acesso ao desafio e realização do desejo de cada um(a) em “*começar de novo*”, segundo suas próprias palavras.

Ainda sobre os momentos iniciais das aproximações para a pesquisa, relembro que o fato de mencionar que participo da “*comunidade*” era uma forma de demonstrar uma mínima noção acerca de uma realidade que era muito familiar aos(as) entrevistados(as), ou seja, a situação de rua. Meu estímulo/reforço para continuar recorrendo a tal participação como “*cartão de visita*” vinha a cada vez que um(a) entrevistado(a) aparentava ficar mais à vontade para me relatar determinadas

peculiaridades de sua vida. Não seria equivocada da minha parte pensar que a imagem que os(as) entrevistados(as) têm de uma pessoa da *comunidade* é a de alguém que *quer ajudar*, sem fazer distinção entre as pessoas.

Algumas vezes, era já durante a realização das entrevistas que surgia a deixa para que eu pudesse relembrar e mencionar minha participação na comunidade. Tome o caso de um entrevistado que, ao relatar as dificuldades vividas enquanto esteve em situação de rua, disse: “[...] difícil mesmo é sair da rua, das droga, com fome ninguém fica, não. Tem a **comunidade** que sempre levava coisa pra gente, eu mermo já comi muito das coisa que eles levava”. Outros(as) entrevistados(as) diziam: “Ah, vc é da comunidade, então, já tá acostumada com isso, né? Com gente como a gente... assim, né?”. Muito provavelmente, os(as) entrevistados(as) que falaram dessa forma, estavam se referindo à situação na qual se encontravam, alguns, em situação de rua, sem condições que favoreçam os cuidados de higiene com o corpo; “*gente como*” eles que, ao se envolverem com o *crack* (alguns, não todos), chegaram a desenvolver uma relação problemática e de uso compulsivo da droga, dentre outras questões relacionadas às suas aparências e ao modo como podem estar acostumados a serem olhados pelo “outro”, perante a sociedade.

2.3 Ao final de cada entrevista, os agradecimentos pela colaboração e disponibilidade dos(as) entrevistados(as)

O término de cada entrevista, geralmente, era delimitado pela disposição de cada entrevistado(a) em continuar sua narrativa de vida e pelo estado emocional que o processo de rememoração os levava. Caso houvesse, por parte do(a) entrevistado(a), pedido para interromper e/ou para que eu retornasse em outro momento, a fim de se recuperar da carga emocional que as lembranças de momentos vividos lhe trouxeram, prontamente seu pedido era atendido. Contudo, não havendo mais nada

a ser dito pelo(a) entrevistado(a) e tendo sido ‘esgotadas’ as indagações sobre sua trajetória de vida, dávamos por encerrada a entrevista.

Agradeço pela colaboração de cada entrevistado(a), ao passo que, eles também fazem seus agradecimentos pela “*conversa*” ou pela “*pesquisa*”. Agradecimento este que denuncia, dentre outras coisas, toda a simbologia por trás do fato de ser ouvido, de ter alguém prestando atenção no que diziam sobre aquelas situações que narravam. Muitos(as) entrevistados(as) me agradeciam e faziam questão de deixar claro que aquele havia sido um momento no qual tiveram a “*oportunidade de desabafar*”, de “*se abrir*”, de ter alguém para lhes “*escutar, dar atenção*”. A necessidade de serem ouvidos(as), de terem alguém com quem pudessem conversar outros assuntos que marcaram suas trajetórias e o meu interesse, enquanto pesquisadora, disposta a ouvir suas narrativas, seus relatos de vida, refletiu um misto de sorte e uma feliz coincidência para a produção do material empírico.

Registra-se que durante a entrevista, no calor da rememoração das narrativas, alguns(mas) entrevistados(as) acabaram dando informações ou “*contando coisas*” que, em suas próprias palavras, não costumam contar nem para seus parentes ou mesmo para as TR’s que os dão assistência no Programa Atitude. Principalmente, quando se tratava de relatos de delitos cometidos no passado, violências sofridas, por exemplo. No tocante aos delitos mencionados nas narrativas de vida, é importante ressaltar que muitos dos quais foram cometidos antes mesmo do envolvimento dos(as) entrevistados(as) com o *crack*. Estaríamos aqui diante de uma questão ética por parte desta pesquisadora, entretanto, trata-se de informações pontuais que afloraram em meio aos processos de recordação e seleção, ou lapsos na seleção, de memórias que os(as) entrevistados(as) compartilharam comigo naquele momento e que, de algum modo, escapam ao foco de análise deste estudo.

Além disso, conforme tenho salientado, os objetivos desta tese se traduzem no esforço de problematizar o envolvimento de cada entrevistado(a) com o *crack*, sem emitir julgamentos, nem justificativas para

seus atos. De outro modo, poder-se-ia destacar aqui um aspecto que se mostra relevante do ponto de vista metodológico, sobretudo, no que se refere às abordagens de natureza qualitativa inclinadas à relação da sociedade com as drogas: o nível de confiança alcançado nessas interações com vistas à realização de entrevistas, no processo de produção das narrativas de vida que alicerçam este trabalho.

3 O processo de registro das narrativas de vida: Procedimentos e (de)limitações antes e durante o campo

O fato de me debruçar sobre as narrativas de vida de pessoas envolvidas com o crack, figura como um diferencial do estudo aqui proposto. Trata-se de uma perspectiva de análise à qual não se costumam recorrer nas abordagens dominantes sobre a relação das sociedades com as drogas. Faz-se necessário, entretanto, considerar que existem implicações no uso desse fascinante ‘recurso’ de produção de dados empíricos como, por exemplo, as chamadas “fontes de equívoco” (ROSENTHAL, 2017, p. 21). Essas *fontes de equívoco* emergem da própria interação pesquisadores(as) pesquisados(as), podendo compreender: possíveis lapsos de memória e/ou memória seletiva em relação ao que está sendo narrado que decorre, também, da distância entre o fato ocorrido/vivenciado e o fato narrado, uma vez que cada entrevistado(a) vai relatar aquilo que ficou ‘gravado’ em suas memórias. Assim, informações que porventura tenham sido vivenciadas pelos(as) entrevistados(as) e que seriam relevantes á pesquisa, podem não ser sequer relatadas simplesmente porque foram esquecidas, silenciadas ou se perderam entre as memórias do que julgaram importante lembrar e falar naquele momento.

Dentre os outros fatores a serem considerados nessas limitações de ordem metodológica/procedimental, destaca-se a própria presença do(a) pesquisador(a). O que dizem os(as) entrevistados(as) e a forma como dizem tem, também, relação com **a**) as concepções que têm de suas ações no momento da entrevista e **b**) com o que a presença do(a) pesquisa-

dor(a) representa para eles naquela situação. Destaca-se, ainda, que no processo de produção de dados mediante narrativas de vida conciliadas com o recurso da não-diretividade, como foi feito nesta pesquisa, não há muito controle com relação ao tempo de duração de cada entrevista e com relação a outros temas/acontecimentos que venham a ser narrados pelos(as) entrevistados(as), além, é claro, daqueles que interessam ao(a) pesquisador(a). A concepção de tempo para aquele(a) que pesquisa passa a ser orientada pela disponibilidade de tempo de quem é pesquisado(a).

Feitas essas ponderações acredito, entretanto, que consegui criar as condições minimamente favoráveis para deixar os(as) entrevistados(as) à vontade para fazerem seus relatos de vida durante nossas entrevistas. Pude, durante o processo de realização da pesquisa, acessar um conjunto de informações sobre os envolvimento dos(as) entrevistados(as) com o *crack*, percebendo, em suas narrativas, tanto os aspectos situacionais desse envolvimento, quanto aspectos de ordem estrutural que transpassam seus contextos de vivência e suas trajetórias de vida.

Nesse processo, as anotações de campo, as observações diversas, a manutenção do contato visual com cada entrevistado(a) e, sobretudo, a memória auditiva, à qual já recorri em trabalhos anteriores, inclusive, comparando/confrontando o que eu havia ouvido com o que havia sido gravado, se tornaram peças-chaves para o registro das narrativas de vida. Cada narrativa era atentamente ouvida e para cada uma eu fazia as devidas anotações o que, posteriormente, me auxiliariam a relembrar aquele e outros pontos do relato. Ao término de cada entrevista eu fazia outras anotações que se fizessem necessárias, inclusive, dentro dos ônibus, durante o trajeto para casa.

Tal procedimento era repetido separadamente a cada entrevista realizada. Era grande minha preocupação em manter o foco numa única narrativa de vida por vez. Durante o trajeto de ônibus pra casa, de terminal em terminal¹³, não foram poucas as vezes em que eu mergulhei nas

¹³ Integração - Terminal Integrado onde é possível fazer conexão de metrô ou ônibus para distintos pontos da cidade. Os terminais Integrados que mais utilizei durante a realização da pesquisa foram o TI-Tancredo Neves e o

minhas anotações de campo, incluindo a narrativa de vida. Aquela era, também, uma forma de evitar interações com terceiros que pudessem, de algum modo, desviar minha atenção ou ‘ofuscar’ a lembrança do recente momento da entrevista, até que eu chegasse em casa e, imediatamente, pudesse digitar tudo no notebook, que passou a ser minha valiosa ferramenta de registro pós-campo.

Em casa, onde eu transformava todos os manuscritos de campo em material digitalizado¹⁴, acrescido das anotações pertinentes, o desafio, esforço e posterior sensação era de estar sendo o mais fiel possível a cada narrativa de vida que os(as) entrevistados(as) haviam compartilhado comigo. O pouco espaço de tempo decorrido entre a realização da entrevista e a digitação dos relatos foi um fator favorável ao processo de registro, uma vez que, quanto mais recentes as memórias do campo, menores são as possibilidades de distorções tanto do que foi ouvido quanto do que foi observado.

Essas narrativas de vida poderiam ter sido gravadas? Evidente que sim, caso isso tivesse sido permitido pelos(as) entrevistados(as). Conforme mencionei inicialmente, desde minha inserção na *comunidade* a orientação era não gravar, fotografar ou filmar as ações que fazíamos pelas ruas da cidade. Posteriormente, já nas duas primeiras entrevistas que fiz, das quais uma era com um líder do “tráfico de drogas local”, e a outra com um ex-usuário de *crack*, que no momento estava trabalhando, ambos deixaram clara sua resistência quanto ao uso de algum aparelho que pudesse gravar suas falas, filmar ou fotografar momentos de suas entrevistas.

Evidentemente, respeitei seus pedidos e, por esta razão, nos dias dessas entrevistas, a câmera fotográfica e o celular que eu havia levado para gravar, acabaram voltando para casa sem que eu os tocasse. Atendida sua exigência de não gravar, o rapaz, que atuara no “tráfico de

TI-Macaxeira. O primeiro quando ia para o Centro Intensivo do Atitude em Jaboatão dos Guararapes e o segundo quando ia para o Centro de Apoio do Atitude, localizado no bairro Parnamirim, Recife.

¹⁴ Na verdade, quase todos. As narrativas de vida foram todas digitalizadas, contudo, existem algumas anotações de campo extras que, foram consultadas, mas permanecem no bloquinho de papel.

drogas” do Recife, acabou me concedendo uma entrevista, que se estendeu por três dias, sendo, três encontros que tiveram cerca de 1h45m de duração cada, ao longo de duas semanas. Foi a entrevista mais demorada de todas as que realizei para esta pesquisa¹⁵. Durante esse período ele aparentou se sentir à vontade, inclusive, para relatar sua experiência na prisão e situações vivenciadas quando atuava no “*tráfico de drogas*” local. A mim, restava ouvir atentamente o anotar o que se mostrava pertinente aos objetivos do estudo.

Num desses encontros, o entrevistado chegou a interromper sua narrativa para se certificar de que eu não estava gravando seu relato: Parou de falar, olhou pra mim com um sorriso pelo canto da boca, um ar desconfiado e disse: “**Cê num tá gravando escondido aí, não, né?**” Ao que mantive a expressão facial firme e respondi que não. A fim de reforçar a confiança ou sanar possíveis fios de desconfiança, mostrei pra ele a pasta que eu estava usando pra apoiar a folha de papel na qual eu estava fazendo as anotações do que ele relatava. Abri para que ele visse que dentro da pasta só havia papel e caneta. Satisfeito, o entrevistado deu um sorriso largo e se reposicionou na cadeira, acomodando as costas novamente no encosto da mesma. Naquele momento, fui tomada por uma grande sensação de alívio por não ter levado novamente a bolsa contendo o celular e a câmera digital.

Outro momento que merece ser aqui destacado, diz respeito à entrevista que me foi concedida por um ex-trafficante de crack que se tornou usuário da droga. Logo no início da entrevista, ele me perguntou: “A senhora tá gravando o que eu falo ou só vai escrever aí nesse papel?”. Colocando de lado a pasta sobre a qual eu apoiava o papel, respondi: “Não, eu não vou gravar, só vou anotar aqui nesta folhinha e quando

¹⁵ A propósito, quanto ao tempo de duração das entrevistas, considerando-se exclusivamente o tempo que cada entrevistado(a) utilizou para produzir sua narrativa de vida, sem contar portanto, o tempo dispensado antes e depois dessas narrativas, destaca-se que a interação mais demorada foi a do referido ex-trafficante, de 33 anos de idade, que rendeu esses três encontros com aproximadamente 1h45m de duração cada. Já a entrevista mais rápida durou 45 minutos, aproximadamente, e foi a de um ex-usuário de crack cuja narrativa foi interrompida porque o mesmo estava sendo transferido para outro centro do Programa, localizado em Camaragibe, e o carro que lavaria havia acabado de chegar ao Centro de Apoio, onde estávamos.

terminarmos eu posso te mostrar minhas anotações, se você não entender muito minha letra, eu explico” [risos]. O entrevistado responde, sorrindo: “Ah, tá certo, não precisa mostrar, não, eu tô vendo o que a senhora tá anotando aí”.

Nesse caso, foi interessante notar que, a despeito dessa atmosfera de desconfiança do entrevistado em relação à pesquisadora no início da entrevista, no desenrolar da interação ele acabou relatando suas experiências pessoais, contando “coisas” sobre sua vida, principalmente em relação aos seus envolvimento com o crack e sobre a dinâmica do mercado de crack, também no Recife, que eu nem imaginava que ele falaria. Como o entrevistado já tinha olhado para a pasta que eu portava, a impressão que ficou daquele momento, quando ele olhou, mais uma vez para a referida pasta em minhas mãos, é que talvez tenha percebido que falou um ‘pouco demais’, já que citou até nomes, e resolveu checar/se lembrou que dentro da pasta poderia ter algum gravador. Como de costume, prontamente abri a pasta e lhe mostrei que ali dentro só havia um texto de metodologia, algumas folhas de papel em branco, um bloquinho de anotações (ainda o da SBS 2013) e uma caneta reserva. Continuamos a entrevista.

Assim, a partir das primeiras entrevistas, entendi que seria mais seguro não portar celular ou câmera digital, inclusive, por questões de segurança, considerando-se que eu faria entrevistas nas ruas da cidade também. Lembrando que muitos(as) entrevistados(as) se empolgavam em suas narrativas e acabavam relatando ‘coisas’ que não tinham sido mencionadas para suas TR’s, quando estavam sendo registrados para ingressarem nas casas do Programa Atitude.

Outros(as) entrevistados(as), ainda, diziam que não estavam se “*sentindo bem pra tirar foto*”. Isto em relação às suas aparências, muitos cheios de cicatrizes pelo corpo, faltando dentes frontais, laterais em ambas as arcadas dentárias, cabelos “despenteados”, “bagunçados”, sobretudo as mulheres. Enfim, essas eram algumas razões mencionadas

pela grande maioria dos(as) entrevistados(as) para que não aceitassem tirar fotos ou serem filmados durante as entrevistas.

Importa ressaltar, ainda, o seguinte: alguns(mas) entrevistados(as) que são atendidos pelo Programa Atitude tiveram ou têm passagem pela polícia, sendo que alguns(mas) estão respondendo a processos. Inclusive, algumas entrevistas e interações de abordagem precisaram ser remarca- das ou interrompidas justamente porque o(a) entrevistado(a) tinha audiência marcada para aquele dia ou horário próximo. Compreende-se, nesses termos, o desejo de não se exporem ou não demonstrarem inter- esse em ter suas narrativas de vida gravadas, serem filmados(as) ou fotografados(as).

De acordo com algumas integrantes da equipe do Programa Atitude, com as quais tive a oportunidade de conversar, além dos relatos de al- guns entrevistados(as), um dos motivos que levava muitos usuários de crack e/ou outras drogas a buscarem ajuda no Programa era exatamente o fato de saber que receberiam tratamento e assistência desvinculados de ‘pré-julgamento’ e/ou de ligações com as instituições policiais locais.

Nesses termos, caso eu insistisse em gravar ou mesmo em fotogra- fá-los, a quantidade de negativas para participação neste estudo teria sido maior, além de inibir a mínima espontaneidade com a qual os(as) entrevistados(as) me concederam suas narrativas de vida. O único entre- vistado que disse que queria ser filmado enquanto falava, foi justamente um rapaz que relata já ter morado durante seis anos na crackolândia em São Paulo e que já foi “protagonista” de um documentário que fizeram sobre ele e sua vivência como catador de lixo nas ruas do Recife, porém, àquela altura eu já havia decidido não levar celular ou câmera para o campo.

Feitas essas observações, a decisão, ‘incentivada’ pelo campo de não filmar ou gravar as narrativas de vida dos(as) entrevistados(as) terminou por favorecer, em alguma medida, o compromisso desta pesquisa quanto à preservação de suas identidades. Ressalta-se que os sujeitos desta pes- quisa integram um perfil sócio-demográfico cujo envolvimento com o

crack já os coloca diante de concepções sociais permeadas pelo preconceito e pela estigmatização. Interessante perceber que o medo, receio, resistência de serem identificados não difere, por exemplo, da necessidade de anonimato de outros perfis de pessoas, consideradas “*foras de suspeita*” devidos ao ‘lugar’ que ocupam em nossa sociedade e que, também, tem envolvimento com o *tráfico de crack e/ou outras drogas*, conforme será tratado no Capítulo 4.

4 Do ‘tiro do escuro’

Diferentemente dos(as) demais entrevistados(as), o último entrevistado para esta pesquisa que abordei na rua e, por acaso, me permitiu tirar fotos após nossa entrevista. Eu já havia dado por encerrada a etapa de realização das entrevistas em dezembro de 2016, quando, em fevereiro de 2017, num final de tarde, saí de casa com uma câmera digital no intuito de fotografar alguns pontos nos quais percebi interações, especificamente locais de venda e uso, envolvendo *crack* e outras drogas num determinado bairro da cidade. Eu vinha observando tais interações ao longo de um ano e meio de andanças pelo referido bairro. Naquele dia, após tirar algumas fotos de locais, continuei andando por uma importante avenida quando avistei um rapaz sentado na calçada, no que parecia ser um momento de descanso. Aproximei-me e ‘puxei conversa’ com ele.

Eu me apresentei como estudante de sociologia da UFPE, disse que estava fazendo uma pesquisa sobre relatos de vida e perguntei se ele se importaria de conversar um pouco comigo. Como dizem, foi “*um tiro no escuro*”. Até então, eu não tinha nenhuma certeza de que aquela narrativa de vida seria aproveitada, pois, para ter validade segundo os critérios da pesquisa, o rapaz precisaria ter tido algum tipo de envolvimento com o *crack* e, evidentemente, essa informação não estava estampada na face dele, por assim dizer.

Comecei pedindo que me falasse um pouco sobre sua infância, da mesma forma que eu procedi com as entrevistas anteriores e ele foi nar-

rando momentos de sua trajetória de vida. Foi uma interação muito tranquila e agradável. As pessoas que passavam, ficavam olhando a gente sentado na calçada conversando, como se estivessem curiosas para saber o que se passava ali. Talvez, aos olhos dos transeuntes, chamava atenção a cena: uma mulher usando calça jeans e camiseta branca, sentada no chão, fazendo algumas anotações enquanto conversava com um rapaz usando bermuda, sem camisa, sentado num pedaço de papelão. Ironicamente, busquei fotos dos locais onde eu havia observado interações em torno crack e acabei me deparando com mais uma narrativa de vida que havia sido marcada pelo envolvimento com essa droga. Em outras palavras, apostei no que vi e “fui acertada” pelas pedras que não vi¹⁶.

Ao final da entrevista, não sei bem por qual razão, eu perguntei ao entrevistado se ele me permitiria tirar uma foto daquele momento, sem mostrar o rosto dele, claro. Gentilmente, ele aceitou, perguntou se não tinha problema pelo fato dele estar sem camisa, permaneceu sentado, aí tirei as fotos. Este foi o registro da minha última entrevista e saí de lá com uma dupla sensação: por um lado, a gratidão ao rapaz devido à sua colaboração com a pesquisa e, por outro, certo incômodo ou peso na consciência por ter mentido quando ele perguntou onde eu morava.

Ocorre que eu já estava desconfiada, por conta de outro entrevistado, morador de Boa Viagem que havia me seguido e me proibido de inserir sua narrativa de vida na minha pesquisa (fato que relato no tópico a seguir). Então, quando esse último entrevistado, que abordei casualmente naquele final de tarde, me perguntou onde eu morava, intuitivamente respondi: Na Várzea. Inclusive, ao final da nossa entrevista, após me despedir e agradecê-lo pela colaboração com o estudo, fui para a parada de ônibus, na mesma avenida e fiquei lá por uns 30 minutos, como se de fato estivesse esperando pelo ônibus da linha CDU-Boa Viagem-Caxangá, que passa pelo bairro Várzea.

¹⁶ Não resisti ao trocadilho.

5 Considerações sobre a segurança e desconfiança do(a) pesquisador(a) frente aos limites nas interações em campo

A desconfiança acima mencionada diz respeito à seguinte situação ocorrida no desenrolar da pesquisa: um entrevistado, residente em Boa Viagem, considerada uma das áreas “nobres” do Recife, me seguiu até o portão do prédio onde eu resido e, em tom de intimidação, disse que eu estava “proibida de divulgar” a narrativa de vida que ele havia me concedido há poucos dias. A concessão da sua entrevista foi fruto de uma das interações que fiz pelas ruas da cidade.

Quando interagi com esse rapaz pela primeira vez, eu havia acabado de realizar uma entrevista na região central da cidade e, ao me afastar de um entrevistado, que estava sentado comigo num banco de praça, ele se aproximou e perguntou se eu trabalhava na Prefeitura. Respondi que não e disse que estava fazendo uma pesquisa. Ele quis saber mais a respeito, perguntou de qual instituição eu era e quando eu disse que estudava na UFPE, ele contou que já havia tentado “*entrar na Federal*”, que havia escrito um projeto de Mestrado etc. Continuei andando e o referido rapaz me acompanhou. Seguimos pela rua conversando.

Àquela altura eu já estava tomada pelo incômodo de quebrar o procedimento que vinha sendo seguido à risca, conforme já mencionei: evitar outras interações durante o trajeto para casa, a fim de não desfocar da narrativa que eu havia acabado de ouvir e das anotações que havia acabado de fazer. Apesar da minha pouca disposição para interagir naquele momento e, vendo que o rapaz se mostrou interessado na minha pesquisa (fez perguntas sobre o projeto), acabei fornecendo meu contato, conforme ele havia solicitado. Por um descuido e falha da minha parte, mas também, diante do desejo de encerrar aquela interação pra chegar logo em casa e digitar a narrativa de vida que eu tinha acabado de ouvir, não cogitei que aquela interação poderia culminar numa entrevista, muito menos com o desfecho que aqui relato.

Cerca de uma semana depois daquela rápida interação, reencontrei o rapaz e conforme já vinha sendo alinhavado via mensagens, registrei sua narrativa de vida. Os dias se passaram. Após uma sequência de mensagens, enviadas via whatapp, não respondidas e das minhas negativas anteriores aos seus convites¹⁷ para, segundo suas palavras, “socializar”, o entrevistado, estudante de direito, branco, olhos claros, 36 anos de idade, gerente de uma pousada, numa das praias do Litoral Sul pernambucano, que é usuário regular de crack, me seguiu até o portão do prédio onde resido e despejou todo o seu *descontentamento*¹⁸ com relação à minhas negativas. Para minha tristeza, foi bem claro ao dizer que eu estava “**proibida**” de mencionar qualquer informação sobre a vida dele na “P#%\$#” da minha pesquisa. Mesmo diante do choque, tentei argumentar que meus entrevistados não seriam identificados e que a identidade dele seria preservada. Ele me respondeu, entretanto, que na pesquisa “*poderia até não ter o nome*”, mas que ele sabia que aquelas coisas tinham acontecido com ele e que não me autorizava escrever nada do que ele tinha falado na “M#@%\$” da entrevista.

Após perguntar, mais uma vez, se eu havia feito alguma gravação no dia da entrevista, o rapaz fez questão de me lembrar que “*a defesa de uma tese é pública*” e que ele ou alguém em nome dele poderia estar presente (chegou a citar Lei, artigo, falou em mover ação, caso eu publicasse sua narrativa de vida, etc. Diante de tantas alertas e intimidações, devo admitir, fazendo-se as devidas ressalvas, que fiquei muito mais assustada com este rapaz, morador de um “*bairro nobre do Recife*” do que de quaisquer outros(as) entrevistado(as), identificados(as) como

¹⁷ O primeiro convite foi feito logo no dia em que registrei sua narrativa de vida, quando o mesmo me convidou para tomar “*uma cerveljinha*” no quiosque ao lado de onde estávamos. Eu agradei, disse que não bebia e ele fez uma brincadeira ou como dizem os recifenses, “*soltou uma piadinha*”: “**Como é que você pesquisa até droga e nem cerveja bebe?**”. Levei na esportiva, ao que ele perguntou se eu fumava, eu respondi que não. “*Nada?!*”, eu disse: Nada [risos]. Tive a impressão de que ele achou que eu estava mentindo.

¹⁸ Até certo ponto, compreendo a postura e a insatisfação (ou mesmo frustração) do rapaz com minhas negativas. A impressão que depreendo dessa reação dele é que, provavelmente, tenha se sentido preterido (para evitar a expressão usado) por uma pesquisadora que só interagiu com ele enquanto, e até onde, ele se mostrava como potencial entrevistado. Como uma fonte de ‘levantamento’ de dados para minha pesquisa. O tratamento que dispensei a ele (excetuando-se o lapso quanto ao número para contato) não deveria ser diferente do que dispensei aos demais entrevistados(as).

'bandidos', 'traficantes', 'noiados' ou 'usuários de crack' que já entrevistei em áreas consideradas “*perigosas*”.

Assim como a narrativa de vida em questão, eu já havia decidido deixar esse ocorrido fora da pesquisa. No entanto, analisei melhor e decidi trazer para essas observações relativas ao campo. Isto, porque se trata de uma situação que nos leva a pensar num conjunto de procedimentos pertinentes à execução de um estudo empírico, levando em conta a possibilidade de situações diferentes ou semelhantes a esta tendo em vista, por um lado, a produção dos dados e, por outro, a segurança - integridade física e até psicológica dos(as) pesquisadores(as) envolvidos(as) no estudo.

Além disso, esse episódio ascende o sinal de alerta para a postura do(a) pesquisador(a), também, acerca dos limites na interação com seus entrevistados considerando, sobretudo, as mínimas atitudes que podem se desdobrar e, riscos comprometendo sua própria segurança e, num plano mais amplo, a segurança de pessoas próximas, inclusive familiares. Nesses termos, este episódio me pôs diante do desconfortável reconhecimento do lapso cometido, ao tempo em que proponho uma reflexão sobre o risco que significou ter fornecido um contato pessoal para um potencial entrevistado, mesmo diante das observações que faço acima. Entretanto, foi a primeira vez que isso me aconteceu em cerca de 10 (dez) anos de pesquisas dessa natureza realizadas, também, em outros Estados por onde passei.

6 Segue-se o processo de produção das narrativas de vida

Conforme esclareço no tópico 2.3, as (de)limitações do campo influenciaram a tomada de decisão em não usar gravadores ou câmeras. Tendo o notebook como importante ferramenta de registro, o processo de produção das narrativas de vida se deu mediante grande preocupação e empenho para manter os manuscritos de campo, posteriormente digitados, o mais fiel possível ao relato que havia sido feito pelos(as)

entrevistados(as). Nesse exercício, e diante das observações feitas até aqui, cabe trazer outros esclarecimentos acerca das narrativas de vida que registrei para este estudo. O material empírico desta pesquisa, que consta de 130 páginas contendo as narrativas de vida, além de algumas anotações de campo feitas antes, durante e depois de cada entrevista não consiste, conforme já mencionei, em transcrições de gravação. Trata-se de anotações feitas enquanto eu ouvia cada relato de vida, acrescidos de anotações complementares, fruto das minhas observações de campo.

Considerando-se o modo de falar pernambucano, em especial o modo recifense, evidentemente alguns termos específicos e que mais se repetem nas conversas do cotidiano, tome o caso de alguns “vícios de linguagem” e termos típicos da linguagem coloquial, me escaparam ao digitar uma ou outra narrativa. Entretanto, o teor das informações, conforme relatadas por cada entrevistado(a), foi mantida. As situações que marcaram cada trajetória de vida estão aqui registradas da forma como me foram ditas. Se a pessoa entrevistada me disse que *morou na rua durante 5 anos de sua vida, que se envolveu com o crack aos 17 anos de idade e que parou de usar crack há dois meses*, foi exatamente essa a informação que registrei e inseri na tese.

O teor da informação foi mantido, a despeito de certa diferenciação no modo de falar dos(as) entrevistados(as) e na forma ‘simplista’, por assim dizer, como registrei suas falas. O uso de expressões do dia-a-dia que a pessoa falou enquanto me transmitia essa informação, é que podem não ter sido alcançadas em sua totalidade. Apesar de não ser possível apreender a entonação, as ênfases da oralidade ou o que mais popularmente se chamaria de “sotaque” das falas, exemplifica-se com o quadro abaixo, em que trechos das histórias de vida foram destacados a fim de mostrar a correspondência entre a forma como ouvi e a forma como escrevi e digitei as anotações de campo, bem como, cada narrativa de vida:

Quadro 01: Correspondência entre o relato ouvido e a forma como foi grafado.

Nome do(a) entrevistado(a)	Como ouvi no campo:	Como escrevi na tese:
Ágata	<i>“Por isso que eu vim “praqui” “Minha filha tá com “oito mês”</i>	<i>“Por isso que eu vim “praqui” “Minha filha tá com “oito mês”</i>
Campos*	<i>E vendeu “Tud q’el tinha”</i>	<i>“E vendeu tudo que ele tinha”</i>
Rubi	<i>“Tem qui fingi qui num sabi” “Tu num mostra iss pa puliça não, né?”</i>	<i>“tem que fingir que não sabe” “Tu não mostra isso ‘pra’ polícia, não, né?”</i>
Safira	<i>“Foi ‘caguetagi’, a gente já ficou sabeno qui dois cara nu’a moto falô ondê el’tava”</i>	<i>“Foi ‘caguetage’, a gente já ficou sabendo que dois cara numa moto falou onde ele tava”</i>

Fonte: Elaboração própria a partir das narrativas.

* Conversa informal, durante as explorações de campo, com um familiar de usuário de crack, morador do bairro Peroba.

É importante destacar que em todas as narrativas registradas, assim como no quadro acima, muitas palavras e expressões foram mantidas de forma idêntica àquela pronunciada pelos(as) entrevistados(as). Outras, contudo, foram alteradas sem que tal alteração comprometesse o sentido daquilo que me havia sido relatado. Esclareço, ainda, que a forma como eu grafeci cada relato de vida não tem qualquer intenção de se sobrepor ao modo de falar dos(as) entrevistados(as).

Asseguro, mais uma vez, que a forma como cada narrativa de vida foi digitada, de modo algum compromete o teor da informação que me foi passada pelos(as) entrevistados(as). O que difere é o modo de falar, pronunciar cada palavra que, inclusive, é única para cada pessoa. Sabe-se que a língua e os demais signos da comunicação oral tendem a ser apropriados de formas distintas pelos atores sociais, segundo suas experiências cotidianas que incluem a prática e contato com as formas de linguagem denotativa e/ou coloquial, com modos de falar específicos de cada região/local do país. Tudo isso sem contar as questões relativas à dicção de cada pessoa.

Penso que o Brasil, com suas peculiaridades locais e regionais, seja um laboratório a céu aberto dessas distintas formas de apropriação, adaptação e (re)construção da língua. Além disso, mesmo nos casos onde há gravação de entrevistas, caso a forma de publicá-las não seja a própria gravação, e sim uma transcrição, entende-se que por mais literal e bem feita que seja tal transcrição, ao ser lida por terceiros, pode-se perder entonações e gestos intimamente ligados ao sentido original dessa fala tal qual pronunciada pelo(a) entrevistado(a). Desse modo, gravações também apresentam suas limitações, assim como outras técnicas de pesquisa.

Neste estudo, as informações que emergem de cada narrativa de vida, a saber, ***o que se fala***, tem um peso maior do que ***o modo como se fala***, o que não significa dizer que o modo de falar dos(as) entrevistados(as) não seja relevante. Em outras palavras, o que me relatam sobre os acontecimentos que vivenciaram, as ‘coisas’ pelas quais passaram e os contextos de suas interações tem maior consonância com os objetivos aqui almejados, do que o modo como verbalizam tais acontecimentos. Diante dessas peculiaridades do falar, fruto das apropriações pessoais e regionais da língua, devo dizer que na digitação das falas, me escapou um ou outro termo, sobretudo, aqueles utilizados repetidas vezes durante as interações cotidianas dos recifenses. Sendo alguns dos quais:



Muito embora, as observações feitas na fase exploratória e anterior ao campo tenham sido de fundamental importância para que eu pudesse me *familiarizar* com termos e expressões semelhantes os do exemplo acima, optei pela barreira mínima de segurança, até onde eu tinha domínio de que os termos e expressões que haviam sido pronunciados pelos(as) entrevistados(as), tinham sido por mim compreendidos. Ainda assim, por todas as razões supracitadas, esses termos podem ter sido ditos muitas vezes mais do que puderam ser apreendidos/digitados no material empírico deste estudo sem, contudo, comprometer o sentido das informações que me foram relatadas pelos(as) entrevistados(as).

7 O material empírico produzido em campo: Da quantidade de narrativas de vida registradas, ao material selecionado para análise na tese

Ainda na fase de defesa do Projeto de tese, me deparei com certo incômodo diante da necessidade de estabelecer, a priori, a quantidade de entrevistas que eu pretendia realizar dentro de cada ‘categoria’: “*usuários*” e “*traficantes*” ativos ou “*ex-usuários*” e “*ex- traficantes*”. Àquela altura eu já havia começado a pesquisa e não fazia a menor idéia de qual seria o momento adequado de parar as entrevistas. Além disso, o conteúdo e a qualidade das narrativas já me pareciam muito mais relevantes do que a ‘quantidade’ de entrevistas que eu viesse a realizar. Tais reflexões e questionamentos, entretanto, não estavam na ‘pauta’ das minhas obrigações acadêmicas naquele momento.

Estimei, então, que seriam *em torno* de 25 entrevistas e, numa tentativa de propor alguma reflexão nesse sentido, citei um autor que se volta justamente para essa questão da delimitação, *a priori*, da quantidade de entrevistas necessárias numa pesquisa, sobretudo em estudos de natureza qualitativa. A pergunta “Quantas entrevistas são necessárias?”, teria um sentido semelhante ao da pergunta: “Que cumprimento tem uma corda?” quando, na realidade a resposta é: “Depende” (GASKEL,

2002, p. 70). Ou seja, o tamanho da corda depende do que se pretende amarrar ou fazer com ela.

No caso das entrevistas depende, por exemplo, de como cada pesquisador(a) percebe o quanto está fluindo seu trabalho de campo ou do quanto se depara com imprevistos e com a necessidade de mudanças nesta e/ou nas etapas posteriores da pesquisa. E depende, também, da consonância entre a qualidade do material produzido em campo e os objetivos almejados no estudo. O chamado processo de **saturação** das informações produzidas em campo é muito relativo e somente no desenrolar da pesquisa é que se saberá o momento mais adequado para encerrar a etapa de realização das entrevistas e/ou produção dos dados para o estudo.

O ‘incômodo’ supracitado permanecia, mesmo eu estando ciente da necessidade de detalhar os planejamentos acerca dos nossos projetos de pesquisa, dadas as exigências, normas dos Programas de Pós-Graduação e das agências de fomento, que se fundem com nossas responsabilidades enquanto discentes. Contudo, o processo de execução de uma pesquisa, sobretudo de natureza qualitativa, demanda estratégias de ação e de readaptação que, muitas vezes, escapam tanto aos próprios procedimentos estabelecidos no projeto quanto às regras institucionais e exigências burocráticas às quais estejam submetidos.

Estabelecer, de imediato, a quantidade de entrevistados(as) *dentro de cada categoria (traficantes, usuários, ex-usuários, ex-traficantes)* se apresentava como algo arbitrário, inviável, forçado, uma vez que, ao adentrar nos centros do Atitude, circular pelas dependências dos mesmos e começar a conversar com as pessoas atendidas pelo Programa, ou mesmo nas aproximações que realizei pelas ruas da cidade, não era possível saber, de imediato, qual era o tipo de envolvimento dessas pessoas com o *crack*: se estavam ou tiveram envolvimento na comercialização, no uso de *crack* ou em ambos; se eram usuários(as) e/ou traficantes ativos(a), se estavam “em pausa” ou se tinham deixado seu envolvimento

com o *crack* em algum momento específico (remoto ou recente) de suas trajetórias de vida.

Bom, o fato é que mergulhei no campo. Bem poderia dizer que me empolguei na realização de entrevistas. No período compreendido entre junho de 2014 a fevereiro de 2017, registrei 26 (vinte e seis) narrativas de vida. Aqui reconheço a importância de se estabelecer limites, ainda que não *a priori*, para a quantidade de entrevistas, abordagens e/ou narrativas de vida registradas. Muito embora eu estivesse otimista com o andar do processo e satisfeita com a qualidade do material produzido em campo, mas não seria de todo equivocado dizer que me excedi com relação à quantidade de material empírico que ‘acumulei’ durante o período supracitado.

Evidentemente, só me dei conta disso posteriormente, de posse desse material quando já estava na fase de releituras para a qualificação e operacionalização para posterior análise e fase de escrita da tese. Diante da centena de páginas de material, cuja riqueza não deixava dúvidas, meu desafio era exercitar o desapego, o que não foi uma tarefa fácil¹⁹. No avançar dos prazos, frente à necessidade de avançar nas readaptações para a escrita da tese, tive incentivo mais que suficiente para por em prática tal desapego. Selecionei quais narrativas de vida seriam analisadas nesta tese e, conforme demonstrado a seguir, reduzi para 14 (quatorze) a quantidade de narrativas de vida que alicerçam este estudo.

Destaca-se que da quantidade total de 26 narrativas de vida registradas, duas foram excluídas do material de campo: uma não atendia aos critérios da pesquisa: Tratava-se de uma moça, que abordei na *Praça do Diário* e que relatou estar vivendo nas ruas por ter sido expulsa de casa após “engravidar de homem casado”. A moça conta que começou a beber “*cedo*” (início da adolescência) e diz que chegou a ser amparada em casas de amigos, mas “eu bebia tanto que abortei a criança... Depois disso saí

¹⁹ Não posso deixar de mencionar que, nesta fase, eu já estava sob a cuidadosa orientação do Professor Remo e ratifico que pude contar, também, com a valiosa colaboração tanto dos meus colegas de turma, quanto dos colegas do nosso grupo de pesquisa: Sociedade Brasileira Contemporânea: Cultura, Democracia e Pensamento Social. Suas intervenções foram de fundamental relevância para meu aprendizado e para a qualidade deste trabalho.

sem norte e fui ficando aí pela rua mesmo”. Seu relato de vida foi tanto ou mais triste do que seu semblante enquanto conversávamos.

Embora tivesse sido apontada por transeuntes e por outras pessoas em situação de rua, o que ocorreu em outros momentos da pesquisa, como sendo usuária de *crack*, a moça, da qual me aproximei na Praça do Diário, não mencionou qualquer envolvimento com o *crack* em sua narrativa e nem, ao final da nossa interação, quando perguntei de forma genérica, a fim de me certificar de que aquela narrativa realmente não poderia ser inserida no estudo. O “*problema*” dela, em suas próprias palavras, era “*a bebida*”. Já a outra narrativa excluída foi justamente a do rapaz, morador de Boa Viagem, que voltou atrás e “proibiu” a publicação de sua narrativa de vida, conforme mencionei no item 3.2, acima.

No exercício do desapego com relação ao material produzido em campo, já todo digitado e contendo 130 páginas de narrativas de vida, utilizei critérios muito simples para selecionar as narrativas que foram aqui analisadas: Primeiro, decidi manter todas as narrativas de vida das mulheres, conforme demonstrado no item 5, a seguir, devido à pouca quantidade de entrevistas realizadas nessa categoria, que reflete uma discrepância de gênero, também, com relação aos envolvimento com o *crack*; segundo, era muito importante para o estudo que tivessem narrativas de vida contemplando as diferentes categorias relacionadas à indagação da tese, ou seja, “usuários”, “traficantes”, além de ex-usuários e ex-traficantes. Considerando-se os locais onde foram realizadas as entrevistas, isto é, em algumas ruas do Recife e em dois centros do Atitude, comecei selecionando as categorias de entrevistados(as) menos recorrentes dentre o total de narrativas registradas (“traficantes”, *ex-usuários*) e dentro de cada categoria, por exemplo: “traficante” que passou a ser *usuário*; *usuário* que passou a ser “traficante”, só “traficante”, só *usuário*. Ao longo do Capítulo 4, as informações sobre essas categorias e os respectivos tipos de envolvimento de cada entrevistado(a) com o *crack* ficarão mais claras.

Assim, das 24 narrativas de vida registradas e que compõem o material de campo, do qual selecionei 14 narrativas de vida para análise nesta tese, registra-se que dezesseis foram produzidas no Apoio Recife/PE; cinco no Intensivo de Jaboatão dos Guararapes/PE e três em ruas de diferentes bairros do Recife, a saber: Boa Vista, São José e Boa Viagem. Para conseguir registrar essas 3 narrativas de vida nas ruas foram feitas, ao todo, 9 (nove) abordagens de campo, tanto em espaços que eu havia observado desde a fase exploratória/pré-campo, quanto em espaços que foram sendo mencionados pelos(as) entrevistados(as) no decorrer da pesquisa.

Mesmo após seleção das 14 narrativas de vida aqui analisadas, percebe-se que a grande maioria das entrevistas foram realizadas em dois Centros do Programa Atitude, quais sejam: Centro de Apoio do Recife, localizado em Parnamirim (11); Intensivo de Jaboatão, em Jaboatão dos Guararapes (01) e 02 nas ruas do Recife. A escolha das modalidades do programa (Apoio e Intensivo) supracitadas se deve: **a)** Ao fato de serem os dois centros que apresentavam maior demanda por parte de pessoas envolvidas com o *crack* e/ou outras drogas. **b)** Pelo fato de serem mistos, ou seja, recebem tanto homens quanto mulheres o que, a princípio, figurava como possibilidade de que tanto homens quanto mulheres tivessem as mesmas possibilidades de participação na pesquisa.

Com relação às abordagens de rua, é interessante destacar algumas situações vivenciadas durante a pesquisa: Através das minhas interações com transeuntes, trabalhadores de estabelecimentos comerciais em determinadas áreas da cidade, com policiais, guardas de trânsito etc., muitas pessoas em situação de rua foram apontadas como tendo algum tipo de envolvimento com o *crack*. Muitas delas chegavam a ser diretamente apontadas como “*viciadas*” em *crack*. Com base nas interações com as próprias pessoas apontadas, as ‘categorias’ capazes de caracterizá-las, de algum modo, se mostravam tanto mais complexas quanto mais invisíveis. Para a maioria das pessoas com quem tive a oportunidade de conversar, seus problemas estavam longe de ser o “*vício do crack*”.

Muitas dessas pessoas em situação de rua, na região central do Recife, relataram problemas de saúde decorrentes do uso excessivo de cigarros e bebidas alcólicas; Relataram situações de abandono, perdas e rupturas de laços afetivos como causas para da sua permanência nas ruas; o “medo” constante como fator que impede o sono, principalmente, à noite, que transpassa e limita as interações com outras pessoas na “mesma” condição, dentre outras questões mencionadas. Tais questões evidenciam, antes de qualquer coisa, a condição de vulnerabilidade que enreda os diretamente submetidos a esse contexto e os demais membros da sociedade na qual essa vulnerabilidade deita raízes e onde processos de exclusão, estigmatização e da negação de direitos sociais mínimos encontra terreno fértil para ser historicamente reproduzido.

No que concerne às negativas que recebi de algumas pessoas abordadas, destacaram-se os gestos de consideração em justificar sua não aceitação em participar da pesquisa. Gestos admiráveis e que não poderiam passar despercebidos considerando-se a curiosidade e certa intromissão desta pesquisadora ao espaço e vida alheios. Uma moça, que eu havia abordado na Praça Dezessete, não aceitou participar da pesquisa, justificando da seguinte forma: “Não gosto de lembrar dos aperreio que eu já passei e se eu for conversar eu vou começar logo chorar... aí é melhor nem inventar”. Então, por quase uma hora, conversamos sobre outros assuntos.

Um rapaz, abordado numa transversal da Rua da Moeda (Rua Marize Barros), não recusou de imediato, mas foi me ‘cozinhando no banheiro’: passa tal dia, aí eu passava e ele não podia; volta tal dia, eu volta ele não estava. Voltei outro dia, o encontrei, mas ele disse que estava de ressaca, que não dava para falar comigo naquela hora [sentado na calçada, aparentava sonolência, respiração carregada], disse que iria tentar atendimento na UPA porque estava com dificuldade de respirar. Dali em diante, nunca mais o vi no mesmo lugar²⁰. Um comerciante local, que o conhece e para quem ele faz serviços (carga, descarga,

²⁰ Voltei ao local, no intuito de encontrá-lo, por mais três vezes depois desse dia.

entregas) em troca de algum dinheiro, disse que ele era “usuário de crack”, mas que “*não mexia com ninguém*”. Não tive, entretanto, como confirmar esta informação, sobre o uso de *crack*, já que não consegui uma entrevista com o rapaz.

Outra aproximação de campo curiosa foi de um rapaz, no Parque 13 de Maio, onde fiz algumas observações e onde eu tinha ouvido falar que havia “*grande concentração de pessoas usando crack*” e/ou outras drogas, onde ocorria “*assaltos com frequência*”. Muitos dos comentários que ouvi me deram a impressão de ser vitimada tão logo pusesse meus pés no local. Mais uma vez, algumas pessoas com quem conversei no local, incluindo pessoas que trabalham por lá, disseram que ali tinha “*muito usuário de crack*”, “*muito assalto*”, porque “*não tinha policiamento*” etc. Bom, é possível que eu tenha tido sorte em não ter sido vítima ou presenciado nenhum dos ‘crimes’ mencionados e não se deve descartar a possibilidade de que realmente ocorra tudo isso de repente, em horários diferentes dos que eu costumava passar por ali (tarde e início de noite).

O rapaz que abordei nesse Parque, aceitou participar da pesquisa, mas logo no início da sua narrativa ficou claro que aquele relato não seria aproveitado para a análise. O que não impediu que eu o ouvisse atentamente: Ele disse que era evangélico, relatou que “*até já*” consumiu bebidas alcoólicas no passado, “*antes de aceitar Jesus*”, mas, há muitos anos não tomava nenhum tipo de bebida alcoólica, “*graças a Deus*”. As bebidas alcoólicas, diz ele, “*foi a única coisa errada que já botei na boca*”. Ao final da interação, o gentil rapaz me deu um panfleto contendo o seguinte título: “*Cristo: O Caminho para a Salvação*”. Agradei e guardei o panfleto na pasta.

Ao longo deste capítulo é possível perceber que trago alguns **nomes reais** de bairros, ruas, locais do Recife, como forma de explicitar o marco espacial deste estudo. Para este momento, considero que as situações aqui descritas, bem como, os locais mencionados são fruto das minhas interações, observações, explorações de campo. Entretanto, nas páginas que se seguem, os bairros, as ruas e os locais mencionados pelos(as)

entrevistados(as) em suas narrativas de vida e, evidentemente, os nomes que me forneceram durante nossas entrevistas serão ***todos substituídos por nomes fictícios***. Os nomes dos(as) entrevistados(as) serão substituídos por nomes de pedras preciosas. Já os bairros mencionados em suas narrativas de vida serão substituídos por nomes de árvores como, Jacarandá, Sucupira, Maçaranduba, Peroba, Jatobá, Ipê, dentre outras.

Feitas todas essas considerações, apresento, nos capítulos que se seguem as 14 (quatorze) narrativas de vida produzidas em campo, que refletem a intersecção entre cada trajetória de vida e o envolvimento dos(as) entrevistados(as) com o crack. Oportunamente são apresentados alguns dados secundários, aos quais recorro como forma de reforçar ou explicar a discussão apresentada, além de outras informações e anotações de campo que foram registradas durante a realização da pesquisa.

Para além dessas 130 páginas de material empírico, produzido no período pelo qual se estendeu a pesquisa, ressalto que esse “*corpus*” consiste, tão somente, na síntese de todas as interações que foram desenvolvidas durante esse tempo. Interações estas vividas/produzidas com finalidades específicas (a tese), mas que se traduzem numa rica experiência de aprendizagem com cada pessoa entrevistada. Pessoas que, gentilmente, aceitaram compartilhar comigo, uma estranha, relatos pessoais, desabafos, memórias de situações que marcaram suas trajetórias de vida e que agora vêm à tona em suas narrativas.

À sombra desse valioso material, destaca-se os “não” que recebi, os odores que senti, os riscos que corri, além do impacto emocional em virtude do contato com o sofrimento relatado pelo “outro” que, mesmo diante do pouco tempo de interação, já não se mostrava mais tão “outro” assim. Os medos que, por incontáveis vezes também me tiraram o sono, as lágrimas que derramei ao lembrar cada rosto, cada pessoa entrevistada, enquanto digitava suas narrativas e reler os sofrimentos, os dramas, a sobrecarga emocional que haviam compartilhado comigo durante nossas entrevistas. Nesse ponto compreendo, sob novo ângulo, a fala de Rosenthal (2017) quando a mesma ressalta a importância de fazer

terapia, para ela e para sua equipe de assistentes de pesquisa, ao final de cada trabalho de campo realizado.

Esta pesquisa sintetiza experiências de vidas marcadas por traumas, alegrias, transformações, tristezas, adaptações e demais situações que marcaram as trajetórias dos(as) entrevistados(as). Acontecimentos que ficaram gravados em suas memórias desde suas remotas infâncias e que agora, evidentemente de forma distinta, estão, também, gravados na minha, na nossa memória. Tentarei, nas páginas que se seguem, expor as informações que emergem desses ricos momentos de interação e produção das narrativas de vida, convidando a cada leitor(a) a um mergulho nos relatos aqui destacados, de modo a perceber em cada trajetória de vida, as pedras que foram e são vividas, antes mesmo daquelas que chegaram a ser fumadas.

8 Conhecendo os(as) entrevistados(as)

“Seu olho me olha, mas não me pode alcançar”. ‘Reconvexo’, Maria Bethania.²¹

Caminhando por algumas ruas e praças do Recife, meu olhar atento contrastava com a tentativa de parecer apenas mais uma transeunte no rotineiro ir e vir recifense. A busca por potenciais entrevistados(as), as abordagens, as observações de campo, as conversas informais, com pedestres, policiais em pleno policiamento ostensivo, vendedores ambulantes, funcionários públicos e de empresas privadas etc. eram etapas distintas de um mesmo processo. A pesquisa servia como justificativa inicial para *“puxar conversa”* ou para ensaiar uma interação mais específica com as pessoas.

Nos centros do Programa Atitude²², andando entre os rapazes e moças que estavam sendo atendidos, às vezes eu abordava e outras vezes eu era abordada: *“É pesquisa? Pra quê?”*; *“O que você tá fazendo é o cadas-*

²¹ Composição de Caetano Veloso.

²² Centro de Apoio do Recife e Intensivo de Jaboatão dos Guararapes, conforme já mencionado.

tro da gente?"; "É você que tá fazendo o cadastro pra passar na triagem"; "A senhora é a outra enfermeira? A senhora é da equipe da Saúde?", dentre outras perguntas que objetivavam esclarecer as razões da minha presença no ambiente. As perguntas evidenciavam, de alguma forma, que eu estava observando, mas também estava sendo observada. Nas ruas e praças ou nos referidos centros, a sensação inicial era a mesma e uma indagação era recorrente em minha cabeça: quais daquelas pessoas aceitariam participar da pesquisa, saindo um pouco do tom de informalidade da conversa inicial para trazer à tona, naquele ou em posterior momento de interação, memórias de suas trajetórias, narrativas de suas experiências vividas?

Entre um gesto e outro, cada rosto parecia me transmitir uma mensagem específica, segundo as sensações que minha presença provocava em cada um(a) naqueles espaços onde eu os abordei. Diferentes jeitos de falar, de olhar, alguns olhares desconfiados, outros que pareciam sorrir em conjunto com os lábios; outras expressões faciais tão sérias que, em poucos minutos de interação nem pareciam as mesmas ao passo que se esmaeciam nos gestos de pessoas que aparentavam estar tão à vontade pra falar.

Contornadas de algum modo ou amenizadas as barreiras da interação com "o outro" fui, assim, registrando e conhecendo características, sotaques, gestos, fisionomias e narrativas de rapazes e moças que, em determinado momento, tiveram suas trajetórias de vida marcadas pelo envolvimento com o crack. Envolver esse que precedeu e sucedeu ao fluxo de suas interações algumas vezes duradouras, outras tantas circunstanciais, mas, que deixaram a marca da experiência vivida e que agora é rememorada, revisitada, narrada, compartilhada com esta pesquisadora.

Durante a produção das narrativas, questões referentes às chamadas variáveis sócio-demográficas eram intercaladas com as perguntas principais, com os relançamentos ou mesmo com as pausas em algumas entrevistas: por interferências externas ou pela própria pessoa entrevis-

tada diante do seu processo de rememoração, de seleção entre o que lembrava e o que se sentia à vontade para falar naquele momento, além dos vários momentos em que suas lembranças os levavam aos prantos; momento que desafiava meu autocontrole e certa postura enquanto pesquisadora, pois era grande a vontade de chorar também. Assim, relendo e buscando ao longo de cada narrativa de vida registrada, reuni algumas informações sócio-demográficas básicas, como: sexo, idade, escolaridade, raça/cor, estado civil e quantidade de filhos, chegando ao perfil dos(as) entrevistados(as), que apresentado a seguir.

8.1 Do perfil sócio-demográfico dos(as) entrevistados(as)

Esclareço, de antemão, que o perfil de entrevistados(as) aqui apresentado limita-se a um grupo restrito de rapazes e moças que, gentilmente, aceitaram colaborar com minha pesquisa através de suas ricas narrativas de vida, ou seja, limita-se a ser o perfil sócio-demográfico ao qual tive acesso especificamente para este estudo. O acesso a outros perfis, sobretudo, aqueles pertencentes a segmentos sociais abastados, que gozam de uma zona de conforto consolidada graças ao poder político e econômico, por exemplo, certamente seria mais difícil. O que não significa que estejam isentos de participação na movimentação das engrenagens que movem o fenômeno aqui abordado, conforme será tratado nos Capítulos seguintes.

Considero este esclarecimento de fundamental importância, haja vista que as concepções sociais em relação aos envolvimento com determinadas drogas e informações difundidas pelos veículos de comunicação de massa trazem a marca histórica de práticas racistas e classistas acerca do perfil de pessoas costumeiramente associadas, sobretudo com relação às drogas ilícitas. O aparato político-ideológico de Guerra às Drogas e as medidas por ele orientadas em certos contextos socioculturais ocupam lugar de destaque nesse processo (voltarei a esta questão adiante).

No que tange ao perfil sócio-demográfico dos(os) entrevistados(as), algumas observações são necessárias, a começar pela variável sexo dos(as) entrevistados(as) e, posteriormente, com a variável raça/cor. Conforme foi dito, as interações-entrevistas foram realizadas (em sua maioria) em dois Centros do Programa Atitude, sendo que a escolha desses centros se deve ao fato de serem mistos, ou seja, acolhia tanto homens quanto mulheres. A princípio, as chances de participação nesta pesquisa seriam as mesmas, tanto para entrevistados(as) do sexo masculino quanto do sexo feminino. Entretanto, dentro dos centros havia mais homens que mulheres.

De certa forma, essa maior demanda de homens pelo atendimento nos centros do programa nos leva a pensar em possíveis razões como, por exemplo, **a)** na maior proporção de homens envolvidos com crack e/ou outras drogas, seja nos processos de produção e nas dinâmicas dos mercados ilícitos seja no consumo propriamente dito; **b)** na maior predisposição ou **c)** disponibilidade dos homens para buscarem assistência e tratamento em centros especializados.

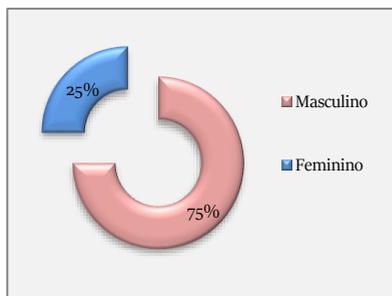
Além da literatura existente, estudos futuros poderão nos elucidar essas e outras razões, além de elucidar questões que nos auxiliem nesse exercício de compreensão da relação da sociedade com as drogas, também a partir da variável sexo. O fato é que, com relação ao sexo dos(as) entrevistados(as) neste estudo, o perfil é reflexo direto da demanda de atendimento nos referidos centros, que é maior em relação aos homens do que em relação às mulheres.

Assim sendo, do total de 24 (vinte e quatro) pessoas que, gentilmente, colaboraram com esta pesquisa, por meio das suas narrativas de vida, 18 (dezoito) são do sexo masculino e 6 (seis) são do sexo feminino, o que corresponde a 75% e 25 % respectivamente, vide **Gráfico 01 A**. Conforme dito anteriormente, dessas 24 narrativas de vida registradas, foram selecionadas 14 (quatorze) para análise nesta tese, de modo que, optei por manter as narrativas das mulheres e selecionei algumas narrativas dos homens.

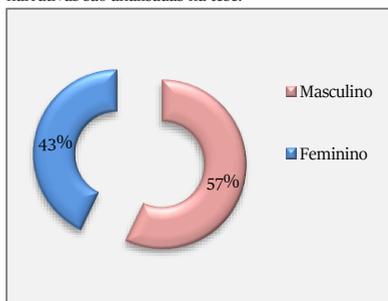
Com relação aos critérios dessa seleção, considerei, de imediato, que selecionaria ao menos uma narrativa de mulher e uma narrativa de homem, feitas na rua; selecionaria também, a mais demorada e detalhada dentre as entrevistas. Até aí já tinha três. Observando-se as categorias (*usuários, ex-usuários, traficantes e ex-traficantes*), as demais narrativas seriam selecionadas dentro Apoio Recife. Foi quando me deparei com discrepância de gênero e, como havia apenas cinco mulheres entrevistadas naquele centro, resolvi manter suas narrativas, uma vez que, seus relatos sobre seus envolvimento com o crack figuravam como pontos de partida para uma análise comparativa, tanto intra-categoria quanto em relação aos relatos dos homens, o que poderia iluminar mecanismos de compreensão acerca desses envolvimento e da relação da sociedade com as drogas na nossa realidade.

Desse modo, quanto à variável sexo dos(as) entrevistados(as), o perfil desse quantitativo selecionado ficou da seguinte forma: 6 (seis) do sexo feminino e 8 (oito) do sexo masculino. Os respectivos percentuais podem ser observados no **Gráfico 01 B**.

Gráficos 01 A: Sexo do total de entrevistados(as).



Gráficos 01 B: Sexo dos(as) entrevistados(as) cujas narrativas são analisadas na tese.



Fonte: Elaboração própria a partir das narrativas dos(as) entrevistados(as) nesta pesquisa.

Observando-se os dois gráficos, é possível perceber uma discrepância significativa em relação ao percentual de entrevistados(as) por sexo. A quantidade de narrativas selecionada para análise (14) mostrou-se menos desproporcional quanto ao sexo dos(as) entrevistados(as) do que a “amostra” original, com o total de 24 narrativas. Após minha interven-

ção, mediante critério de seleção das narrativas, em que decidi manter as narrativas de mulheres devido à pouca quantidade registrada, a diferença entre os sexos mostrou-se menos acentuada do que na quantidade total de narrativas que haviam sido registradas. Isso poderia levar a uma pseudo percepção de equilíbrio entre os sexos no que tange aos envolvimento com o crack. Por esta razão, entendi que seria importante trazer os dois gráficos, como forma de prestar tal e, sobretudo, para viabilizar comparações, tanto com a realidade recifense, quanto com a realidade brasileira considerando os estudos sobre o crack e/ou outras drogas realizados no país.

Além das conversas com a equipe de profissionais que trabalham nos dois centros do Programa Atitude, um *survey* realizado em 2015, como parte de uma pesquisa de avaliação do referido Programa no Estado, vem corroborar esta discrepância no âmbito da categoria sexo dos(as) entrevistados(as), apontando “a predominância de atendidos do sexo masculino”, que corresponde a 80,6% ao passo que 19,4% são do sexo feminino (NEPS/UFPE, 2015, p.38). Assim, a discrepância de sexo ilustrada no **Gráfico 01 A**, acima, é reflexo da demanda de homens e mulheres que buscam assistência e atendimento nos dois centros do Programa Atitude, onde foram realizadas a maioria das entrevistas.

Destaca-se que essa desproporcionalidade também não se distancia dos achados de outros estudos realizados no âmbito da relação da sociedade com as drogas. Muitos estudos, principalmente os levantamentos epidemiológicos nacionais, trazem informações sobre a proporção de homens e mulheres envolvidos com drogas no Brasil. Desde o primeiro “levantamento sobre o consumo de drogas psicotrópicas”, por exemplo, realizado em 2001 pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, em parceria com centros de pesquisa de diferentes estados brasileiros, observa-se que a droga mais consumida no Brasil é o álcool e que esse consumo é maior entre a população masculina (SENAD, 2001 a 2011).

Interessante notar que, conforme o último censo demográfico realizado em 2010 pelo IBGE, a proporção de homens é menor que a

proporção de mulheres no país. Naquele ano, a população brasileira era composta por 190.755.799 de habitantes, sendo 50,53% do sexo feminino e 49,47% do sexo masculino. A título de ilustração, destaca-se no **Quadro 02**, abaixo, as estimativas para a população em 2018 no estado de Pernambuco e no Brasil como um todo:

Quadro 02: Estimativas para a população brasileira e destaque para o estado de Pernambuco em 2018.

	Brasil 2018		Pernambuco 2018	
Feminino	50,67%	[105.996.973]	51,61%	[4.888.042]
Masculino	49,33%	[103.189.829]	48,39%	[4.585.665]
Total		209.186.202		9.473.707

Fonte: IBGE (2010).

Percebe-se que a predominância da população feminina se mantém tanto no percentual relacionado ao total de habitantes do Brasil, quanto no percentual relacionado ao total de habitantes de Pernambuco, que apresenta uma variação maior entre as categorias sendo, 51,61% do sexo feminino e 48,39% do sexo masculino. Voltando-se à proporção de homens e mulheres envolvidos com drogas no Brasil, especificamente sobre o crack, destaca-se o Estudo Nacional realizado pela FIOCRUZ em 2014, que apresenta um percentual de uso de crack de 78,68% para o sexo masculino e de 21,32% para o sexo feminino.

O *crack* é uma droga majoritariamente consumida por homens, muito embora, esteja ocorrendo um crescente aumento do número de mulheres, envolvidas com o *crack*. Fato que vem sendo mencionado, seja na literatura específica seja nas notícias veiculadas nacionalmente, sobretudo a partir de 2010. Este aumento, ou visibilidade do número de mulheres envolvidas com o *crack*, pode ser também, efeito da repercussão nacional das Campanhas em prol do Programa Nacional de Enfrentamento ao *crack*, que conferiu maior visibilidade ao tema chamando, inclusive, a atenção da mídia.

Desde que comecei esta pesquisa, em 2014, não foram poucas as vezes em que as pessoas, com as quais eu interagi, ou seja, entrevistados(as) e não entrevistados(as) mencionaram conhecer ou ter informação de outras pessoas envolvidas com o crack, incluindo mulhe-

res, crianças e adolescentes. No tocante as formas de envolvimento de mulheres com o *crack*, vivenciadas e relatadas pelos(as) entrevistados(as), destaca-se um trecho da narrativa de Jaspe, que diz o seguinte: “Usar droga mesmo, traficar, tudo isso tem muita mulher que faz também. Eu conheço mulher que manda, dá ordem e tudo que nem homem, mas a gente vê mais é as mula, né?” [Jaspe, usuário e ex-traficante, 26 anos].

Além do uso propriamente dito, a fala destacada permite pensar na participação ativa de mulheres nas dinâmicas do consumo, produção, venda e distribuição de *crack* e/ou outras drogas no Recife. Também foi recorrente, nas narrativas, a menção à presença de crianças e adolescentes envolvidos com o *crack*, tanto fazendo uso da droga quanto vendendo e distribuindo ou, nas palavras dos(as) próprios(as) e entrevistados(as), servindo de “mula”. Segundo as narrativas, quanto ao significado do termo, “mula” refere-se à pessoa que transporta/distribui/faz entrega de drogas ilícitas em distintos pontos da cidade, tanto para reabastecer bocas/pontos de venda de drogas quanto para entregar ao ‘consumidor final’ em residências, faculdades, locais de trabalho, parques, praças etc. em diferentes bairros da cidade.

Interessante notar que durante toda a pesquisa, ao contrário do que eu imaginava, nenhum dos(as) entrevistados(as) mencionou a palavra “aviãozinho”, que teria um significado semelhante ao de “mula”. Já as outras pessoas²³ com as quais interagi mencionaram o termo “aviãozinho” para se referir a crianças, adolescentes ou rapazes e moças adultos(as) que transportavam/distribuíam *crack* e/ou outras drogas consideradas ilícitas. Já os(as) entrevistados(as) usaram o termo “mula”, como destacado na narrativa acima ou simplesmente descreviam o que faziam em virtude do seu envolvimento com o *crack*, conforme relata Ametista: “vender droga, levar droga em faculdade pra playboy... daí deu no que deu, comecei usar crack e agora tô aqui” [respira fundo, olha para

²³ Conversas informais com transeuntes, trabalhadores de estabelecimentos comerciais em determinadas áreas da cidade, com policiais em pleno policiamento ostensivo, guardas de trânsito etc, tanto na fase exploratória quanto durante e depois de iniciar o processo de produção das narrativas, conforme mencionado no início deste capítulo.

o companheiro que estava presente, olha para os lados, abaixa a cabeça] *Não gosto nem de lembrar*” [Ametista, usuária, ex-traficante, 37 anos].

Quanto à idade dos(as) entrevistados(as) a pessoa mais jovem foi uma moça negra que não estudou, solteira, 20 anos. Já a pessoa mais velha foi um homem branco, que estudou até a 5ª série do Ensino Fundamental, solteiro e que tem 51 anos. Optei por registrar as idades em aberto, sem apresentar faixas etárias para situar as idades de cada entrevistado(a). Assim, conforme ilustra a **Tabela 01** abaixo, a idade dos(as) entrevistados(as) variou de 20 a 51 anos.

Tabela 01: Idade dos(as) entrevistados(as) por sexo.

Sexo	Idade dos(as) Entrevistados(as)													Total
	20	21	22	24	25	26	29	30	33	37	39	40	51	
Feminino	1		2				1	1		1				6
Masculino		1		1	1	1			1		1	1	1	8
Total														14

Fonte: Elaboração própria a partir das narrativas dos(as) entrevistados(as) na pesquisa.

Percebe-se que o intervalo de idade entre as mulheres, que variou de 20 a 37 anos, foi menor do que o intervalo de idade entre os homens, que variou de 21 aos 51 anos de idade. Tanto nas ruas quanto nos centros do Programa Atitude, não me deparei com rapazes ou moças menores de 18 anos de idade, ao menos nos momentos de abordagem durante a realização da pesquisa. Nas observações de campo pelas ruas e praças do Recife e durante as andanças junto com a *comunidade*, por várias vezes presenciei crianças e adolescentes cheirando cola em garrafinhas de água mineral. Alguns funcionários, principalmente de estabelecimentos comerciais na região central da cidade ou transeuntes com os quais tive a oportunidade de conversar, afirmaram que “a cola” era o “*intervalo*” para o crack que aquelas crianças costumavam fumar.

Figura 04: Crianças e adolescentes em situação de rua, alguns dos quais, inalando cola no centro do Recife/PE.



Fonte: Arquivos da pesquisa.

A foto acima foi tirada em outubro de 2015, durante minhas andanças de campo. Os jovens conversavam entre si, alguns sentados, outros deitados e, conforme é possível ver no canto inferior direito da foto, dois deles seguram garrafinhas de água mineral, que costumam ser utilizadas para colocar a cola²⁴. Destaco abaixo a fala da entrevistada Rubi, no momento em que a mesma me relatou sua experiência como “*traficante*” de crack e outras drogas. Pergunto: “e quem comprava mais eram homens, mulheres, adulto, criança, como era?” Ela responde:

[...] Tinha mais era homem do que mulher. Tudo adulto. Pra criança eu nunca vendi, eu tenho minha consciência e não ia fazer uma coisa dessa, estragar a vida de uma criança, mas tem criança que já tá na rua faz é tempo cheirando cola e fumando crack que nem gente grande... tem uns que chega faz pena. [**Rubi**, branca, ex-traficante, 29 anos de idade].

Durante todo o processo de produção das narrativas me chamou a atenção, e devo dizer que fiquei positivamente surpresa, a forma como os(as) entrevistados(as) se mostravam, de algum modo, conscientes dos malefícios ou dos desdobramentos problemáticos que o envolvimento com o *crack* poderia trazer, não apenas para si, mas para os demais,

²⁴ Interessante notar que muito embora se utilize a expressão “*cheirar*” cola, percebo que alguns(mas) usuários(as) colocam a garrafa na boca, ‘sugando’ para conduzir até o pulmão a substância ativa da cola.

independente dessas pessoas serem do seu ciclo imediato de interações ou não. Talvez caiba questionar em que medida não afirmavam aquilo que acreditavam que a pesquisadora gostaria de ouvir? Contudo, é no mínimo, curioso, que essa ponderação venha a emergir justamente de pessoas imersas num fluxo de interações produzidas nas fronteiras do ‘ilícito’, do ‘proibido’, do que é social e moralmente repudiado: o “*tráfico de drogas*”, por exemplo.

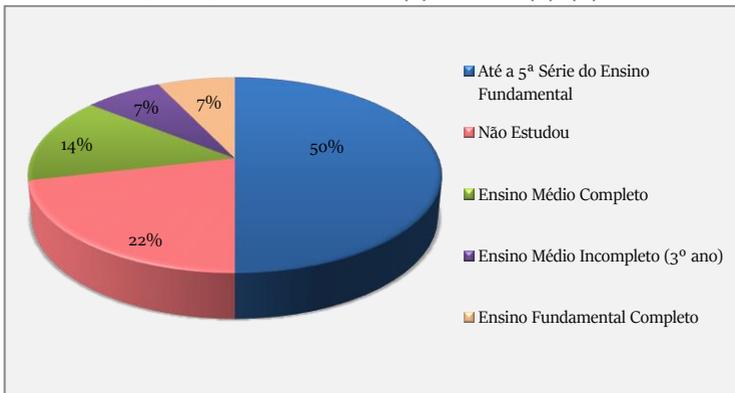
Antecipando um dos pontos discutidos nos capítulos seguintes, é interessante salientar, a partir da fala de **Rubi**, destacada acima, que o envolvimento com o *crack*, mediante venda da droga, não impacta sua percepção dos limites de suas ações, ou de algo que ‘*não se deve*’ fazer, por exemplo. Chama a atenção essa associação que ela faz entre uma noção de “*consciência*” que poderíamos aqui entender como *tranquila* e o fato de *não vender*, segundo sua narrativa, *crack* para crianças. Completando que isso seria “*estragar a vida de uma criança*”, ao tempo em que demonstra conhecimento da existência de crianças envolvidas com o *crack* na realidade recifense e lamenta tal situação.

Nas explorações de campo noturnas, sempre que era possível, eu me valia/aproveitava do momento de levar os alimentos ou suco a cada jovem rapaz ou moça para perguntar suas idades. Geralmente, quando era criança já ficava mais fácil perceber, mas, quando eram adolescentes a dúvida era maior em virtude, muitas vezes, da aparência que tinham naquele momento, físico debilitado, roupas sujas, cabelos despenteados e engordurados ou ressecados etc. A julgar pela aparência, muito facilmente estimar-se-ia que algum desses jovens tinha *vinte e poucos anos* quando, na verdade, era um adolescente de 13 ou 15 anos de idade, por exemplo. Nos espaços observados, vale ressaltar a predominância de homens tanto com relação ao envolvimento com *crack* e/ou outras drogas quanto em relação à situação de rua, como um todo.

Quanto ao nível de escolaridade, foram entrevistadas pessoas que não estudaram até pessoas que cursaram o Ensino Médio completo, que é o maior grau de escolaridade que emerge das narrativas consideradas

nesta pesquisa. Percebe-se que metade dos(as) entrevistados(as), ou seja, sete estudaram até a 5ª Série do Ensino Fundamental, ao passo que dos demais entrevistados três não estudaram, um tem Ensino Fundamental completo, um não concluiu o Ensino Médio (relata que parou de estudar no 3º ano) e apenas dois tem Ensino Médio Completo, conforme **Gráfico 02**, abaixo:

Gráfico 02: Nível de escolaridade dos(as) entrevistados(as) - (%).



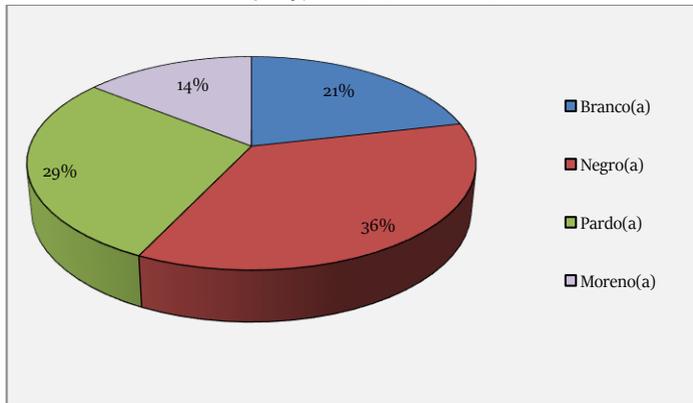
Fonte: Elaboração própria a partir das narrativas dos(as) entrevistados(as) nesta pesquisa

Os níveis de escolaridade dos(as) entrevistados(as) também dialogam com os achados de outros estudos que se debruçam sobre o *crack* em outras realidades brasileiras, muito embora alguns estudos focam no uso, identificando formas de consumo e/ou nas dinâmicas de mercado (por exemplo, Misse, 2010; Nappo e Oliveira, 2008, Laranjeira e Ribeiro, 2010; Saporì e Medeiros, 2010). No entanto, a baixa escolaridade do perfil de sujeitos analisado nesta pesquisa permite algumas reflexões que extrapolam as interações e escolhas pessoais de cada um(a), sobretudo, quando se entra em contato com suas narrativas referentes às infâncias e sobre seus contextos de vivência, conforme será mostrado nos capítulos seguintes.

Ao perguntar para cada entrevistado(a), “*Você se considera de qual raça/cor?*”, optei por deixar as possibilidades de resposta em aberto, anotando apenas a resposta dada pelo(a) entrevistado(a), sem que lhes

fossem apresentadas categorias de raça/cor previamente estabelecidas²⁵. Assim, percebi que alguns entrevistados já respondiam prontamente de qual raça/cor se consideravam como Berilo: “*Eu sou moreno*” e Rutilo: “*Dizem que sou branco, mas eu me autodeclaro pardo*”. Ao passo que outros(as) hesitavam na resposta como, por exemplo, Ágata: “*Eu sou negra, né?*”. Outros(as), ainda, mencionavam sua experiência com outras pesquisas no tocante a essa variável, como Esmeralda, que respondeu: “*Parda, mas eu falo que eu sou morena*” [...] porque quando tem pesquisa eles coloca parda”. Considerando-se alguma semelhança nas reações, Topázio respondeu da seguinte forma: “*Eu nunca parei pra pensar nisso, mas sempre quando tem essas pesquisa assim, eles coloca pardo, já tem outros que coloca branco. Eu sou moreno claro, mas pode colocar aí que sou pardo*” [risos].

Gráfico 03: Raça/cor dos(as) entrevistados(as).

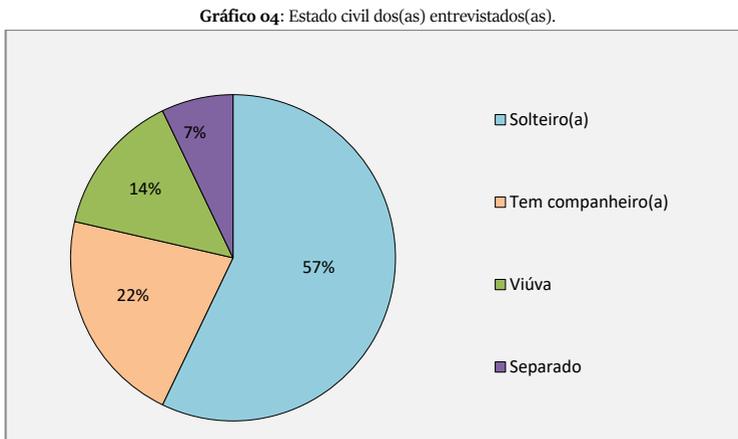


Fonte: Elaboração própria a partir das narrativas dos(as) entrevistados(as) nesta pesquisa.

O Gráfico mostra que a grande maioria dos(as) entrevistados(as) se autodeclararam negras(as) ou pardas(as). Em números absolutos, cinco se consideram negras(as), o que corresponde a 36%; quatro pardos(as), que corresponde a 29%; dois responderam que são morenos, que corresponde a 14% e três se consideram brancos (21%).

²⁵ Em pesquisas anteriores, utilizei as categorias de raça/cor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, a saber: Branca, Preta, Parda, Amarela e Indígena.

Finalizando as informações básicas acerca do perfil sócio-demográfico dos(as) entrevistados(as), destaca-se o estado civil e a quantidade de filhos de cada um(a). Quando perguntei a cada entrevistado(a) sobre seu estado civil, também, não lhes apresentei alternativas/categorias previamente estabelecidas. Desse modo, as repostas dadas por cada um(a) alcançaram quatro categorias, a saber: solteiro, tem companheiro(a), viúva e separado, conforme ilustra o **Gráfico 04**, abaixo:



Fonte: Elaboração própria a partir das narrativas dos(as) entrevistados(as) nesta pesquisa.

Em números absolutos os percentuais acima representados ficariam da seguinte forma: oito responderam que são solteiros(as), três responderam que “*têm companheiro(a)*”, duas são viúvas, um é separado. Com relação à quantidade de filhos, seis entrevistados(as) responderam que “*não*” possuem filhos e oito responderam que “*sim*” sendo quatro mulheres e quatro homens. Dentre estes, a quantidade de filhos variou de um a cinco filho(as).

Confesso que, inicialmente, fiz a pergunta “**Você tem filhos?**” quase que de forma acidental, *puxando assunto* a fim de manter a interação, tanto entre uma pausa e outra feita pelos(as) entrevistados(as), quanto para facilitar o acesso a outras perguntas, antes de aprofundar uma questão mais complexa e específica sobre algo que tivessem acabado de

mencionar em suas narrativas. Não dei, naquele momento, muita relevância à pergunta e apenas registrei, como de costume, as respostas dos(as) entrevistados(as).

Muito tempo depois, quando a pesquisa já havia sido finalizada, em meio às releituras do material de campo, percebi que aquela pergunta feita muito mais com intuito de ‘sustentar’ a interação e incentivar os(as) entrevistados(as) a mergulharem um pouco em suas memórias do que pelo meu entendimento de que a mesma auxiliaria nas indagações que eu buscava responder, trazia valiosa contribuição justamente para questões centrais no estudo, inclusive no que se refere ao acesso às interações, vínculos afetivos e aos contextos de vivência através das narrativas de vida dos entrevistados e das entrevistadas.

Durante as releituras das narrativas de vida registradas, fiquei impressionada, também, com a simbologia das respostas que me foram dadas para essa pergunta. Conforme dito anteriormente, das oito pessoas entrevistadas que têm filhos, quatro são homens e quatro são mulheres. A quantidade de filhos entre os homens variou de um a cinco. Já entre as mulheres, a quantidade de filhos variou de um a três. Destaca-se os relatos de **Berilo**, 33 anos, que tem cinco filhas, e em vários momentos da interação relata que sente “*muita saudade*” delas.

Saudade também parece ser uma *pedra* colocada nos calçados de **Ametista**, 37 anos de idade, que tem três filhas das quais está afastada, que residem com a avó materna, e **Ônix**, que tem “*uma filhinha*” e, após dizer que não a vê faz algum tempo, é tomado por um ar pensativo e com o olhar distante continua relatando o afastamento da sua “filhinha”, após a separação de sua esposa: “*Aconteceu umas briga [entre ele e a esposa], aí eles [família da esposa] caíram no mundo, não deixava mais a gente se falar, não queria deixar eu ver a menina*”. O entrevistado diz que tem saudades da filha. Seu semblante, os demais gestos corporais ao lembrar o tempo em que foram casados e o sofrimento após o afastamento da esposa e da filha, terminou por ratificar o peso dessa saudade que,

conforme relata no Capítulo 3, extrapolou a dimensão dos sentimentos no âmbito psicológico, afetivo e afetou seu físico.

Em resposta à mesma pergunta, **Quartzo**, 26 anos de idade, explicou que tem um filho com sua companheira, uma moça que ele conheceu dentro de um dos centros do Programa Atitude. Conta que chegou a receber o Aluguel Social²⁶ e morou junto com a moça e a criança por um tempo. Hoje, só a moça e a criança estão na casa e ele está prestes a ser transferido para o Intensivo de Aldeia. Após explicar que engravidou aos 13 anos de idade, **Turmalina**, 22 anos, diz: “*Eu tenho dois, é um casal. A mais nova tá com seis anos e o menino já completou sete*”. Pergunto com quem estão ‘os filhos’ naquele momento, enquanto ela se encontra no Centro do Atitude, e ela responde que “*Mora um com meu irmão e o outro com o pai*”²⁷.

Quando perguntei: “Você tem filhos”? **Ágata**, 20 anos de idade, que tem uma filha, me deu como resposta uma sequência de acontecimentos entrelaçados que inscreveu na sua trajetória de vida a *peculiar* experiência de ser mãe. A entrevistada relata que teve depressão pós-parto depois do nascimento da filha, além disso, por passar a maior parte do tempo nas ruas onde, diga-se de passagem, também passou sua infância, conforme se vê nas narrativas de infância, no próximo capítulo, não tinha condições de cuidar da filha. Acabou “*dando*” a criança recém-nascida para uma mulher do mesmo bairro onde morava:

Ágata: Eu não tinha jeito de cuidar dela, aí eu dei ela pra uma mulher que morava lá perto, em Massaranduba. A mulher cuidava bem dela, mas a justiça tomou e agora ela tá num abrigo. No mês que vem, dia 26, vai ter a audiência e meu irmão, o que estudou, tá tentano ficar com ela, será que o juiz vai deixar?

²⁶ Grosso modo, trata-se de um auxílio moradia oferecido pelo programa aos usuários que tenham passado pelas modalidades de Apoio, Intensivo e que, após o devido tempo de passagem pelos centros e atendimento aos requisitos estabelecidos para concessão do benefício. Ver West (2016), vide referências bibliográficas.

²⁷ Mesmo relendo atentamente a narrativa de Turmalina, não é possível saber se é a menina (sua filha) que está com o irmão ou se é o menino, porque sua resposta não diz “uma” e sim “um”. O que pode ter sido influenciado pela forma genérica como lhe perguntei: “seus filhos”.

Rosilene: Quem sabe... Vamos torcer pra que dê certo, né? Seu irmão sabe que você está aqui no Programa?

Ágata: Sabe. Ele já até ligou pra cá" [...] "A audiência é méis quem vem, já.

Rosilene: Tá perto!

Ágata: E eu tô com medo de ser presa porque quando eu engravidei, eu conheci um homem... aí depois que a menina nasceu, eu disse que era filha dele e ele registrou ela, mas eu tô com medo porque nessa audiência vai ter o exame de DNA e ele vai saber que a menina não é dele... Mas eu menti porque eu queria o melhor pra minha filha e ele podia dar de tudo pra ela. Ele é boa pessoa, mas eu já dei muito aperreio pra ele.

Rosilene: E você tem notícia do pai da sua filhinha?

Ágata: Ela é filha de um taxista que fez programa comigo e ele sabia porque eu tinha falado pra ele que eu tava grávida dele, aí ele sumiu e eu num vi ele nunca mais.

Outra narrativa que comunga com a narrativa de Ágata quanto à preocupação e desejo de proporcionar o melhor para o(a) filho(a) foi a de **Jaspe**, 26 anos, que diz: *"Eu tenho um filho de seis ano de idade"* e que, num misto de preocupação, afeto, aprendizagem com a própria trajetória de vida parece se apegar ao anseio em proporcionar um desfecho diferente para seu filho e dar um *novo rumo* para sua vida, ao tempo em que assume/usufrui do seu papel de pai. O rapaz, que era traficante e se tornou usuário desenvolvendo um uso compulsivo do crack, ressalta:

Eu preciso ficar mais forte, controlar mais essa vontade pra depois eu buscar um emprego, cuidar do meu filho [...] Mas eu sei que eu vou conseguir dar atenção pro meu filho pra ele não sofrer como eu, porque eu senti muito a falta do meu pai. **Jaspe**, 26 anos.

Ao que digo: "Entendo. É importante mesmo pensar no seu filho", e Jaspe continua: *"Então, pra proteger ele desse mundo porque eu vou dizer uma coisa pra senhora, é muito difícil crescer nesse meio e ficar de fora[...]"* Nessas falas destacadas, o rapaz deixa transparecer uma preocupação pessoal com seu filho, com sua própria "recuperação", mediante a retomada de sua trajetória, correspondendo às expectativas em torno de seus papéis sociais, no núcleo familiar e na satisfação pessoal.

A partir de sua experiência pessoal, permeada por um déficit afetivo simbolizado na “falta do pai” Jaspe promove, ainda, uma reflexão ao mencionar a dificuldade de “*crescer nesse meio e ficar de fora*”, em alusão aos territórios dominados ou onde a dinâmica do mercado ilícito de drogas orienta a própria dinâmica social local. A reflexão tem início na preocupação em proteger seu filho “*desse mundo*” e alcança questões estruturais da sociedade brasileira, nos levando a pensar, por exemplo, nas trajetórias de vida de outras tantas crianças submetidas às mesmas condições de vida no contexto de exclusão e negação de direitos sociais mínimos semelhantes ao contexto em que Jaspe fora criado.

Nessa direção, destaca-se, também, a narrativa de **Esmeralda**, que, em meio aos demais cuidados e preocupações de mãe, traz em sua narrativa uma especial atenção à chamada instrução formal dos seus filhos, conforme explica:

[...] O mais velho de 15 anos, tá na 8ª série; a de 13 anos, tá na 7ª série e a de 11, tá na 6ª série. Elas fala assim, mãe porque a gente chega da escola, e almoça e tem que voltar pra escola de novo?[risos] Eu matriculei minhas filhas no **Pro jovem**, aí elas passam o dia todo ocupada pra não ter tempo que mexer com coisa errada e o menino, meu mais velho, que tem 15 anos, eu só não coloquei ainda porque eles tava com vaga mais era pros mais novo, mas se tiver vaga eu coloco ele também. **Esmeralda**, 30 anos.

Nesse momento, com lágrimas nos olhos, a entrevistada abaixa a cabeça, olha para mim e traz memórias de suas experiências vividas das quais emergem, também, as motivações que a levaram até o Centro de Apoio do programa em busca de assistência e tratamento devido ao seu envolvimento com o crack, que atingiu proporções de uso abusivo:

Eu tô aqui hoje por causa dele. Porque agora no dia 12, que ele completou ano, ele falou que o que eu tinha de ajudar eles eu já ajudei, que agora era a vez deles me ajudar e cuidar de mim, e que ele queria de presente que eu fosse pra uma clínica pra me tratar do crack. Aí eu cheguei chorar na hora e quando foi no dia 13 eu vim aqui pro Atitude, que eu já conhecia, já tinha ouvido falar. Eu fumava escondido pra ele não ver, mas eles sabia quando eu

chegava em casa porque a gente fica diferente, e eu já tava começando a ficar com vergonha deles, já.[...] Depois que eu vim pra cá eles já vieram aqui me visitar, eles estão tão feliz de saber que eu vou ter tratamento. Com fé em Deus eu vou dar esse presente pro meu filho e ele vai ter muito orgulho de mim. Eu quero me cuidar, quero fazer exames por que eu tô com uma tosse, não sei se é por causa do crack, deve ser... quero colocar meus dentes. [referindo-se aos dentes frontais da arcada superior – de um canino a outro sem dentes] Eu amo muito meus filhos, porque eu não quis que eles sentisse o que eu senti [...] Esse mais velho, quando ele disse que ‘agora era a vez dele cuidar de mim’ eu cheguei chorar... porque eu fiquei lembrado de umas coisas que eu nem gosto de ficar falando pra ele não escutar, mas quando eu engravidei dele, minha vó disse que se eu quisesse voltar pra casa era só abortar ele que ela me aceitava de volta. Ela disse que eu tava nova e que tava no começo, que era pra eu abortar ele; Aí eu disse que não queria fazer isso, que eu ia ter meu filho...e eu tive; A gente passou dificuldade mas eu nunca deixei eles passar fome. O Bolsa Família me ajudou muito e eu traficava também pra comprar as outras coisa que faltava.

Um dos maiores desafios que enfrentei durante a realização das entrevistas, enquanto cada entrevistado(a) produziam suas narrativas de vida, foi o exercício do autocontrole para conter as lágrimas já formadas, outras vezes por formar, mas, sempre precedidas e sucedidas por um grande nó na garganta. Essa fala de Esmeralda, destacada acima, remete justamente a um desses momentos. A entrevistada, conforme se verá adiante, nas narrativas de infância, foi criada pela avó, engravidou na adolescência e mesmo diante das pressões para abortar e diante do seu desfecho com uma expulsão de casa, decidiu ter a criança. Oferecendo a ela e às filhas, na medida do possível, uma assistência diferente da que recebeu. Percebe-se a motivação não apenas pela busca por tratamento, como também pela permanência no centro do Atitude, que figura como etapa importante para superar essa fase, como tantas outras em sua trajetória, retomar seus projetos de vida e, conforme destaca, “*Ele (o filho) vai ter muito orgulho de mim*”.

Reforçando, mais uma vez, as observações quanto ao perfil sócio-demográfico dos(as) entrevistados(as), ratifico que se trata do grupo de pessoas que pôde ser mais facilmente acessado. Os(as) entrevistados(as)

que não foram abordados nas ruas do Recife, já estavam sendo assistidas por um programa especificamente voltado para pessoas em situação de vulnerabilidade/ameaça e com algum tipo de envolvimento com o crack e/ou outras drogas.

De modo semelhante ao que ocorre na grande maioria dos estudos voltados para usuários(as) de drogas consideradas ilícitas, o perfil costumeiramente difundido corresponde, tão somente, àquele grupo que estava, de alguma forma, mais suscetível à nossa intervenção enquanto pesquisadores(as), mais exposto e mais disposto a colaborar com nossos estudos. Poder-se-ia pensar que isso desvia a atenção ou mesmo camufla a existência de outros perfis tanto de *traficantes* quanto de *usuários* de crack, por exemplo, cuja aproximação para concessão de uma entrevista não seja tão acessível assim. A esses outros perfis, também se concede algum espaço neste estudo, conforme se verá no Capítulo 4.

Muito embora eu esteja, na verdade, chamando a atenção para o óbvio, considero de fundamental relevância que não percamos de vista os impactos do aparato político-ideológico da Guerra às Drogas nas concepções sociais, como tratei no Capítulo 1. Os envolvimento com determinadas drogas costumam ser associados a segmentos sociais e perfis étnico-raciais específicos, sobre os quais historicamente costuma incidir de forma mais contundente a repressão policial, o descrédito social, a fiscalização, as punições diversas, que podem ir desde penas privativas de liberdade até à execução. Não nos esqueçamos, por exemplo, das polêmicas em torno dos chamados *autos-de resistência* que, não por acaso, costumam vitimar pobres e negros, principalmente, nos aglomerados urbanos marginalizados.

Feitas essas ponderações, apresenta-se, por fim, a **Tabela 02**, que reúne as informações sócio-demográficas básicas dos(as) entrevistados(as), incluindo sua relação com o crack no momento de realização das entrevistas, ou seja, se são usuários, ex-usuários, traficantes ou ex-traficantes:

Tabela 02: Perfil Sócio-demográfico dos(as) entrevistados(as).

	Nome	Sexo	Idade	Relação com o crack no momento da entrevista	Raça/Cor	Escolaridade	Estado Civil	Filhos (as)
1	Berilo	M	33	Ex-Traficantes	Moreno	3ª Série do Ensino Fundamental	Solteiro	5
2	Rubi	F	29		Branca	Ensino Fundamental Completo	Solteira	0
3	Ônix	M	25	Ex-trafficantes e	Branco	5ª Série do Ensino Fundamental	Solteiro	1
4	Esmeralda	F	30	Ex-usuários(as)	Morena	4ª Série do Ensino Fundamental	Viúva	3
5	Diamante	M	39	Usuários(as)	Negro	Ensino Médio Completo	Tem companheira	0
6	Turmalina	F	22		Parda	3ª Série do Ensino Fundamental	Solteira	2
7	Ágata	F	20		Negra	Não estudou	Solteira	1
8	Rutilo	M	40		Pardo	Ensino Médio Completo	Solteiro	0
9	Jaspe	M	26	Usuários(as) e	Negro	Ensino Médio Incompleto (3º ano)	Solteiro	1
10	Ametista	F	37	Ex-trafficantes	Parda	4ª Série do Ensino Fundamental	Tem companheiro	3
11	Safira	F	22	Ex-usuários(as)	Negra	Não estudou	Viúva	0
12	Topázio	M	24		Pardo	4ª Série do Ensino Fundamental	Separado	0
13	Quartzo	M	21		Negro	Não Estudou	Tem Companheira	1
14	Citrino	M	51	Traficante e Usuário	Branco	5ª Série do Ensino Fundamental	Solteiro	2

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de campo da pesquisa.

Um morador do Bairro Peroba relatou-me:

“[...] O caso dele foi o crack, aí já viu, né? Meu primo perdeu o controle de tudo que ele tinha conquistado, imagina vc, um menino novo com 24 anos já largou faculdade, vendeu tudo que ele tinha, acabou com as coisa cara que tinha no quarto dele, o pai não quer mais saber, e a mãe não sabe o que fazer porque ela já tentou de tudo e ele não sai do vício [do crack] Compra em quantidade e fuma tudo, depois fica devendo e agora tá nessa situação, os caras com quem ele andava e aprendeu a usar, já tão vindo na porta do prédio [...] E todo dia no noticiário a gente escuta alguma coisa assim, todo dia tem BO por causa do crack.

O crack, é o nível mais baixo que o cara pode descer”.

Na sequência da conversa, o rapaz pediu pra mudar de assunto porque segundo ele: *“Esse aí é um caso à parte, porque ele que pediu, né?”.*

Voltou, então, a falar dos assaltos que aconteceram nas imediações de onde estávamos : uma movimentada Avenida no Bairro Peroba.

Extraído das anotações de campo feitas durante a realização desta pesquisa. Essa interação com um “não entrevistado”, permite pensar nas concepções sociais acerca do crack e demais drogas consideradas ilícitas, nas tensões no âmbito familiar que podem decorrer dos envolvimento com o crack (sobretudo, nos casos em que a relação com a droga assume proporções de uso compulsivo), na questão da estratificação social e, dentre outras questões, nos níveis distintos de tolerância social quanto a um ou outro tipo de droga.

Anotação de campo.

Capítulo 3

Infâncias, famílias, contextos e processos de socialização: o caminho das pedras vividas

“As crianças não têm uma compreensão das forças mais amplas que determinam o rumo de suas vidas, – e eu decerto não sabia [...] das transformações [...] que logo viriam a desmontar minha família”. Karl Hurt (2014, p 29).

Neste capítulo destaco as narrativas dos(as) entrevistados(as) acerca de suas infâncias e de suas famílias. Emergem, dessas narrativas, informações referentes aos seus contextos de vivência e aos respectivos processos de socialização sobre os quais foram sendo construídas suas trajetórias de vida. De infâncias marcadas por situações traumáticas, passando-se pelos ‘desfechos’ das relações no âmbito familiar, ao emaranhado de fatores internos e externos sobre o qual cada entrevistado(a) se viu enredado, é possível perceber a marca das ambiguidades de sentido na construção dessas narrativas.

Nesse processo, o ideal contrasta com o real, a admiração toca a decepção, o orgulho pode andar de mãos dadas com a quebra das expectativas e o desejo de mudança, assim como a ‘luta pela sobrevivência’, conseguem extrapolar o âmbito das necessidades básicas para se manter vivo, por exemplo, simbolizando o esforço de cada entrevistado(a) para se manter firme e seguir em frente diante dos traumas silenciados, das violências sofridas, além dos desequilíbrios emocionais entranhados no cotidiano das situações vividas.

1 Narrativas sobre as infâncias: Trajetórias de vida em construção

“Oxe, só se for de quando eu era bebê, porque, eu não tive essa coisa de infância que nem as pessoa fala, não”. Turmalina, 22 anos.

A fala citada acima foi a resposta de uma entrevistada quando solicitei: “*Você poderia me falar um pouco sobre sua infância?*” É justamente as respostas dos(as) entrevistados(as) a esta pergunta que apresento na primeira parte deste capítulo. Na segunda parte (item 2) apresentarei as narrativas sobre suas famílias. Em cada abordagem que fiz aos atores sociais deste estudo, após a devida apresentação, explicação sobre a pesquisa e conversas diversas que, em alguma medida, amenizavam as fronteiras entre pesquisadora e pesquisados(as), o procedimento de produção das narrativas tinha como *start* o apelo ao que havia de mais remoto nas memórias de cada um(a): as lembranças relacionadas às suas infâncias. Sentada diante de cada entrevistado(a), individualmente e em tempos distintos, aquele constituía um momento rico em expectativas, provavelmente, para ambas as partes.

No meu caso, tal expectativa se devia à curiosidade de conhecer quais informações emergiriam das lembranças dos(as) entrevistado(as) sobre essa fase de suas vidas. Já os(as) entrevistados(as) poderiam se ver entre o esforço de trazer àquela interação lembranças que ficaram marcadas em suas memórias na referida fase e o cuidado, que também consiste num desafio, de selecionar quais lembranças poderiam ser compartilhadas comigo, uma estranha. Poderiam, ainda, considerar aquele um momento propício para serem ouvidos, uma possibilidade de ‘conversar’ com alguém sobre questões que não costumavam falar no seu dia-a-dia. Para além dos propósitos científicos da interação, aqueles momentos consistiam numa oportunidade para “*se abrir*”, para “*desabafar com alguém*”, como costumavam dizer ao final das entrevistas.

Após o *start* do processo de produção de narrativas, era interessante perceber como cada entrevistado(a) ia produzindo narrativas a partir desta questão inicial que lhes fora apresentada, de maneira que, na maio-

ria das vezes, seus relatos extrapolavam as situações experienciadas nessas fases de suas vidas. Alguns/mas entrevistados(as), contudo, procuravam responder de forma mais direta à pergunta, sem fornecer maiores detalhes. **Topázio**, por exemplo, relembra o frio sentido na infância que passou quando morava em outro Estado. Durante a entrevista ele relata que sua família veio para Recife em 2007, quando ele tinha 14 anos e, desde então, só dois dos seus cinco irmãos voltaram para São Paulo. Ele disse: “Minha infância foi normal... a gente era tudo pequeno, passava um frio danado lá em São Paulo... hoje tem só dois irmão meu que voltou pra lá, o resto tá tudo aqui [no Recife].”

Já **Diamante** relatou que teve uma infância “tranquila” na “comunidade” onde nasceu e se criou, num bairro da periferia do Recife. Sua fala deixa transparecer, dentre outras coisas, o esforço, a determinação e a luta na trajetória do menino que fazia aulas de capoeira, até que se tornou mestre/professor dessa arte¹. Ele respondeu: “Foi tranquila, nada demais. Eu tenho dois irmãos mais novos, comecei a trabalhar muito cedo, ajudava em casa... Depois eu comecei participar das escolinhas de capoeira na comunidade e hoje, eu sou professor de capoeira”.

Rutilo definiu sua infância como ‘tranquila’ e disse: “Eu tive uma infância tranquila. Nunca me faltou nada. Minha família é de classe média alta, minha mãe é bem de vida”. O entrevistado destaca a condição financeira de sua família (“*classe média alta*”) que, consideradas as disparidades socioeconômicas que transpassam a realidade brasileira, figura como uma condição que assegura e, muito provavelmente, justifica a sua fala quando afirma “*nunca me faltou nada*”. Dentro desse “nada” poder-se-ia pensar que cabe o mínimo necessário para sua sobrevivência, algum conforto, acesso aos bens e serviços disponíveis na sociedade. Caberia, ainda, pensar nas condições mínimas necessárias à sobrevivência humana conforme estabelecem os direitos sociais mínimos previstos na Constituição Federal de 1988. Esta, assegura e prevê dignidade aos

¹ Fazendo uma busca rápida no Google, o site Wikipédia define capoeira como sendo uma expressão cultural brasileira que mescla cultura popular, arte, música e arte marcial.

cidadãos brasileiros mediante o direito à moradia digna, saúde, educação, segurança e alimentação de qualidade, lazer. Contudo, não é esta a realidade da grande maioria da população, tampouco, dos demais cidadãos e cidadãs entrevistados(as) nesta pesquisa.

A entrevistada **Rubi**, respondeu da seguinte forma: “Foi normal... com meus irmãos numa cidade do interior aqui de Pernambuco, Carpina, não sei se você conhece. Naquele tempo a gente era feliz e não sabia”. Percebe-se que, apesar da resposta curta/direta, sua fala bem como o ar nostálgico enquanto me respondia a esta indagação inicial deixa transparecer saudade no que aparenta ser uma espécie de comparação entre a fase que passou e as fases posteriores de sua vida ou mesmo a atual fase que vive. Percepção semelhante é possível na narrativa de Ametista, que diz:

Eu num tenho o que reclamar de quanto eu era pequena. Não tem muito o que falar. Eu tenho bronca é agora, depois de véa [risos]. Eu fui criada como todo mundo é criado, numa casa com pai, mãe, irmão, irmã, mas a gente cresceu e cada um tomou seu rumo, intedesse?. **Ametista**, 37 anos, usuária, ex-traficante, 3 filhas, parda.

A comparação da infância com momentos posteriores, especificamente com a atual fase vivida, sobretudo, no que se refere à inconformação/insatisfação está explícita no trecho destacado da fala de Ametista. A estrutura/núcleo familiar que menciona e que entende como a forma como “*todo mundo*” é criado transmite a impressão de uma base da qual ela se distanciou tanto em termos de tempo decorrido quanto em termo de algo idealizado do qual ela não tem reclamações a fazer. Diferentemente de agora, no momento presente, onde parece se situar a fonte da sua insatisfação e da quebra de suas expectativas.

Outras entrevistadas demonstravam que não havia muito a dizer sobre essa fase de suas vidas. Turmalina, por exemplo, disse:

Oxe, só se for de quando eu era bebê, porque, eu não tive essa coisa de infância que nem as pessoa fala, não [...] Mas eu não fazia nada demais não, só

brincava mesmo. Mas depois eu engravidei e quando eu engravidei eu tinha 13 anos. Aí teve muita coisa que já foi diferente pra mim [abaixa a cabeça e olha pra baixo]. **Turmalina**, 22 anos, usuária, 2 filhos, parda.

Após me ver conversando com um dos entrevistados, **Citrino** se aproximou e quis saber o que eu estava fazendo ali, no Apoio do Atitude, se era algum “cadastro”. Eu me apresentei, expliquei sobre a pesquisa e já o convidei a participar. Depois de perguntar se ganharia “*alguma coisa pra participar da pesquisa*”, mesmo depois que respondi infelizmente não, mas através da sua narrativa de vida você vai contribuir muito com esse estudo que estou fazendo. Citrino deu um sorriso largo, disse que estava brincando e perguntou: “Tem que assinar alguma coisa? vai precisar do documento, porque eu não tenho, perdi tudo na rua e ainda tão ajeitando aqui pra tirar outros pra mim”. Respondo que não. Ele, então, pergunta/sugere: “*A gente podia sentar mais ali, porque aqui vai ficar passando gente toda hora*”. Quando solicitei que me falasse um pouco sobre sua infância, ele já foi respondendo:

Pra começo de conversa, minha mãe era prostituta e eu fui criado por uma ... outra mulher [...] Bem pequenininho, eu lembro do carinho de um homem , era um senhor assim de uns sessenta anos de idade, que me colocava no colo, fazia um carinho em minha cabeça... Esse senhor me visitava direto, teve um tempo que ele chegou a viver com a mulher que me criou. E eu pensava que eles eram meus pais, né? Mas aí o tempo passou e quando eu tinha uns 8 anos de idade, eu descobri que aquela não era minha mãe, aquele senhor que me visitava era meu tio, que era irmão do meu pai e não achava certo o filho ser criado assim, sem uma assistência do pai. **Citrino**, 51 anos, traficante e usuário, branco.

Citrino relata que ficou sabendo naquele momento que sua mãe o rejeitara porque ele simbolizava esse plano que não deu certo: “teve um dia que eu tava saindo pra escola quando a mulher que me criou disse que precisava ter uma conversa comigo[...]Ela disse não era minha mãe e que, na verdade, eu era fruto de um golpe da barriga que não deu certo”. O entrevistado diz que aquele momento ficou marcado em sua

memória de tal modo que nunca consegui esquecer “mesmo agora, depois que já passou tanto tempo”. Então, a “mãe não quis saber” dele e o entregou para “quem quisesse criar”. Depois de algum tempo, quando “a mulher” disse que não tinha mais condições de criá-lo, ele foi parar nas ruas, passou pelo Conselho Tutelar, que o recolheu nas imediações do Cais de Santa Rita, mas depois de algum tempo, conseguiu pular o muro e fugir. Desde então passou a viver nas ruas do Recife, até conhecer uma “mulher mais velha” e os dois moraram juntos por alguns anos. Relata: “Eu vi coisas terríveis vivendo na rua. Desde criança [...] Eu apañei muito na rua, sem contar que já colocaram fogo em mim várias vezes, aí eu acordava e corria”.

Na área livre do Apoio Recife, aproximei-me de Safira, que num primeiro momento, não parecia muito disposta para interagir e muito menos para conceder uma entrevista ou relatar experiências de sua trajetória de vida. Após me apresentar, explicar sobre a pesquisa e perguntar se ela gostaria de participar, ela olha me olha, sorri e diz o seguinte: “Eu só vou fazer [a entrevista] porque gostei do jeito que a senhora chegou pra falar comigo, senão eu nem ia responder nada”. O que me deu a impressão de ter feito uma abordagem satisfatória mesmo tendo abordado/interrumpido a moça enquanto ela se aproximava de um grupo de outros(as) usuários(as) assistidos pelo programa e que se encontravam na casa. Sobre sua infância, ela respondeu: “Eu nem tive isso... pra senhora ter uma ideia, eu tô com 22 ano agora e tem dez ano que eu moro nessas rua de Recife”.

A sensação de infância perdida que emerge desta fala traz algum traço de semelhança com a fala de Berilo, cujas experiências da criança, dos cinco aos dez anos de idade, conseguiram se fixar na memória e acompanhar a trajetória² do homem, agora com 33 anos e que, em suas próprias palavras, tem “*muita coisa pra contar*”. Então, se ajeitando na cadeira, o entrevistado diz:

² O que, na verdade, ocorreu com todos os(as) entrevistados(as).

Eu morava com minha mãe e tinha uma irmã pequena... Eu não conheci meu pai, só sei que ele num prestava. Sempre achei que ele era um canalha [pausa, olhar distante, continua] Desde pequeno dos cinco anos até uns dez eu via cada coisa lá em Sucupira. Gente sendo morta por tiro, gente morta sendo carregada de carrinho de mão [gesticulando como se tivesse segurando um carrinho de mão]; tiroteio, mãe gritava pra gente se abaixar pra não pegar tiro em mim e na minha irmã; eu brincava na rua com os colega, a gente morava na favela, mas minha mãe lutou muito para não deixar faltar comida pra gente [...] Depois eu comecei andar com uns amigo lá da rua, a gente era um grupo de cinco e com 14 anos eu já andava armado. Aquilo dava poder, proteção, sabe como é? **Berilo**, 33 anos, ex-traficante, cinco filhos, solteiro, “moreno”.

O contexto de vivência experienciado por Berilo, já nos seus primeiros anos de vida traz, por um lado, um misto de violência, trauma, criminalidade e perigo devido aos tiroteios e assassinatos ocorridos na “*favela*” onde sua família morava. Por outro lado, o entrevistado destaca a luta de sua mãe para trabalhar e cuidar dos filhos dando, inclusive, conta do duplo papel que é o de mãe que supre, também, a ausência do pai. Outro ponto destacado em sua narrativa é a insatisfação com o fato de sua irmã não ter mais uma relação de proximidade com ele, como ele relembra terem tido na infância.

No bairro onde nasceu e foi criado, e onde relata ter visto “*cada coisa*”, Berilo conheceu cinco rapazes e formaram um grupo “muito conhecido” que, conforme relata, atuavam tanto em Sucupira quanto em outras áreas do Recife. Em sua fala ao explicar que andava armado desde os quatorze anos, salienta: “*Aquilo dava poder, proteção, sabe como é*”. Identifica-se aqui uma das informações mais recorrentes nos estudos de Sociologia Urbana, especialmente, aqueles que se debruçam sobre os fenômenos da violência e da criminalidade, dos desdobramentos dos mercados ilícitos etc.: a simbologia e o *fetichismo* da arma frente às relações hierárquicas e de poder que, no caso, são estabelecidas sob dinâmica do mercado de drogas classificadas como ilícitas.

Assim como Berilo, o relato de Jaspe traz informações referentes ao seu contexto de vivência numa favela/comunidade do Recife, onde se

destaca o cuidado e o esforço de ambas as mães para lhes prover as condições básicas de sobrevivência, principalmente, no que se refere à alimentação. Este esforço aparece como preocupação central para inúmeras pessoas que se encontram em contextos de exclusão e vulnerabilidades diversas. Jaspe, que nasceu e vive na favela do Ipê, no Recife disse:

Foi tranquila, não tenho do que reclamar, nunca passei fome, sempre tive – eu e meus irmãos – os cuidados da nossa mãe. E tem uma irmã minha que é da marinha e ela sempre ajudou em casa, cuidava da gente, tudo [...] a gente é assim uma família que mora na favela, que mora assim em comunidade, mas Graças a Deus a gente nunca passou fome. **Jaspe**, 26 anos, ex-trafficante, usuário, solteiro, 1 filho, negro.

Além de enfatizar que “*graças a Deus*” nunca passaram fome, salientando que “mora na favela”, Jaspe destaca a união de sua família e certa admiração por seus irmãos, ele diz: “nunca vi nada assim de errado com meus irmãos, a gente sempre foi tudo unido”. Conforme dito no início deste capítulo, apresentarei, no tópico seguinte, as narrativas dos(as) entrevistados(as) sobre suas famílias, onde será possível perceber a simbologia e o papel dessa instituição, no processo de socialização e respectivo impacto nas trajetórias de vida dos(as) entrevistados(as).

Seguindo com as narrativas sobre suas infâncias, outros(as) entrevistados(as), se mostraram reticentes em suas respostas, mais pensativos, como se estivessem no exercício de selecionar, no seu arquivo de memórias, aquelas que pudessem ser compartilhadas comigo naquele momento; outras vezes, era como se estivessem mergulhados nos acontecimentos que me narravam. Processo que se fazia notar no olhar distante, nos gestos corporais, no esfregar das mãos, no estalar dos dedos, nas mãos passeando pelo rosto, pelos cabelos ou esfregando os olhos. Tais gestos eram perceptíveis, ainda, no movimentar/ajeitar de seus corpos nas cadeiras ou no chão, talvez em busca de uma posição mais confortável, ou porque algumas lembranças os inquietavam, no lacrimejar dos olhos que, por incontáveis vezes, me desafiava a não em-

balar o choro por mais que estivesse grande o nó contido na garganta. Os relatos de vida que se seguem são bastante ilustrativos acerca deste ponto, conforme falas destacadas abaixo.

Esmeralda, 30 anos, ex-usuária, ex-trafficante 3 filhos, viúva, parda, diz:

Eu fui jogada no terraço da minha avó, quando eu tinha poucos dias de nascida. Ela [sua mãe] me deixou lá e nunca mais ninguém teve notícia. Quem me criou foi minha vó, mãe do meu pai [...] Com onze anos eu comecei namorar com um menino lá da rua, aí depois eles {avó, tia e pai} nem me explicaram nada, já foi logo me botando na rua, me botaram pra fora de casa. Me jogaram na rua de novo [lágrimas começam a escorrer dos seus olhos, mas ela continua falando] Depois disse que era porque ele era desses *menino errado*, mas eu nem sabia de nada [...] Aí quando foi com treze ano eu comecei a me prostituir, com quinze anos eu já tive meu primeiro filho.

Ágata, 20 anos de idade, usuária, solteira, 1 filha, negra.

Rosilene: Você poderia me falar um pouco sobre sua infância?

Ágata: Eu tenho seis irmão. Quando a gente era tudo pequeno minha mãe ensinou a gente pedir esmola na rua, nos sinal lá de Massaranduba. Eu conheço as rua tudo ali, até hoje[...] Eu gostava de pedir esmola na rua, no sinal e quando a gente era criança é que era bom, era divertido ganhar dinheiro no sinal porque a gente juntava e comprava pirulito, pipoca, chiclete... e a gente ficava todo mundo junto.

Na ocasião da entrevista, lembro-me bem da sensação de surpresa (que contive por trás da habitual cara de paisagem), quando Ágata começou a narrar de forma nostálgica a fase de sua infância em que pedia esmolas na rua juntamente com seus irmãos e em seguida iam ao encontro da mãe. Era como se eu não conseguisse entender ou mesmo aceitar o fato de alguém sentir saudade dos tempos em que pedia esmolas no sinal, nas ruas. Evidentemente, minhas concepções e visão de mundo não considerava positivo o fato de alguém precisar viver de esmolas. Tal surpresa e concepções, entretanto, cedem espaço ao meu esquema de interpretação daquela narrativa enquanto pesquisadora.

Nesses termos, para além de concepções externas sobre o ato de pedir esmolas, o contexto da experiência tal qual narrado pela entrevistada, mostra-se repleto de significados que só poderiam ser acessados, dotados de sentido ou mesmo compreendidos a fundo, por quem os vivenciou. Mais adiante no seu relato e com base na última frase da fala acima destacada, ficou claro que parte dessa saudade que Ágata sentia desses tempos, devia-se ao fato de estarem todos juntos, ela, os irmãos e a mãe. Unidos mesmo diante da ‘adversa’ condição de viverem pedindo esmolas na rua.

Além da saudade dos tempos de infância, ao dizer “*quando a gente era criança é que era bom*”, Ágata se vale do adjetivo “divertido” para se referir ao fato de “ganhar dinheiro no sinal”, o que se justifica com suas palavras seguintes: “porque a gente juntava e comprava pirulito, pipoca, chiclete... e a gente ficava todo mundo junto”. Nada mais simbólico, do que a sensação de amparo por parte da família e as ‘pequenas’ coisas que fazem a alegria de uma criança, incluindo pirulito, pipoca e chiclete, conforme mencionado pela jovem. Com base na narrativa de Ágata, é possível fazer uma leitura da nossa sociedade vista sob prisma de uma sociedade de consumo, em que o dinheiro é, ao mesmo tempo, um fim a ser alcançado e um imbatível meio de acesso a bens e serviços dispostos na sociedade. Essa monetarização à qual estamos submetidos é convertida numa necessidade, até mesmo para aquisição das coisas mais simplórias, como balas, pirulitos e outros doces ou “*confeitos*”, como dizem os recifenses.

Quartzo, 26 anos, ex-usuário, 1 filho, negro, diz o seguinte:

Meu pai e minha mãe vieram pra Recife quando eu ainda era bebê... Minha mãe começou trabalhar como doméstica numa casa lá em Peroba; Meu pai me levava, eu era pequeno, ele me levava junto com meu outro irmãozinho pras rua (eu era o mais velho), aí colocava a gente sentado assim num canto, em pouco tempo, eu via pai chegar com celular, dinheiro e eu sabia que meu pai não tinha dinheiro para comprar aqueles aparelhos, aquelas coisas cara... Aí o tempo passou e depois eu entendi o que era aquilo... Que meu pai roubava aquilo tudo e eu cresci vendo isso.

Rosilene: E o que seu pai faz hoje?

Quartzo: Meu pai é cinco ponto cinco³. Ele rouba dentro de ônibus, mas não usa arma. Meu pai ficou muito bom no ramo e, inclusive, ele já ensinou a arte pra muito assaltante de ônibus aqui dentro de Recife [fala com certo orgulho, erguendo as sobrancelhas, aumentando os olhos e o tom da voz em sinal de entusiasmo]. Ele é um dos melhores que tem no ramo [reforça] mas agora ele teve uma queda aí.

Ao contrário do entusiasmo quando se refere ao fato de seu pai ter ensinado “a arte” de roubar dentro dos ônibus, Quartzo se mostrou um pouco cabisbaixo ao dizer que seu pai “*teve uma queda*”. Perguntei se ele poderia me falar um pouco mais sobre essa “*queda*” (confesso que não compreendi o que ele quis dizer naquele momento), então o rapaz me explica que o pai foi preso. Em sua fala, percebe-se que o pai figura como uma referência na trajetória desse filho, inclusive, a despeito da própria trajetória de delitos cometidos desde quando Quartzo era criança.

Viu-se nessa sessão sobre as infâncias, depoimentos fortes que, certamente, só não são mais fortes do que cada entrevistado(a) que os vivenciou. Tais depoimentos tornavam a interação pesada, densa à medida em que as memórias revisitadas traziam à tona um turbilhão de sentimentos que, por incontáveis vezes, tomavam a forma de lágrimas, sendo quase ‘tranquilamente’ liberado ao mesmo tempo em que eu digitava essas narrativas de vida já em casa, longe do lócus de produção das mesmas, longe dos olhos de quem as vivenciou e as compartilharam comigo.

Registrar no computador essas narrativas de vida, digitar as anotações feitas durante o processo consistia, também, numa forma de reviver aquele momento de interação transpassado por emoções e que tomavam algumas dimensões: a de quem vivenciou e revisitava momentos, que muitas vezes culminavam em choro; as emoções desta pesquisadora que

³ Não tive tempo para esclarecer junto ao entrevistado o sentido da expressão 5,5 (cinco ponto cinco), haja vista que, a entrevista foi interrompida em função da transferência do rapaz para outro centro do programa Atitude, naquela tarde. Pelo contexto de sua fala, depreende-se que seja alguma menção ao artigo 155 do código Penal Brasileiro que diz respeito ao crime de furto, que se caracteriza pela subtração de algum bem alheio sem uso de armas (e o entrevistado menciona que seu pai roupa dentro dos ônibus mas não faz uso de carmas).

ouvia tudo atentamente, se desdobrando em esforço para cumprir o objetivo de cada interação, não ‘roubando a cena’ por ceder aos prantos que lhe inundavam os olhos e o peito.

Percebe-se que das narrativas emergem situações/ experiências ‘contudentes’ já desde a infância dos(as) entrevistado(as), que sugere uma série de reflexões acerca dos contextos de vivência, destacando-se os processos de socialização primária, os laços, as rupturas familiares, e vale aqui ressaltar, que a família aparece em todas as narrativas com distintas conotações, conforme se verá adiante. As emoções vividas e as experiências, que constituíram suas infâncias, que foram ‘acompanhando’ suas trajetórias de vida e que sobreviveram/resistiram ao passar dos anos, permanecem armazenadas em suas memórias.

Mesmo ciente dos entraves na produção de narrativas de infância, considerando-se a distância entre essa fase da vida de cada entrevistado(a), os possíveis lapsos de memória e a inevitável seleção que a memória lhes permitisse trazer à tona, naquele momento, minha preocupação e decisão de começar a produção das narrativas, recorrendo à infância, se traduz num esforço de tentar retomar, ainda que minimamente um pouco dos contextos de vivência e dos alicerces sobre os quais foram sendo construídas as trajetórias de vida dos(as) entrevistados(as).

2 Narrativas sobre as famílias

“Já não tenho dedos pra contar de quantos barrancos despenquei, quantas pedras me atiraram ou quantas atirei”.
‘Tudo bem’, Lulu Santos.

Quando comecei esta pesquisa, muito embora eu estivesse interessada em informações sobre as trajetórias de vida dos(as) entrevistados(as), não me ocorreu, a priori, a ideia de inserir no ‘roteiro’ perguntas mais especificamente relacionadas às suas famílias. Desde as explorações de campo, tive a oportunidade de conversar com familiares de pessoas que haviam se envolvido com o crack, a exemplo da situação

destacada na página anterior, mas admito que, ainda assim, eu não havia atinado para a relevância dessa instituição nas trajetórias de vida dos atores sociais em questão⁴. Só fui me dar conta disso a partir da primeira entrevista, quando as menções à família ou a membros específicos desta instituição passaram a ser recorrentes nas falas dos(as) entrevistados(as).

Conforme mencionei no tópico anterior, ao solicitar que cada entrevistado(a) me falasse sobre sua infância, percebi que alguns(mas) associavam as memórias dessa fase de suas vidas às relações familiares. Por um lado, relatavam lembranças relacionadas aos pais, mães, irmãos e irmãs, primos, tios e demais parentes que fizeram parte daquele seu ciclo de socialização primária. Por outro lado, descreviam com riqueza de detalhes e respectiva carga emocional situações vivenciadas e desfechos que levaram ao afastamento ou perda de familiares e/ou demais pessoas dos seus círculos sociais mais próximos, culminando nas saudades que sentem agora de filhos(as), companheiros(as)/esposos(as), pais, mães, irmãos e amigos(as).

Nas narrativas registradas, as informações sobre as famílias se entrelaçam com as memórias das infâncias e com as circunstâncias do envolvimento de cada entrevistado(a) com o crack, de tal modo que fica até difícil estabelecer uma separação e escrever uma sessão unicamente sobre esse tema. Por esta razão⁵, e para viabilizar uma compreensão mais ‘abrangente’ acerca das trajetórias de cada entrevistado(a), relembro algumas informações sobre suas infâncias e na sequência destaco suas narrativas sobre as famílias. Devido à extensão do material de campo, mesmo diante da síntese dos relatos, procurei separar as narrativas sobre família em grupos maiores (itens de 2.1 a 2.3, a seguir) como forma

⁴ De certa forma, a preocupação com as circunstâncias dos envoltimentos de cada entrevistado(a) com o crack era tão grande naquele momento que, terminou ofuscando outras informações igualmente relevantes. No que tange às informações relacionadas às famílias, felizmente, houve tempo de sistematizar, selecionar em cada narrativa de vida registrada e trazer para análise que desenvolvo ao longo deste capítulo.

⁵ Da mesma forma, em algumas narrativas, as relações familiares e os contextos de interações se entrelaçaram com as circunstâncias de envolvimento dos(as) entrevistados(as) com o crack. Na medida do possível, separei dentre os relatos acerca da família, esta informação, que consiste no cerne do Capítulo 4.

de organizar melhor a leitura e facilitar, de algum modo, a compreensão do que sobressai em relação a essa instituição em cada narrativa de vida.

Fui selecionando distintas falas de cada entrevistado(a) que, por incontáveis vezes, respondiam à pergunta sobre sua infância já com alguma menção às suas famílias e, bem adiante, depois de darmos seguimento à entrevista, tratarmos de outros assuntos referentes às suas experiências de vida, o tema família retornava àquele momento de interação, tanto em forma de lembrança agradável de ser revivida/rememorada, quanto em forma de experiências traumáticas que, a despeito do desejo de serem esquecidas por parte dos(as) entrevistados(as), permaneceram e foram sendo arrastadas em suas memórias e (re)significadas em suas trajetórias desde a mais remota fase de suas vidas.

2.1 Da família como amparo, porto seguro (?)

“Porque o melhor abrigo é a família da gente, né tia?”, **Ágata**, 20 anos, usuária.

Esta simbólica frase foi a resposta imediata de Ágata quando a indaguei por que ela e o irmão haviam fugido dos abrigos, ou orfanatos e casas de acolhimento para crianças/menores em situação de rua no Recife, por onde relata terem passado. Conforme destacado em sua narrativa acerca da infância, a jovem moça tem seis irmãos e diz: “Quando a gente era tudo pequeno minha mãe ensinou a gente pedir esmola na rua”, momentos dos quais ela se lembra com muita saudade, haja vista que, a despeito de estarem ‘submetidos à condição’ de viver pedindo esmolas nas ruas, estavam todos juntos, ela, sua mãe e seus irmãos.

É importante reforçar o seguinte: a entrevistada não se refere ao fato de pedir esmolas ou mesmo viver nas ruas como algo negativo, pelo contrário, trata-se de um momento que ela relembra com saudades. No entanto, considerando-se a situação de vulnerabilidade das pessoas em situação de rua e o disposto na Constituição Brasileira sobre a garantia de direitos sociais mínimos, entende-se que esta condição não dialoga

com os pressupostos constitucionais que tratam da dignidade da pessoa humana e das condições básicas necessárias à sua sobrevivência.

Com o passar do tempo, conforme relata a entrevistada, “todo mundo foi crescendo [...] a gente ficou sem meu pai e sem minha mãe” [pausa, mexe a cabeça para o lado direito e a apoia sobre a mão direita, cotovelo apoiado sobre a mesa, aquele olhar distante, como se estivesse revivendo as situações que narrava], passados alguns segundos, volta a olhar pra mim e continua:

Eu já fiquei ni muito abrigo, mas sempre que a gente chegava, aí quando passava assim, uns dois dia, aí a gente fugia e ia pra rua de novo. Eu num gosto de abrigo, nem meu irmão doido.

Rosilene: Mas por quê?

Ágata: Porque o melhor abrigo é a família da gente, né tia? [começa a chorar] Eu sinto tanta saudade da minha mãe, tia, a senhora não sabe como é ruim quando eu fico pensando, aqui na minha cabeça, que eu nunca mais vou ver ela de novo... Sinto tanta falta dela acordando a gente pra comer, pra depois a gente saí e ir pra rua pedir esmola [faço uma pausa, até ela se recompor, ‘seguro’ sua mão e pergunto se ela se sente à vontade pra continuar a entrevista].

Ágata relata que foi perdendo o contato com seus irmãos após a morte de sua mãe. Acompanhando sua narrativa de vida, percebe-se que a perda da mãe consistiu um divisor de águas em suas trajetórias, sobretudo, na vida dela e do irmão com quem ela vive hoje nas ruas (que eram os mais novos à época). Relata que seus irmãos foram crescendo, cada um seguindo sua trajetória, “*tomando seu rumo na vida*”, perderam o pai primeiro e após perder a mãe, uma tia (irmã da mãe) chegou a dar assistência, mas depois não foi mais possível ficar com ela e o irmão: “Mas ela perguntava se a gente queria comer, tomar banho e deixava a gente dormir lá, mas aí meu irmão, esse que mora na rua comigo, é doido e não deu certo a gente ficar com ela”.

Sua tia chegou a alugar “uma casinha” pra que ela fosse morar juntamente com esse irmão “doido”, mas também “num deu certo” porque: “ele queria deixar a porta da casa aberta e eu queria deixar fechada, ele

queria levar gente pra dentro de casa e queria usar droga lá dentro e eu num queria deixar”, relata. Quando pergunto se tem notícia dos outros irmãos, **Ágata** responde:

Meus outro irmão foi cada um parar num canto [pensativa] Eu só tenho mais notícia do mais velho; Sei que ele traficava, foi jurado de morte, fez muito roubo e hoje tá preso lá no COTEL [...] O outro estudou e hoje tem a casinha dele, agora ele voltou com a namorada porque ela tá grávida dele, eles tão morando junto. Uma casou e foi embora; Outra mais velha do que eu, começou a se prostituir aqui, depois foi embora pro Ceará; De lá ela ficava mandando dinheiro pelo banco, pra minha tia ajudar a gente, aí ela conheceu um cara, um homem e depois ele levou ela pra Holanda. Lá ela casou com ele, a gente viu as foto no face dela[sorri]. Aí depois que ela viu que eu e os outro dois irmão acabou caindo nas droga, ela parou de mandar dinheiro pra gente [...] Hoje só eu e meu irmão doído que mora na rua.

Considerando-se as percepções sociais acerca do envolvimento das pessoas com determinadas drogas, a atitude da irmã de Ágata, ao parar de ajudar aos irmãos enviando algum dinheiro, conforme final da sua fala, poderia ser interpretada de maneiras distintas, sendo algumas das quais: **a)** diante da informação acerca do envolvimento dos irmãos com “drogas” (termo que socialmente é tratado como um ‘mundo à parte’ e que configura num “caminho de ida sem volta”), o fato de não mandar mais dinheiro pode ser uma forma ‘inversa’ de ‘**ajudar**’ seus irmãos a se livrarem “desse mal”, a não mais prosseguirem nesse ‘caminho’, de não alimentar seus “vícios” ou simplesmente de não contribuir para seu processo de “autodestruição” ou, ainda, para um “desfecho trágico” de seu envolvimento com o crack e outras drogas.

b) pode representar uma tentativa de ‘**proteção**’, na medida em que acesso ao dinheiro passa a ser visto também como acesso imediato “à droga”. Essa *leitura*, aliás, costuma ser recorrente quando um familiar ou pessoa próxima é identificada como sendo “usuário” de alguma substância ilícita, mesmo que a relação com a droga não se configure como problemática e/ou compulsiva. Nesses termos, muitas concepções sociais ligadas ao “errado”, ao “proibido”, acrescidas pelo ‘pânico moral midiáti-

co’, costumam se limitar a esse ‘salto’ entre o fato de alguém fazer uso regular de alguma droga e a possibilidade de vir a se tornar um “dependente químico”, um “viciado” ou um “escravo” da mesma. Nesses dois casos observa-se a preocupação do familiar em não contribuir ou isentar-se da culpa de ter empurrado os “usuários” para o abismo, auxiliando nas condições de acesso à “droga” e a crença de que, uma vez sendo usuário, todo e qualquer dinheiro será usado para comprar “droga”.

c) do ponto de vista dos laços familiares, dos vínculos afetivos, poder-se-ia considerar o caráter da **punição** pelo ato ou representar uma **decepção** em ter “um membro da sua família”, “sangue do seu sangue”, “um ente querido envolvido com drogas”. O que pode contribuir para que ela perca o interesse em ajudá-los e não sinta mais vontade de manter contato, inclusive porque, podem ser “casos perdidos”, “sem chances de retomarem as rédeas de suas vidas” e voltarem a ser “pessoas normais” na sociedade.

Os termos e expressões aspeados, que utilizo acima para fazer referência às pessoas e situações relativas às drogas, foram mencionados por entrevistados(as) e demais pessoas com quem interagi antes e durante a realização desta pesquisa. A despeito da construção social de rótulos não se restringir aos envolvimento das pessoas com as drogas, mas no âmbito do que está sendo discutido aqui, esses termos, e as mensagens que transmitem são bastante ilustrativos das concepções sociais sobre as drogas que, conforme menciono ao longo dos capítulos 1 e 2, são extensivas aos perfis de pessoas que estejam envolvidas com elas. Além disso, são facilmente encontrados em matérias jornalísticas, por exemplo, cujos destaques sejam o envolvimento de determinadas pessoas com drogas classificadas como “ilícitas”: “traficantes”, “viciados”, “meliantes” envolvidos com “drogas pesadas”, dentre outros.

O fato de salientar esses termos consiste, ainda, numa forma de trazer para este trabalho expressões que são costumeiramente utilizados (das conversas do cotidiano, passando pelas redes sociais, às informações veiculadas pela mídia em geral) justamente para fazerem referência a

situações mais ou menos semelhantes aos casos aqui analisados e que caracterizam as concepções sociais acerca dos envolvimento das pessoas com drogas classificadas como ilícitas dentre elas, o crack.

Diante dessas possibilidades de interpretação, recheadas de termos e expressões que emergem das interações sociais cotidianas, que expressam as reações da sociedade frente ao envolvimento das pessoas com determinadas drogas, é interessante notar que até mesmo as intenções em ajudar estão embebidas na lógica da ideologia dominante, baseada na criminalização do ato e, conseqüentemente, no repúdio a quem o executa. Em outros termos, pressupõe a concepção de que “o problema” está no indivíduo, única e isoladamente, cujo suporte encontra-se na ideologia da Guerra às substâncias que impacta as concepções sociais, as relações interpessoais e, de um modo geral, afeta os modos como as sociedades contemporâneas têm lidado com pessoas que se envolvem com determinadas drogas.

Nesse sentido, o efeito da ‘ajuda’ pode tomar uma direção inversa. Ora, o envolvimento com as drogas não elimina as necessidades de se alimentar, de se vestir, de interagir/socializar, de receber afeto e atenção por parte das pessoas mais próximas, dentre inúmeras outras exemplificações que poderia ser feitas aqui. Os comportamentos que configurem desprezo, aversão, estigmatização, as atitudes pautadas no julgamento ou em noções preconcebidas e precipitadas diante do envolvimento é que podem comprometer, sobremaneira, a autoimagem que os atores sociais ‘envolvidos’ fazem de si, suas reações diante dessa situação e o próprio quadro de envolvimento com a droga. No que se refere a essa autoimagem, poderíamos lembrar aqui a introjeção de rótulos que tenham conotações socialmente negativas e seu respectivo impacto na construção das identidades dos rotulados/estigmatizados como trata Goffman (2008). Como afirma Peter Berger, “a coisa mais terrível que o preconceito pode fazer a um ser humano é fazer com que ele tenda a se tornar aquilo que a imagem preconceituosa diz que ele é”, afinal de contas, “a

sociedade determina não só o que fazemos, como também o que somos” (BERGER, 1980, pp. 116;107).

Voltando à questão da família, como possível representação social de amparo ou porto seguro, retoma-se as narrativas de **Rutilo** e de **Ágata**. Ele, relata que seus pais se divorciaram quanto ele ainda era criança, ao tempo em que destaca os ensinamentos e a preocupação da mãe com seu futuro: “Eu comecei a trabalhar com 14 anos de idade e minha mãe dizia que isso ia ser importante pra mim no futuro [...] Ela sempre fez questão que eu estudasse pra ser alguém na vida”. Rutilo cursou Ensino Médio completo e fez Curso Técnico em Contabilidade.

Mesmo depois de ter ido parar nas ruas, o entrevistado conta que voltava à casa da sua mãe, de tempos em tempos, no bairro Massaranduba. Coincidentemente, o mesmo bairro em cujos semáforos Ágata relata ter passado boa parte de sua infância pedindo esmolas, juntamente com os irmãos. Entretanto, sua mãe o proibiu de voltar para casa porque: ele “saía pra rua e ficava vagando, pensando no que tinha acontecido, pensando nela... na desilusão da minha vida [...] bebia muito, levava desconhecido pra dentro de casa e começou a ficar perigoso pra ela [sua mãe]”.

Já **Ágata**, volta a falar da saudade que sente da sua mãe: “Depois que ela morreu, eu não senti mais vontade de viver, até hoje eu não sinto [...] Ela nunca disse que me amava, mais eu sei que amava, porque ela era minha mãe, né?”. Naquele momento percebi que a moça estava começando a chorar novamente e, pensando que estava desviando o foco do assunto ou evitar que se intensificassem suas lágrimas, perguntei: “E seu pai?” Ao que ela responde: “*Pai era alcoólatra e morreu de cachaça, aí minha mãe sofreu muito por causa disso. Ela bebia o dia todo depois que meu pai morreu*”. Indagada se faz muito tempo que sua mãe morreu, Ágata responde: “*Minha mãe morreu já tá fazendo cinco ano*” [lágrimas... mais uma pausa]. Pergunto se ela “não quer ir repousar um pouco”. Ela diz que não precisa, que “*a conversa é bom*” porque tem “alguém lhe ouvindo”; talvez pelo fato de poder desabafar e continua:

Ela arrumou um homem, aí quando foi um dia, a gente tava na rua e quando a gente chegou em casa, a vizinha falou que ele tinha furado ela. Ele deu uma facada bem aqui nela [aponta para a lateral da caixa torácica, embaixo do braço esquerdo, na altura do peito. Depois de alguns segundos de silêncio, pergunto].

Rosilene: Ela foi socorrida?

Ágata: Ela foi, mas a ambulância levou ela e a gente foi pra casa da minha tia; ela deu comida a gente, aí quando foi no outro dia a gente ficou sabendo que ela tinha morrido [...] Meu irmão viu tudo, aí ele só ficava vendo ela morta em todo canto, aí ele foi ficando doido”.

Perguntei se a entrevistada sabia o que havia acontecido com o homem que “*furou*” sua mãe e ela responde:

O cara que matou ela foi preso e depois ele foi solto. Mas aí ele foi fazer um roubo, aí alguma coisa deu errado e a gente ficou sabendo que os outros bandidos tinha dado um tanto de tiro nele. Eu ainda fui no enterro dele [...] minha tia perguntou porque eu tava chorando aí eu disse que era porque ele tinha acabado com a vida da minha mãe, depois os cara tinha acabado com a vida dele e podia ser tudo diferente, né?

Passados cinco anos da morte de sua mãe, percebe-se que Ágata ainda não superou a perda daquela que figurava como ‘*porto seguro*’ e elo que a mantinha unida aos irmãos. Um eixo em torno do qual giravam suas alegrias, vivências da infância e, evidentemente, sua fonte de afeto, cuidado, carinho e porque não dizer, seu porto seguro. Há que se considerar aqui, a possibilidade de que o peso não se deva à falta de afeto, de cuidado, por exemplo, e que a relação da entrevistada com a mãe tenha sido reconstruída em sua narrativa segundo um ideal, um desejo. No entanto, seu ponto de vista sobre essa relação tem um efeito concreto, de maneira que, poder-se-ia dizer que são muitas perdas compactadas na perda da sua mãe. Além disso, destaca-se a morte do pai, com a posterior chegada de um novo membro à família, o afastamento dos outros irmãos e o quadro de comprometimento da saúde mental de seu irmão mais novo, que presenciou o assassinato da própria mãe.

Na narrativa de **Ametista** que, conforme relato de sua infância, foi “criada numa casa como todo mundo é criado, numa casa com pai, mãe, irmão, irmã” o distanciamento dos familiares, também, figura como uma dificuldade a mais que se sobrepôs à sua trajetória de vida. “*Minha família se distanciou muito de mim, mas eu não tiro a razão deles [...] tem parente que nem fala comigo mais, finge que nem me conhece [...] Mas eu sei que é porque eles num queria que eu tivesse nessa vida. Isso eu até entendo o lado deles*”. Além de explicar que em parte essas atitudes são por conta do seu envolvimento com o crack, a entrevistada diz:

[...] Mas é por causa de outras coisa também... Minha família foi se distanciando, foi ficando todo mundo mudado comigo depois que eu engravidei da minha primeira filha, intendesse? Porque minha irmã casou, fez tudo certinho e nenhum deles mudou com ela como mudou comigo [faz uma pausa e esfrega os olhos] Eu saí de casa pra morar com o pai da minha primeira filha e daí começou os aperreio. Eu sei que foi errado, mas num precisava eles me desprezar do jeito que fizeram... então eu me joguei na bebida, ele saiu de casa na época, eu fiquei sem condição de cuidar da mais velha, já tava buchuda da segunda, que é a do meio...[expressão séria, acena a cabeça negativamente] essa parte é até melhor pular, a senhora quer perguntar mais alguma coisa? **Ametista**, 37 anos, usuária, ex-trafficante.

Perguntei, então, pelas filhas e ela respondeu que tem três filhas, das quais sente muitas saudades, que teve dois maridos e que, hoje em dia, nem vê suas filhas direito. Ela vive nas ruas e as filhas são criadas pela avó materna. Na sequência da conversa, Ametista fala de seus planos a curto, médio e longo prazo, por assim dizer: Quer se “fortalecer” enquanto está sendo atendida pelo Programa Atitude, fala dos propósitos/motivações que a levaram a buscar ajuda e da sua vontade de constituir uma família, de novo: “Eu vou fazer tudo certinho, até conseguir o aluguel social porque eu quero ter minha família de novo, minha casa, meu marido e minhas filhas perto de mim. A TR tava até falando que nunca é tarde pra gente conseguir tomar um rumo novo na vida”.

Família, também, foi uma constante no relato de **Ônix, 25 anos**, ex-trafficante e ex-usuário, cuja narrativa em resposta à pergunta sobre sua

infância, se funde de tal forma com a questão familiar que somente agora destaco algumas partes de seu relato de vida. Quando solicitei que me falasse um pouco sobre sua infância, o entrevistado disse: “*Eu perdi minha mãe muito cedo, era muito pequeno quando ela morreu. Quem me criou foi minha vó*”. Como tentativa de relançar a questão, perguntei do que mais ele se lembrava sobre essa fase de sua vida, ao que ele respondeu: “Lembro que com 10 anos de idade, eu já bebia cachaça, cerveja e fumava cigarro [...] Foi meu pai [que ensinou], ele que atiçava. Ele era usuário e eu sempre via ele usando todo tipo de droga lá na comunidade onde a gente morava”.

Ônix relata que após a morte de sua avó, não quis mais permanecer na mesma comunidade. Como seu pai “já tinha caído no mundo” e ele não tinha mais notícias, então o rapaz foi embora do Recife: “Fui-me embora daqui de Recife; Caí na estrada [...] Eu já passei por tanto canto! Bahia, São Paulo, Uberlândia, Governador Valadares, Fortaleza, Natal”. Algum tempo depois, ele voltou ao Recife, onde viveu duas experiências distintamente marcantes em sua vida: Uma história de amor através da qual se daria a constituição de sua família (esposa e filha) e, posteriormente, seu envolvimento com o crack, que será apresentado no capítulo 5.

O rapaz relembra num misto de saudade, afeto retido e inconformação, a moça “cigana” por quem se apaixonou: “*Eu tava muito doído por ela*”. Os dois se casaram, tiveram uma filhinha, percorreram cidades (ele acompanhou os ciganos em suas andanças de cidade em cidade dentro e fora do estado de Pernambuco) e depois de algumas brigas, os dois se separaram. A família dela o afastou das duas, não queriam permitir que ele visse a “*filhinha*”, o que lhe gerou muito sofrimento, conforme relata: “*Eu sofri muito porque eu gostava muito dela*” [abaixa a cabeça, semblante triste; pausa].

Topázio, relata que sua “*família toda*”, ele, a mãe, o pai e os cinco irmãos, se mudou de São Paulo para o Recife em 2007. Além do frio que passava na infância, outra questão que perpassa as lembranças do entre-

vistado diz respeito à segurança do local, ou da cidade, onde morava. Conta que “lá” não tinham “muita liberdade assim de tá na rua, porque é cidade grande e podia acontecer alguma coisa ruim”. Continua dizendo que “quem tava trabalhando saía pra trabalhar”, mas ele e os irmãos mais novos “ficava em casa, só saía se fosse fazer alguma coisa com mãe ou fazer alguma coisa pra meu pai”. Hoje, apenas dois de seus irmãos voltaram para São Paulo, já os demais permaneceram no Recife com os pais e moram todos próximos uns aos outros, explica:

A gente mora tudo perto, é assim [*desenhando no chão com o dedo*] Aqui tá a casa da minha mãe, aqui é a do meu irmão mais novo, do outro lado é a da minha irmã e os outros ficam nesse outro lado aqui, por trás da casa de mãe; porque o terreno é grande. A minha casinha foi eu mesmo que levantei, era uma coisa que eu queria muito e graças a Deus eu consegui. Porque antes quando eu vivia com a mulher, a gente morava de aluguel, aí é lasca porque a gente vê assim o dinheiro que a gente ganhou no trabalho indo pra pagar casa dos outros, que nem da gente não é... Aí eu corri atrás e levantei minha casinha eu mesmo! E ela queria que eu continuasse pagando aluguel até hoje, se dependesse dela a gente não saía de aluguel não! **Topázio**, 24 anos, ex-usuário.

A fala de Topázio deixa transparecer uma trajetória marcada por *readaptação*, por um lado, quando a família se muda para uma região distante, diferente daquela na qual nasceu e, por outro, pela *união* que pode ter sido, a um só tempo, *estratégia* de sobrevivência e adaptação à nova realidade e *mecanismo de ajuda mútua*, de *amparo*, de *afeto*, como costuma ser representado pela instituição família. O *empenho* do entrevistado, em seguir a organização de moradias da família em curso, para erguer sua própria “casinha”, realizando um desejo seu, que foi reforçado pelos tempos em que vivia de aluguel juntamente com sua companheira.

A chegada ao Recife, que parecia simbolizar um sabor de liberdade que não havia sido experimentado pela família na cidade onde morava trouxe, contudo, alguns percalços, também, ao relacionamento dos pais de Topázio. O entrevistado relata: “*teve um tempo que meu pai tava bebendo muito aqui... Era difícil, minha mãe sofria muito*”. Da sua parte,

ele diz: “Eu sempre fui trabalhador, não estudei, mas nunca me meti com coisa errada igual eu via os outro fazendo; Mas foi aqui que eu conheci crack, maconha e comecei a beber”.

2.2 Família: Por um lado, o peso das ausências, por outro, os filhos como incentivo

Eu sinto muita falta das minhas filhas [...] Eu vim pra cá [casa do Atitude] mais foi pensando no futuro delas, porque eu quero cuidar delas. Hoje eu me sinto muito sozinho, muito solitário, e também eu sofro muito por causa da minha ex. Ela me machucou muito. É a mãe das minhas filhas, disse que nunca ia me deixar, mas depois me deixou e eu não entendi porque ela fez isso. Ainda não aceitei isso [cabeça baixa, limpa os olhos lacrimejados e avermelhados com o polegar direito]. **Berilo**, 33 anos, ex-traficante.

Retomando seu relato sobre a infância, viu-se que **Berilo** morava com a mãe e sua irmã pequena – o entrevistado reclama que depois de crescer, a irmã não ficou mais tão “ligada” a ele como era enquanto eram crianças. Entre a admiração pela mãe, que batalhou pra cuidar dos dois filhos, e o desprezo pelo pai, que ele não conheceu, mas, a quem se refere como sendo “um canalha”, o rapaz, que aos quatorze anos já andava armado na comunidade onde nasceu e foi criado, deixa transparecer em seu relato o comprometimento com o futuro de suas filhas e as feridas ‘não cicatrizadas’ do relacionamento que teve com a mãe de suas ‘filhinhas’.

Ela me machucou muito. É a mãe dos meus filhos, disse que nunca ia me deixar, mas depois me deixou e eu não entendi porque ela fez isso. Ainda não aceitei isso... [cabeça baixa, limpa os olhos lacrimejados e avermelhados com o polegar direito] Quando ela teve presa, eu *paguei cadeia pra ela e agora*, quando eu tive preso ela foi me visitar umas duas vezes depois não quis mais nem saber... Só que eu ainda gosto muito dela... eu ainda amo ela mas também, não quero mais ver ela. [Pede pra parar um pouco, que vai lá dentro. Ao voltar, continua conversando]. **Berilo**.

Interessante notar como os fatores de ordem emocional vão ganhando espaço nas situações vividas e agora narradas pelos(as) entrevistados(as). Entre a saudade de suas filhas e o sofrimento que diz sentir por ainda amar sua ex-companheira, a solidão mencionada por Berilo, em sua primeira fala destacada acima, deixa transparecer um dos seus desejos e que muito se assemelha com o desejo de Ametista, destacado anteriormente, que é o desejo de (re)constituir família. Entretanto, a despeito de persistir o sentimento pela sua ex-companheira, o rapaz cede espaço ao orgulho e diz que não quer mais vê-la. Naquele momento, Berilo pediu para interromper a entrevista para “*ir lá dentro*”. Depois de alguns minutos, retomou seu acento no ‘cenário’ da entrevista. Voltou com os olhos vermelhos, um pouco lacrimejados. Percebi/Deduzi o entrevistado tinha ido chorar.

Durante os dias de entrevista, Berilo gostava de citar longos trechos da Bíblia. Falar da saudade que sente das filhas era algo recorrente em sua narrativa tanto quanto externava sua vontade de “*dar um rumo*” à sua vida para poder cuidar delas. Ele diz que, apesar de tudo que fez na vida, tem fé e lê a Bíblia para “***acalmar a mente***”. Na ocasião da entrevista, não cheguei a buscar na Bíblia os mesmos trechos que ele me havia citado. Tais passagens foram ditas em distintos momentos da entrevista simbolizando, por parte de Berilo, desejo de superação, agradecimento pelos “livramentos”, arrependimento, busca por equilíbrio e amparo espiritual, além de fonte de “força” para traçar novos rumos à sua vida.

A Bíblia também figura como uma “*fonte*” de força e uma espécie de refúgio para **Jaspe**. Quando o abordei, no Apoio Recife, o rapaz estava debruçado sobre a Bíblia, folheava, lia algumas passagens e não soltou o livro durante toda a entrevista. Pergunto: “Você lê sempre a Bíblia?” Jaspe responde que “sim, porque é a palavra de Deus”, diz que pretende buscar nela forças pra alcançar seu objetivo de “*se livrar do crack*” (questão que será retomada no Capítulo 4) e completa que é através dela [a Bíblia] que pretende “*fazer algo de verdade pelas pessoas, pelas crianças*” que ele vê “*lá na comunidade onde*” nasceu. Pergunto: “E porque é preci-

so fazer alguma coisa por elas?” Jaspe responde: “*Pra não ver elas se envolvendo com as drogas, pra elas não seguir os mesmo passo dos traficante de lá*”.

Jaspe nasceu no Ipê, também conhecido como “favela do Ipê”, comunidade que reflete o processo de favelização do Recife constituindo, assim, uma dentre as muitas áreas da cidade, que é um traço em comum nas capitais brasileiras, marcadas pela exclusão social, segregação espacial e conseqüente estigmatização de seus moradores. Conforme seu relato sobre a infância, viu-se que Jaspe tem mais quatro irmãos, destaca que sempre foram muito unidos, que sua irmã “da Marinha” sempre ajudou em casa, pagou cursos profissionalizantes para eles e ressalta que nunca viu “*nada de errado*” com seus irmãos.

No desenrolar de sua narrativa, Jaspe relata que seus pais se divorciaram quando ele ainda era criança e desabafa a falta que sentiu do pai ao longo da vida. Fala de seus planos para o futuro, destaca o desejo de arrumar um emprego, cuidar do seu filho. Diz: “eu sei que eu vou conseguir dar atenção pro meu filho pra ele não sofrer como eu, porque eu senti muito a falta do meu pai”.

A expressão corporal de Jaspe, o ar de tristeza, pensativo ao falar que cresceu com a falta do seu pai, deixa transparecer uma lacuna, um déficit afetivo, que também é comum nas trajetórias de vida dos(as) demais entrevistados(as), conforme discuto neste e no Capítulos 4. Entre recordações e reflexões que emergem de sua narrativa, Jaspe formula um ponto de vista, uma concepção sob seu referencial de narrador frente à sua experiência passada e agora narrada. Nas idas e vindas da ‘conversa’, o entrevistado voltava à questão já mencionada no capítulo anterior, que mescla planos futuros, reconhecimento da necessidade de mudança e uma leitura do contexto de vivência no qual cresceu e do qual quer proteger seu filho pequeno:

[...] pra proteger ele desse mundo porque eu vou dizer uma coisa pra senhora, **é muito difícil crescer nesse meio e ficar de fora...** Eu não tô falando só daqui, não, eu via no Rio de Janeiro como era as coisas lá, como acontecia tu-

do [...] Sempre tem um grandão por trás, que é quem traz o carregamento de fora, às vezes até de fora do país [...] Eles são muito bem de vida e a polícia não bota a mão nesses grandão assim não, e tem deles que manda é na polícia [...] Mas eu não quero mais saber dessa vida não, porque que nem eu falei, só sobra pro pequeno da ponta, que às vezes é até pai de família e tem filho pequeno pra criar, mãe pra sustentar, os grande mesmo, fica tudo de boa [...] Então, esse Apoio aqui, o Atitude é uma chance pra quem tá querendo se sair dessa vida... Quando eu penso no meu filho pequeno... **Mas eu sei que ainda dava pra fazer mais coisa pelo pobre, pelas crianças que nasce e cresce nesse meio, vendo isso todo dia.** Jaspe, 26 anos ex-trafficante, usuário.

Além de propiciar uma leitura do seu contexto de vivência e consequente reflexão acerca dos fatores de ordem estrutural que transpassam as trajetórias de vida dos atores sociais, esse relato de Jaspe consegue elucidar questões que são de fundamental relevância para se pensar a questão das drogas em sociedades marcadas por disparidades sociais, negação de direitos sociais mínimos, como sucede à realidade brasileira. Conforme mencionado no Capítulo 2, que trata do perfil sóciodemográfico dos(as) entrevistado(as), a reflexão tem início com a preocupação do rapaz em proteger seu filho “*desse mundo*” e alcança questões estruturais da sociedade brasileira, nos levando a pensar, por exemplo, nas trajetórias de vida de outras tantas crianças submetidas a contextos e condições de vida semelhantes a esse em que Jaspe nasceu e foi criado.

Acrescente-se a isso a ‘*afinidade eletiva*’, que menciono neste trabalho, entre o aparato político ideológico da política mundial de drogas e as práticas socioculturais (re)produzidas em nossa dinâmica social. A esse respeito importa esclarecer que, muito embora, essa expressão tenha acumulado “no curso de sua estranha jornada cultural, que vai da alquimia à literatura romântica e de lá às ciências sociais”, uma “riqueza de significações” (Löwy, 2011 p. 129), o conceito de afinidade eletiva, aqui considerado é o weberiano. Assim sendo, *afinidade eletiva* “consiste numa relação de atração e influências recíprocas, seleção e reforço mútuos e convergência ativa” (Löwy, 2011 p. 142). Não se trata, portanto, de uma

relação causal, mas da “existência de elementos convergentes e análogos”, de uma “relação interna e significativa”, no caso, entre o aparato político ideológico da atual política de “guerra às drogas” e as práticas socioculturais preexistentes na dinâmica social brasileira.

No tocante a tais práticas, observa-se a reprodução de hierarquias e disparidades sociais, com base em relações de poder, sobretudo, político e econômico. Não por acaso, tomando-se por base os relatos de vida dos(as) entrevistados(as), “os *grandão*”, por trás dos esquemas que alimentam o mercado de drogas no Brasil, não são os mesmos que derramam e/ou têm seu sangue derramado nas “*comunidades*”, “*morros*” e “*favelas*”, tampouco, são os que têm suas faces estampadas nas manchetes quando o assunto é “*tráfico de drogas*”. Diante de tudo que venho discutindo neste trabalho, não é por acaso que “só sobra pro pequeno da ponta, que às vezes é até pai de família e tem filho pequeno pra criar, mãe pra sustentar, os grande mesmo, fica tudo de boa [...]”. Essa questão, também, será retomada no capítulo seguinte, onde os relatos dos(as) entrevistados(as) acerca de seus envolvimento com o *crack* trazem informações que não se limitam às suas experiências pessoais, mas, nos permite levantar questões referentes às configurações que o “tráfico de drogas” assume na realidade brasileira .

Voltando aos relatos nos quais é possível destacar o peso das ausências, os déficits afetivos e o fato de ver nos filhos o incentivo para dar “*um novo sentido*”, “*buscar um novo rumo*” para as trajetórias de vida dos(as) entrevistados(as), destaca-se o relato de **Esmeralda**. Como já informado, ela “*foi jogada*” pela mãe no terraço da avó paterna, quando ainda tinha poucos dias de nascida. Aos onze anos, quando começou a namorar um menino da rua onde morava, na casa de sua avó, a moça foi expulsa de casa.

Emocionada, relata que “*eles [avó, tia e pai] nem me explicaram nada, já foi logo me botando na rua, me botaram pra fora de casa... me jogaram na rua de novo [lágrimas] depois disse que era porque ele era desses “**menino errado**”, mas eu nem sabia de nada*”. A moça conta que

na ocasião, mesmo concordando com a expulsão da casa da avó, seu pai ‘tentou’ ajuda-la:

Meu pai até que tentou ajudar, ele alugou uma casa, aí ele pagava o aluguel e disse que com o resto eu me virasse... Aí o pai do meu filho veio morar comigo... Ele era traficante, mas não deixava faltar nada dentro de casa [...] Eu trabalhava também, tomando conta de idoso em hospital, fazia faxina... Ele nunca deixou eu mexer com essas coisas que ele fazia. Mas aí, fizeram uma armação, mandaram duas mulher ir chamar ele lá em casa, aí quando ele foi, mataram ele. Quando ele morreu minha vida acabou. **Esmeralda**, 30 anos, ex-traficante, ex-usuária.

É exatamente nesse momento que a sequência da narrativa de Esmeralda traz à tona as circunstâncias do seu envolvimento com o crack, tratado no Capítulo 4, adiante. Após uma sequência de fatos que marcaram sua trajetória de mãe, esposa, viúva e filha ressentida da ausência da mãe: *“O que mais me dói na vida, nesses sofrimentos que eu passei foi não ter tido amor de mãe”*. Quanto às motivações que a levaram a buscar ajuda no Programa Atitude, a moça explica com lágrimas nos olhos, que resolveu procurar o programa atendendo a um pedido especial do filho, que estava fazendo aniversário e solicitou que ela buscasse tratamento. Seria este seu presente de aniversário, conforme seu emocionante relato, destacado no Capítulo 2.

2.3 Famílias como lócus de conflitos, traumas e mais ausências: desestruturas sobrepostas

[...] Minha mãe logo arrumou um cara, ele era alcoólatra, muito mais novo do que ela; Ele batia na gente, me batia, batia nos meus irmão mais novo quando ela saía pra trabalhar... Por causa dele eu cheguei sair de casa duas vezes, mas aí eu voltei... Não gostava de ficar nas casas dos outro e nem na rua sem ter nenhuma segurança. **Rubi**, 29 anos.

Em sua narrativa sobre a infância Rubi respondeu de forma curta e um tanto quanto rápida, dizendo apenas que teve uma infância *“normal”*

com seus irmãos numa cidade do interior de Pernambuco e, com ar pensativo, completa: “*naquele tempo a gente era feliz e não sabia*”. Essa frase deixa transparecer uma relação de comparação entre aquela fase de sua vida e o atual momento que vive. Abordei Rubi nas imediações de uma Praça no Bairro Peroba e, em poucos minutos de interação a moça começa narrando os acontecimentos que marcaram sua trajetória de vida desde que chegou para o Recife, juntamente com sua mãe e seus irmãos.

Quando chegaram ao Recife, a entrevistada conta que tinha “*uns quatorze anos*” e sua mãe, que era viúva à época, se envolveu com um homem mais novo que ela, que “era alcóolatra” e que batia em Rubi e nos seus irmãos enquanto a mãe deles estava no trabalho, conforme trecho de sua fala destacado acima. Devido às dificuldades de convivência com o jovem padrasto, Rubi conta que chegou a sair de casa algumas vezes, mas, como não tinham mais familiares na cidade, não gostava de ficar nas casas de amigos(as), vizinhos(as) ou na rua “*sem ter nenhuma segurança*”, conforme destacado acima.

Passado algum tempo, a moça conta que sua mãe conseguiu “*se separar do cara*”, mas voltaram a ter problemas relacionados a ele porque sua irmã mais nova, então com doze anos, “*apareceu grávida e não queria falar nada*”. Posteriormente, descobriram que o filho era do padrasto e isso gerou muitos conflitos em casa, muita reviravolta na família: Sua mãe entrou em depressão e não conseguia mais ir para o trabalho, chegou a receber alguns dias de licença, mas, a empresa de serviços gerais onde ela trabalhava acabou demitindo-a. Sobre essa fase Rubi relembra: “*A gente passou muita dificuldade... eu fiquei segurando a onda com meu emprego nessa época*”, referindo-se à loja de confecções no centro da cidade, onde trabalhava. Pergunto, o que mais? Rubi responde:

Aconteceu tanta coisa, visse! [...] vi muita coisa feia que eu pensei que nunca ia ver na vida... gente sendo morta na porta de uma casa que a gente morou [olhar distante] A gente se mudou de lá mas **aquilo fica na mente, né?** Depois disso eu comecei sair com as amiga, conhecer as coisa da cidade [...]

Rosilene: Onde vocês moravam?

Rubi: Toda vida a gente sempre morou no Jacarandá⁶, de quando a gente mudou pra cá, toda vida a gente sempre morou lá.

Rosilene: E sua irmã?

Rubi: Ah, minha irmã sumiu no mundo, a gente nem soube mais nada dela, só sei que ela pegou as coisas foi-se embora. Entrou no ônibus que vai pro TIP, aí foi a última notícia que a gente teve dela [...] Minha mãe voltou pra Carpina tá fazendo 2 anos, só ficou eu e meu irmão aqui.

Diante da sequência de ‘ocorridos’, que sucederam às vivências de Rubi desde que sua família chegou ao Recife, sobretudo, com relação às cenas que presenciou ainda na adolescência, quando moravam em determinada parte do Bairro Jacarandá é possível compreender a abrangência e a simbologia contidas na sua fala: “A gente se mudou de lá, mas, aquilo fica na mente da gente, né?”. De situações vividas no âmbito familiar aos episódios de violência e criminalidade, destacando-se os traumas de ver “gente sendo morta na porta” de casa, aos conflitos pessoais, num misto de conflitos externos e internos, percebe-se a sobreposição de problemas, situações adversas que desafiam a saúde física, mental e emocional de Rubi, assim como desafia tantos outros atores sociais em contextos marcados pela exclusão, negação de direitos sociais mínimos Brasil afora.

Muito embora se reconheça que os contextos de vivência assim caracterizados não sejam determinantes ou figurem como imperativos estruturais, mas, há que se admitir a influencia que exercem sobre cada ator social submetido a tais condições e o quanto esse “cenário” se torna um desafio, por vezes, um entrave para que alcancem objetivos similares ou idênticos aos dos de outros membros da sociedade que não contam com as mesmas provações.

Desestrutura familiar e conflitos (também internos) também aparecem como um fator de destaque na vida de **Turmalina**, cuja narrativa de infância traz dois pontos que marcaram sua trajetória: uma gravidez na adolescência e o divórcio de seus pais. A moça relata que morava com seu

⁶ Lembro que os nomes dos bairros onde viveram ou vivem os(as) entrevistados(as) foram substituídos por nomes de árvores, sendo algumas das quais consideradas madeiras de lei.

pai, sua mãe e seus irmãos e que não teve “*essas coisa de infância que nem as pessoa fala, não*”, o que pode ser uma alusão à ‘felicidade de ser criança’ mencionada por Rubi e que costuma ser atribuída a essa fase da vida. Geralmente associada às brincadeiras, ao principio da vida, à ausência de preocupações e responsabilidades da vida adulta, enfim. Turmalina, que engravidou aos treze anos, diz: “*Aí teve muita coisa que já foi diferente pra mim [abaixa a cabeça e olha pra baixo]*”. Sobre seus pais, a moça diz:

Meu pai e minha mãe é divorciado, desde quando eu tinha 15 ano. A vida da gente só desgraçou tudo depois que eles não quiseram mais viver junto [...] Tem um dos meus irmão que tá no DHPP... Ele tava sendo ameaçado de morte, aí eu fui ameaçada também por causa dele; Minha mãe tá presa na colônia feminina por ter feito coisa errada... Oxe, a gente sofreu foi muito, depois desse divórcio deles baratinou foi tudo mermo. Foi cada um parar num canto, mas a gente sempre tinha notícia um do outro. **Turmalina**, 22 anos, usuária.

A despeito de “*sempre*” terem “*notícia um do outro*”, depreende-se da narrativa de vida de Turmalina, que a relação de convívio e o arranjo familiar foi desfeito após o divórcio de seus pais. O afastamento pode tê-los ‘desnorteados’, favorecido a sensação de desamparo e conseqüente abalo do vínculo afetivo entre ambos e contribuído para que fosse “*cada um parar num canto*”. Muito embora, a entrevistada traga um sentido de impacto para a desestruturação familiar relacionado ao divórcio de seus pais, não é possível saber até que ponto as coisas teriam sido diferentes para ela, para sua mãe e para seu irmão, caso estivessem todos vivendo juntos ‘em harmonia’ e desfrutando da sensação de amparo. No entanto, esta linha de raciocínio da entrevistada (de que a desestruturação da família está relacionada ao divórcio de seus pais) encontra algum resquício quanto a essa possibilidade, sobretudo quando a entrevistada diz que “*depois desse divórcio baratinou foi tudo mermo*” ou que “*a vida da gente só desgraçou*” depois que seus pais decidiram não viver mais juntos.

Quanto ao modo como tem notícias de sua família, Turmalina diz: “tem pelos outro que conhece a gente, mas eu nunca fui visitar minha mãe lá na colônia [Colônia Penal Feminina], meus filhos eu nunca mais vi...” [ar entristecido, cabeça baixa]. Turmalina teve mais um filho, após sua primeira gravidez e, hoje, seus dois filhos são criados pelos tios (irmãos dela). As razões serão destacadas no Capítulo 4. Dentre as outras “coisas” que fazem a entrevistada “sofrer na vida”, ela ressalta: “Mas eu sofro ainda por estar longe dos meus filhos... mas eu não posso ficar o tempo todo com eles. Ainda mais agora”. Nesse momento pergunto: “O que aconteceu?” “Você gostaria de falar?” A entrevistada responde, depois de alguns segundos em silêncio:

Hoje tá com oito dias que eu descobri que eu tô [pausa, olha para os lados, olha pra mim, abaixa a cabeça, continua] Que eu recebi essa notícia aí [...] O exame mostrou que eu sou soropositivo, que tenho o vírus do HIV, que é a AIDS, né? Essa notícia me tirou a alegria de viver. Turmalina.

Como parte da assistência oferecida pelo Programa, Turmalina foi levada para fazer exames de sangue e quando a entrevistei estava completando oito dias que ela recebeu o diagnóstico de que era portadora do vírus do HIV, o vírus da AIDS, conforme fala acima destacada. Entristecida e assustada com a notícia, a moça relata que perdeu a “*alegria de viver*”. Enquanto conversávamos, ela para por um momento, olha para trás [para a entrada da sala principal do Apoio] e diz: “E essa enfermeira aí que me deu a notícia ela é muito negativa, ficou falado que eu corria risco de morrer, não sei o quê, que se eu usasse crack de novo que não ia ter jeito”.

A entrevistada demonstra insatisfação e questiona a forma como a enfermeira lhe repassou as informações que constavam no resultado dos exames: “Ela podia ter me animado porque essa notícia é muito dura da gente receber assim, eu não esperava... mas aí, ela ficou foi tocando o terror”. Concordei com Turmalina de que realmente se tratava de uma notícia muito dura, ao que ela completa: “*viver aqui é um inferno, tia,*

não é bom não!”, referindo-se ao atendimento que recebe e ao fato de estar vivendo na casa do Atitude.

Os relatos de sofrimento acerca das dificuldades que passaram na ocasião do divórcio de seus pais, parecem contrastar com o relato de Turmalina quando fala que “levava uma vida de curtidão, só queria saber de farra, não queria saber de estudar, nada disso, só de sair com as amigas [...] Tinha vez que eu passava era dias fora de casa, com minhas amigas”. Poder-se-ia pensar, no entanto, numa possível relação entre os distintos momentos. Numa relação de complementaridade ou de compensação da tristeza com a busca por momentos de alegria ou mesmo da ‘fuga’ através da imersão em situações cujas interações configurem alegrias, sejam elas duradouras ou momentâneas. Em meio a essas sociabilidades, mediante interações de caráter lúdico, destacam-se as festas que Turmalina costumava frequentar e nas quais se deu seu envolvimento com o crack, conforme se verá no próximo capítulo.

Quando relata que seu irmão estava “*sendo ameaçado*” e que por causa dele ela passou a ser ameaçada também, Turmalina traz, através de sua narrativa, mais um traço de semelhança com as narrativas de outros(as) entrevistados(as) e, num plano mais amplo, com fatores de ordem mais estrutural que delineiam, em alguma medida, as dinâmicas sociais de seus contextos de vivência, como, por exemplo, os (des)arranjos dos mercados ilícitos de drogas que consta dentre as consequências da atual Política de Guerra às Drogas.

Logo na pergunta sobre sua infância, Safira me responde que “*não teve isso*” e me chama a atenção da seguinte forma: “pra senhora ter uma ideia, eu tô com 22 ano agora e tem dez ano que eu moro nessas rua de Recife”. Quando pergunto se perdeu o contato com sua família, pelo fato de ter passado tanto tempo vivendo nas ruas, a moça responde: “Minha família, assim minha mãe e meus irmão vem aqui me visitar, porque agora eu não posso mais voltar lá pra comunidade onde eu morava... Eu tô jurada de morte lá”. Pergunto: “E você gostaria de falar um pouco mais sobre o que aconteceu?” A entrevistada responde:

O que aconteceu é que se eu voltar lá eu morro! Eles mataram meu marido e falaram que eu ia ser a próxima vítima... [coloca as pernas em cima da meia parede onde estávamos sentadas, arruma o cabelo, olha em volta e diz] Ele foi “*brutalmente assassinado*”, deu no repórter e tudo! O cara do jornal falou que ele foi “*brutalmente assassinado*” [passa a mão no rosto] eu nem acreditei ainda... E ele sabia que eles tava atrás dele. Aí ele deu o pinote e falou com minha cunhada que não deu tempo de me esperar. Aí quando eu cheguei lá pra avisar a ele que eu tinha encontrado com eles e eles falaram: ‘Cadê seu macho?’ Aí eu disse que não tinha visto ele, aí eles saíram. Quando eu cheguei lá, a irmã dele deu o recado que ele falou que era pra mim dá o pinote também. **Safira.**

Ameaçada de morte também, após terem assassinado seu esposo, que tinha algum tipo de envolvimento com o mercado ilícito de drogas, na comunidade onde viviam, Safira relata que não pode voltar porque disseram que ela seria a próxima vítima. Com aparente desespero e inconformação pela perda repentina do esposo, Safira conta como tudo aconteceu e fala sobre uma das consequências do impacto do ocorrido:

Foi caguetage, a gente já ficou sabendo que dois cara numa moto falou onde ele tava. Aí levaram ele pra um lugar, deram nele de corrente, comeram o ânus dele e ainda deixou ele amarrado com a cara dentro da lama [...]eu não gosto nem de falar nesse assunto, foi muito feio [olhos lacrimejados, ofereço água e pergunto se ela quer fazer uma pausa]

Não precisa, não tia, eu tô com a barriga cheia aqui, se eu beber água agora eu vomito.

Eu tava esperando um filho, aí perdi quando fiquei sabendo o que tinha acontecido com ele. Safira.

Paralelamente ao abalo emocional devido ao fato e à forma como seu esposo foi assassinado, Safira se recupera, também, do aborto que sofreu devido ao susto/choque quando ficou sabendo o que havia acontecido com seu esposo. Ela diz: “Eu vou parar porque eu começo lembrar dessas coisas e eu ainda tô aqui arrasada com tudo que tá acontecendo, com o que aconteceu com meu marido [olhos lacrimejados, mais uma vez].

Nesse momento ela pergunta se “*Tem que assinar alguma coisa aí?*” [aponta para a folha de papel onde eu fazia as anotações] Repetindo o que já havia sido respondido no início da interação/entrevista, esclareço que não é necessário assinar nada. Digo para ela: “vai descansar, muito obrigada por ter me dado atenção, mesmo estando ainda tão abalada com tudo que você passou”.

Eu queria falar mais com a senhora tia... eu nem ia responder a pesquisa, mas a senhora chegou... foi tão legal... mas eu vou lá pro quarto, vou ficar deitada, daqui a pouco eu durmo e esqueço essas coisas... *mesmo que eu vou lembrar tudo de novo quando eu acordar, mas pelo menos dormindo, eu esqueço, né?* Safira.

Interessante notar como até mesmo o sono pode figurar como mecanismo de fuga, esquecimento e auxílio no processo de superação diante de situações adversas nas quais os atores sociais estejam/tenham sido submetidos. Dormir para esquecer pode ser o que se resta a fazer no momento diante do que já não pode mais ser mudado. A moça diz que gosta quando sua família vai visitá-la, que o atendimento proporcionado pelo Programa está ajudando bastante em seu processo de recuperação, a mantê-la distante “da rua” e “das droga”. No desenrolar da entrevista, Safira relatou sua experiência nas ruas: “Na rua a gente vê cada coisa. Eu merma já vi cada coisa que eu não gosto nem de lembrar” e fala também sobre seu envolvimento com o crack, que mostrarei no capítulo seguinte juntamente com o relato dos demais entrevistados.

Na família e nas ruas, **Citrino** vivenciou, desde seus primeiros anos de vida, situações que vem carregando em sua mente ao longo de sua trajetória de vida. O entrevistado relata que foi criado por “outra mulher”, conforme seu relato de infância, que ficou sabendo ainda criança que sua mãe “era prostituta” e que o rejeitara porque ele foi fruto de “um golpe da barriga” que não deu certo, então, sua mãe entregou o bebê para quem o quisesse criar.

Citrino relata que “o problema maior” não foi ter ficado sabendo dessas coisas, “o problema foi ouvir a frase final” daquela que o criara e

que ele considerava como mãe: “Não tenho mais condições de ficar com você. Suas coisas já tão arrumada ali na mochila, vai atrás de sua mãe”. Ele conta que naquele momento ficou tão atordoado que pegou a mochila, colocou nas costas e saiu, “com muita raiva” pela rua. Subiu num ônibus que estava indo para o centro da cidade e foi parar no cais de Santa Rita, região central do Recife. Ao descer do ônibus, ficou “assim parado olhando aquilo tudo, aquelas pessoa passando”, aí pouco tempo depois, quando percebeu, estava sendo segurando pelo braço por homens fardados que o levaram para o Conselho Tutelar. Diz que ficou algum tempo internado, até que conseguiu pular o muro e fugir. Depois de viver muitos anos nas ruas, conheceu “uma mulher mais velha”⁷ que ele e os dois foram viver juntos.

Em seus primeiros anos vivendo nas ruas, Citrino relata que “sentia vergonha abaixar pra pegar um pedaço de pão, fruta ou qualquer coisa que desse pra matar a fome”. Uns meninos (“a turma”) com quem ele andava o alertou: “*Aí a turma da rua disse que se eu continuasse com aquela vergonha eu ia morrer de fome*”. O entrevistado relata que a “turma” o ensinou o seguinte: “É só você chegar, sentar, comer levantar e sair sem pagar. Aí eu passei a fazer isso sempre” [rindo e abaixando a cabeça]. Pergunto, então se ele não ficou marcado lá no mercado de São José, onde ele costumava fazer isso na ocasião, ao que ele responde: “Ah, não dá tempo, ninguém ver e até hoje eu faço isso [sorrindo]. Ali no mercado o movimento era muito grande e, às vezes, a gente tá sentado comendo aí já tem uma fila de gente em pé esperando pra sentar também”.

Quanto à moça que conheceu na época em que vivia na rua e com quem foi viver, Citrino salienta que aquele foi o grande amor de sua vida e que, até o momento, não consegue esquecer. Narra uma história permeada por afeto, conflitos, amparo, abandono, apego, desprezo dentre tantos outros sentimentos que se entrelaçaram ao longo das experiências

⁷ Quando pergunto se era muito mais velha ele responde que ela também era adolescente na época, porém, “*uns cinco ou seis ano mais velha*” que ele. Mais adiante, surge na narrativa do entrevistado a informação referente às idades que ambos tinham quando foram viver juntos: Ela tinha, 19 anos e Citrino, 13.

que o marcaram ao longo dos seus cinquenta e um anos de vida. Juntamente com a esposa, ele trabalhou, eles tiveram dois filhos, agora com 30 e 27 anos, e relata que quando foi vendo a ascensão da esposa, o crescimento dos filhos, achou que “tudo tava nos conformes”, seguindo seu curso e Passou a “viver pra fumar maconha”, desencadeando uma sequência de episódios de brigas, conflitos, envolvendo os filhos e o próprio envolvimento dele com o *crack*, culminando na separação do casal.

Citrino passou um tempo vivendo nas ruas e esporadicamente voltava para casa. Certo dia, numa das ruas onde costumava dormir, ele conta que viu um homem ser morto numa madrugada. Ficou “tão assustado” que sua reação imediata foi se levantar do local e sair correndo em direção à sua casa. Quando chegou lá, sua esposa assustada com sua presença àquela hora da noite perguntou: “Você ainda tem a chave daqui?” Ele disse que respondeu, “Claro, eu também sou dono desse apartamento, não sou?”. O entrevistado relata que contou à esposa o motivo pelo qual “tinha chegado de madrugada”, que tinha visto o vigilante da rua onde dormia ser morto e que estava com medo, mas naquele momento, os filhos do casal se acordaram por terem ouvido ele conversando e contando o caso pra esposa e terminaram expulsando-o de casa:

Eles me empurraram, gritando que eu saísse, que eles não me queria mais lá e eu fiquei parado assim, sem ação esperando ela fazer alguma coisa, se ela falava pra eles não fazer aquilo comigo, mas ela ficou na dela, concordou com o que tava vendo os filho da gente fazer, me xingou todo e ainda disse uma frase que ficou na minha mente até agora Ela falou assim: “ Vá pra casa de sua mãe que eu não sou mãe sua pra te aturar”. Naquela hora eu saí sem nem saber onde eu tava pisando, porque eu lembrei de quando eu tinha de oito anos de idade e a mulher que eu considerava como mãe me falou a mesma coisa e me expulsou de casa. **Citrino**, 51 anos, ex-traficante e usuário.

Aquela foi a última vez que Citrino “chegou perto” da sua esposa, conforme relata. Com ar pensativo, o sorriso simpático de sempre ele diz, ainda: “Ela era o amor da minha vida, hoje eu sei... Quando a gente se juntou eu tava com 13 anos de idade e ela com 19. Ela estudou, conseguiu

um bom emprego e hoje administra uma rede de loja aqui na cidade”. Desde então, Citrino voltou para as ruas e, conforme relata, até hoje se diz apaixonado pela mulher que simbolizou “todo o carinho” e acolhimento que ele teve em sua vida adulta, cujas palavras do momento narrado acima, levaram entrevistado a uma espécie de regressão às suas memórias ou traumas de infância.

Fechando esta sessão, destacam-se as narrativas de Quartzo e Diamante. **Quartzo**, 26 anos, ex-usuário traz, em seu curto relato sobre o tema família, lembranças de sua infância centralizadas na sua relação com o pai. Conforme tratado no capítulo anterior, o jovem rapaz chegou de Camaragibe para o Recife juntamente com seu pai, sua mãe e seus irmãos ainda criança. Sua mãe trabalhava como empregada doméstica no bairro de Peroba e o pai, que ficava com os filhos pequenos, praticava furtos em transporte coletivo. Sobre sua relação com os demais membros da família, e contrastando com a admiração que demonstra sentir pelo pai, o entrevistado diz: “Eu tenho 5 irmãos, mas 3 é usuário de crack. Dos outros eu não sei mais. Eu saí de casa, não tenho uma boa relação com minha mãe”.

Diferentemente das demais, a narrativa de vida de **Diamante**, 39 anos, usuário, foi mais curta no que se refere ao tema família e se volta mais para o desejo de constituir família do que pelas lembranças ou possíveis laços rompidos com seus familiares. Desde sua resposta à pergunta sobre infância, o entrevistado apenas respondeu que teve uma “*infância tranquila*”, que “*trabalhava desde cedo pra ajudar em casa*”, que tem “*dois irmãos mais novos*”. Diamante relata com orgulho o fato de ter se tornado professor de capoeira, ter vencido campeonatos nacionais e salienta que gosta do que faz, gosta de ‘dar aula de capoeira’. O entrevistado manifesta, ainda, interesse em se recuperar, “*se livrar*” (referindo-se ao crack), “*conseguir o aluguel social pra ir viver*” com sua companheira (Ametista, que também foi entrevistada nesta pesquisa).

3 Da situação de rua como mais um traço de semelhança (e de desafio) nas trajetórias de vida dos(as) entrevistados(as)

Paralelamente aos relatos sobre as famílias, a situação de rua experienciada pela grande maioria dos(as) entrevistados(as), também consiste numa informação recorrente em suas falas e figura tanto como traço de semelhança das situações vividas, em geral, quanto em termos de mais um desafio, uma adversidade que se sobrepõe às suas trajetórias de vida. Mesmo considerando-se que a rua também pode assumir uma conotação positiva dadas as distintas experiências e os distintos momentos de cada um(a), não se deve perder de vista a condição de exposição e o quadro de vulnerabilidades aos quais estão submetidas pessoas em situação de rua. Através das situações vividas por cada entrevistado(a), é interessante perceber o quanto esse caráter ambíguo do espaço da rua se mostra, de algum modo, relacionado às suas narrativas acerca da instituição *família*.

Quando *Ágata* relata, por exemplo, que sua tia perguntava se ela e o irmão queriam comer, tomar banho e os deixava dormir em sua casa, tal preocupação e atitude de acolhimento reflete certa consciência acerca das necessidades/demandas rotineiras das pessoas que se encontram em situação de rua, além de representar uma postura de carinho, afeto, certa responsabilidade que transcendem as relações de parentesco, no caso, no papel de tia perante seus sobrinhos órfãos. Ou ainda, *Esmeralda*, que foi “jogada na rua” após começar a namorar um “desses menino errado” aos onze anos de idade.

Destaca-se que do total de 14 (quatorze) entrevistados(as), cujas narrativas de vida estão sendo aqui analisadas, apenas 2 (dois) não passaram pela experiência de ‘morar’, dormir, viver, crescer nas ruas. Trata-se de *Turmalina*, 22 anos, usuária, que diz: “*Nunca morei na rua. Sempre tive onde ficar*” e *Topázio*, 24 anos, ex-usuário cuja relação de maior tempo de permanência na rua limita-se ao recém “desenrolado” e provisório “bico” como catador de material reciclável.

Já os(as) outros(as) 12 (doze) entrevistados(as), estiveram em situação de rua em algum momento de suas vidas, numa condição temporária ou mais demorada, entendendo-se, em alguns casos, por mais de uma década. No momento da entrevista, alguns(mas) ainda se encontravam em situação de rua. Outros(as), tiveram algum tipo de relação com a rua desde suas infâncias ou adolescências, em torno da qual foram sendo desenvolvidos seus processos de socialização ao longo da vida. O Quadro 03 abaixo, mostra algumas falas de cada entrevistado(a) sobre sua experiência com a rua:

Quadro 03: Experiências dos(as) entrevistados(as) com a rua.

Identificação	Fala do(a) entrevistado(a):
Citrino, 51 anos, usuário e traficante	<i>“Eu vi cada coisa terrível vivendo na rua... desde criança” [...]Eu apanhei muito na rua, sem contar que já colocaram fogo em mim várias vezes, aí eu acordava e corria [...] Vivendo na rua a gente aprende de tudo que num presta, né? Eu aprendi roubar, pegava as coisas escondido ou então puxava e saía correndo”.</i>
Rutilo, 40 anos, usuário	<i>“Eu vivi foi quinze anos da minha vida aqui nas ruas de Recife [...] Viver na rua é muito sofrimento”.</i>
Quartzo, 21 anos ex-usuário	<i>“Meu pai me levava, eu era pequeno, ele me levava junto com meu outro irmãozinho pras rua (eu era o mais velho), aí colocava a gente sentado assim num canto, em pouco tempo, eu via pai chegar com celular, coisa cara, dinheiro e eu sabia que meu pai não tinha dinheiro para comprar aqueles aparelhos, aquelas coisas cara [...] Aí o tempo passou e depois eu entendi o que era aquilo, que meu pai roubava aquilo tudo e eu cresci vendo isso”.</i>
Àgata, 20 anos, usuária	<i>“Hoje só eu e meu irmão doído que mora na rua...”</i>
Jaspe, 26 anos, usuário e ex-traficante	<i>“Quero, sabe, conseguir “fazer algo de verdade pelas pessoas, pelas crianças” que eu vejo lá na comunidade onde eu nasci [...]É lá dentro que as crianças vê o que não deve e aprende fazer depois que cresce [...] É lá dentro e na rua que elas aprende tudo que num presta”.</i>
Berilo, 33 anos Ex-traficante	<i>“Eu comecei andar com uns amigo lá da rua, a gente era um grupo de cinco e com 14 anos eu já andava armado. Aquilo dava poder, proteção, sabe como é?”</i>
Safira, 22 anos, ex-usuária	<i>“Pra senhora ter uma idéia, eu tô com 22 anos agora e tem 10 anos que eu moro nessas rua de Recife”[...] “na rua a gente tá junto, mas não se mistura” [...] “Eu sempre gostava de dormir sozinha. Uma vez um menino queria fazer sexo comigo e eu não deixei aí ele saiu e voltou quando eu tava dormindo e colocou fogo em mim. Ele colocou fogo no papelão que eu tava deitada. Eu tava com a cabeça aqui, e ele colocou fogo aqui [explica mostrando com um retângulo da cerâmica na área frontal onde estávamos sentadas]. “Na rua a gente vê cada coisa. Eu merma já vi cada coisa que eu não gosto nem de lembrar.”</i>
Ônix, 25 anos, ex-usuário ex-traficante,	<i>“Depois que minha vó morreu eu não demorei muito tempo, meu pai já tinha caído no mundo, eu num sabia mais nada dele e fui-me embora daqui de Recife; caí na estrada [...] Eu morava na rua”.</i>
Diamante, 39 anos, usuário	<i>“Um ex-aluno meu de capoeira estava distribuindo comida e roupa na rua, ali na Praça da Pitanga, e eu tava lá também; Eu tava todo sujo, na rua já tinha vários dias”.</i>
Ametista, 37 anos, usuária, ex-traficante	<i>“Eu ainda tive que ir fazer coisa pra eles que eu nunca pensei que eu ia fazer na minha vida... vender droga, levar droga em faculdade pra playboy... daí deu no que deu [...] eu fico mais é na rua, aí pela cidade”.</i>

Esmeralda, 30 anos, ex-usuária e ex-trafficante	“Eu fui jogada no terraço da minha avó, quando eu tinha poucos dias de nascida. Ela [a mãe] me deixou lá e nunca mais ninguém teve notícia [...] Com 11 anos eu comecei namorar com um menino lá da rua, aí depois eles {avó, tia e pai} nem me explicaram nada, já foi logo me botando na rua, me botaram pra fora de casa... me jogaram na rua de novo” [lágrimas começam a escorrer dos seus olhos, a entrevistada continua falando. Um nó vai se formando em minha garganta]
Rubi, 29 anos, ex-trafficante	“Ele [padrasto] batia na gente, me batia [...] Por causa dele eu cheguei sair de casa duas vezes, mas aí eu voltei... Não gostava de ficar nas casas dos outro e nem na rua sem ter nenhuma segurança”.

Fonte: Elaboração própria a partir das narrativas de vida dos(as) entrevistados(as).

Percebe-se que para *Berilo*, a rua se configura como espaço de socialização, de interações e, posteriormente, de sua “atuação” nas atividades ilícitas relacionadas ao mercado de drogas, juntamente com seus “amigos lá da rua”. Para *Citrino*, que desde a infância foi expulso de casa “pela mulher” que o criava, a rua é uma representação aterrorizante de espaço-casa, onde ele relembra ter presenciado coisas terríveis, incluindo assassinatos de pessoas conhecidas e onde passou boa parte da sua vida adulta. Note que o entrevistado, em outro momento de seu relato, como já mostrado, conta que em seus primeiros anos vivendo nas ruas, ainda na infância, sentia vergonha de se abaixar até para pegar um pedaço de pão ou alimento no chão, agora relata que “vivendo na rua a gente aprende de tudo que num presta” e diz, inclusive, que aprendeu a roubar, furtar...

Para *Quartzo*, a rua também consiste no espaço onde ele passou parte de sua infância junto com os irmãos e vendo o pai praticar furtos. Para os(as) demais entrevistados(as), conforme falas supracitadas, a rua também é espaço de traumas, insegurança e medo, agressividades, violência e conflitos interpessoais, que parecem transformar atentados contra a vida ou a própria morte como risco iminente.

Quando colocaram fogo em *Citrino*, segundo ele várias vezes ou mesmo em caso de reação por parte de alguma pessoa que ele tenha “puxado a bolsa”, por exemplo e que eventualmente estivesse armado. A morte se mostra, assim, como possibilidade de desfecho das interações tanto entre aqueles que se encontram nas mesmas condições, devido ao fato de estar em situação de rua na rua, quanto entre estes e os que não

estão nas mesmas condições. Tomando-se como exemplo a “população de rua”, na figura dos “*outsiders*” e outros membros da sociedade que não estejam nessa situação, ou seja, os “*estabelecidos*”, poder-se-ia pensar nas relações interpessoais nos termos trabalhados por Elias e Skotson (2000), em que as relações dos pertencentes ao grupo dos *estabelecidos* estigmatizam os pertencentes ao grupo dos *outsiders*.

Aos olhos dos *estabelecidos*, os *outsiders* sempre são vistos como inferiores, sem relevância social ou não dignos do respeito alheio, devido ao fato de estarem onde estão, no caso, na rua, em condições de segregação e vulnerabilidades diversas. No âmbito dos envolvimento com as drogas, este envolvimento potencializa as relações de rejeição, estigmatização e os possíveis conflitos nas interações sociais. Pode-se considerar, nesse sentido, os conflitos entre indivíduos, entre grupos, entre membros de um mesmo grupo e de grupos distintos, numa dinâmica de embate entre os que conhecem/pertencem e os que não pertencem/conhecem e não dominam as regras do jogo, os *outsiders* (BECKER, 2008).

Ainda no tocante ao caráter violento que pode transpassar as interações sociais, destaca-se a questão de gênero, que insere a violência sexual como uma constante na ‘lista’ de riscos e medo para as mulheres, de modo geral, mas que nesse caso, já se encontram submetidas à situação de rua. Exemplifica-se com a experiência de Safira que, conforme relata, após sua negativa para ter relações sexuais com um menino, que também estava em situação de rua, o mesmo voltou mais tarde e ateou fogo no colchão da entrevistada enquanto ela dormia. Não posso aqui me furtar de ressaltar o seguinte: este, felizmente, ‘falhou’ em suas tentativas, mas, quantos outros ‘cidadãos’ em pleno gozo de seus direitos não executam impunemente atrocidades dessa natureza em nossa sociedade, que também se mostra terreno fértil para práticas de caráter machista e/ou para a misoginia?

As falas dos(as) entrevistados(as) deixam transparecer a ambiguidade que configura a rua enquanto espaço de refúgio, em meio aos conflitos vivenciados no núcleo familiar, nas relações interpessoais etc.,

de abrigo imediato, diante da ausência de outra alternativa, de fuga, dos outros ou de si mesmos, de acordo com os estados emocionais de cada um no momento, de insegurança e medo, de expectativas, de frustrações, dentre tantas outras questões que teriam lugar em meio à complexidade que perpassa as interações ali desenvolvidas.

Partindo-se das experiências pessoais do pequeno grupo de entrevistadas(as) cujas narrativas de vida analiso neste estudo, é possível se deparar com questões de dimensões complexas e abrangentes, capazes de nos levar a pensar para além da realidade pesquisada, como aliás, vem ocorrendo em relação a outros achados deste estudo. Conforme tratado por Félix (2015), dentre as questões que levam as pessoas à situações de rua, é possível identificar fatores estruturais, como o desemprego, por exemplo, que podem ser agregados e agravados por fatores individuais, emocionais, incluindo-se os conflitos vivenciados no âmbito familiar. Esse dado nos leva a pensar em inúmeras possibilidades para se analisar a coexistência e/ou sobreposição entre os fatores de ordem estrutural e fatores de ordem pessoal na dialética das interações que permeia as trajetórias de vida dos atores sociais.

Importa destacar, a partir das questões levantadas por Felix (2015), como a chamada ‘população de rua’ tem sua presença e, conseqüentemente, suas condições de sobrevivência socialmente *naturalizadas*, como se fossem meras partes integrantes da paisagem urbana. Chama atenção para a necessidade de estudos voltados para as populações de rua. Destaca-se o estudo de Rios (2005), intitulado ‘*A população em Situação de Rua da Cidade do Recife e suas Condições Sociais: atores, grupos e formas de enfrentamento e de sociabilidade*’, que se volta para o referido tema na realidade recifense.

Reiterando Felix (2015), a realização de estudos empíricos voltados para as pessoas em situação de rua, poderão agregar à *literatura específica* e preencher lacunas acerca do conhecimento desse grupo cuja heterogeneidade, muitas vezes é camuflada pela expressão “*morador de rua*”. Esta expressão utilizada para identificar pessoas em situação de rua

alude a concepções sociais de caráter estigmatizante e a fatores de ordem estrutural, seja na realidade recifense, seja na sociedade brasileira como um todo. De forma semelhante, uma heterogeneidade de pessoas costuma ter suas trajetórias de vida, suas identidades etc. limitados à expressão “*mundo das drogas*”, conforme vem sendo discutido nesse trabalho.

Quando esses dois fenômenos, situação de rua e envolvimento com drogas, são, de algum modo, associados ou constituem um ponto de intersecção nas trajetórias de vida dos indivíduos, estamos diante de mais uma sobreposição de processos cujas dimensões conseguem enredar pessoas, em determinados contextos e circunstâncias, tendo efeitos momentâneos ou não, ao contrário do que é residual, estrutural e que vai sendo (re)produzido na dinâmica social de geração e geração. Da estratificação social, às faces extremas da desigualdade, da *exclusão* social, da negação de direitos sociais mínimos e do respectivo impacto nas interações sociais, estamos diante de processos assim caracterizados.

Nesses termos, é interessante perceber que a conotação ambígua da rua para aqueles(as) que a vivenciam de modo semelhante aos(as) entrevistados(as), também, se mostra ambígua para a sociedade em geral que, por um lado, a (re)produz e a naturaliza e, por outro, a estigmatiza e a repudia. Para o grupo aqui entrevistado, a rua figura como espaço capaz de conduzir aos extremos das emoções, e que permite ‘trabalhar’/descobrir/experimentar diferentes modos de interação com “o outro”, submetido à mesma situação ou não.

Para o conjunto da sociedade valeria um exercício parecido, no sentido de pensar quantos *mitos* são criados, quantas concepções são socialmente legitimadas e quantas atitudes são tomadas justamente em função do ‘medo’ do que possa vir a significar o contato com “o outro”. Aqui, especificamente, penso a partir das posições desiguais entre aqueles que não estão e aqueles que estão em situação de rua. Nessa reflexão, um convite ao exercício da empatia, em que o fato de se colocar no lugar do outro consiste numa rica possibilidade de autoconhecimento. Seria

válido, também, pensar no fator da imprevisibilidade que, de carona com infinitas razões, pode levar qualquer membro da sociedade a experimentar a situação de rua em algum momento de sua vida, podendo ser uma experiência momentânea, recorrente ou duradoura.

Considerando-se essas dimensões do imprevisível, fatores de ordem emocional e os significados e concepções da rua para os(as) entrevistados(as), a despeito e em coexistência com aspectos de ordem estrutural, destaca-se a fala de **Rutilo**, filho único, de uma “família é de classe média alta” que, curiosamente, relata ter tido uma infância “normal”, que nunca lhe “faltou nada” e que sua e sua “mãe é bem de vida”. Entretanto, o rapaz saiu de casa aos 22 anos e passou a viver nas ruas. O motivo teria sido uma desilusão amorosa que ele não conseguiu superar: “Depois da desilusão com essa moça, minha cabeça ficou diferente, eu fiquei perturbado [...] E essa vida de rua, de drogas é um mal da sociedade que vem e leva a gente, e leva tão longe que a gente não consegue mais voltar”. No relato Rutilo expõe detalhes dessa passagem:

E eu com curso técnico em contabilidade, ensino médio completo, depois que me vi nas ruas... [abaixando a cabeça e sacudindo-a negativamente] A sorte é que eu sei conversar, mas é vida de cão mesmo. Pra quem tava acostumado a ter conforto, viver limpo, ter comida na mesa [pensativo, olhar distante] Quem era minha vida! [...] *Foi, foi uma moça que eu amei loucamente e quase fiquei louco de verdade* [pausa] Foi depois disso que eu perdi o rumo da vida e saí de casa [o entrevistado não conta exatamente o que aconteceu, mas posteriormente, em meio à conversa, fica implícito que foi traição por parte da moça com que estava se relacionando] *Nisso, eu vivi foi quinze anos da minha vida aqui nas ruas de Recife* [...] *Viver na rua é muito sofrimento. Passar três, cinco dias sem tomar banho, sem comer direito.* **Rutilo**, usuário, 40 anos.

Importa destacar o emaranhado de fatores sobre o qual o entrevistado conduz sua trajetória ao tempo em que vai sendo conduzido pelo curso dos acontecimentos, inicialmente alterando o vínculo familiar e estabelecendo outros vínculos sociais, a exemplo das relações de amizade na rua, passando a viver na rua e conseqüente processo de adaptação às

interações que são alí desenvolvidas. Processo que possibilita novas experiências que esse espaço pode oferecer, agregando hábitos/sociabilidades que decorrem de estar em situação de rua e ser usuários de droga. Isto significa, também, passar a ser visto e classificado segundo valores dominantes no contexto social desta vivência.

A esse respeito, é de fundamental importância salientar que muito embora possa figurar no imaginário social que as prioridades das pessoas em situação de rua, que, por ventura, sejam usuárias de drogas, seja *adquirir drogas* ou transformar tudo o que encontram pela frente em moedas de troca para satisfação do seu desejo ou mesmo para “alimentar seu vício”, nos relatos aqui analisados, no entanto, sobressai e consta no topo de suas prioridades a preocupação com as famílias. Por mais contraditório que possa parecer, há que se considerar a possibilidade de que, em casos específicos, a permanência na rua também seja uma forma de evitar maiores conflitos em casa. De apostar na possibilidade de um reencontro harmônico com algum familiar através da não-convivência e do fio da saudade que vai sendo alimentado pela distância. Essas são questões relevantes que emergem dos relatos de vida aqui analisados e que nos ajudam a pensar nas diversas possibilidades de interpretação em torno dos afastamentos, dos retornos e das permanências de determinadas pessoas nas ruas.

Nos relatos dos(as) entrevistados(as), a rua figura como espaço de traumas, superação, constrangimentos, auto avaliação, fortalecimento e/ou criação de laços de amizade⁸, renovação de vínculos afetivos, inclusive, mediante afastamento temporário de familiares, construção de identidades e exercício das liberdades individuais, sobretudo, considerando-se o rigor/rigidez das regras estabelecidas em outros espaços, como na família, nas instituições de acolhimento, por exemplo. Esta parece ser uma das razões pelas quais a rua pode parecer menos inóspita

⁸ Em determinadas casos, as relações de amizade simbolizam, também, uma representação de família (adotada, postíça, alternativa, provisória etc).

para a entrevistada Ágata que, juntamente com o irmão, já fugiu tantas vezes de casas de abrigo e orfanatos.

A rua figura, ainda, como *locus* de submissão a privações diárias, diante da dificuldade de acesso até mesmo para o que se considera mais básico nas atividades que uma pessoa, geralmente, costuma desempenhar no dia-a-dia. Os relatos mostram, a exemplo da fala de Rutilo (destacada acima), a importância de se ter um lugar para tomar banho, fazer as refeições na hora certa, receber algum remédio quando precisavam, dentre outros cuidados que, ao serem associados com o atendimento que estavam recebendo nos Centros de Apoio e no Intensivo do Programa Atitude, estendiam-se às ações no âmbito da redução de danos com relação ao uso de crack e outras drogas.

A ausência dessas condições básicas de sobrevivência como abrigo, autocuidado, alimentação, seja por uma questão estrutural seja por uma situação pontual, podem contribuir para que o tipo de relação que se estabelece com quaisquer drogas ultrapasse um quadro de uso regular e configure um quadro de uso problemático, sobretudo, quando são, de algum modo, potencializados por fatores de ordem emocional. Nesses termos, a situação de rua consiste, por fim, num ponto de fundamental relevância a ser considerado no ‘somatório’ de fatores que mesclam vulnerabilidades internas e externas na consolidação das ‘pedras’ com as quais se deparou cada entrevistado(a) ao longo de sua trajetória de vida.

4 A ‘mão’ que ‘afaga’, o ‘punho’ que ‘agride’: a simbologia ambígua da família

Conforme dito anteriormente, as informações referentes às famílias dos(as) entrevistados(as) se fundem de tal modo com as respostas dadas sobre suas infâncias e com outras fases de suas vidas, incluindo o próprio envolvimento com o crack, tratado no Capítulo 4, consistindo num ‘tema’ recorrente em suas narrativas, de modo a simbolizar a influência, a relevância da instituição *família* em suas trajetória de vida. Fui selecionando

nos relatos de cada entrevistado(a), as menções feitas às suas famílias, cujas memórias acerca de situações marcantes em suas vidas, ora encontravam-se em repouso como arquivos deixados nos compartimentos mais ‘remotos’ de suas mentes, ora eram revisitadas sendo, de alguma forma, (re)significadas e acrescidas de outras experiências posteriormente vividas.

As diferentes formas de se referir às famílias, que emergem dessas narrativas, evidentemente fruto das distintas experiências de cada um(a), extrapolam qualquer tentativa de ‘enquadrá-las’ em subgrupos de qualquer natureza que seja. No entanto, como alertei anteriormente, a subdivisão em grupos que destaquei nos itens 3.1 a 3.3, neste capítulo, está muito mais relacionada à necessidade de operacionalizar o material de campo e ao modo como as famílias aparecem nas falas dos(as) entrevistados(as), do que ao ‘enquadramento’ de suas experiências num ‘grupo’ em detrimento de outro, haja vista que, é possível perceber que as experiências relatadas podem ser inseridas em mais de um grupo ou em ambos.

É interessante perceber como o tema da *família* aparece, nas narrativas dos(as) entrevistados(a), de forma espontânea⁹. O que evidencia a relevância ou o peso dessa instituição em suas vidas, tanto no sentido do que vivenciaram quanto em relação a quem são, a quem se tornaram, por assim dizer. Em algumas narrativas, a família aparece como sendo o *locus* de “proteção”, “amparo”, o “porto seguro” dos(as) entrevistado(as) como, por exemplo, para Ágata, cuja narrativa de vida se entrelaça com a saudade que sente de sua infância, quando a juntamente com a mãe e os irmãos pedir esmolas nas ruas, a dor não superada pela perda de sua mãe, a situação de desnorтеio que o falecimento da mãe parece ter representado pra ela e para os irmãos.

⁹ Evidentemente após perceber que os(as) entrevistados(as) traziam para aquele momento de interação (de entrevista) alguma experiência vivida em família e que mudava sua forma de respirar, os deixavam pensativos(as), ou mudava suas expressões faciais levando, inclusive, ao choro, eu aprofundava a informação lançando, oportunamente, alguma pergunta sobre o que me relataram.

Em outras narrativas, destaca-se o peso das ausências sentidas desde a infância como, por exemplo, a falta que Berilo e Jaspe relatam o sentimento e relação à figura do pai, a despeito de destacarem o esforço, a luta e bravura de suas mães para criá-los e prover o lar. Criados num contexto de marginalização socio-espacial, “as comunidades” recifenses, onde passaram a maior parte de suas vidas, são também, o marco de suas socializações secundárias, de suas interações sociais. Por outro lado, e contrastando com a falta que sentiram de seus pais, Berilo e Jaspe não pretendem deixar a mesma lacuna nas vidas de seus filhos e filhas. O que vale, também, para Esmeralda e Ametista, cujo amor pelos filhos figura como incentivo para superarem a atual fase de suas vidas e desejo de ‘redirecionar’ suas trajetórias.

Já para outros(as) entrevistados(as), a família aparece como sendo o próprio *locus* de conflitos, de ausências, de desestrutura e consequente desequilíbrio tanto do arranjo familiar em si quanto, e principalmente, psicológico e emocional dos membros envolvidos. O que pode ser percebido, por exemplo, nos relatos de Safira, Citrino, Turmalina, Rubi cujas famílias se tornaram, mediante o curso dos acontecimentos, ambientes inóspitos, desprovido de algum amálgama capaz de unir seus membros, de oferecer-lhes abrigo, amparo, orientação, incentivo ou apoio.

Entre a *narrativa sobre* família e a *experiência com* a família, identifica-se o *fião* da contradição: Muito embora, o ‘ideal’ de família, mencionado por alguns(mas) entrevistados(as), seja perpassado por uma concepção de família como “*porto seguro*”, como instituição que simboliza proteção, acolhimento, ou seja, que poderia representar um modelo de família socialmente idealizado, mas o que se observa, na prática, diante das situações vivenciadas pelos(as) entrevistados(as), é que os arranjos familiares simplesmente não correspondem a esse modelo idealizado por eles/elas.

Para Ágata, por exemplo, embora a família represente um ‘porto seguro’, mas ela própria vive nas ruas, a mãe foi assassinada pelo companheiro, não tem contato com os outros irmãos. Dentre estes, um

encontra-se preso, outra foi embora para a Holanda e parou de enviar auxílio financeiro, de modo que, o membro da família mais próximo é um irmão “doido”, por quem ela se sente, em alguma medida, responsável e por conta dele já tiveram problemas de adaptação ao serem acolhidos num “lar”, seja este a casa da tia ou os abrigos e espaços de acolhimento para pessoas em situação de rua.

Das falas dos(as) entrevistados(as) emergem, ainda, determinados aspectos socioculturais que, uma vez consolidadas no arranjo familiar, têm o condão de impactar/direcionar as trajetórias de vida dos membros desta instituição. Refiro-me ao conjunto de ‘valores e crenças’, que deita raízes nas chamadas ‘forças da tradição’ que se valem dos processos de reprodução social, para orientar a dinâmica das relações interpessoais e das interações sociais em seus contextos históricos distintos. O que pode ocorrer tanto de forma mais naturalizada, quanto mediante pressões, conflitos e imposições de uns sobre os outros, sobretudo, considerando-se o ‘poder de mando’ e o ‘dever de obediência’ que pode transpassar o ambiente familiar nas relações entre pais e filhos, por exemplo.

Numa alusão à quebra de expectativas entre o que desejavam ou idealizavam para membros da família e o que, de fato, ocorreu, as reações de alguns familiares nos conduz a alguns questionamentos e reflexões justamente acerca desse mencionado conjunto de valores e crenças e seu impacto/interferência nos vínculos afetivos, na coesão da instituição família. A partir, por exemplo, dos relatos de Esmeralda, que foi expulsa de casa após começar a namorar um menino “errado” e de Ametista, cuja família direcionou tratamento de rejeição e repúdio após sua primeira gravidez, ao contrário da irmã que, em suas palavras, “*fez tudo certinho*”, referindo-se ao fato de ter casado primeiro e somente depois ter tido filhos, seria interessante pensarmos no peso dos preceitos morais que se sobrepõe aos vínculos afetivos/relações de parentesco, no caso, ao fato de ser filha.

O que significa, do ponto de vista da sociedade recifense, por exemplo, “*fazer tudo certinho*”? Qual a simbologia dessa frase perante as

práticas socioculturais locais? O que pode haver de tão grave que chega ao ponto de ofuscar/anular/romper o vínculo afetivo diante de uma quebra de expectativas externamente criada? O que faz, por exemplo, com que uma moça seja expulsa de casa, devido ao fato de não ter se casado ou pelo fato de ter engravidado? A força da tradição anula os laços consanguíneos, ceifa os afetos ou, ainda, elimina a capacidade de empatia?

Como essas práticas de caráter mais “tradicional” sobrevivem e coexistem com outras formas de interação no âmbito das relações interpessoais num contexto complexo, heterogêneo em que as individualidades histórica e tradicionalmente excluídas, também, clamam por visibilidade e reconhecimento? Quais outras leituras poderiam situar essas atitudes, que se mostram como uma espécie de protocolo, no consolidado conjunto de crenças, valores e padrões para ‘*ser*’ e ‘*estar*’ na sociedade? Evidentemente, dadas as dimensões do que aqui se discute, encontramos nessas indagações potencial muito mais para reflexões do que a pretensão por respostas.

Importa ressaltar o seguinte: Se, em função de “valores e crenças”, preceitos morais, religiosos etc., essas concepções configuram-se dessa maneira com relação ao sexo, ao casamento, à maternidade, atentemos para as dimensões que tais concepções podem assumir no que tange aos envolvimento com determinadas drogas. O fato de ser, apontando, por exemplo, como usuários de uma droga classificada como ilícita, pode significar, aos olhos da família, motivo de repúdio, afastamento, reprovação. Não desconsideremos aqui, o fato de que a instituição família, também, é fruto de construções, transformações estruturais e alvo de pressões sociais. Isso subjaz, de algum modo nas interações e nas construções indenitárias de seus membros.

No âmbito familiar, quanto às reações em nome do que ‘*manda a tradição*’ de determinados valores e costumes, e dos desdobramentos de cada trajetória de vida, é interessante perceber que, mesmo diante de reações extremas por parte de pais, mães, avós, dentre outros(as), os(as) entrevistados(as) em geral, alimentam uma concepção positiva de família

ponderando, inclusive, aquilo que vivenciaram com o que pretendem repassar para seus filhos e filhas, a exemplo dos casos de Jaspe, Berilo, Esmeralda, Topázio, Ametista.

Demonstram, a despeito das adversidades vividas no dia-a-dia, preocupação com a família e com suas reputações perante a família. Até mesmo as iniciativas ou o que se agarram como incentivos para “se livrarem” daquela situação na qual se encontram, passam por esse emaranhado que transpassa as relações no âmbito familiar, colocando em evidência os descompassos ou a correspondência entre expectativas externas e desejos internos, renúncias, adaptações, enfim, “*identidade social real e identidade social virtual*” como trata Goffman (2008). O que são e/ou gostariam de fazer *versus* aquilo que ‘os outros’ pensam que sejam ou gostariam que fossem.

Isso nos leva a perceber a ambiguidade das relações com a família, ora como a mão que afaga, ora como o punho que agride, por vezes até mesmo quando pretende afagar. No afã de “proteger”, de “corrigir”, o que pressupõe uma lógica de punição em vistas à reparação, para aproximar daquilo que é socialmente idealizado, quantas atitudes e decisões extremas não são tomadas? Não ter “*um drogado na família*”, não “*ter uma mãe solteira em casa*”, dentre tantas outras expressões que poderiam ser aqui exemplificadas e que ilustram concepções caracterizadas pelos padrões socialmente legitimados e respaldados no conjunto de valores e crenças supracitados.

Em cada relato de vida identifica-se um emaranhado de ações, emoções e reações que figuram como integrantes de um processo contínuo, a socialização, no qual as ações de uns vão incentivando, exercendo alguma influência sobre as ações dos outros, como trata Simmel (2006). É a dialética das interações se fazendo presente no desenrolar de cada trajetória de vida. Nessas trajetórias, as famílias podem assumir tanto uma postura que a caracterize como instituição crucial de suporte, de preparo para o convívio dos indivíduos em sociedade (cumprindo, dentre outras, sua função enquanto agente de socialização), quanto pode se configurar,

também, como empecilho, rasteira ou peça de mau gosto que a vida se encarrega de pregar em algumas pessoas. E aqui, mais uma vez, cabe considerar que a família, enquanto instituição em torno da qual se constrói ideais, se imputa papéis e funções sociais, também é alvo de pressões e de empecilhos de ordem estrutural, que podem não lhe assegurar as condições de cumprir, a contento, tais funções e papéis socialmente almejados.

Não por acaso, estudiosos de distintas áreas do conhecimento se debruçam sobre a instituição ‘família’ como condutor analítico para desenvolver teorias do comportamento, estudo de personalidades, dos problemas de ordem psicológica e/ou psíquica, dentre tantas outras características consideradas no âmbito individual, mas que encontram ‘respostas’, em grande medida, nos ciclos de socialização primária dos indivíduos.

Muito embora este estudo apresente visíveis limitações para aprofundar essa questão, sobretudo no que concerne às questões pertinentes à Psicologia Social, cabe ratificar a necessidade de que a relação da sociedade com as drogas ou os envolvimento dos indivíduos com as drogas sejam tratados sob novas perspectivas, principalmente, trazendo para o debate aspectos dessa relação que não costumam ser privilegiados pelas abordagens dominantes.

A esse respeito, os processos de socialização dos indivíduos, considerando-se seu ciclo de interações primárias e seus contextos de vivência, carece de ‘ter lugar’ em tais perspectivas. Afinal, como sucede aos indivíduos em interação, cujas ações não se dão num ‘vácuo social’ como se pode depreender a partir de Simmel (2006), os contextos de vivência que emergem das narrativas dos(as) entrevistados(as) figuram como fatores de influência nos desdobramentos de suas trajetórias de vida.

Destaca-se o estudo de Horta et. al. (2014) que verificou a influência da família em um dos tipos de envolvimento com o crack. Mediante entrevistas realizadas com pessoas que fazem uso de crack, os pesquisadores destacam que os(as) entrevistados(as) “expuseram livre-

mente modalidades de envolvimento dos familiares com o uso da droga, alguns indicando oposição ao consumo, outros estímulo, ou oferta”. Outra questão interessante, percebida no estudo aqui em questão e na pesquisa que realizei para esta tese, é a “*influência recíproca entre consumo de crack e conflitos familiares ou um ambiente considerado negativo*”. Na pesquisa citada, os pesquisadores chegaram à conclusão de que:

Os grupos familiares aparecem não somente como fator de proteção, mas também, como importante fator de risco para o uso do *crack*, e sua inclusão como grupo primário de atendimento se justifica com essas evidências - sobretudo irmãos e companheiros(as) no compartilhamento de *crack* [...] Se, por um lado, o ambiente familiar é referido como predisponente, tornando-se parte do percurso que aproxima a pessoa que usa *crack* dessa experiência, por outro lado, a família também é considerada primordial para evitar o consumo. (HORTA et. al, 2014, p. 105).

Os achados desta pesquisa comungam, em alguma medida, com a conclusão alcançada pelo estudo de Horta et. al, sobretudo no que se refere à ambiguidade da família na vida de cada entrevistado(a) que ora representa ambiente de proteção, ora incrementa os fatores de risco, inclusive, para situações que, posteriormente, podem enredar os(as) entrevistados(as) na dinâmica dos envolvimento com o *crack*. Embora eu tenha optado por priorizar no segundo tópico deste capítulo, os relatos sobre família, bem como, as situações vivenciadas pelos(as) entrevistados(as) antes do seu envolvimento com o *crack*, mas o Capítulo 4 dará conta das circunstâncias de envolvimento de cada entrevistado(a) com o *crack*, retomando, inevitavelmente, as situações que precederam tal momento, seus *backgrounds*, seus conflitos e traumas vividos, também, no ambiente familiar.

Diante dessas situações vivenciadas pelos(as) entrevistados(as), em que se identifica uma sequência de traumas sobrepostos em suas trajetórias, muitos surgidos desde suas infâncias, o modo como estão aqui destacadas, mesmo diante do meu compromisso ético e profissional em

ser o mais fiel possível ao relato que me foi dado, consiste apenas numa síntese escrita, simplificada e superficial de emoções sentidas, de traumas silenciados e, porque não dizer, de perspectivas de vida interrompidas.

Trata-se de vidas sofridas, pedras vividas muito antes de quaisquer pedras que viriam a ser fumadas. Para além do que gostariam, buscam, idealizam e das positivas concepções sociais acerca da instituição *família*, as famílias dos(as) entrevistados(as) simbolizam a marca perene das rupturas e separações, das ausências (de pais, mães, cônjuges, amigos(as)), das saudades bifurcadas no doloroso afastamento, seja este em vida ou na irreversível decorrência da morte.

“Eu e os outro vendia aqueles kit com caneta, confeito, o folheto com a mensagem da Pedra da Salvação*, então, a gente vendia isso dentro dos ônibus [...] Mas eu não vejo muito resultado ali, porque o pastor pode até ter a boa vontade de ajudar a pessoa a se recuperar, porque também ele tá recebendo pra isso, né? Tem família que paga R\$ 500,00 por mês pra manter os usuário lá sen’o tratado. Eles pega na rua, mas, depois chegam na família e fala que a recuperação tá nas mãos deles, nas mão da família [...]

Alí, o pastor até pode ter boa vontade pra ajudar, dar uma chance, mas, o cara tá todo dia com “*seu maior inimigo: dinheiro no bolso e a rua*”. Isso é uma tentação muito grande e pouca gente consegue resistir. O cara tá viciado numa droga e tá com dinheiro no bolso, ainda mais crack que vende em todo canto aqui ou em Recife. Já teve caso do vendedor fumar de crack toda a grana que tinha conseguido depois de um dia inteiro vendendo as mercadoria do pastor. Aí ele voltava e procurava ajuda de novo, o pastor aceitava ele de volta, porque ele sempre dava mais uma oportunidade [...]

Quando eles mandaram chamar minha mãe e pediram os R\$ 500,00 e ela disse que não era aposentada, não tinha de onde tirar... aí eu fiquei com aquele peso pra mim e decidi que ia procurar outro canto. Aí eu fiquei sabendo do Atitude, por um amigo meu que tava na rua”.

Miguel, 26 anos, solteiro, ex-usuário de crack, “moreno claro”, Ensino Fundamental Completo. Na ocasião da entrevista, o rapaz vivia no Intensivo do Programa Atitude e trabalhava num supermercado.

*Grifo meu, em substituição ao nome da instituição mencionada pelo entrevistado.

Capítulo 4

Das pedras vividas às pedras fumadas: narrativas sobre os envolvimento com o crack

Não quero te pedir
Que me entendas, se não puderes
Só não quero que me repreendas com intempéries
Tente me olhar com olhar de surpresa
Porque, com certeza Vai saber apreciar
(Luciane Fontes, 2008, p. 06).

No capítulo anterior, destaquei, primeiramente, as narrativas sobre infância, evidenciando os ‘alicerces’ sobre os quais foram sendo construídas cada trajetória de vida. Em seguida, a partir das narrativas sobre as famílias, abordei as experiências no âmbito familiar relatadas pelos(as) entrevistados(as) e seus respectivos contextos de vivência. Tais contextos se mostraram como sendo o epicentro de suas interações sociais, de suas demandas pessoais, de suas variações emocionais, que tem o condão de enredar os(as) entrevistado(as) numa teia de descompassos, frustrações, erros, acertos, interrupções, satisfações, construção e destruição de laços/vínculos afetivos e conseqüente sofrimento, o que, também, permite analogia com a expressão ‘*pedras vividas*’. Neste capítulo, trago as narrativas sobre os envolvimento com o crack, que se apresentaram como uma espécie de *extensão* das ‘*pedras vividas*’ pelos(as) entrevistados(as).

No presente estudo, que propõe uma análise “*a partir*” e não “*sobre*” os atores sociais envolvidos com o *crack*, é importante lembrar que o es-

forço paralelo ao objetivo geral¹ aqui pretendido é *problematizar esse envolvimento*, sem qualquer intenção de buscar justificativas para o ato, tampouco, julgá-lo. Considerando-se a confluência de fatores de ordem pessoal e estrutural, que constituem a dialética das interações e vão tecendo as trajetórias de vida desses atores sociais, o ponto de intersecção² aqui perseguido, aponta que as ações, envolvimento de cada entrevistado(a) com o *crack*, não devem ser dissociadas dos fatores que as precederam, nem dos contextos sociais nos quais foram e são processados.

Diante do esforço para conceder espaço de fala aos atores sociais em questão e mediante recurso da não-diretividade, conforme explicado na página 71, cada entrevistado(a) foi construindo sua narrativa de vida acerca de situações vivenciadas, que permaneceram em suas memórias sendo revisitadas naquele momento de entrevista e, nesse processo de relato e rememoração chegavam aos momentos em que tiveram seu primeiro contato com o *crack*.

Cada experiência relatada, que destaco nas falas abaixo, permite identificar, dentre outras questões, os tipos de envolvimento dos(as) entrevistados(as) com o *crack*, os aspectos circunstanciais desse envolvimento, os tipos de drogas que já consumiam antes e os ‘traços’ de semelhança em suas trajetórias de vida, sobretudo, no que se refere aos contextos de vivência nos quais ocorrem suas interações sociais e relações interpessoais. É possível salientar, ainda, situações experienciadas desde suas infâncias e/ou no âmbito familiar, além de questões pertinentes ao círculo de pessoas com as quais interagem, que figuram como peças-chaves em seus processos socialização e de iniciação nos envolvimento com o *crack*.

Nessa dialética das interações, é interessante perceber os *tipos de relação que existiam entre os neófitos e as pessoas através das quais se deu*

¹ Compreender o envolvimento dos(as) entrevistados(as) com o *crack*, identificando aspectos circunstanciais desse envolvimento e os fatores de ordem estrutural que transpassam suas trajetórias de vida, conforme apresentado no Capítulo 1.

² Trata-se do momento em que cada entrevistado(a) tem seu primeiro contato com o *crack*; um marco em suas trajetórias de vida.

seu primeiro contato com o crack, seja para fabricar, para vender e/ou para usar. Seguem-se as narrativas acerca dos envolvimento de cada entrevistado(a) com o crack, começando (do tópico 4.1 ao 4.3.2) por aqueles(as) cujo primeiro contato se deu mediante venda da droga e, posteriormente, passaram a ser usuários(as) da mesma. No início desta sessão, um destaque maior será dado à narrativa de Ônix, cujo recrutamento para atuar no “tráfico de drogas” se deu por vias, digamos, um pouco distintas, peculiares ou de forma diferente das que geralmente são associadas a esse ramo de atividade ilícita. Em seguida, são destacadas as narrativas de traficantes que experimentaram o crack e não se tornaram usuários regulares da droga (tópico 4.4); De entrevistados(as) cujo primeiro contato com o crack foi através do uso da droga, (tópicos 4.5). Do tópico 4.6 ao 4.6.3, são apresentadas as narrativas de ex-usuários(as) de crack. Por fim, nos tópico 4.7 trago algumas reflexões propostas numa análise para além das pedras fumadas e no tópico 4.8 trago algumas considerações sobre o sentido que as narrativas de vida assumem neste estudo.

Para as subdivisões que trago ao longo deste capítulo, estou me valendo das situações experienciadas pelos(as) entrevistados(as), a partir de seus envolvimento com o *crack*, para levantar e ressaltar questões relevantes para a análise da relação da sociedade com as drogas acerca dos atores sociais envolvidos com elas. As falas dos(as) entrevistados(as) trazem à tona, dentre outras questões, as dinâmicas de interação, as contradições e as afinidades com determinadas práticas socioculturais, que terminam por se entrelaçar com a retórica de “combate” do aparato político-ideológico de “Guerra” às Drogas.

1 “Tráfico de drogas”, manipulação da fé alheia e outras ‘tretas’ do pedregulho social - ônix e o pastor da igreja

“Andar com fé eu vou, que a fé não costuma faiaá [...] Que a fé tá na muié, A fé tá na cobra coral, Ôo, Num pedaço de pão; A fé tá na maré, na lâmina de um punhal, Ôo, na luz, na escuridão”. ‘Andar com fé’, Gilberto Gil.

No relato de Ônix, homem de 25 anos, que é ex-usuário e ex-trafficante, suas memórias de infância se entrelaçam de tal modo com suas memórias sobre a família que algumas experiências que marcaram seu processo de socialização sobressaem como um aspecto comum nesses dois tipos de narrativas, como se exercessem uma relação de complementariedade. A perda da mãe que, conforme relata no Capítulo 3, faleceu “*muito cedo*” quando ele era “*muito pequeno*” parece refletir, em alguma medida, também a ‘perda’ da sua infância.

As lacunas nas memórias de infância do entrevistado se fundem com suas memórias sobre a família, sobre os membros presentes em seu ciclo de convivência mas sobretudo, dos ausentes, com uma lacuna afetiva simbolizada na ausência precoce da mãe. Sua resposta imediata quando solicito que me fale um pouco sobre sua infância foi: “*Eu perdi minha mãe muito cedo, era muito pequeno quando ela morreu. Quem me criou foi minha vó*”. Na sequência, o entrevistado lembra que aos dez anos de idade “*já bebia cachaça, cerveja e fumava cigarro*”. Pergunto: E quem te ensinou a beber e fumar? Ele responde:

Foi meu pai, ele que atiçava. Ele era usuário e eu sempre via ele usando todo tipo de droga lá na comunidade onde a gente morava. Depois eu comecei fumar maconha... Comecei andar com um grupo que era ‘mal visto’ na vizinhança... Depois, minha vó pediu que eu fosse pra igreja, aí passei frequentar por causa dela.

Percebe-se que o processo de iniciação precoce, diga-se de passagem, ao consumo de drogas passa pela relação do entrevistado com seu pai, que o “*atiçava*” a consumir bebidas alcoólicas e cigarro desde criança (10 anos de idade). Já sua avó - aparentemente no intuito de protegê-lo ou mesmo afastá-lo do grupo com quem passou a andar na adolescência e que, segundo seu relato, era “*mal visto*” na comunidade onde moravam, pediu a Ônix que passasse a frequentar a mesma igreja que ela. A vida na igreja mudaria os rumos ou marcaria profundamente a trajetória de vida de Ônix, entretanto, num sentido oposto ao esperado por sua avó.

Após a morte de sua avó e já sem notícias do pai que “*tinha caído no mundo*”, Ônix decidiu ir embora do Recife, deixando pra trás a recente vida na igreja e ‘os aprendizados’ e tensões que teve com os amigos do grupo “*mal visto*” com quem andava na adolescência. Morou em várias cidades, algumas vezes dormia nas ruas, relata que “*sempre fazia meus bico*” por onde passava, até que resolveu voltar ao Recife: “*depois de muito tempo é que eu voltei pra Recife, aí eu voltei pra igreja*”. Em busca de emprego, amparo, orientação espiritual, Ônix conversou com o pastor da igreja durante uma reunião dos jovens, uma das atividades de rotina da Igreja.

O Pastor me acolheu, me deu apoio, me deu uns conselho na reunião dos jovens que tem lá, né? Eu falei que tava precisando arrumar um emprego, qualquer coisa pra fazer porque lá fora eu tinha trabalhando vendendo coisa e conseguia vender tudo... Ele disse que Deus ia prover, que eu tivesse fé. Aí, passou o tempo o pastor me fez uma ‘proposta’, como ele diz, né?. Ele disse que aquilo ia mudar minha vida. [para de falar por que uma TR se aproxima para falar com outro usuário da casa. Espero ele voltar a me olhar e perguntar: E como foi isso?] O Pastor me fez u’as pergunta... Perguntou por que eu tinha me afastado da Igreja, aí eu contei pra ele, falei tudo.

Quando diz que “*falou tudo*” para o pastor, o entrevistado refere-se “*às coisas que aprendeu*” a fazer com aquele grupo de amigos que costumava andar na adolescência. Como num esforço de confissão e remissão de pecados, relata ao pastor que naquela época aprendeu a vender maconha; “*vendia tudo*” rapidamente e prestava contas, “*tudo certinho*”. Ele diz que: “*vendia maconha, mas tinha outras droga que eles vendia também, mas cada um vendia a sua pra num misturar o meio de campo, porque cada um prestava conta daquilo que pegou, tá ligado?*”³.

Por ter se destacado entre os colegas e motivado comentários ou “*piadinhas*” do gerente da boca sobre seu desempenho com as vendas em relação aos demais, Ônix conta que começou a se sentir intimidado pelos

³ Conforme explica o entrevistado, “cada um vende a sua” para “não misturar o meio de campo”, no sentido de que quem pegasse maconha, vendia só maconha, quem pegasse pó, vendi só pó e tinha que prestar contas das drogas que cada um pegou. Trata-se de uma espécie de organização das vendas “*porque era tudo de uma boca só*”.

colegas e, diante do clima tenso, resolveu se afastar “*do ramo e dos amigos*”. Conta que sua avó já se encontrava doente nesse momento e que não encontrou resistência para “*se sair*” do grupo [Na sequência, sua avó falece e ele vai embora da cidade, conforme já mencionado]. Quanto à reação do pastor ao ouvir muito além da explicação pela qual Ônix foi embora e se afastou da igreja, o entrevistado diz o seguinte:

Quando o pastor escutou eu contando, ainda mais sobre essa parte de vender, aí ele falou: “Ah, você tem jeito pra coisa!” Foi aí que ele me falou que tava precisando de um cara como eu pra tocar os negócio [franzindo a testa, gesticula com braços] Eu não tinha entendido direito o que ele tava querendo dizer, mas depois é que eu fui me ligar que era pra mim vender droga pra ele.

Na sequência de sua narrativa, numa conversa aparentemente corriqueira entre o pastor e uma de suas ‘ovelhas de seu rebanho’, dentre muitas outras, teve início o envolvimento de Ônix com o crack, inicialmente, vendendo a droga. Conforme o entrevistado, o referido pastor “*é muito conhecido*” e “*muito respeitado*” no bairro Pau-Brasil, onde Ônix nasceu e cresceu. O entrevistado acrescenta que é nesse bairro que se localiza a igreja que ele costumava frequentar e onde funciona um dos mais antigos e mais rentáveis pontos de venda de crack e outras drogas que pertencem ao pastor.

Ônix atuou vendendo *crack* (o carro-chefe) e outras drogas “*na região de*” Pau-Brasil que, segundo ele, é de onde sai a maior parte da renda do pastor. O entrevistado lembra: “Eu já vendi muito crack ali, visse!” [...] “Ele, recebia mais carregamento de *crack* porque era o que ele mais vendia. Era muito crack, mais do que maconha e coca”. Perguntado, para confirmar, se aquela tinha sido a primeira vez que o entrevistado tinha vendido *crack* e ele responde que “*sim*”, que “*foi primeira vez*”. Quando volta a salientar o fato do referido pastor ser muito influente e respeitado no bairro, num lapso de curiosidade deixa escapar a pergunta: “Então ele é muito conhecido lá em Pau-Brasil?”

É. Muito [riso] Eu não vou ficar falando nome de ninguém porque eu já vi muita gente morrer por caguetage, mas se a senhora procurar saber, descobre rapidinho quem é [...] Mas ele também ajuda muita gente lá. Desse tempo que eu vendia pra ele, tudo que eu pegava eu vendia. Tudo que ele colocava na minha mão eu vendia e ele me dava a minha parte. Nesse tempo eu só fumava maconha e toda vez eu bebia, pra comemorar o “*sucesso nos negócios*”. Ele dizia mermo assim [risos]. Em pouco tempo ele [o pastor] conseguiu comprar uns terreno, trocou de carro, comprou uma kombi pra Igreja.

O entrevistado relata que a kombi, comprada após a fase de crescente sucesso nas vendas de crack e outras drogas ilícitas, foi colocada a serviço da comunidade: “*levava gente pras festa de casamento*”, para os encontros de igrejas, quando tinha e destaca que “*se precisasse pra levar uma pessoa no hospital, ele levava na hora*”. Esse trecho da fala de Ônix remete, dentre outras questões que não podem ser aqui aprofundadas, aos (re)arranjos nas interações (entre moradores e líderes do “tráfico”) em torno das dinâmicas dos mercados ilícitos em determinadas comunidades onde a atuação do Estado se mostra ausente ou deficiente.

As relações, incluindo a questão da confiança, entre moradores de “comunidades” e líderes ou membros do tráfico de drogas é uma unidade de análise recorrente no âmbito da Sociologia e da Antropologia. Destaca-se, por exemplo, Dowdney (2014), Zaluar (2017), Zaluar e Ribeiro (2009), Grillo (2008), Misse (2007), dentre outros. A título de ilustração, o documentário “*Notícias de uma guerra particular*”, de Salles e Lund (1999), também aborda esta questão e outros aspectos referente ao mercado ilícito de drogas como fio condutor ou como pano de fundo das interações sociais em determinados espaços urbanos.

Além da ascensão do pastor e, conseqüentemente, sua própria ascensão nesse “*ramo*”, conforme fala acima destacada, o entrevistado menciona a maconha, dentre as drogas que costumava consumir (entende-se que regularmente), além do álcool que já “conhecia” desde os dez anos. Dando seguimento ao relato sobre o sucesso nas vendas de crack, Ônix diz:

Depois o negócio foi aumentando, aí eu passei tomar conta das venda lá ‘no Itapicurú [Olhos brilhando, inclina-se para a frente em minha direção e diz:] Eu ganhava tanto dinheiro que eu num sabia nem o que fazer com aquela grana toda. Aí eu comecei a esbanjar. Comprei carro... tinha dois amigo meu que eu considerava como irmãos e eu dividia com eles tudo que o dinheiro pudesse comprar... tudo mesmo. [...] Chegou num ponto que a gente saía assim, no fim de semana pra praia e ficava de lá só tomando conta do negócio, pedindo pros cara dá conta, tá ligada? A gente chegava alí em Boa Viagem e comia o que tivesse de mais caro, pegava logo era litro de Whisky, o mais caro que tivesse. O povo ficava tudo olhando e as menina olhava a gente, piscava o olho, soltava piadinha... Aquilo era muito bom e eu só usava roupa de marca. Nessa época eu comprei um cordão de prata que custou mil e oitocentos reais. Lembro como hoje, ele era tão bonito que todo mundo ficava de olho [...] Era uma vida que eu nunca tinha pensado que eu ia ter porque era tanta mulher bonita em cima de mim, em cima da gente, que a gente podia escolher qualquer uma delas.

De acordo com o relato acima, poder-se-ia dizer que o envolvimento com o crack rendeu a Ônix uma vida marcada pelo “poder” de ter acesso a “*tudo que o dinheiro pudesse comprar*”. É importante ressaltar que, independentemente do quanto sua narrativa possa parecer ‘extravagante’ ou como ‘não verdade’, ela tem um significado. Trata-se de uma construção de sentido que, por sua vez, está intimamente relacionado às práticas socioculturais em determinado contexto. Teríamos aqui uma construção semelhante ao que Thompson denominaria de *verdade simbólica*, considerando-se a narrativa do entrevistado enquanto uma representação do real, na qual “formas simbólicas são empregadas, transmitidas e compreendidas por pessoas situadas em contextos sociais estruturados” (THOMPSON, 2002, p.76). Retornarei a esta questão no tópico 4.8, ao final deste capítulo.

Nesse sentido, a fala do entrevistado se torna muito simbólica, por um lado, tomando-se por base as relações de consumo estabelecidas numa sociedade imersa nas alienações inerentes à dinâmica de funcionamento do sistema capitalista, destacando-se a monetarização, o “fetichismo da mercadoria” como tratado em Marx (1996), a distinção do

poder de compra e o poder de transformar tudo em mercadoria, inclusive, as drogas. Evidentemente, as intervenções humanas na relação da sociedade com as drogas se encarregaram, inclusive como fruto de consequências não antecipadas das ações, de transformá-las em mercadorias de alta demanda, cuja dinâmica de produção, comercialização e ‘indução’ ao uso agregam interesses escusos e muito mais amplos do que a falácia do “combate ao narcotráfico” é capaz ou tem interesse de trazer à tona.

Diante das consequências do atual sistema (numa sociedade monetarizada), o dinheiro passa a ser visto, simultaneamente, como uma espécie de passaporte ou portal de acesso ao ‘mundo’ de bens, serviços, tecnologias, marcas, produtos que esse sistema vende e, por outro lado, como portal de fuga ou de ascensão aos mundos extremos que esse próprio sistema (re)produz. Tome o caso dos contextos marcados pela exclusão social, favelização e visível negação de direitos sociais mínimos nos quais milhares de atores sociais, assim como Ônix e outros(as) entrevistados(as) nesta pesquisa, ‘nascem, crescem, reproduzem-se e morrem’.

Somam-se a esse emaranhado social, em que mazelas e riquezas integram um extenso conjunto de dicotomias sobrepostas, as expectativas que vão sendo criadas, alimentadas por todo ator social. Na contramão do alcance indiscriminado dos pilares de sustentação dessas expectativas, as condições de acesso, sobretudo o poder de compra, consistem em processos desiguais, excludentes e tão perversos quanto o conjunto de valores cultuados no referido sistema.

Muitas vezes o que é consumido por uns poucos, num hábito tão corriqueiro que parece quase ‘natural’, pode simbolizar um raro objeto de desejo para muitos. Dito de outro modo, e fazendo analogia com os alimentos, itens de primeira necessidade, indispensáveis à sobrevivência humana, que nas casas de uns poucos é possível encontrar com facilidade até nas lixeiras, para muitos outros pode ser encontrado apenas no sonho, no desejo, na expectativa, na necessidade de se alimentar que se destaca entre tantas outras privações presentes em suas trajetórias de vida.

Muito mais do que a vida boemia, regada a gastos e do prazer de ser cobiçado por “tanta mulher bonita”, juntamente com seus amigos-irmãos, a narrativa de Ônix deixa transparecer questões diretamente ligadas aos fatores de ordem estrutural que permeiam a dinâmica social brasileira, a dinâmica social recifense e se inscreve nas trajetórias de vida de tantos(as) outros(as) jovens vindos de contextos semelhantes que, assim como ele criam, em alguma medida, a expectativa e os meios para aquisição de produtos em circulação no mercado, sejam estes alimentos, itens indispensáveis à sobrevivência humana. Importa perceber, nesse processo, como o próprio mercado cria as demandas, os padrões e elege prioridades para as pessoas.

Muito embora as disparidades, fruto da estratificação social, que remonta processos históricos da organização da vida em sociedade, não sejam evaporadas com as momentâneas condições de acesso, de poder aquisitivo, mas é justamente dessas disparidades que o sistema se serve para criar mais expectativas e se manter vivo. Nesse processo, as interações sociais são delineadas por visíveis traços de distinção e de pertencimento ao “mundo” de “tudo o que o dinheiro pode comprar”.

Essa questão se faz tanto mais interessante e intrigante quanto mais ilustrativa quando Ônix diz: “A gente chegava ali em Boa Viagem e comia o que tivesse de mais caro, pegava logo era litro de Whisky, o mais caro que tivesse, o povo ficava tudo olhando e as meninas olhava a gente, piscava o olho”. Além de dizer que comprou cordão de prata, carro, que consiste numa forma de ter acesso, de usufruir do poder de compra na sociedade de consumo, o entrevistado diz: “a gente sempre pedia os pratos mais caro e pagava tudo em dinheiro vivo” referindo-se às vezes que saía para jantar com a moça com quem namorou nessa época:

Tinha uma galega que morava lá em Boa Viagem com uma tia, ela era de São Paulo e era daquelas bem patricinhas, tá ligada? Aí um dia ela passou, olhou pra mim [...] aí eu mostrei a garrafa pra ela e ela veio sentar com a gente [...] Essa menina ficou comigo um tempo, depois a tia dela deu um flagra na praia. Disse que não queria ela andando com traficante. Já foi logo falando

assim, mas eu não ligava, tinha gente que olhava pra gente assim, gastando dinheiro, usando coisa cara... Eu acho que tinha gente que sabia que o dinheiro vinha do tráfico.

Aqui é possível perceber concepções sociais, que também passam pelas relações interpessoais, frente às disparidades de ordem social, sobretudo, com relação aos distintos segmentos sociais aos quais pertenciam Ônix, a moça e a tia por ele mencionadas. Enquanto eu relia a narrativa do entrevistado, fiquei imaginando o cordão de prata em seu pescoço e uma questão passou, de relance, em meio ao turbilhão de informações para além do que eu lia: Será que se Ônix fosse um dos engravatados membros da nossa elite política, a tia da moça teria tido a mesma postura? Será que também teria se referido a ele com uso do termo “traficante”? Bom, o entrevistado diz não se incomodar, não “ligar” para o uso desse termo que o identifica e o rotula que, assim como a construção de estigmas, se sobrepõe a determinados perfis de pessoas mais do que a outros.

Aquela fase de ascensão e sucesso nas vendas do *crack* na região, onde passou a “tomar conta”, ainda não tinha saturado quando Ônix decidiu interromper sua atuação “no ramo”. Ele conta que foi “jurado” de morte pela “turma” de “um cara”, que também era ‘gerente de boca’, “por causa de um carro que botaram fogo lá no Itapicurú e os cara disseram que era coisa minha”, e completa:

Eu já tava querendo me sair já, aí botei a arma na cintura e fui atrás do grandão lá. Eles num queria deixar eu falar com ele mas eu num tinha disso, não, era papo reto [...] Falei pra ele que daquela vida eu já tinha lucrado o que eu queria e o que eu nem pensei que eu ia ter um dia, que tava caindo no mundo de novo, aí nem dei a mão pra ele, só falei isso e dei as costa.

Assim como “*se saiu*” do primeiro grupo com quem andava na adolescência, Ônix decidiu “*se sair*” desse ‘carga’ que ocupava tomando conta do segundo mais importante ponto de venda de drogas do pastor, no bairro Itapicurú. O primeiro ponto fica no bairro Pau-Brasil, conforme

mencionado. Após esclarecer que não tinha sido ele o responsável pelo carro que havia sido queimado na área de atuação do “*grandão*” e dizer ao próprio que estava “caindo no mundo de novo”, o entrevistado foi conversar com o pastor e relata o seguinte: “o pastor me deu apoio, perguntou se eu não queria voltar porque eu era desenrolado, mas, eu tava a fim de me sair [...] Aí ele me deu o dinheiro, me deu uma quantidade de *crack* e falou que eu guardasse porque uma hora eu podia precisar”. Terminava ali a primeira fase do envolvimento de Ônix com o *crack*.

Com base na experiência de Ônix, que não acredito se tratar de um caso isolado, importa questionar quantos outros jovens teriam sido recrutados para atuação no mercado ilícito de drogas **a)** em espaços, digamos, inusitados ou pouco associados a esse tipo de prática e **b)** por pessoas que, em função da posição social que ocupam, se mostram acima de quaisquer suspeitas nesse emaranhado social movido a ‘tretas’ e relações pautadas numa espécie de culto às aparências. Refiro-me à facilidade com que determinados grupos costumam ser rotulados justamente com base no que aparentam e isso vale tanto para as rotulagens positivas, quanto para as negativas, que podem se converter em estigmas. Para alguns, o rótulo se cria com base em noções preconcebidas, por exemplo, devido à cor de sua pele, ao segmento social do qual faz parte e/ou mesmo pela sua forma de vestir. Na contramão de tal postura, muitos outros são fácil e seletivamente ‘isentados’, não apenas do referido processo de rotulagem estigmatizante, mas também da suspeição policial e da baixa possibilidade de ter sua face estampada em alguma matéria “jornalística” como “*traficante*” ou “*noiado*”, como ocorre com moradores negros e de regiões periféricas, por exemplo.

A segunda fase do envolvimento de Ônix com o *crack*, que é considerada por ele como a fase de caráter mais problemático, teve início algum tempo depois, quando ele já estava casado e tinha se tornado pai. Conforme destacado em sua narrativa sobre família, o rapaz conheceu uma moça *cigana*, por quem se dizia muito apaixonado, casaram-se e, com o passar do tempo, após uma sequência de brigas conjugais, a famí-

lia da moça decidiu afastá-la de vez de Ônix e também o proibiu de visitar sua filhinha. Sobre a ex-esposa, o entrevistado ressalta: *“Eu sofri muito porque eu gostava muito dela”* [abaixa a cabeça, semblante triste; pausa].

Como reflexo de um exercício de auto-análise e numa demonstração de consciência da sua atual situação, Ônix diz: *“O crack me pegou foi depois que os cigano me afastou da mãe da minha filha”* [abaixa a cabeça e coloca a mão no rosto]. O sofrimento que sentia após esse afastamento, conforme relatado por Ônix, teria extrapolado as dimensões emocionais e psicológicas (conforme menciono no capítulo 3), haja vista que o entrevistado relata ter perdido peso. O entrevistado diz: *“Eu fiquei magro, todo mundo pensando que era por causa do crack, mas não foi só por causa do crack não, porque eu já tava magro quando eles me butaram fora”*. Quando pergunto como foi a primeira vez que fumou crack, Ônix relata que certo dia, após uma das brigas com sua esposa, estava *“na bad”*, então saiu para beber com *“uns chegado”* e eles ofereceram para ele: *“Eu bebia e só ficava com ela na cabeça* [passa a mão na cabeça, sacudindo-a negativamente]. *Aí mais tarde, eu queimei u’as* [pedras de crack] *com eles, mas ela num saía da minha cabeça”*.

Quando perguntei se ele tinha se afastado da igreja, do tráfico, Ônix respondeu: *“Eu me saí de tudo, do tráfico, da vida que eu tinha, mas fiquei com ela na cabeça e toda vez que eu pensava nela* [ex-esposa] *eu me afundava mais ainda no crack”*. Com ar de decepção, mas, retomando o fôlego e erguendo a cabeça, o rapaz me olha e finaliza: *“Eu tava na rua, já no vício do crack, quando o carro passou, eu pensei que era a televisão fazendo alguma reportagem na rua... aí eles explicou, do programa e tudo e eu vim pra cá. Mas ainda passei uma semana, depois é que eu vim e agora tô aqui”* (referindo-se ao Apoio do Programa Atitude onde o entrevistei). *“E isso era tudo que eu tinha pra contar, tudo isso que passou na minha vida. Tem que assinar alguma coisa aí?”*

2 De esposas a traficantes, de ‘mulas’ a usuárias

Dentro desta sessão, sobre entrevistados(as) cujo primeiro contato com o crack se deu a partir da comercialização da droga e que, posteriormente, se tornaram usuários(as) da mesma, destaco as narrativas de Ametista e de Esmeralda. Além da semelhança quanto ao tipo de envolvimento com o crack, as entrevistadas apresentam outras semelhanças como, por exemplo, o fato de serem ‘*esposas de traficantes*’ e as distintas formas como esta condição contribuiu para os envolvimento delas na dinâmica do tráfico de crack no Recife.

2.1 Ametista, “os cara” e os “playboy de faculdade”

Ametista relata que foi percebendo o distanciamento de sua família em relação a ela desde que engravidou pela primeira vez e, diante da reação da família, decidiu sair de casa para viver com o pai de sua filha (vide página 138). A entrevistada ressalta que, ao contrário dela: a “irmã casou, fez tudo certinho e nenhum deles mudou com ela como mudou comigo [faz uma pausa e esfrega os olhos] Eu saí de casa pra morar com o pai da minha primeira filha e daí começou os aperreio”. Ametista relata que, na ocasião, se “jogou na bebida”, desenvolvendo uso abusivo de bebidas alcoólicas e que ficou sem condições de cuidar da sua filha.

Quando solicitei que me “falasse sobre seu envolvimento com o *crack*”, a entrevistada diz:

Já tá indo pra três ano. Foi depois que o segundo marido se separou de mim... Eu tava até bem, tava conseguindo segurar meu problema com bebida e tudo, mas depois que... [levanta e olha para os lados] eu não vou falar isso de novo porque hoje mesmo eu já falei nesse assunto pra TR e já chorei tudo que eu tinha pra chorar por hoje.

Rosilene: Não se preocupe, você não precisa falar o que não faz você se sentir bem.

Ametista: A senhora desculpa, mas, é muita coisa na cabeça da gente.

Rosilene: Tranquilo, eu imagino seu sofrimento.

Ametista: Eu vim parar nessa vida, mas não foi isso que eu escolhi pra fazer... Eu tava gostando dele, queria criar nossa filha e as outras que não era dele [fruto de outro relacionamento], mas tava todo mundo junto dentro de casa... depois ele aprontou o que aprontou, foi se meter com coisa errada e depois sobrou pra ele e pra mim [pausa, abaixa a cabeça]

Nesse momento, Ametista demonstra consciência (“*eu vim parar nessa vida*”) em relação à situação na qual se encontra e num gesto de esforço emocional para falar de algo que mexeu, marcou sua trajetória de vida, traz à tona as circunstâncias do seu primeiro contato com o *crack*. Quando diz que o segundo marido “aprontou” e depois sobrou pra ela, eu pergunto intencionalmente, em busca de maiores explicações: “*Aprontou pra você?*”, ao que ela responde:

Sim. Porque depois que os cara foi lá em casa buscar ele, ele num tava, já tinha sumido no mundo, aí eu tive que vender tudo pra pagar eles. Minhas filha, minha mãe pegou e levou pra casa dela e eu ainda tive que ir fazer coisa pra eles que eu nunca pensei que eu ia fazer na minha vida... vender droga, levar droga em faculdade pra playboy... daí deu no que deu, comecei usar *crack* e agora tô aqui [respira fundo e olha para o companheiro - que estava sentado ao nosso lado - olha para os lados, abaixa a cabeça] Não gosto nem de lembrar.

O primeiro tipo de envolvimento de Ametista com o *crack* foi como traficante da droga e, mais precisamente, como “*mula*”, transportando *crack*, levando-o até os usuários em determinados espaços da cidade do Recife, dentre os quais, algumas “*faculdades*”, conforme relata. Percebe-se que o envolvimento da entrevistada com o *crack* passa pelo anterior envolvimento do seu esposo que, ao ter “*sumido no mundo*”, sobrou pra ela que foi quem teve de arcar com a responsabilidade de pagar ‘a dívida’ aos “*cara*”.

Quando diz que seu esposo “*aprontou o que aprontou*” e “*foi se meter com coisa errada*”, além de remeter ao ingresso/atuação dele no mercado ilícito ou no consumo de drogas, depreende-se que ele tenha feito algo diferente do esperado ou do acordado nas relações estabeleci-

das sob essa dinâmica de atividades consideradas ilícitas, como, por exemplo, vender drogas e não prestar contas ao fornecedor, ou ainda, contrair dívidas devido ao consumo de drogas e não conseguir quitá-las.

Diante da fuga do esposo e tendo que “*vender tudo*” para pagar “*os cara*”, Ametista viu sua família se desintegrar e, muito embora tenha contado com o apoio da mãe para cuidar de suas filhas, viu-se obrigada ou segundo suas palavras, “*tive que*” fazer coisas que nunca pensou que precisaria fazer em sua vida, referindo-se, também, ao fato de ter que vender *crack* e outras drogas e levá-las até para “*playboy em faculdade*”. Na sequência de sua fala e sobre seu envolvimento com a venda de *crack*, a entrevistada conta que passou a usar a droga e, como já havia dito, que não queria falar do assunto e agora disse que não gostava “nem de lembrar”, não me senti à vontade para perguntar como foi seu segundo envolvimento com o *crack*.

No momento da entrevista Ametista encontrava-se no Apoio do programa Atitude em busca de tratamento para o uso abusivo de *crack*. Ela reconhece que parte do afastamento de seus familiares se deve ao fato de ela ter se tornado usuária de *crack*, mas também demonstra plena consciência dos malefícios da droga em seu organismo. Ela diz: “Eu tenho consciência do mal que o *crack* me faz, mas, eu estou aqui no programa é pra isso, né! Pra me livrar, porque eu quero muito, mas é muito difícil largar o *crack*”.

É interessante notar como fatores de ordem afetiva/emocional, neste caso, em relação ao esposo e às filhas, se cruzam com o processo de envolvimento de Ametista com o *crack*. Quando a entrevistada diz: “*Eu vim parar nessa vida, mas não foi isso que eu escolhi pra fazer... Eu tava gostando dele, queria criar nossa filha e as outras que não era dele, mas tava todo mundo junto dentro de casa*”, sua fala deixa transparecer que apesar de não concordar com algo que o esposo estivesse fazendo, algo com o qual estivesse envolvido, mas havia um vínculo afetivo, um sentimento dela em relação a ele, além do desejo de criar suas filhas, de manter unida sua família.

Ao final da entrevista, Ametista ratifica essa relevância com relação à família, externando o desejo de reviver/reconstruir uma experiência familiar semelhante à que vivenciou antes de seu primeiro envolvimento com o crack, quando diz: “Eu vou fazer tudo certinho, até conseguir o aluguel social porque eu quero ter minha família de novo, minha casa, meu marido e minhas filhas perto de mim”.

Uma interpretação possível quando a entrevistada diz “não foi isso que eu escolhi pra fazer” é de que ela o diz no sentido de que não era exatamente isso que ela esperava para sua vida ou que não era essa a expectativa que tinha antes de se ver enredada pelo curso dos acontecimentos que culminaram no seu envolvimento com o crack. Evidentemente, não se deve desconsiderar que os indivíduos são dotados da capacidade de escolha em meio às interações sociais, entretanto, suas possibilidades de escolha estão intimamente relacionadas a um contexto do qual fazem parte e às circunstâncias de suas ações. Em outras palavras e conforme já mencionado no capítulo 1, suas ações não ocorrem num vácuo social isentas, portanto, das influências de fatores externos que reforçam, contrariam ou se sobrepõem às suas aspirações pessoais. Importa aqui considerar o fluxo contínuo que interliga atores sociais imersos no processo de interação, contextos e circunstâncias, como tratado por Simmel (2006).

2.2 A viúva Esmeralda: Luto no tráfico, Luta na vida

Conforme abordado na página 123, após ter sido expulsa da casa da avó, que a criou desde recém-nascida quando ela foi deixada no terraço de sua casa, por ter começado a namorar com um “*desses menino errado*” aos onze anos, Esmeralda relata que o pai “*até que tentou*” ajudá-la: “ele alugou uma casa, aí ele pagava o aluguel e disse que com o resto eu me virasse”, e completa: “aí o pai do meu filho veio morar comigo. Ele era traficante, mas não deixava faltar nada dentro de casa”. Enquanto

vivia junto com seu esposo, além de cuidar da casa e, posteriormente, dos filhos a entrevistada conta que também trabalhava:

Eu trabalhava também, tomando conta de idoso em hospital, fazia faxina... Ele nunca deixou eu mexer com essas coisa que ele fazia. Mas aí, fizeram uma armação, mandaram duas mulher ir chamar ele lá em casa, aí quando ele foi, mataram ele. Quando ele morreu minha vida acabou [...] Aí eu comecei traficar pra eles porque ganhava mais dinheiro, eu comecei traficando maconha; Depois peguei *crack* pra vender e vendia bem, daí uma amiga comprou e me falou que era bom, que era pra gente fumar, aí eu comecei usar e não consegui mais parar.

Percebe-se que o envolvimento de Esmeralda com o *crack* também passa pelo anterior envolvimento de seu esposo na dinâmica do mercado ilícito de drogas. Após o assassinato de seu esposo, a entrevistada diz que sua vida “*acabou*” e ressalta, em tom de admiração, que além de não deixar nada faltar dentro de casa, o marido não a envolvia em suas atividades ilícitas - “*não deixava eu mexer com essas coisa que ele fazia*”, conforme relata. Após ficar viúva, entretanto, Esmeralda se viu entre a falta do esposo e, dentre outras questões, diante da responsabilidade de prover as despesas da casa e cuidar dos filhos.

Certo dia, conforme seu relato, foi procurada pelos amigos de seu esposo, que atuavam juntamente com ele no “tráfico”, e falaram que “*se ela quisesse*” poderia assumir uma parte das atividades anteriormente desempenhadas pelo falecido. A entrevistada começou, então, a ‘traficar’ maconha e depois *crack* que, segundo ela, “*vendia bem*”. Seria possível considerar, aqui, a possibilidade de que o tráfico de *crack* se mostrasse como atividade mais rentável ou com retorno financeiro mais rápido do que as atividades exercidas anteriormente pela entrevistada como, por exemplo, tomar conta de idosos em hospitais. Nesse sentido, mais uma vez, a monetarização da sociedade se entrelaçaria com as demandas de ordem pessoal, impondo-se à sobrevivência e à própria existência enquanto membro numa sociedade de consumo. Sem dinheiro não seria possível, por exemplo comer, vestir, se locomover para além das próprias

pernas ou outras ‘necessidades’, segundo as aspirações de cada entrevistado(a).

Na fala destacada acima, Esmeralda informa, a um só tempo, como se deu seu processo de envolvimento com o *crack*, inicialmente como traficante da droga e, posteriormente, como usuária cuja relação de consumo se tornou problemática. Segundo relata: “*uma amiga comprou e me falou que era bom, que era pra gente fumar, aí eu comecei a usar e não consegui mais parar*”. Pergunto se faz muito tempo que ela é usuária de *crack*, a entrevistada responde que “*já faz 11 anos*” que usa a droga e que começou a vender *crack* no ano 2000.

Quando pergunto se fazia uso de alguma outra droga antes de começar a usar *crack*, a entrevistada responde que bebia “*cerveja*”, de vez em quando, fazia uso de maconha e que também fumava cigarro, mas como não gostava muito, então, não fumava “*direto*”, ou seja, não fumava com frequência. Interessante notar que logo após relatar seus envolvimento com o *crack*, Esmeralda demonstra clareza, também, quanto às suas responsabilidades no papel de mãe e preocupação em não ver seus filhos reproduzindo, por assim dizer, ou imersos em situações semelhantes às que ela e o esposo vivenciaram. A entrevistada esclarece que seus filhos estudam e que sempre os advertiu da importância de estudar para que pudessem “*ser alguém na vida*”. Ela diz: “*olha vocês precisa estudar pra ser alguém na vida, se eu pegar faltando aula vai apanhar, viu? Eu botava muito medo neles, falava que quem entrava nessa vida morria logo e que eu tava viva por sorte, aí eles ficava com medo*”.

Conforme mostrado no Capítulo 3 (vide citação da página 18), Esmeralda resolveu procurar ajuda no Programa Atitude atendendo, também, ao pedido de seu filho mais velho, que estava fazendo aniversário e pediu como presente que a mãe fosse para uma clínica para “*se tratar do crack*”. Ao mencionar as dificuldades que passaram algum tempo depois que seu esposo faleceu, a entrevistada relembra:

A gente passou dificuldade mas eu nunca deixei eles passar fome. O Bolsa Família me ajudou muito e eu traficava também pra comprar as outras coisa que faltava. [...]

Eu usava o dinheiro do Bolsa Família pra comprar comida e alguma coisa que eles precisava pra escola. Mas eu precisava traficar pra comprar o *crack* e pra comprar outras coisa pra dentro de casa.

Rosilene: Já teve, assim, alguma situação de alguém questionar que você recebia o Bolsa Família e usava *crack*?

Esmeralda: Já teve. Tinha gente que ficava de olho pra ver se eu tava usando o dinheiro direito, pra ver se eu tava usando pros meus filho mesmo. Mas quem me conhecia, eu fazia questão de mostrar tudo que eu gastava, quanto tinha custado as coisa que eu comprava pra eles. Quem me conhecia sabia que eu não fazia isso. Eu nunca usei o dinheiro pra comprar droga não, era pra comprar comida. E pra usar droga, fumar *crack*, eu traficava.

Ao mencionar parte das dificuldades vividas juntamente com seus filhos, após ter ficado viúva (incluindo a falta de dinheiro pra comprar alimentos), Esmeralda ressalta a ajuda que o benefício do Programa Bolsa Família significou naquele momento, apesar de ser um complemento à renda que obtinha com o tráfico, e esclarece que o uso do dinheiro se restringia à compra de alimentos e “*alguma coisa que eles precisava pra escola*”, referindo-se aos filhos. Atinando para a resistência de alguns brasileiros com relação ao referido Programa, pergunto se alguém já questionou o fato dela ser “usuária de *crack*” e receber o Bolsa Família e ela responde que sim, mas mostrava para as pessoas que a conheciam os valores das coisas que tinha comprado para seus filhos.

Muito embora esse estudo não tenha suporte para debater as Políticas de distribuição de Renda enquanto tema, mas considerando-se que se trata de uma informação que emerge do campo, na fala de uma entrevistada pertencente a um segmento social específico, duplamente vulnerável, ao seu próprio contexto de vivência e aos processos de estigmatização que podem dele decorrer, sua fala deixa transparecer o apoio, e quem sabe até o diferencial, que os Programas de Distribuição de renda podem imprimir nas trajetórias de vida de pessoas submetidas a contextos de exclusão, injustiças sociais promovidas e/ou agravadas pela

concentração de renda, que é mais um dos gargalos da sociedade brasileira.

3 Das afinidades eletivas entre o aparato político-ideológico de “guerra às drogas” e as práticas socioculturais

“Apesar de você, amanhã há de ser outro dia”. Chico Buarque.

O aparato político-ideológico pautado na “guerra” às drogas consiste, dentre outras “tretas”, numa política de controle social de minorias, conforme mencionei ao longo dos Capítulos 1 e 3. Tal aparato parece ter encontrado terreno fértil para se reproduzir na realidade brasileira, marcada por práticas racistas, classistas etc. Isso nos leva a pensar numa espécie de afinidade eletiva entre o referido aparato e tais práticas socioculturais perceptíveis em nossa dinâmica social.

Muito embora as falas dos(as) entrevistados(as) consistam em suas experiências pessoais, situadas num contexto de vivência específico, aludem, no entanto, a questões que não configuram casos isolados da realidade pesquisada e, muito provavelmente, da realidade brasileira. Partindo-se da realidade recifense, as falas de cada entrevistado(a) apontam novas questões para pensarmos a relação da sociedade com as drogas, ao tempo em que demandam perspectivas de análise capazes de nos aproximar de uma compreensão do fenômeno do consumo de crack para além das circunstâncias de uso e venda da droga.

3.1 Jaspe e o contexto de vivência: A pedra que estilhaça a vidraça

Eu acho que o governo até age, bota polícia, mas age errado. Ele começa pelas beirada, mas não chega no centro do problema que é lá dentro da comunidade. Porque é lá que a gente aprende desde cedo o que não presta. Jaspe.

O contexto de vivência mencionado nesse subtítulo e na fala de Jaspe consiste num ‘traço em comum’ às realidades vivenciadas pelos(as) entrevistados(as). À exceção de Rutilo que, conforme relato (vide páginas

160-161), viveu grande parte de sua vida nas ruas do Recife, embora sua família fosse de “classe média”. A análise que Jaspe faz da realidade, na qual nasceu e foi criado, é bastante ilustrativa das questões que venho tentando trazer para o debate neste trabalho. Num exercício de autoanálise e leitura de seu contexto de vivência, o entrevistado diz: “*É lá dentro que as crianças vê o que num deve e aprende fazer depois que cresce*”. Ele fala do seu desejo em poder fazer algo pelas crianças da comunidade do Ipê, onde ele nasceu e onde viu, desde cedo, a dinâmica do mercado ilícito de drogas e as práticas socioculturais a ela associadas, imprimindo suas marcas na dinâmica social local e nas trajetórias de vida dos que compunham aquela realidade. Sua fala, também, nos passa a impressão de que a polícia é a único braço do Estado que os alcança ou que é a medida que mais costuma ser disponibilizada para pessoas e locais em contextos marcados pela exclusão e vulnerabilidade social.

Jaspe relata que havia um rapaz da comunidade, pelo qual ele tinha grande admiração e que, segundo suas palavras, foi seu “*mentor*”. Na fala abaixo destacada, o entrevistado explica alguns ‘pontos’ de sua admiração pelo referido rapaz, ao tempo em que nos propicia uma noção de sentido para sua expressão “*vê o que num deve*”, conforme mencionado. Numa fala bastante representativa acerca dos contextos de interação que, por sua vez, remete aos processos de socialização das crianças da/na comunidade, ele diz:

Tinha um rapaz, o nome dele é *Michelzinho*, ele se destacou lá na favela do Ipê e era um cara que eu admirava muito. Eu achava muito bom aquele poder que ele tinha, dele falar e gente obedecer, dele me mandar ir assim numa mercearia ou num bar pedir ‘*uma coisa*’ e eu não levar o dinheiro e ver a pessoa entregar o que ele tinha mandado comprar... Eu via isso e achava o máximo! Ele era um cara muito respeitado [...] eu num sabia que um dia eu também seria um cara daquele jeito, que eu também ia ter aquele poder de andar armado e ser respeitado como ele era [com ar de riso, me olha atentamente e diz] Mas depois que vi que as pessoa não me respeitava, o que elas tinha era medo porque eu andava armado.

Pode-se dizer que *Michelzinho* era uma das referências dentro da comunidade do Ipê. Traficante temido e/ou respeitado pelos moradores e comerciantes locais, assim como o pastor anteriormente mencionado por Ônix nas favelas de Itapicurú e Pau-Brasil, destaca-se a peculiar diferença de que um portava arma de fogo e outro portava a *‘Bíblia Sagrada’*. O primeiro contato de Jaspe com o *crack* foi mediante tráfico, juntamente com outras drogas.

O entrevistado relata que na adolescência, quando “*era moleque, tinha uns catorze ano*”, começou a vender drogas para *Michelzinho*. Pergunto: E onde ele está hoje? Jaspe responde: “*Agora, ele tá preso... Ele foi meu mentor, mas hoje ele tá preso*”. Pergunto: E como é essa coisa de vender drogas, como funciona, você pode me falar um pouco? Jaspe vai destacando, ao longo da narrativa, sua experiência enquanto “*traficante*” de *crack* e outras drogas. Conta que já morou no Rio de Janeiro e que conheceu “*de perto*” como funciona “*o tráfico, assim, pesado mesmo, coisa grande*”. Destaca-se de sua resposta: “O tráfico de drogas é um mercado, é como uma firma [...] Tem o patrão, que toma conta da boca [...] Sempre tem um grandão por trás, que é quem traz o carregamento de fora, às vezes até de fora do país”.

Conforme mencionei na página 114, essa fala se mostra bastante ilustrativa das questões de ordem estrutural que se entrelaçam com a dialética das interações nas trajetórias de vida dos atores sociais e com os imperativos da Política de Guerra às drogas, cujas ações tomam dimensões diferentes para perfis étnico-raciais e segmentos sociais específicos. Isso pode ser percebido na resposta do entrevistado, quando solicito que me fale sobre “*esses grandão*”:

Os grande mesmo, que traz o carregamento de fora, são tudo bem de vida, às vezes vive numa cobertura de luxo, eu mesmo já vi casa boa com LCD até no banheiro; O cara tá lá [pausa, risos] usando o sanitário e assistindo TV... Muitas vezes vendo até reportagem de polícia matando traficante ou trocando tiro com os caras que defende a área dele [sacode a cabeça negativamente] Então eu fico revoltado, mas aprendi a ficar esperto porque

o traficante ou um grandão desse não tá nem aí pro viciado, eles só quer o dinheiro, mais nada.

Com a Bíblia na mão do início ao fim da entrevista, considerando essa questão mencionada acima, Jaspe vai construindo sua narrativa de vida, salientando um desejo de mudança para além da situação na qual se encontra. O entrevistado demonstra plena consciência de alguns entraves e ‘tretas’ que contribuem para que situações idênticas à relatada por ele permaneçam idênticas ou pouco alteradas, décadas depois de tudo que ele vivenciou na sua infância e adolescência. Esquemas e entraves externos, que se impõem, muito embora não sejam determinantes, no âmbito da socialização, das relações interpessoais e das vivências de pessoas com perfis sociais semelhantes ao seu.

Considerando-se a trajetória de Jaspe, é possível perceber uma análise feita sob novo ponto de vista quando ele fala da sua “*revolta*” em relação a um dos arranjos/facetas que o tráfico de drogas pode assumir, quando os “*grandão, bem de vida*”, permanecem nos bastidores da sociedade, assistindo a defesa de suas áreas mediante derramamento do sangue de “traficantes” que, na verdade, são seus sócios ou seus empregados. Conforme relata o entrevistado, “*rola muita treta*”⁴ nas interações sociais como um todo e, especificamente, naquelas que ocorreram em torno do mercado ilícito de drogas.

Das formas de driblar a Lei e, conseqüentemente, as medidas de repressão, das práticas de agregação, lavagem de dinheiro ou mesmo a eliminação de membros indesejáveis, inúmeras “tretas” cabem numa análise dos tipos de interação processados “nesse meio” que, antes de qualquer coisa, é uma extensão das relações estabelecidas em nossa sociedade. Dentro do “ramo”, uma das formas mencionadas pelos(as) entrevistados(as) e que pode ser considerada quando se deseja o afasta-

⁴ Pude me deparar com esse termo algumas vezes durante a realização da pesquisa e não apenas nas falas dos(as) entrevistados(as), mas também nas conversas informais com os não-entrevistados(as). Quando Jaspe mencionou esse termo, solicitei que me ajudasse a compreender o significado do mesmo, de modo que se depreende da sua fala e dos demais contextos no qual o termo foi mencionado, que “treta” refere-se a: Esquema; armação/armadilha; ocorrência; barulho/confusão; segundas intenções etc.

mento ‘pacífico’ é transformá-los em “viciados”. Trata-se de uma maneira de tornar um cabeça ou um membro de destaque no tráfico local mais vulnerável diante das dinâmicas de dominação de territórios. Talvez por razões dessa natureza, a *confiança* é um fator de destaque que permeia as relações estabelecidas no tráfico de drogas, haja vista, que uma pessoa próxima pode estar interessada ou ser aliada de um “inimigo” ou “concorrente” que deseja “o ponto”, “a boca”, “a área”.

De traficante, Jasje passou a ser usuário e depois dependente de crack quando seus amigos o “*chamaram pra queimar uma junto, aí pronto*”. Ele diz: “*Eu vendia muita droga, depois é que cai no crack e tem cinco ano que eu uso sem conseguir parar de vez*” [abaixa a cabeça, olha para o chão, depois se volta para a Bíblia e começa a passar as páginas como se buscasse algum trecho... volta a olhar pra mim, como se esperasse a próxima pergunta].

Hoje, na condição de usuário de crack, Jasje reflete, sob ângulo diferenciado, acerca das relações estabelecidas no “ramo” do qual fazia parte e vai agregando perspectivas de análise, sobre o panorama geral, a partir da sua experiência, implícitas no seu desejo de proteger o filho pequeno “*desse mundo*”, uma vez que, segundo ele “*é muito difícil crescer nesse meio e ficar de fora*”. Quando pergunto sobre seu contato com outras drogas, antes de usar crack, a resposta do entrevistado remete a algo mencionado anteriormente, que é sobre os distintos níveis de tolerância em relação ao consumo de um ou outro tipo de droga. Conforme mencionei no Capítulo 1, a classificação das drogas em lícitas e ilícitas termina por imprimir na sociedade essa distinta tolerância, que se reflete nos processos de iniciação dos indivíduos ao consumo de drogas. Pergunto:

Rosilene: E vc já usava alguma droga antes de fumar o crack?

Jasje: Claro, já bebia, já fumava cigarro, maconha, porque ninguém começa já fumando uma pedra de crack, começa é na bebida, é no cigarro e aí vai buscar outra sensação mais forte pra matar sua vontade.

Rosilene: E como é essa vontade?

Jasje: É diferente, a vontade de fumar crack não é como quando a gente sente fome, que come aí a vontade passa, mesmo se for sentir fome no dia

seguinte. É uma vontade que eu não sei nem explicar direito. Quanto mais a gente fuma, mais a gente tem vontade de fumar. Eu já fiquei o dia inteiro junto com os amigos fumando uma noite toda e um dia inteiro.

Conforme destaca o entrevistado, *“ninguém começa já fumando uma pedra de crack, começa é na bebida, é no cigarro”*. As duas drogas mencionadas, não apenas por este entrevistado, mas pelas demais pessoas, remetem ao reflexo da classificação das drogas segundo atual Política, haja vista que são drogas lícitas, cujo consumo conta com certa tolerância na realidade pesquisada e na sociedade brasileira como um todo, a despeito dos impactos decorrentes do uso dessas drogas no Sistema Único de Saúde e nas Instituições de Segurança Pública do país. Além disso, o entrevistado destaca, a partir da sua experiência com a droga, a *“vontade que não passa”*, que pode fazer alusão ao efeito devastador do *crack* nos organismos de seus usuários sobretudo, no que se refere aos quadros de uso problemático/fase de uso compulsivo da droga por alguns deles.

No que tange às questões anteriormente mencionadas de que o aparato político-ideológico que subjaz à Guerra às Drogas e faz com que o trato legal, jurídico e social da questão seja vinculado aos perfis e segmentos dos atores sociais envolvidos, a fala de Jaspe torna-se muito simbólica quando ele diz que *“não quer mais saber dessa vida”* e ressalta que *“só sobra pro pequeno da ponta, que às vezes é até pai de família e tem filho pequeno pra criar, mãe pra sustentar. Os grande mesmo, fica tudo de boa”*. Vale relembrar o modo desigual como a *“guerra”* às drogas incide e se faz valer para pessoas pertencentes a segmentos sociais específicos, em detrimento de outro. Esta questão, que vem sendo ressaltada ao longo deste trabalho, é retomada ao final deste capítulo.

Ao relatar o desejo de *“se livrar do crack”* e assumir as responsabilidades de pai, que pretende cumprir junto ao seu filho, Jaspe destaca a importância da assistência e do acolhimento que o Programa Atitude representa para ele naquele momento, com suas expectativas e planos para o futuro, e volta a tocar num ponto que foi recorrente em sua fala: o desejo e o reconhecimento de que é necessário fazer algo pelas crianças

da comunidade onde nasceu. Ele diz: “Esse Apoio aqui, o Atitude é uma chance pra quem tá querendo se sair dessa vida... Quando eu penso no meu filho pequeno... Mas eu sei que ainda dava pra fazer mais coisa pelo pobre, pelas crianças que nasce e cresce nesse meio, vendo isso todo dia”.

Com base nessa fala, é possível considerar que as medidas inclinadas à prevenção, assistência/acolhimento, tratamento para usuários de crack e/ou outras drogas figuram como uma segunda-chance para aqueles que buscam redirecionar suas trajetórias de vida. Além disso, políticas públicas ou sociais, assim comprometidas, podem suprir ou minimizar lacunas impressas pela negação de direitos sociais mínimos quando o Estado não é capaz de assegurar a dignidade e as condições básicas de sobrevivência de seus cidadãos. Uma política social de garantia de direitos sociais mínimos, conforme previsto na Constituição Brasileira, consistiria numa forma mais ampla de prevenção aos efeitos indesejados e problemáticos do convívio em sociedade.

3.2 Citrino e o “sargento”: Dos perfis “fora de suspeita”

Outro ponto que agrega à discussão aqui proposta, com destaque para a afinidade eletiva entre as práticas socioculturais locais e o aparato político-ideológico da “guerra” às drogas, diz respeito ao modo como a própria dinâmica das relações estabelecidas em torno da produção, comércio, distribuição e uso de drogas ilícitas se servem das concepções e dos constructos sociais a elas associados. Tome o caso dos perfis sociais costumeiramente associados ao consumo/venda de drogas ilícitas como o crack, cabendo aqui relembrar o histórico de “*pânico moral*” no contexto de surgimento do crack no Brasil, conforme destacado por Domanico (2006).

Para além dos processos de estigmatização de perfis sociais específicos, notadamente *pobres* e *negros*, o referido aparato político-ideológico termina por imprimir, na relação da sociedade com as drogas, diferenciações em virtude do segmento social ao qual pertence cada pessoa

envolvida, quanto em relação ao papel que ocupam na sociedade e às características físicas de cada um(a). Essas diferenciações, que emergem da afinidade entre o ‘aparato político-ideológico’ e as ‘práticas socioculturais locais’, devem ser levadas em consideração, haja vista que, tem o condão de penetrar não apenas nas concepções sociais acerca dos envolvimento com determinadas substâncias, mas também, nas relações estabelecidas em torno das dinâmicas de funcionamento do mercado ilícito de drogas. Isso vale tanto para a imagem construída sobre quem usa quanto para a imagem de quem vende.

Ora, se de acordo com as práticas orientadas pela ideologia dominante “preto e pobre” é que costumam estar no alvo das operações de “combate ao tráfico de drogas”, então, quem não é “preto” e não é “pobre” ou mesmo que sendo “pobre”, não seja “preto”, estará *“fora de suspeita”*. Ressalta-se que nem mesmo a qualidade da mercadoria, a composição das drogas, em termos dos produtos que são adicionados é a mesma para perfis socialmente diferenciados. Cabe lembrar aqui, conforme destacado no Capítulo 1, que “as drogas não têm o mesmo efeito para pessoas socialmente diferentes!” (ESPINHEIRA, 2004, p. 12). Note que na fala de Citrino, assim como de outros entrevistados(as) essa questão se mostra evidente quando usa a expressão *“pedra boa”*, destacada adiante, que tem sentido equivalente para outras drogas na expressão, *“pó do bom”*, *“coisa fina”*, *“maconha da boa”*, *“produto de primeira”*, dentre outras.

Quanto ao entrevistado Citrino, 51 anos, após dizer que já viu *“cada coisa terrível na rua”*, lembrando, inclusive, as agressões físicas sofridas e os riscos de morte quando atearam fogo nele enquanto dormia, conforme destacado na página 152, a sequência de sua narrativa mostra as circunstâncias do seu envolvimento com drogas ilícitas e, mais uma vez, a questão das drogas consideradas lícitas emerge da fala de um entrevistado. Sobre sua experiência vivendo nas ruas do Recife desde criança, Citrino relata:

Com o tempo eu percebi que os menino da rua que fumava maconha não era ameaçado pelos outros e nem apanhava deles. Aí eu falei, então eu vou fumar esse negócio também. Aí comecei fumar maconha também e, de repente, ninguém mais mexia comigo naquela área ali. Muito pelo contrário, “*pelo contrário, eles passaram a ter medo*”, porque ninguém queria mexer com “maconheiro.

Rosilene: E você fazia uso de alguma outra droga?

Citrino: Eu já bebia, né? Porque você sabe que álcool também é droga. E depois veio a maconha. Eu sempre fumava maconha, e fumava cigarro.

Interessante notar como as percepções sociais sobre determinadas drogas e, conseqüentemente, sobre as pessoas envolvidas com tais drogas pode assumir diferentes conotações em circunstâncias distintas. Citrino, por exemplo, ‘converteu’ em mecanismo de autoproteção, justamente a imagem negativa que, geralmente, se faz das pessoas que fazem uso de maconha. Dois pontos merecem ser aqui salientados: primeiro, a visão negativa do ponto de vista externo, ou seja, sob perspectiva dos não pertencentes ao grupo, no caso de usuários de maconha; segundo, o fato de um *outsider* que, ciente dessa visão negativa, pode se tornar um pertencente ao grupo e construir uma “carreira enquanto *maconhista*” (BECKER, 2008), o que lhe confere o diferencial de ser um ‘igual’. A simbologia e a carga negativa do rótulo/estigma “*maconheiros*”, se faz perceber na fala do entrevistado quando este diz: “*ninguém queria mexer com maconheiro*”. Tornar-se um usuário de maconha, figurava, para além do caráter recreativo do ato, como uma estratégia de sobrevivência frente à situação de vulnerabilidade em que Citrino se encontrava, pelo fato de viver nas ruas, de apanhar de outros meninos, que já tinham até ateadado fogo nele, enquanto dormia.

A fala de Citrino se torna bastante ilustrativa de certas questões que vem sendo discutidas nesta tese, sobretudo no que concerne às relação da sociedade com as drogas e aos modos como o Estado brasileiro vem lidando com determinados tipos de drogas. Mesmo diante do tempo decorrido entre o ato praticado e o fato narrado, passando-se pelo conjunto de valores e pela concepção de seu ato que Citrino tem agora, no

momento da entrevista, percebe-se certa tentativa de justificar seu envolvimento com drogas, sua trajetória como usuário de maconha.

Com relação ao consumo de uma droga lícita, o entrevistado diz se sentir arrependido por “*uma coisa*” que fazia na época em que consumia muita bebida alcóolica e reconhece que passou “muito tempo fazendo o mesmo erro” e traz à tona as circunstancia do seu envolvimento com o crack: “Eu bebia e ficava muito violento, agressivo querendo usar outras drogas e eu obrigava minhas namoradas a usar droga junto comigo, eu queria compartilhar aquele momento ali” [pausa] Com ar pensativo, olhar distante na direção da parede, se volta pra mim e continua: “*foi numa dessas que eu usei o crack, aí, cabou-se tudo na minha vida*”.

Pergunto se foi através de alguma namorada que o entrevistado conheceu o crack e ele diz: “Foi uma delas que levou, mas já tinha ouvido falar porque os cara que me vendia maconha já tinha falado, mas eu nunca tinha comprado”. Lembra que trabalhava na Feira do Bairro Peroba e diz: “eu presidia uma feirinha na comunidade onde eu morava”. Cirino relata que usou crack por muitos anos, mas parou “*um tempo*” e só voltou a usar a droga recentemente em 2014, conforme destacado a seguir. Pergunto: “E você usa crack há muito tempo?” O entrevistado responde: “*Faz doze anos, ontem mesmo eu fumei*” [risos]. Quanto ao fato de ter retornado ao consumo de crack, ele explica:

Faz pouco tempo... teve um sargento que chegou do Estado da Bahia para Recife na Copa [Copa do Mundo] e pediu pra mim comprar 5 mil reais de crack nas boca... Então eu fiquei nessa traficando e consumindo com ele, também. Eu ainda ficava pensando que se a polícia me pegasse eu ia preso por tráfico. Mas esse sargento me falou que eu tava fora de suspeita da polícia e era engraçado que eles passava assim bem pertinho mesmo, fazendo ronda, eu ficava na minha, mas tava me pelando de medo; Mas eu ficava bem calmo, ainda cumprimentava eles e passava com os bolso recheado de pedra de crack [risos].

O referido sargento sabia exatamente o que estava falando quando disse que Citrino estava “*fora de suspeita*”. Supondo-se que ele seja um

integrante de alguma das instituições de Segurança Pública, é possível pensar no quanto ele deve conhecer “as regras do jogo” e os desdobramentos que os envolvimento com as drogas ilícitas podem imprimir nas trajetórias de vida de determinados perfis sociais, segundo as orientações pautadas pela repressão, pela “guerra às drogas” sob *slogam* do combate ao narcotráfico.

Com a mesma confiança de quem sabia o que estava dizendo, o sargento não hesitou em solicitar ao entrevistado que comprasse significativa quantidade de *crack* nas “bocas” do Recife, em pleno clima de Copa do Mundo. Aproveitando o ensejo, gostaria de salientar a relevância que costuma ser dada ao futebol que, extrapolando as dimensões de preferência e/ou admiração por esta modalidade de esporte. Isto figura como uma espécie de oportunismo consolidado, socialmente legitimado, para ganhos ilícitos de diversas maneiras camuflados no que poderíamos chamar de patriotismo manifestado de quatro em quatro anos⁵.

No episódio mencionado por Citrino, o fato é que, além da sua aparência física, branco, olhos azuis, cabelos lisos, loiros e aos 51 anos, tais características contribuem para endossar a fala do sargento, de que ele “*está fora de suspeita*”. Outra questão, que merece ser aqui destacada, diz respeito ao modo como o aparato de repressão, montado pela atual política de drogas, termina por propiciar, criar condições para que alguns dos próprios membros envolvidos na rotineira tarefa de enxugar gelo se enveredem pelas vias da corrupção, como forma de lucrarem justamente em cima daquilo que já recebem para combater: o tráfico de drogas.

A narrativa de Rubi, que será destacada a seguir, traz mais informações sobre esse tipo de conduta por parte de alguns integrantes das instituições policiais. Agora, fiquei me perguntando sobre o que faria um indivíduo a sair de outro Estado para vir traficar *crack* no Recife/PE? Será que foi devido ao fluxo de potenciais consumidores atraídos pelos

⁵ O modo como essa modalidade de esporte costuma ser apropriada/consumida no Brasil, mescla o sentimento de pertença e o espírito competitivo/esportivo, com práticas sociais entranhadas em nossa dinâmica social, destacando-se a corrupção e a ‘conversão’ de campeonatos nacionais e mundiais em desvio de atenção para mazelas sociais que sobrevivem à alternância de poder das elites políticas brasileiras.

jogos da Copa do Mundo? Será que ele tinha outros “pontos de venda” em outras cidades que sediavam o evento? Será que poderíamos aqui pensar em certa facilidade para atuar ou colaborar com o tráfico de drogas devido ao fato de receberem informações privilegiadas (pela posição/cargos que ocupam) sobre as operações de repressão e as medidas que são postas em prática sob ilusão de combate ao narcotráfico? E, além dos policiais, será que, e em que medida integrantes das elites políticas locais também podem se beneficiar de sua posição ou perfil “fora de suspeita” para lucrarem nos bastidores do chamado “*mondo das drogas*”? São apenas algumas questões para se pensar.

Apesar de não ter ficado claro na entrevista, como foi que Citrino conheceu o referido sargento, fica claro na fala do entrevistado que ele passou a vender crack a partir desse encontra, embora já tivesse traficado maconha. O entrevistado revela que gastou muito dinheiro comprando a pedra antes, como usuário regular de crack e explica, com riqueza de detalhes, os efeitos da “*pedra boa*”⁶, mas diz que quando passou a traficar, “*vendeu muito crack*” também.

Perguntei ao entrevistado se era fácil vender crack no Recife e ele me respondeu: “*É, vende logo. É muito rápido e não faz volume. Tem gente que não quer mais nem saber de vender maconha e prefere vender crack porque com uma mão você tá com mil reais de crack e se for maconha é um volume grande, aí chama atenção*”. Na sequência da sua fala, traz informações bastante interessantes sobre a dinâmica do mercado de crack no Recife, sobre as interações entre os atores sociais envolvidos no processo e aponta algo sobre perfil de consumidores da droga no Recife:

Citrino: Aqui vende em todo canto. Tem muita gente vendendo, novo, velho, mulher, criança, todo mundo. Quem fuma já sabe que vende. Mas se você

⁶ Com uma caneta e o pedaço de papel que eu deixei sobre a mesa durante a entrevista, ele começa a desenhar minúsculos retângulos colados uns nos outros (seis ao total) e me explica que ali é como se fosse uma pedra de crack partida em seis pedaços. “Aí vc pega um pedacinho desse aqui, bota na lata e toca fogo. Aí dá pra você saber se a *pedra* é da boa. Se ela for ruim, aí vc vai pegando de pedacinho em pedacinho e passa um tempo ali fumando. Eu prefiro fumar na lata porque no cachimbo só dá dois tiro e vc fica fumando aquela borra, e na lata, cada pedacinho desse aqui dá uns quatro tiro, intendes?”.

chegar assim, e eles não te conhecer, eles fala que: “não tem nada disso aqui não, que não trabalha com isso não senhora”.

Rosilene: Hum, entendi. E o usuário costuma ser bem tratado quando vai comprar crack, já que ele pode voltar para comprar mais?

Citrino: De jeito nenhum! O usuário de crack não é bem tratado quando e chega na boca pra comprar pedra. Eles já vem perguntando: - “Quê que é seu **noiado** sem vergonha, o que é que você quer, fala logo?”. Ele não é respeitado.

Aqui é possível perceber o quanto os próprios atores sociais diretamente envolvidos no processo podem absorver/internalizar os rótulos que lhes são direcionados. Conforme menciono no Capítulo 1, ao construir meu problema de pesquisa, justamente em torno dos termos que são utilizados para identificar os atores sociais envolvidos com o *crack*, não descarto a possibilidade de eles próprios se identificarem com termos dessa natureza, entretanto, há que se considerar o impacto de termos de caráter estigmatizante nas identidades dos estigmatizados. Goffman (1988) chama atenção para os riscos da introjeção do estigma, bem como, para a discrepância entre o que uma pessoa é e o que a visão preconcebida imagina que ela seja. Mesmo que a experiência de Citrino, não possa ser generalizada ao que ocorre com os demais usuários de *crack*, sua fala aponta a possibilidade de que tais usuários, não muito diferente da grande maioria das concepções sociais associadas a eles, sejam tratados como sujeiras humanas até mesmo nos espaços onde são peças-chave, ou seja, nas bocas de fumo, que se mantêm graças a tais consumidores.

Muito embora esta sessão seja sobre entrevistados(as), cujo primeiro contato com o *crack* tenha sido mediante tráfico da droga, encerro-a com a narrativa de Citrino, cujo primeiro contato com o *crack* foi como usuário, mas decidi manter sua narrativa nesta sessão devido ao modo como sua fala vem corroborar com as questões que estão sendo aqui tratadas, sobretudo no que se refere ao perfil dos(as) envolvidos(as) com o *crack* e os reflexos que o aparato fundamentado na “guerra às drogas” confere aos arranjos institucionais e às interações em torno dos modos

de envolvimento com o *crack*. Além disso, Citrino é o único entrevistado que admitiu ainda ser traficante de *crack*, mais do que de outras drogas, devido, também, à facilidade de transportar as pedras nos bolsos de suas calças e bermudas, conforme relata.

4 Dinâmicas externas e lógicas internas na trama das responsabilidades e dos papéis sociais

Nesta sessão destaque, nos tópicos 4.1 e 4.2, as narrativas de vida de Rubi e de Berilo, cujos envolvimento com o crack passam pela atuação de ambos como traficantes que, eventualmente, experimentaram a droga em algum momento de suas vidas. Na contramão de um dos “*mitos*” (DOMANICO, 2012; REINARMAN E LEVINE, 2002) mais difundidos sobre o crack no Brasil e no mundo, de que a droga *vicia desde o primeiro trago*, os(as) entrevistados(as) aqui mencionados(as) não se tornaram usuários(as) regulares crack, tampouco, se tornaram “*noiados*” ou viciados nessa droga.

4.1 Rubi e o teto de vidro de alguns políticos e de alguns policiais

“Eu não quero confusão pro meu lado nem com polícia nem com político, também não, porque é tudo uma raça miserável”. **Rubi**, 29 anos, mulher, ex-traficante.

Após ter chegado de uma cidade “*do interior*” de Pernambuco, juntamente com a mãe e os irmãos pequenos, para morar no Recife, a entrevistada relembra algumas das ‘*coisas*’ que vivenciou, presenciou no bairro Jacarandá, comunidade onde sua família “sempre” viveu desde que se mudaram para a capital: “*vi muita coisa feia que eu pensei que nunca ia ver na vida... Gente sendo morta na porta de uma casa que a gente morou... A gente se mudou de lá, mas aquilo fica na mente, né?*”. Conforme destacado no capítulo 3, o ambiente familiar também configurava um *lócus* não ‘muito receptivo’ para a entrevistada.

Viu-se que sua mãe entrou em depressão após uma sucessão de acontecimentos - a separação de um rapaz com quem vivia; a reviravolta quando descobriram que o referido rapaz havia engravidado a enteada de 12 anos à época; a demissão do emprego. Rubi relata que passaram muita dificuldade, mas que ela ficou “segurando a onda”⁷ com o emprego de vendedora que tinha, numa loja de confecções na região central do Recife. Com o passar do tempo, Rubi relata que “conheceu um cara” e começaram a namorar. O namoro não ultrapassaria oito meses porque, segundo ela, o rapaz era “muito ciumento” e a controlava:

Ele era muito ciumento e ficava me controlando e eu tava acostumada a sair com minhas amiga [...] aí eu cheguei pra ele e falei que queria terminar... E ele passou uns dois dias meio estranho, aí falou que não ia ficar correndo atrás de mim, porque quem se arrastava atrás de mulher era véu de noiva [risos] Eu nem sabia dessa. Mas depois ele falou mesmo assim, ‘*que a gente podia ficar amigo e marcar uma despedida*’, aí eu aceitei.

Aquele até pode ter sido o ponto final no namoro de Rubi, entretanto, sua relação com o ex-namorado seria reconfigurada segundo outros propósitos, identificando-se nesse processo a trama sobre a qual se consolidaria o primeiro contato da entrevistada com o crack. Como se tivesse ponderando a concepção de seu ato passado com a concepção que tem no momento da entrevista, Rubi ressalta:

Eu nunca fui de mexer assim com coisa errada não, mas chegou um ponto que minha vida tava sem norte, sem rumo e eu tava vivendo pra trabalhar e pagar as conta... meu irmão perdeu de ano duas vezes seguida e a gente teve que comprar o material escolar dele todo de novo, eu bati nele e falei com mãe que eu não tinha parido e que a responsabilidade era dela e não minha... foi uma briga feia nessa época... eu passei uns dias sem conversar com ninguém dentro de casa; ficou aquele clima.

⁷ No sentido de conseguir arcar, ainda que parcialmente, com as despesas da casa, num momento em que a mãe encontrava-se impossibilitada de trabalhar, devido à depressão, a irmã mais nova tinha “*sumido no mundo*” e o irmão pequeno estava em idade escolar.

Em seguida, o relato da entrevistada vai trazendo à tona, além dos fatores precedentes indiretos, já mencionados, aspectos mais específicos relativos ao seu envolvimento com crack como, por exemplo, o modo como foi se inteirando (ou sendo inteirada?) de parte da dinâmica de comercialização de crack, através da experiência de seu ex-namorado. Seria possível pensarmos, mais uma vez, em formas de recrutamento para atuação no mercado ilícito de drogas mediante laços de confiança e afetividade entre os envolvidos. Observemos na fala da entrevistada, as circunstâncias do seu primeiro contato com o crack. Além disso, a fala abaixo destacada, também, traz informações referentes à conduta oportunista por parte de determinados policiais, em torno das dinâmicas de venda do crack no Recife:

Um dia eu saí com ele e no motel ele disse que tinha uma ‘proposta top’ pra me fazer... queria que eu guardasse um dinheiro pra ele, eu guardei. Fiquei com medo de ser alguma coisa assim errada. Aí deixei no banco. Era muito dinheiro, assim, não era coisa de quem ganha salário, não. Ele deixou esse dinheiro comigo mais de mês e depois avisou que tava indo me buscar pra gente sacar. Depois ele me deu uma parte e perguntou se eu queria ganhar “aquela mesma bolada”. Eu disse que queria, mas depende do que era pra fazer. [uma rápida pausa, olhando para os lados e para um carro branco da de uma empresa de telefonia e internet que estacionou bem perto de onde estávamos sentadas. Quando ela me olha de volta, sinalizando a continuidade da interação, retomo a conversa e faço o relançamento do ponto onde ela havia parado]

[...]

Ele tava vendendo droga e tava lucrando era muito com isso. E foi nessa que eu aprendi vender junto com ele. E depois eu já pegava e vendia sozinha as bolsas que eu pegava com ele, sempre tudo certinho nunca pisei na bola. Quando a gente se encontrava pra contar e fazer as contas, porque tinha mais gente que vendia pra ele e entregava o dinheiro pra mim, aí rolava da gente beber, e um dia eu fumei crack com uma menina que tava com ele, mas eu não gostei e não quis usar de novo. Mas meu erro foi ter saído do meu emprego pra continuar vendendo. Se arrependimento matasse [sacode a cabeça negativamente].

Pergunto à entrevistada “Por quê, o que aconteceu?” e ela responde: “*Porque a polícia levou tudo que eu tinha vendido na semana, e era muito dinheiro, visse, porque era bem uma época, assim, de carnaval*”. Replico, “Como assim?” e Rubi explica:

No Carnaval você já viu como é que a cidade fica, né? É muita gente, aí vende de monte. Aí eles me levaram, não abusaram de mim como fizeram com uma amiga minha (bichinha), mas, me bateram na cara e falaram mesmo assim, que se eu contasse alguma coisa, eu morria. [...] Quando ele [o namorado] chegou, eu quase morro na mão dele também depois, porque era muita grana e ele disse que não ia ‘*se foder*’ por minha causa. Ele só não me matou porque eu disse que eu nunca tinha roubado ele, aí ele lembrou... minha mãe chegou na hora e pediu ‘pelo amor de Deus!’ Pois ele me botou pra vender umas quantidade de pouco em pouco e me fez de *mula* porque **eu não levantava muita suspeita**, né? **Assim branquinha e de cabelo grande**, mas aí eu me queimei no emprego, não me aceitaram mais de volta porque ficaram sabendo que eu tava traficando, aí pronto. Minha vida virou do avesso e eu topava qualquer trampo pra levar algum dinheiro pra casa. Eu lavo carro, faço umas correria aí... tô me tratando no CAPS porque o álcool tá me prejudicando muito, porque eu tô com problema no fígado já.

A entrevistada deixa implícito que parou de traficar, mas não fala claramente o que aconteceu e quais as razões que a levaram a tentar voltar para o antigo emprego como vendedora na loja onde trabalhava. No entanto, algumas informações, que fornece em seu relato, vão apontando indícios do seu arrependimento, incluindo a intimidação por parte de policiais e políticos. Pergunto à entrevistada: “E por onde anda esse rapaz que você namorou?” Ela me responde:

Ah, ele hoje tá pagando de bacana aí, saiu de lá do Jacarandá faz é tempo. Se passar assim pela pessoa, faz de conta que nem conhece a gente. Ele tava até fazendo campanha pra [faz uma pausa como se repensasse o que ia falar, evitando citar o nome] Ele trabalhou na política junto com um vereador, um candidato desses aí. Até carro dizem que ele comprou.

Rosilene: Foi mesmo?

Rubi: Foi, mas **o que eu sei é que a polícia deu em mim** [bateu] e até agora eu tenho a marca aqui na minha costela. Nunca mais eu peguei um dinheiro

daquele porque eu sei que eles vão tomar de mim. Mas eu vou fazer o quê?
Eles vai dizer que é a palavra deles contra a palavra de uma cachaceira,
drogada, é isso que eles fala.

É curioso perceber como, em mais esta entrevista, há menção à atuação de policiais nas dinâmicas do tráfico de drogas. Na fala de Rubi, também aparecem indícios da ligação de políticos com membros atuantes no tráfico de drogas local. Como ela pôde acompanhar de dentro ou, no mínimo, de perto as relações estabelecidas em torno do funcionamento desse mercado e as pessoas que, por estarem “fora de suspeita”, encontram respaldo para estarem envolvidas. A entrevistada parece saber muito mais do que quis mencionar ou do que sua fala permite apreender, sobretudo quando destaca sua opinião sobre políticos e policiais, conforme sua fala citada no início deste subtópico, que foi dita na seguinte situação:

Tu faz o quê com essas coisa que a gente conta? Tu não mostra isso pra polícia não, né? [...]

Ah, bom, porque eu não quero confusão pro meu lado nem com polícia nem com político, também não, porque é tudo uma raça miserávi.

Rosilene: Por quê?

Rubi: Por quê??? Tu não vê aí o que esse povo faz, não? Mata, rouba mais do que os próprio ladrão e ninguém pode falar nada porque senão quem se fode mais é a gente que tá aqui na rua todo dia... tem que vê as coisa e fazer de conta que não viu nada, senão, cabou-se!

Muito embora a entrevistada tenha relatado, no calor da lembrança dos acontecimentos vividos, situações de cunho íntimo e pessoal, é importante ressaltar que quando ela pergunta o que eu faço com “as coisa” que são relatadas, evidencia, dentre outras coisas, certa desconfiança que pode perpassar momentaneamente ou não a relação entre entrevistados(as) e pesquisadores(as). No mesmo momento, fica evidente a desconfiança e/ou preocupação da entrevistada quanto à possibilidade de que as informações que me foram repassadas sejam

compartilhadas com a polícia que, segundo ela, “*mata, rouba mais do que o próprio ladrão e ninguém pode falar nada*”.

Essa fala da entrevistada alude tanto à impunidade para os crimes cometidos por policiais e políticos, quanto pelas relações de poder que estabelecem na sociedade devido aos papéis sociais que desempenham. Nessas relações de poder, o lugar que policiais e políticos, geralmente, ocupam no imaginário social facilmente se sobrepõe à visão caricata dos “bandidos/criminosos” que é difundida na sociedade.

Pergunto à entrevistada se ela ainda vende crack e outras drogas e ela responde: “Óia... Eu não vou dizer ‘dessa água não bebo’, mas eu tô dando um tempo porque andou acontecendo umas coisas aí...”. Tentando obter maiores informações pergunto: “E você gostaria de falar sobre isso?” Sorridente, Rubi responde imediatamente: “Não... isso não precisa colocar aí, não [risos - apontando pro papel onde eu fazia as anotações]. A entrevistada, que já foi atendida pelo Programa Atitude (no Apoio de Jabotão), diz que o Programa a “ajudou muito”, referindo-se ao acolhimento e orientações com vistas à redução de danos em virtude do seu “problema” com bebidas alcoólicas. Reforça, também, seus planos para um futuro próximo, em que pretende “sair dessa vida” e “arrumar um emprego bom, de novo, um emprego de verdade”.

4.2 Berilo: Dos Cinco anos aos Cinco amigos e às Cinco filhas

“Nessa época que eu fazia essas coisa, eu tinha muita responsabilidade nas costa... tinha minha mãe que eu ajudava, minhas filha”. **Berilo**, 33 anos, ex-trafficante.

Ao relatar que desde pequeno, dos cinco aos dez anos de idade, “*via cada coisa lá em*” Sucupira, conforme sua narrativa sobre a infância, Berilo vai descrevendo uma série de situações que marcaram seu processo de socialização. Desde o fato de ver gente sendo morta nas imediações de onde morava, às tentativas/conselhos da mãe para que se abaixassem quando tinha tiroteio na comunidade. O relato de vida do entrevistado

vai trazendo à tona um misto de fatores que foram permeando sua trajetória de vida.

Na adolescência, o entrevistado relembra que começou a andar com “*uns amigos lá da rua*” (um grupo de cinco) e que com quatorze anos “*já andava armado*”, ressaltando a sensação de “*poder*” e “*proteção*” que isso lhe conferia perante as demais pessoas da comunidade. Preso pela primeira vez aos dezoito anos, o entrevistado esclarece: “*mas não foi nada de tráfico de droga, não*”. Segundo relata, sua prisão, que seria a primeira de outras, ocorreu após uma sequência de delitos e crimes praticados juntamente com seu grupo, incluindo furtos, roubo à mão armada/assalto a transeuntes em “*paradas de ônibus*” nas imediações e fora de Sucupira, bairro onde viviam.

Aproveitando o ensejo da ‘palavra-chave’, segundo meu eixo de interesse na pesquisa e naquela entrevista, pergunto a Berilo: E como era o “*tráfico*” naquela época? Ele responde: “Era mais ou menos do jeito que a senhora ouve falar hoje [...] depois é que foi aparecendo outras coisa, droga nova”. Continuo com as indagações, sobretudo, nessa parte da fala em que o entrevistado se refere ao surgimento de “*droga nova*”. Pergunto se “já existia *crack* aqui naquela época” e ele responde:

O *crack* não existia ainda quando eu tinha 15 anos; o *crack* chegou aqui primeiro em Boa Viagem, mais ou menos em 98; E em Sucupira, quando foi em 2000, já tinha meu grupo, a gente vendia muito *crack*, muito pó e tinha um grupo que criou rixa com a gente ... aí ficava aquela briga dos dois grupo.

Além do relato acerca do seu envolvimento como “*traficante*” de *crack* e outras drogas, o relato de Berilo traz informações sobre a chegada do *crack* ao Recife e de sua expansão para outras áreas da cidade. Ao serem associados com informações de outros(as) entrevistados(as) e com o que consta na literatura específica sobre o surgimento do *crack* no Brasil, esses *indícios* tornam-se *informações* interessantes acerca da dinâmica do mercado de *crack* e outras drogas, tanto no Recife quanto na Região Nordeste do país.

O entrevistado relata, também, a atuação de seu grupo na venda de crack, pó (cocaína) e na existência de “rixa” entre grupos que nem sempre estão relacionadas a disputas pelo tráfico de drogas local. Tais rixas, muitas vezes, podem ocorrer devido a rivalidades por reconhecimento e visibilidade na comunidade, como o grupo que é mais temido, aquele que mais se destaca, que é mais atuante, que é mais organizado como fruto de competitividades alimentadas desde as infâncias dos membros envolvidos. Evidentemente essa relevância e destaque passa pelo que se pode chamar de uma *atuação ambígua* e contraditória, que mescla desde a solidariedade aos moradores da comunidade que os viram crescer, até a prática de crimes numa atuação que possa evidenciar “*o poder*” daquele grupo e o temor que despertam nos demais/rivais.

Interessante notar como, muitas vezes, os discursos dominantes ou as informações recorrentes em torno do mercado ilícito de drogas se sobrepõem/deixam escapar, os reais motivos ou outros motivos, peculiaridades que estão na base dessas disputas e devo confessar, que, quando perguntei ao entrevistado sobre os motivos para essa rixa entre seu grupo e o outro, quase automaticamente, fiquei esperando uma resposta bitolada no que costuma ser dito a respeito. Entretanto, como expressão da rica e constante aprendizagem que o campo é capaz de nos proporcionar, a resposta de Berilo foi:

Tudo é um motivo... tem mulher no meio, tem time de futebol, aí aquilo vai juntando com outras coisa, tá ligada? Mexer com alguém, assim que é chegado, com parente da gente... Mas toda vez que rola um BO, assim, aí todo mundo fala que é briga pelas boca, né? O reporte fala muito que é ‘disputa pelo tráfico de droga’, e a polícia também fala muito isso [...] Tinha muita disputa pelas boca também, mas nem sempre era por isso, entendesse?

A fala do entrevistado elucidada, assim, mais uma questão para (re)pensarmos as perspectivas de análise da relação da sociedade com as drogas, sobretudo no que se refere aos modos de envolvimento com drogas consideradas ilícitas, aos processos de interação que daí decorrem e às ‘caixinhas de conceitos’ construídas em torno do que costumeira-

mente nos é apresentado como “*tráfico de drogas*”. É importante salientar, entretanto, que uma coisa não exclui a outra.

O fato de considerar outras possibilidades como foco de conflitos entre “grupos/gangues” ou formações semelhantes, não significa aqui negar a existência de conflitos em torno das disputas pelo tráfico de drogas, mas apenas chamar a atenção para questões que não costumam ser levadas em consideração nas abordagens dominantes sobre o tema. Destaca-se, que, no decorrer da entrevista, Berilo também menciona conflitos decorrentes justamente do tráfico de *crack* e outras drogas relembrando, inclusive, um episódio⁸ no qual foi acordado a “*chutes*” por membros do grupo rival, que queria saber “onde estava a droga”. Ele conta: “Eu disse que não sabia de nada e que não conhecia ninguém... aí eles me deram dois tiro na barriga... depois saíram e eu fiquei ensanguentado lá no chão, aí um amigo foi me buscar e me levou pro hospital”.

O entrevistado destaca que “sente muita saudade” daquele “grupo de cinco” do qual fazia parte: “*A gente era muito unido e todo mundo na área gostava da gente, a gente era muito querido*”, diz. Ao ressaltar que “daquele grupo de cinco” somente ele está vivo hoje. Berilo, que cita salmos Bíblicos ao longo da entrevista, principalmente quando se refere à “*fé em Deus*” para ter uma “vida melhor”, dar “um novo rumo” à sua vida, acredita que só está vivo para contar a história porque “Deus tem um propósito” na sua vida. Volta a falar, durante a entrevista, de um episódio em que levou vários tiros, quando “uns cara” foram procurá-lo para revidar a morte de um rapaz - que ele teria matado por motivos não relacionados ao tráfico de drogas (esclarece depois). Segundo o entrevistado, algumas dessas balas ainda estão alojadas em seu corpo. Berilo diz:

Eu tô com 33 ano, já levei tanto tiro, teve uma vez que eu levei 4 bala: Duas tá alojada aqui na minha nuca [mostra, passando a mão] Quando eu viro pro

⁸ O entrevistado relata: - “*Um dia eu bebi, num bar lá na Imburana, passei mal e caí. Aí um cara que avisava a policia quando tinha gente traficando droga, avisou pro grupo inimigo que eu tava caído lá na Imburana. Eles foram lá atrás de mim, nisso um dos nossos tinha sido preso. Aí eles me acordaram me dando chutes, gritando “cadê a droga”.*”

lado assim, eu sinto elas [gira o pescoço para o lado direito], chega doer. E duas aqui nas costa [inclinando-se de lado]. Então, eu acho que eu só tô vivo mesmo para contar a história porque... [abaixa a cabeça e junta as duas mãos – entrelaça uma na outra] por sorte ou porque Deus tem um propósito na minha vida. Já passei por tanta coisa... de ser preso, de chegar cravejado de bala, de ter minhas coisa tudo roubada na hora que a gente chega [à prisão] Relógio bom, corrente de prata, dinheiro, de ser atendido por [médico] residente, que deixavam a gente sentir mais dor porque eles ainda tava aprendendo e quando fala que é ‘bandido’ ou ‘traficante’, aí é que eles deixa doer mesmo.

Aqui a fala de Berilo permite pensarmos nas concepções sociais acerca das imagens (constructos sociais) simbolizados por termos como “bandido” e “traficante”, em torno dos quais fui construindo meu problema de pesquisa. Interessante notar como o fato de ser identificado/rotulado na sociedade como “*bandido*”, “*traficante*”, pode impactar a conduta e até mesmo a ética de determinados profissionais (no caso, médicos) que limitam esses atores sociais a seres desprovidos de quaisquer direitos e/ou características humanas. Evidentemente, trata-se de uma forma peculiar a interpretação que está sendo feita em torno dessa fala do entrevistado. Há que se considerar, também, a possibilidade de que esta seja uma construção pessoal acerca ‘dos médicos’ que o entrevistado, oportunamente, externalizou. No entanto, é comum no âmbito das relações interpessoais marcadas pela “sociodinâmica da estigmatização” (ELIAS & SCOTSON, 2000), bem como, no uso de termos como “*noiado*”, “*crackudo*”, perceber o processo de “desmoralização” dos rotulados pelos rotuladores, num vazío de “capital afetivo, moral ou qualquer outro socialmente válido” (ESPINHEIRA, 2004, p. 16).

Entre a curiosidade de pesquisadora e a busca por mais informações que pudesse extrapolar, de algum modo, a experiência pessoal do entrevistado, perguntei a Berilo: “E será de onde vêm essas drogas, esse *crack* que é vendido por aqui? Já vem tudo pronto ou é fabricado aqui mesmo?” Ele responde que “*Vem pasta base e é refinado aqui*”, mas que

algumas vezes “compram já pronto”. Já “o *crack* vem de Natal [Rio Grande do Norte] vem nos carro [...] às vezes manda buscar 5 quilos e manda outro carro ir buscar cem quilos, aí se tiver caguetage, a polícia pega o carro que tá com cinco quilo. Enquanto eles pega um peixinho, tem um tubarão passando [risos].

No que aparentava ser um momento de transição entre as memórias vividas e a avaliação/reflexão acerca de seus atos no momento da entrevista, o entrevistado pondera que, “nessa época, que eu fazia essas coisas, eu tinha muita responsabilidade nas costa... tinha minha mãe que eu ajudava, minhas filha...”, referindo-se ao delitos cometidos no passado por ele e pelo grupo do qual fazia parte.

Quando pergunto: “E de acordo com o que você percebia quando vendia e ainda percebe, quem mais costuma consumir *crack*, homens ou mulheres?” e o entrevistado responde: “Tem muita mulher consumindo *crack* também, mas a gente vendia mais era pra homem”. Na sequência, pergunto sobre sua percepção acerca da participação de crianças no ‘tráfico’:

É... o *crack* é a droga mais procurada, né? Isso não é só em Recife, mas, no Brasil todo, aí tem muita criança vendendo também. Eu me senti muito mal mesmo, esses dias aí que eu saí e vi uma menina, uma menina nova, que estava usando *crack* no centro de Recife e eu fiquei olhando e ela se prostituía pra continuar usando a pedra. Precisava ver, uma menina muito bonita mesmo. Aí eu fiquei assim, pensando... lembrei das minhas filha e dei graças a Deus por elas não tá naquela mesma situação.

Diante da preocupação com suas filhas e, num exercício de reflexão e consciência, também percebido nas demais entrevistas, Berilo toca num ponto que ocupa lugar de destaque em algumas discussões sobre o consumo de *crack*, ou no que pode ser mais amplamente difundido como o “vício de *crack*” e sua possível relação com a prostituição. Apenas com base nessa passagem de sua fala, que remete a “uma menina muito bonita” que “se prostituía pra usar *crack*”, no centro do Recife, caberia uma

tese acerca do tema, cujas dimensões de abordagem e aprofundamento escapam às possibilidades deste estudo.

Em determinado momento da entrevista, quando tinha acabado de falar sobre a primeira vez que experimentou *crack*, Berilo faz uma breve pausa, olha pra mim e diz: “*E a senhora nem se assusta com as história, já deve tá acostumada a fazer essas pesquisa, né?*” Respondi de imediato que ‘já, faz alguns anos que entrevisto pessoas e faço essas pesquisas’. Ele pergunta: “*Mas a senhora vai onde tem gente usando droga, na rua...?*” Respondi: “Sim, vou”.

Relendo o material de campo, muito tempo depois do dia da entrevista, fiquei me perguntando se aquela pergunta figuraria como um *feedback* do processo de interação, na relação pesquisadora e pesquisado, aludindo a algum resquício de êxito frente ao meu esforço de fazer “cara de paisagem” para determinadas informações e nomes que os(as) entrevistados(as) pudessem relatar durante a entrevista.

Seguindo, a entrevista já estava bastante adiantada, quando resolvo checar se o primeiro contato do entrevistado com o *crack* realmente teria sido como traficante, como eu estava supondo, até então. A resposta dele mostra que não foi exatamente assim:

Eu conheci o *crack* pela primeira vez em [19]98... ainda tava chegando em Boa Viagem, mas foi um chegado meu que trouxe de São Paulo. Ele chegou e perguntou se a gente conhecia *crack* aí a gente disse que nunca tinha nem ouvido falar, aí ele pegou o pó [a cocaína], colocou numa colher e pediu o isqueiro e queimou. Aí ia fazendo aquele barulhinho e ficava umas pedrinha aí ele pediu pra pegar uma latinha e a gente fumou.

Mais uma vez, há menção ao tempo em que o *crack* teria chegado ao Recife. Também é recorrente nesta entrevista a identificação, nos processos de envolvimento com o *crack*, dos laços de confiança, das relações de proximidade, afetividade ou amizade entre os neófitos e as pessoas que lhes apresentaram a droga, o que pode ser percebido quando Berilo diz que “um chegado” trouxe a droga e queimou junto com ele e os amigos. Depreende-se, do relato de Berilo, que sua relação com o *crack*, em ter-

mos de uso da droga, limitou-se à experimentação. O que marcou seu envolvimento com o crack, ao longo da sua trajetória, foi o fato de vender a droga.

Quanto ao uso de outras drogas, antes de ter experimentado *crack*, o entrevistado relata que consumia bebidas alcoólicas e maconha:

Ah, eu já bebia, mas nunca tive problema com maconha. Já o álcool eu controlava mais porque é o álcool que puxa pra você usar outras drogas... você começa bebendo, depois ali se alguém tem uma dólar de maconha ou uma pedra de crack, aí começa a misturar. Mas maconha é bom pra relaxar, agora o álcool já tem gente que tem problema. *O álcool não era nem pra ser vendido assim [...]* Mas o álcool, é sério mesmo, eu não tenho problema com a maconha, eu uso pra ficar de boa, mas já o álcool, não era pra ser vendido assim mesmo, não. Mas ninguém pensa no que ele pode fazer com a pessoa, né? Não é proibido, nem nada, mas é uma droga que vicia também.

Na fala de Berilo é interessante perceber como ele contraria, por um lado, as concepções sociais baseadas na tolerância e permissividade com relação ao consumo de drogas lícitas como o álcool. Quando diz que o álcool não era nem pra ser vendido assim, sua fala me faz lembrar, por exemplo, o clamor das senhoras membros das famosas Ligas da Temperança que culminou na Lei Seca na década de 1930, nos Estados Unidos. Por outro lado, o entrevistado se mostra favorável ao consumo de maconha, da qual faz uso regular, relatando que o consumo da droga “*é bom pra relaxar*”.

Na interação mais longa desta pesquisa que, conforme mencionei na página 78, se estendeu/desdobrou em três encontros, por três diferentes dias da mesma semana, com média de duração de 1h45m cada, o entrevistado finaliza seu relato de vida, falando, mais uma vez, de saudade, de solidão, da mágoa deixada pela sua ‘ex’, que o teria “*abandonado*” e que ele diz ainda não ter aceitado isso; fala, ainda, dos planos para o futuro, incluindo suas responsabilidades como pai, no desejo manifesto de cuidar das suas filhas.

5 Fumar ou *ser fumado*, eis a questão/do quê depende a questão?

“Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é. Não me olhe como se a polícia andasse atrás de mim”. ‘Dom de iludir’. Caetano Veloso.

Ao contrário dos(as) entrevistados(as) mencionado(as) no subtópico anterior, que experimentaram o *crack* e não se tornaram usuários regulares da droga, tampouco desenvolveram relação de uso compulsivo ou problemático com a mesma, destacarei na primeira parte desta sessão, os relatos de vida de entrevistados(as) que, em determinado momento de suas vidas, em distintas circunstâncias, experimentaram o *crack*, continuaram a consumi-lo e permaneceram, até o momento da entrevista, como usuários(as) da droga. Em cada relato de vida, iniciado pelo nome de cada entrevistado(a), o título remete às circunstâncias nas quais se deu seu envolvimento com o *crack*, ou seja, ao momento em que usou/fumou *crack* pela primeira vez. No item seguinte (6), apresentarei os relatos de vida de ex-usuários(as) de *crack*.

5.1 Turmalina: “Curtição” e festas “na casa dos boy”

*“Quando eu experimentei pela primeira vez, aí foi amor à primeira vista”.
Turmalina, 22 anos, usuária.*

Aos 22 anos, Turmalina relata, conforme mostrado nos dois capítulos anteriores, que “*não teve infância*”, engravidou aos treze anos, de modo que “teve muita coisa que já foi diferente pra” ela. Seus pais se divorciaram quando ela tinha quinze anos e após relatar uma sequência de acontecimentos que configuram um quadro de desestruturação familiar, a entrevistada relembra: “a gente sofreu foi muito, depois desse divórcio deles, baratinou foi tudo mermo [...] “depois disso foi cada um parar num canto”. Turmalina é a única entrevistada que afirma que “nunca precisou” morar ou estar em situação de rua. Diz: “sempre tive onde ficar”.

Ao final de um relato no qual destaca, dentre outras coisas, que “*levava uma vida de curtidão*”, “*que só queria saber de farrá*”, que “*não gostava de estudar*” e que “*só queria saber de sair com as amigas*” a entrevistada vai deixando transparecer as circunstâncias do seu envolvimento com o *crack*. Quanto à mencionada “*vida de curtidão*”, ela ressalta o seguinte:

Meu pai reclamava, minha mãe dava castigo [risos] Mas tinha vez que eu passava era dias fora de casa, com minhas amiga. Às vezes a gente virava a noite nas festa que tinha nas casa dos boy [...]

Rosilene: E rolava algum tipo de droga nessas festas?

Turmalina: Oxe, era o que mais rolava! Tinha de todo tipo: pó, maconha, doce, até *crack* os boy começou vender lá dentro. Foi numa dessas que as menina me ofereceu o *crack* [cabeça baixa mexendo nas unhas da mão esquerda e com expressão triste] aí pronto, aí não parei mais.

Importa perceber o pano de fundo das sociabilidades, das atividades/interações voltadas ao lúdico, mencionadas pela entrevistada ou, mais especificamente, como as dinâmicas externas se inserem num âmbito mais restrito de interações e nas chamadas “*escolhas*” individuais. Aqui é importante perceber o quanto as ações de uns podem impactar/entrelaçar/influenciar as ações dos outros em determinadas circunstâncias (o que pode ser estendido às interações no âmbito da sociedade). Muito embora seja possível falar na ida às festas como sendo fruto de escolhas pessoais da entrevistada e de suas amigas, mas não se pode dizer o mesmo quanto ao controle do que será encontrado por lá, quanto às intenções por trás da organização/realização dessas festas.

A possibilidade de que sejam apenas festas promovidas, segundo o espírito alegre de alguns jovens (por exemplo), com vistas às sociabilidades, lazer, diversão, ‘*azaração*’ entre os(as) convidados(as) não anula a possibilidade de considerar, por outro lado, que as referidas festas sejam uma espécie de estratégia ou configuração socialmente legitimada, que serve como uma luva ao mercado ilícito de drogas.

Nessa dinâmica, o recrutamento que ora serviu para os traficantes, agora pode ser (re)adaptado para atrair novos clientes; novos usuários que, para além das suas vontades e expectativas individuais, poderão compor uma clientela fiel, sobretudo, lembrando o que Espinheira (2004) destaca acerca da composição das drogas, que podem ser potencializadas, puras ou não, segundo os perfis de cada consumidor. Estamos falando de um mercado em que não há qualquer regulação ou controle das outras substâncias que podem ser adicionadas a esta mercadoria. A reação de cada organismo frente à composição da droga consumida fica por conta do acaso, da sorte de cada usuário(a).

Pergunto à entrevistada sobre as amigas com as quais ela costumava frequentar essas festas, se elas também continuam usando *crack* até hoje, e ela responde: “*Não, e só uma que eu continuei a amizade porque depois eu fiquei sabendo que as outra era coligada dos boy e levava muita gente pra lá pras festa porque eles viviam disso, intendesse? Vivía de vender droga*”. Aqui poder-se-ia trabalhar - frente à relação da sociedade com as drogas - as dimensões do mercado ilícito de drogas numa sociedade estratificada como a nossa, ou as configurações desse mercado segundo os distintos segmentos sociais.

Ao relatar que se afastou (“se saiu”) das amigas, quando já estava fazendo uso regular de *crack*, Turmalina relembra:

Depois que eu me saí delas, eu conheci um coroa, até hoje eu chamo ele de ‘*meu véi*’ e eu ia pra casa dele porque lá tinha de tudo: tinha comida, chuveiro quente, televisão, e ele deixava eu fumar *crack* à vontade, me dava dinheiro pra comprar e tudo... Era uma liberdade.

Rosilene: E ele também usava *crack*?⁹

Turmalina: Não, ele só bebia muito, mas não ficava mamado, ficava de boa.

⁹ Ao reler o material de campo e em vários momentos durante a escrita da tese, fiquei me perguntando (talvez um reflexo/lapso de autocrítica) como é possível tamanho nível e intromissão trajado de curiosidade de pesquisadora nas vidas dos(as) pesquisado(as) durante o processo de realização de uma pesquisa. A pesquisa científica parece ser, antes de tudo, uma espécie de invasão de privacidade.

Na fala abaixo, a entrevistada fala sobre a primeira vez que fumou *crack*. Destaca-se o que poderia ser aqui interpretado como sendo seu modo de se relacionar com o *crack*, e fala há quanto tempo é usuária da droga:

Quando eu experimentei pela primeira vez, aí foi amor à primeira vista. Eu passei uns 5 anos usando *crack*, mas eu num ficava como esse povo fica fora de si, não. Eu usava mais era fim de semana, mas tinha vez que eu ficava de um dia pro outro fumando sem parar, terminava uma pedra, começava outra, era assim.

Quando diz que “*não ficava como esse povo fica fora de si*”, a entrevistada nos dá uma dimensão tanto dos diferentes modos de se relacionar com o *crack* quanto dos diferentes efeitos que a droga pode provocar nos organismos de seu usuários. O que nos leva a questionar as informações homogeneizantes que costumam ser disseminadas sobre os envolvimento com o *crack*, incluindo, a difusão de mitos sobre a droga, como tratado por Domanico (2012) e Reinerman & Levine (2002).

Turmalina ressalta que parou de usar *crack* por um tempo (“uns três” meses), mas voltou a usar a droga recentemente. Quando pergunto “E tem quanto tempo que você parou de usar *crack*?” A entrevistada prontamente responde: “*Tem uns três meses, mas aí eu comecei beber de novo...*”. Essa resposta corrobora ou soma-se aos relatos de outros(as) entrevistados(as), tanto sobre algumas drogas das quais já faziam uso antes do envolvimento com o *crack*, quanto em relação ao uso concomitante do álcool com outras drogas ou ainda, quanto ao que foi dito por alguns(mas) entrevistados(as) que o “álcool puxa”. Esse parece ser um aspecto que figura como traço em comum entre poli usuários de drogas, tanto lícitas quanto ilícitas.

Sobre sua experiência com o álcool a entrevistada diz: “*Eu comecei beber com doze anos, depois vi que tava me viciando, consegui parar uns tempo, depois voltei mas não voltei de vez, eu bebia pouco, era controlado*” e comemora o fato de ter passado a semana ‘toda’ sem fazer uso de bebida alcoólica: “eu já passei essa semana todinha sem beber nada, só

água e café! Não tá bom?”. Percebe-se, também, nessa narrativa de vida, o uso de bebidas alcoólicas iniciado ainda na adolescência dos(as) entrevistados(as).

Na data desta entrevista, estava completando oito dias que Turmalina havia recebido o diagnóstico de que era soropositivo, que havia contraído o vírus da AIDS, conforme destaquei no Capítulo 3. A entrevistada diz: *“Agora eu quero pensar só na minha saúde, não quero mais saber de amizades, de usar crack, eu quero é correr atrás do meu tratamento, fazer meus exames”*. O desejo de parar o uso de crack foi o que a levou a buscar atendimento no Programa Atitude. Nesse ponto é curioso observar, em dois momentos distintos da fala de Turmalina, o seguinte: Quando ela diz que ‘parou o uso de bebidas alcólicas’ ao perceber que *‘estava ficando viciada’*, depreende-se de sua fala que, aqui, no caso do álcool, ela o fez por conta própria. Já com relação ao uso problemático do crack, a entrevistada relata que procurou ajuda do Programa Atitude. O que sugere certo esforço/demanda maior por parte do usuário e que, muito provavelmente, traduz o que há por traz de uma expressão recorrente nas falas dos (as) entrevistados(as), quando dizem que usam e *“não conseguem se livrar”*, não conseguem *“parar de vez”*.

Como sucede ao processo de produção das narrativas, os(as) entrevistado(as) se veem diante do desafio de comparar, refletir sobre suas ações do passado e no momento presente de rememoração acerca de suas trajetórias de vida. Nesse sentido, cada entrevistado(a) trazia, ao final de nossa interação, uma espécie de reavaliação dos fatores que antecederam as condições nas quais se encontravam e planos para o futuro. Turmalina diz:

Quando eu sair daqui, que eu tiver com meus exame já tudo certo, essas coisas do meu tratamento, eu quero ir na Igreja Universal porque eu sempre quis saber se aquelas história que passa no Programa ‘Fala que eu te escuto’, é verdade mesmo. Eu ficava até de madrugada fumando, mas quando começava o “Fala que eu te escuto” eu parava de fumar pra ficar vendo aquelas histórias e hoje eu fico pensando se será que essa doença não veio pra me aproximar de Deus, né? [...] Quem sabe um dia eu num vô tá num programa

também, quando eu tiver resolvido esse problema desse vírus que eu peguei [abaixa a cabeça] Mas eu já sei com que eu peguei foi com o pai da minha primeira filha, aquele desgraçado!

Uma questão que me chamou a atenção durante a realização desta pesquisa foram os modos como questões ligadas à religiosidade, à fé permeava as trajetórias de vida dos(as) entrevistados(as), refletindo, em alguma medida, a recorrência do tema em suas falas. Essa recorrência, fruto das experiências de cada entrevistado(a) com questões ligadas à dimensão do sagrado, da fé não se restringem apenas ao caráter positivo, benéfico digamos assim ou condizente com certos preceitos morais e expectativas socialmente construídas no âmbito da questão religiosa. Lembremos do relato de Ônix: foi o líder mais próximo aos fiéis na hierarquia das igrejas evangélicas, ou seja o pastor, de quem se espera uma postura de orientação espiritual, com vistas a proteger “seu rebanho” dos caminhos “mundanos” e “tortuosos”, que recrutou o entrevistado para atuar no tráfico de *crack*. Ironicamente, Ônix tinha passado a frequentar a igreja atendendo a um pedido de sua avó, que queria afastá-lo ‘do mal caminho’. Em termos da atuação de determinados líderes religiosos e as expectativas ancoradas na fé tomando-se, por exemplo, as interações sociais em comunidades como as mencionadas pelos(as) entrevistados(as), lembrei-me do ceticismo weberiano, quando duvida que certas intenções e “interpretações religiosas aumentem a dignidade das relações comunitárias” (WEBER, 2005, p. 32).

Outro aspecto a ser considerado, diz respeito ao fato de que muitas pessoas recorrem à fé como fonte de força, amparo, solução para alguma situação difícil pela qual esteja passando, dentre tantas outras possibilidades que poderiam ser aqui consideradas. A “*fé em Deus*” aparece como poderoso recurso capaz de ajuda-los a, justamente, ‘se livrem do *crack*’. A entrevistada relembra que, por algumas vezes, inclusive algumas maquiagem em que estava fumando *crack*, parava para assistir um Programa de TV de caráter religioso e que costuma exibir casos de sucesso, histórias de superação que, inevitavelmente, despertam nas pessoas o

desejo de ter o mesmo êxito seja lá quais forem suas angústias e aspirações na vida.

Além do *crack*, Turmalina teria agora mais ‘uma pedra’ em seu caminho: o HIV. Entre o exercício de fé alimentado, também, pelas histórias exibidas no referido programa, a busca por ajuda, por amparo, de resoluções para os problemas que se sobrepõem ao seu cotidiano, a entrevistada chega a questionar se o fato de ter contraído “*essa doença*” não teria sido justamente para que ela se aproximasse de Deus.

Ao final da entrevista, desejo boa sorte para Turmalina, que dê tudo certo com seu tratamento e ela finaliza: “Deus ajuda! É só eu sair daqui que eu vou pra Universal, um dia a senhora vai ver minha história passando na televisão, a senhora assiste o “Fala que eu te escuto?”, respondo: “Não, mas se for pra ver você passar lá, eu passo a assistir!” [risos]. A entrevistada abre um sorriso, me olha e diz: “*Pois assiste mesmo porque eu vou passar lá um dia [...] Eu gostei de conversar com a senhora, tia, é bom quando tem assim uma pessoa pra escutar a gente*”.

A partir da experiência de Turmalina é interessante perceber como “o cenário” e as circunstâncias de seu envolvimento com o *crack* fornecem mecanismos que nos permitem pensar nas dinâmicas dos envolvimento com o *crack* para além da caixinha da chamada escolha racional ou para além de se considerar tais escolhas como sinônimo de pleno domínio quanto aos desdobramentos que as associações podem adquirir, mesmo em face das atividades lúdicas social e historicamente reproduzidas.

5.2 Diamante e as “amizade errada”

“Eu tava todo sujo, na rua já tinha vários dias consumindo crack, e o aluno me reconheceu aí ele falou mesmo assim: ‘Professor, é o senhor?’ Eu nunca vou esquecer a cara de espanto dele”. **Diamante**, 39 anos, usuário.

A fala acima destacada consiste numa das situações mais constrangedoras que o entrevistado relata ter passado em ‘toda’ sua vida.

Diamante se tornou professor de Capoeira na comunidade onde nasceu e relembra que já teve “muitos” alunos. Ele ressalta o seguinte: “*Eu sempre ensinei pros meus alunos a importância de estudar, pra ‘ser alguém na vida’ e não ficar como os meninos da comunidade que a gente vê envolvido aí no crime, no tráfico*” e, posteriormente completa: “E não cair no vício das drogas, também, né verdade?”. Quanto às ‘coisas’ que o marcaram desde que se envolveu com o crack, o entrevistado relata:

Eu já vi muita ‘coisa ruim’, já corri muito perigo, mas teve uma coisa que me marcou e que nunca mais saiu da minha cabeça, que foi num dia que um ex-aluno meu de capoeira tava distribuindo comida e roupa na rua, ali na Praça da Pitanga e eu tava lá também. Eu tava todo sujo na rua, já tinha vários dias usando crack e o aluno me reconheceu; Aí ele falou mesmo assim: ‘Professor, é o senhor?’ Eu nunca vou esquecer a cara de espanto dele porque ele não esperava nunca me ver naquela situação [abaixa a cabeça e coloca as duas mãos no rosto] Aquele foi o momento mais marcante e que eu mais senti vergonha em toda minha vida.

O entrevistado relata isso com lágrimas nos olhos e, em seguida, reitera que nunca mais conseguiu tirar aquela cena da sua “*mente*”, que sentiu muita vergonha e quis sair daquela vida imediatamente. E foi justamente isso que o levou a procurar ajuda do Programa Atitude.

Diante do exercício de autocrítica, não isento de certa interferência pela minha presença e pelo meu papel enquanto pesquisadora naquela interação, e de uma explícita demonstração de constrangimento, Diamante ressalta: “*Hoje eu estou aqui, buscando ajuda pra sair dessa situação, mas eu já venci muito campeonatos, até campeonato nacional eu já venci! [...] Hoje era pra eu ter outra vida... Mas eu já tô aqui, agora é seguir firme pra me livrar do crack*”. Ainda sem saber como teria ocorrido seu envolvimento com a droga, pergunto ao entrevistado se “faz muito tempo que ele usa *crack*” e ele responde: “Não, faz pouco mais de 1 ano. Se arrependimento matasse” [acenando a cabeça negativamente, olhando para o chão].

Pergunto ao entrevistado se ele fazia uso de alguma outra droga antes de usar crack pela primeira vez:

Pior que não, nem maconha eu fumava e não gostava muito de beber, era muito difícil. Fumar eu passei a fumar cigarro agora, de um ano pra cá. Eu conto, tem gente que não acredita, mas quem me conhece sabe quem eu era e sabe que eu não usava droga [...]

Rosilene: E como você conheceu o crack?

Diamante: Amizade errada... uma pessoa aí que só entrou na minha vida pra me ‘destruir’, não foi para mais nada. Eu falo aqui mesmo na frente dela, porque ela sabe quem é [referindo-se à sua companheira que estava presente e com quem também conversei na sequência desta entrevista] e que reitera a fala do entrevistado dizendo: “É, foi uma bronca aí que ele arrumou... Uma mulher que atrasou a vida dele”].

Confirmo se foi a mulher, a quem o casal¹⁰ se refere, que apresentou o crack a Diamante e ele responde: “*Sim, foi ela que me ofereceu a primeira vez*”. O modo como se referiram à mulher, que teria apresentado o crack para Diamante e com quem ele teria iniciado seu envolvimento como usuário da droga, aponta para uma relação afetiva entre o neófito (à ocasião) e essa mulher que adjetivaram como sendo “*amizade errada*”, “*uma bronca*” que apareceu na vida para ‘destruir’ o entrevistado, ou ainda, nas palavras da sua atual companheira, “*uma mulher que atrasou a vida dele*”. O entrevistado manifesta, também, o desejo de retomar sua atuação, como professor de capoeira, que é uma atividade que ele executa com amor, segundo sua fala: “Eu tô decidido agora. Agora eu queria me recuperar, ter minha vida de volta, recuperar meu corpo, voltar a dar aula de capoeira porque é o que eu amo fazer”.

Na semana anterior à entrevista, Diamante disse que havia falado com a coordenadora do Apoio, no qual se encontrava, verificando junto à mesma a possibilidade de ter, naquele centro de atendimento do Programa, uma oficina de capoeira, que muito provavelmente seria

¹⁰ Conforme já informado, a companheira de Diamante estava presente durante a entrevista e, também, foi entrevistada.

ministrada por ele e ressalta a relevância de sua sugestão: “Ia ser muito bom porque aqui tem gente que tá com a mente vazia e a capoeira ajuda ocupar a mente com uma coisa que faz bem, né? É um esporte, um lazer”.

Outra informação interessante que emerge do relato aqui apresentado, é que, diferentemente dos(as) demais entrevistados(as), que já tinham contato regular com outras drogas, principalmente, bebidas alcoólicas, cigarro e *maconha*, Diamante **não** “*gostava muito de beber*”, **não** “*fumava maconha*” e passou a ‘fumar cigarro’ “*de um ano pra cá*”, conforme esclarece. Por mais que possa ser considerado ‘*um caso isolado*’, uma ‘*experiência única*’, mas em alguma medida, essa informação nos aponta uma possibilidade de análise distinta (ou oposta) daquela para a qual chamei a atenção, respaldada nas falas de outros(as) entrevistados(as), de que “*ninguém começa no crack*”, mas que o processo de iniciação ao consumo de drogas tem maior expressividade em torno das drogas classificadas como lícitas, que contam com concepções sociais mais inclinadas a alguma tolerância, como reflexo da sutil reprodução hábitos e práticas socialmente legitimados no âmbito da histórica relação da sociedade com as drogas.

5.3 Ágata: A “menina da rua”

“Eu já tinha fumado[cigarro] escondido, mas eu não bebia nem usava essas coisa [...] Eu tenho tanto medo de não conseguir mais parar, tia”. Ágata, 20 anos, usuária.

A rua figura como espaço predominante no processo de socialização de Ágata que, desde a infância, foi ensinada pela mãe a pedir esmolas juntamente com seus irmãos, conforme mostrado nos Capítulos 2 e 3. E foi, também, na rua que a entrevistada vivenciou as experiências mais marcantes em sua curta trajetória de vida, incluindo seu envolvimento com o *crack*, que lhe foi apresentado por “*uma menina*” que ela conheceu, justamente na rua:

Na rua tinha uma menina que eu gostava [pausa, lágrimas contidas e cabeça baixa] e eu ainda gosto, mas eu nunca tive nada com ela não, ela nunca fez nada. Eu ia encontrar com ela na rua que ela fazia programa e eu via ela saindo com os home, depois ela fumava crack o tempo todo [...] Aí foi nesse tempo que eu comecei fumar maconha. Teve um tempo que eu fumava muito. Aí ela perguntou se eu queria fazer também, eu disse que não sabia fazer essas coisa, eu era virgem, aí ela começou a arrumar home pra mim também¹¹ [...] Aí ela usava e eu ficava vendo aquela fumaça, aquele cheiro aí ela me ofereceu, aí depois disso eu nunca mais parei.

Pergunto à entrevistada se “faz muito tempo que ela usa *crack*” e ela responde: “*Já tem 5 anos que eu uso crack e não consigo parar...por isso que eu vim praqui*”. O que evidencia a busca da entrevistada por assistência, amparo. Ágata relata que perdeu a vontade de viver após a morte de sua mãe, que figurava como elo que mantinha “*todo mundo junto*” (ela e os irmãos). Em vários momentos da sua entrevista a menção à mãe era tão recorrente quanto o choro que as lembranças lhe provocavam. Como se percebe em seu relato, destacado na página 136, a morte de sua mãe lhe tirou até mesmo a vontade de viver.

Além disso, Ágata menciona o desejo de se matar e em seguida diz que não quer mais esta vida, referindo-se “ao vício do *crack*”. Sua fala deixa transparecer um misto de revolta e inconformação pelo curso dos acontecimentos, em que se entrelaçam a situação de rua, a não superação pela perda da mãe, o fato de fazer programas (prostituição) e uma espécie de autopunição pelo seu envolvimento com o *crack*. Na verdade mais do que pelo envolvimento em si, mas pelo fato de ter desenvolvido uma relação de uso problemático/compulsivo com a droga. Observo os antebraços de Ágata arranhados, com cicatrizes profundas e, após um tempo, pergunto a respeito. A entrevistada se cortava/autoflagelava, se punia

¹¹ Sobre essas memórias dos “programas” que faziam, a entrevistada destaca que ela e a amiga “fazia programa ali [nomes dos locais onde costumavam ficar] a gente ficava fazendo as coisas com os home por ali mesmo na rua, nos beco, embaixo das ponte, nos mato, porque a gente tinha medo de ir pro motel. Ela falava que era perigoso se eles quisesse fazer alguma coisa, matar a gente, ninguém ia ver e ali na rua qualquer coisa era só gritar o povo escutava”. O que evidencia, dentre outras questões, a múltipla situação de vulnerabilidades às quais estão submetidas sendo mulheres, usuárias, em situação de rua e que “fazem programas”.

por sentir vontade de usar *crack*. Ela explica que usava pedaços de “arame”, as próprias unhas, quando não estavam roídas e outros objetos pontiagudos para se ferir.

Pergunto à entrevistada se ela e os irmãos, incluindo o que é “doído”, com quem ela vive nas ruas,” já usavam alguma droga antes do falecimento da mãe” e ela responde: “*Só meu irmão mais velho já usava droga, antes de mãe morrer. Eu já tinha fumado escondido, mas eu não bebia nem usava essas coisa*”. Nesse momento, Ágata me olha e diz: “*Eu tenho tanto medo de não conseguir mais parar, tia*” [começa a chorar], referindo-se ao uso compulsivo de *crack*.

Como a entrevistada havia chorado em vários momentos da entrevista, ainda sem saber ao certo o que fazer, a primeira reação que tive de conter por algumas vezes era a de dar um abraço, mas o contato físico mediante abraços, por exemplo, configurava conduta não permitida segundo as normas de convivência dentro dos centros do Programa e percebendo que a entrevistada havia se desgastado demais com todas aquelas memórias que vieram à tona com nossa entrevista, perguntei, mais uma vez, se ela não achava melhor ir descansar um pouco. Desta vez ela aceitou. Limpou o rosto e, passando as mãos nos olhos, me disse:

Foi bom contar essas coisa, fazer a pesquisa com a senhora, tia. A senhora escuta a gente, sem ficar passando as coisa na cara, dando esporro porque a pessoa já tá sem vontade nem de viver e ainda fica escutando esporro dos outro” [olhando pelo canto dos olhos para uma pessoa da equipe que passava pelo refeitório naquele momento, próximo à cadeira onde eu estava sentada. percebi que se tratava, também, de uma indireta].

Quando perguntei à entrevistada como ela ficou sabendo do Atitude, ela respondeu que “na rua todo mudo já conhece o Atitude, aí eu vim porque eu quero sair dessa vida, senão eu vou me matar”. Ouvir essas palavras era quase tão difícil quanto conter o choro a cada vez que a entrevistada começava a chorar. Pela segunda vez, naquele momento, o nó na garganta tinha freado minha interlocução, meu relançamento e minha próxima pergunta. Como fiquei quieta, num esforço sobre huma-

no para não desaguar¹², como se apenas estivesse ouvindo o que mais ela teria a dizer, a entrevistada continuou:

Eu queria ir pra uma igreja porque eu acho que só Deus pode me ajudar, mas aqui na casa e nesses abrigo eu não vou conseguir parar, eu queria ir pra uma igreja, ficar lá o tempo todo escutando a palavra de Deus pra ver se ele me ajuda a sair dessa vida, porque eu nem quero mais viver [...] Eu conheço uma perto de onde eu fazia programa. Eu já fui lá, aí ela fechava 10h e quando terminava que tava fechando eu atravessava a rua e ia fazer programa. Ágata.

Aqui é interessante perceber o entrelaçamento de hábitos que não costumam ser socialmente associados ao mesmo contexto de interações. Ao frequentar a igreja, ou ir algumas vezes e, ao término do culto, atravessar a rua e ir “fazer programas”, Ágata deixa transparecer em sua trajetória um traço de semelhança com Turmalina que, durante algumas madrugadas interrompia o uso de crack para assistir a um determinado programa evangélico na TV. Ambas, trazem em suas trajetórias o lugar dos fatores de ordem religiosa ou a questão da fé que, conforme já mencionei, se tornou recorrente nas falas dos(as) entrevistados(as) durante a realização desta pesquisa.

5.4 Rutilo e “o cara que vendia”

“Essa vida de rua, de drogas é um mal da sociedade que vem e leva a gente, e leva tão longe que a gente não consegue mais voltar”. **Rutilo**, 40 anos, usuário.

Rutilo ressalta que veio de uma “família de classe média alta” e, muito embora não tenha lhe faltado “nada”, o entrevistado relata que a mãe sempre o incentivou a trabalhar e estudar: “Eu comecei trabalhar com quatorze anos de idade e minha mãe dizia que isso ia ser importante

¹² Àquela altura, se eu começasse a chorar, diante das demais vezes que havia segurado ali naquela mesma entrevista, não pararia por tão cedo. Considerando-se que sou uma pessoa um pouco emotiva e de choro fácil, até agora não consigo entender como segurei (pelo menos ali, na frente da entrevistada). Hoje, certamente eu não conseguiria segurar o choro da mesma forma.

pra mim no futuro”. Rutilo relata que perdeu “o rumo da vida” após uma desilusão amorosa, que o teria deixado “muito desequilibrado quando tudo isso aconteceu” e que o levou a sair de casa aos vinte e dois anos e passar uma década e meia vivendo nas ruas da capital pernambucana:

[...] Foi, foi uma moça que eu amei loucamente e quase fiquei louco de verdade... Foi depois disso que eu perdi o rumo da vida e saí de casa [...] Nisso, eu vivi foi quinze anos da minha vida aqui nas ruas de Recife [...] Daí a pouco minha vida era incerta, nas ruas, aí eu ia me envolvendo com as pessoas, ia usando drogas e não conseguia sair dali.

Antes que eu aproveitasse o ensejo para perguntar que drogas eram essas que o entrevistado consumia, ele continua (com olhar distante) como se estivesse imerso em seu processo de rememoração: “*Daí pra frente, eu sempre trabalhei, mas, teve um tempo que eu gastava tudo que eu ganhava bebendo e depois, fumando crack*”. A partir daquele momento, minha atenção se voltava inteiramente para o mencionado envolvimento dele com o *crack*.

Eu saía assim, final de semana. Trabalhava e estudava a semana toda, final de semana eu ia farrar. Comecei a me envolver com uns amigos aí, alguns da escola, outros que eu conheci na rua, passei a beber muito. Depois, comecei a fumar cigarro. Depois aprendi fumar maconha, e por último, cheguei no *crack*. Isso foi depois que eu saí de casa, que eu passei a morar aqui nas ruas de Recife. Eu saí de casa com vinte e dois anos de idade.

Solicito ao entrevistado que “me fale um pouco mais sobre seu envolvimento com o *crack*” e ele prossegue: “*Já faz seis anos que eu tô nessa vida. Paro o crack, volto pra bebida, depois volto pro crack*” [mãos coçando a cabeça e passando por trás da nuca, semblante triste, olha rapidamente pra mim e abaixa a cabeça]. Aceno a cabeça positivamente sinalizando que o entendo, e ele explica:

Hoje eu tô aqui por causa do *crack*, mas primeiro foi o álcool que desgraçou minha vida.

Rosilene: E como foi isso?

Rutilo: Primeiro foi o álcool e depois o crack e desviaram minha vida. Eu perdi a vida social, aí você começa a se envolver com coisa errada e vai perdendo o nível de ser cidadão [...] Eu sempre fumei pouco e bebi pouco também, mas quando dava a vontade de beber e eu cedia, aí eu ficava com vontade de usar outras drogas.

Mais uma vez, as bebidas alcoólicas aparecem na fala de entrevistados(as) tanto como drogas das quais fazia uso antes de se envolverem com o *crack* quanto como drogas com as quais possuem relação de uso problemático, sobretudo o “vício”. Quanto ao seu primeiro contato direto com o *crack*, o entrevistado relata que já havia visto pessoas na rua usando a droga, mas que nunca havia experimentado. Pergunto, então, como foi que ele conheceu e fumou *crack* pela primeira vez e ele responde: “*O cara que vendia me ofereceu*”. Desde então, o entrevistado usa *crack* e intercala as pausas no uso da droga com as pausas no uso de bebidas alcoólicas.

O entrevistado relata que “*gostava de fumar mais reservado e que não gostava de ficar fumando na frente das outras pessoas ou em grupo. Nunca gostei de fumar crack na frente de ninguém, porque também é dar mau exemplo, né?*”. Destaca-se aqui a semelhança com as falas de outros(as) entrevistados(as), quanto à demonstração de consciência acerca dos seus atos, que passa pelas construções sociais e concepções a elas relacionadas, ao considerar como “*mau exemplo*” o fato de fumar *crack* na frente de outras pessoas. Além de ressaltar que quer se “*tratar, deixar o vício da bebida, do crack, voltar a ser gente, recuperar meu corpo e minha dignidade*”, Rutilo finaliza seu relato de vida dizendo que espera que suas experiências possam servir de exemplo, para que outras pessoas não entrem “*nessa vida*”.

6 “Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”¹³

Conforme mencionado no subtópico anterior, apresentarei aqui os relatos de vida de ex-usuários(as) de *crack*. Observa-se que, a partir de determinadas circunstâncias, os(as) entrevistados(as) se tornaram usuá-rios(as) regulares de *crack*, mediante distintas motivações e, também, a partir de circunstâncias específicas, interromperam o uso da droga sem a necessidade de recorrer a algum tipo de tratamento clínico, por exemplo. Nas três narrativas que se seguem, destacam-se as experiências de cada entrevistado(a) com o *crack*, desde o primeiro momento em que fumaram “a *pedra*” pela primeira vez, até o momento em que pararam de usar a droga, o que remete às motivações ou aos acontecimentos que marcaram suas decisões de interromperem o uso do *crack*.

A água mole é uma alusão às vontades de cada entrevistado(a) em se livrar do crack, a pedra dura. Dura não fisicamente, mas em termos do que se poderia chamar de ‘poder devastador’ nos organismos, segundo relatos de quem a consome. As especificidades de cada pessoa com relação aos impactos da droga em seus organismos, a própria composição da droga, além das predisposições individuais e dos fatores de ordem estrutural que foram erguendo cada background, transpassando cada trajetória de vida, não permitem qualquer associação direta entre força de vontade/querer pessoal com o êxito na interrupção do uso de *crack*. Evidentemente, o

desejo de interromper o uso ou mais do que isso, interromper uma relação com a droga que atingiu proporções de uso compulsivo, figura como primeiro passo, no entanto, não é o único agravante ou fator que o determina.

¹³ Provérbio conhecido no Brasil, frequente na linguagem coloquial das interações cotidianas e relacionado à persistência em busca de algo. Há registro escrito desta expressão que data de dois milênios (Ovídeo 43 aC-18dC). “Os provérbios imperam desde a antiguidade nas interlocuções dos indivíduos” (LACERDA, 2008, p. 09).

6.1 Topázio e a “liberdade” que o fez se perder para depois se encontrar

“De lá pra cá nunca mais que eu quis saber de crack na minha vida”. **Topázio**, 24 anos, ex-usuário.

Para minha agradável surpresa e como se corroborasse minha afirmação anterior, de que a realização desta pesquisa consistiu num processo de interação em que eu observava, mas também era observada¹⁴, inclusive, desde aquelas minhas andanças na fase exploratória, pré-campo, juntamente com a comunidade, conforme mencionei no Capítulo 2, um dos entrevistados me reconheceu. Depois que o abordei, já havia feito a apresentação da pesquisa, mencionado minha participação na comunidade e perguntando se ele gostaria de participar da pesquisa Topázio me olhou, esboçou um sorriso e, contraindo levemente as pálpebras, disse: *“Ah, é mesmo, bem que eu vi! A senhora não tá lembrada de mim, não?”*. Também para minha surpresa e certo incômodo, diante de uma possível quebra de expectativa frente ao entrevistado, eu fiquei tentando puxar pela memória, mas infelizmente, não consegui me lembrar daquele rapaz, embora seu rosto me fosse bastante familiar e eu tivesse a sensação de já tê-lo visto em algum lugar.

Numa gentil tentativa de me ajudar a lembrar dele, o entrevistado mencionou algumas situações que aconteceram no dia em que ele teria me visto junto à comunidade. Lembra do episódio em que “um homem” que estava “dando testemunho” e que teria tirado a camisa e a calça para dar a ele e, novamente, me pergunta se eu lembro: “Lembra? Que ele também era usuário de *crack*, mas se batizou na igreja e agora já é pastor e tá ajudando tirar muita gente dessa vida... Eu lembro que tinha uma galega assim perto dele, na ora que ele tava falando. Era a senhora!”. Bom, de fato me lembrei de uma situação semelhante a esta, ocorrida numa conhecida praça do centro da cidade, mas conforme eu disse, exis-

¹⁴ O que na verdade sucede às pesquisas empíricas, em geral.

tem muitas “comunidades” que realizam distribuição de roupas e alimentos para pessoas em situação de rua e coincidia de estarmos no mesmo espaço e, aos olhos de quem está por ali, figurarmos como um grupo único.

O rapaz com boa memória é Topázio, 24 anos, cuja família migrou de São Paulo para o Recife em 2007, conforme mencionado na página 139. Ele destaca a sensação de “liberdade” experimentada depois que chegou “aqui”. Tanto em relação à sensação de insegurança e medo (para sair de casa, andar pelas ruas), quanto em termos de sociabilidades e demais interações sociais. A fala do entrevistado deixa transparecer que “aqui” ele se permitiu ou não contou com maiores empecilhos para ter um contato mais ‘direto’ com a dinâmica social local. Topázio diz:

Eu não conhecia muita coisa, não. Teve coisa que eu passei a fazer depois que eu cheguei aqui... Essas coisa de droga e bebida mesmo, eu vim conhecer depois que a gente veio pra cá [...] Bebida mesmo eu não bebia antes de vir pra cá. Mas aqui, todo final de semana, feriado, rola muita cerveja e nisso puxa outras coisa também.

Evidentemente, as sociabilidades marcadas pelo consumo de drogas, sobretudo as bebidas alcoólicas, não consistem numa especificidade da realidade recifense, “no país do futebol” e da “cerveja gelada”. Entretanto, há que se considerar que foi no Recife que o entrevistado pôde experienciar uma dinâmica de socialização e respectivas interações sociais que, até então, tinha sido privado de viver na cidade onde morava que, segundo relata, não tinham muita liberdade para sair de casa porque “é cidade grande e podia acontecer alguma coisa ruim”. Quanto à influência das sociabilidades regadas a bebidas alcoólicas, o entrevistado continua:

E teve um tempo que meu pai tava bebendo muito aqui e... Era difícil. Minha mãe sofria muito e todo mundo que conhecia a gente, ficava olhando assim pra mim, acho que eles pensava que eu ia ficar igual meu pai [...] Eu sempre fui trabalhador, não estudei mas nunca me meti com coisa errada igual eu

via os outro fazendo. Mas foi aqui que eu conheci crack, maconha e comecei a beber.

Muito provavelmente, Topázio não tenha sido o único membro da sua família a usufruir da ‘sensação de “liberdade” mencionada por ele, depois que migraram do Sudeste para o Nordeste. Apesar de não ser possível saber, pelo seu relato, qual era a relação de seu pai com as bebidas alcoólicas antes da chegada da família ao Recife, mas tem-se a impressão de que aqui ele passou a apreciá-las com pouca ou nenhuma moderação. Ao dizer que sua “*mãe sofria muito*” com esse hábito/comportamento do pai, o entrevistado aponta indícios de conflito e/ou desestruturação no âmbito familiar, o que não ocorre sem ônus/impactos emocionais dos membros envolvidos.

Como era de se esperar, aproveito o ensejo, já que o entrevistado falou que, também, foi aqui que ele conheceu o crack, para solicitar que ele me fale um pouco mais sobre essa experiência. O entrevistado, então, relata quando e em quais circunstâncias se deu seu primeiro contato com o *crack*:

Foi agora já depois de véi, já com 21 pra 22 ano. Eu saí com uns cara. Um deles era como um irmão pra mim. A gente só vivia junto, até agora eu nem acredito que mataram ele... Eu tinha brigado com a mulher, aí nem fui mais pra casa, saí com ele e a gente passou a noite na rua, nos bar e aí foi nessa que ele acendeu na lata e me ofereceu.

Pergunto ao entrevistado se “ele passou a usar *crack* com frequência”, ao que ele responde:

Ó, eu não vou mentir pra senhora não, eu usava muito, muito mesmo, quase todo dia e teve um tempo que era todo santo dia... E foi até por isso que meu casamento acabou [abaixa a cabeça olhando pro chão e sacode negativamente], depois que ela saiu de casa, eu me virei pra consertar a casa que ela quebrou tudo que tinha dentro e foi um prejuízo grande porque ela quebrou coisa da casa e a gente morava de aluguel na casa de um policial. Foi complicado consertar tudo pra entregar a casa do policial, mas eu consertei tudo e o que era meu ficou no prejuízo até hoje.

O entrevistado relembra que quando conheceu sua esposa, ela tinha quatorze anos e que, desde então, permaneceram junto num “*casamento*” que durou “*oito anos*”, que se separaram três vezes e depois se reconciliavam, mas que “*dessa última vez ela queria ter filho, mas eu não queria, ainda*” e, além do seu envolvimento com o *crack*, esse teria sido um ponto que pesou na separação do casal. A esse respeito o entrevistado ressalta que “*se tiver um filho, a primeira coisa*” que vai fazer é incentivar o filho a estudar, “*botar ele na escola e não é pra ele perder um dia de aula*”.

A preocupação ou a noção das responsabilidades de se ‘colocar um filho no mundo’, de cumprir, minimamente, a contento ‘o papel de pai’, perpassam a ‘resistência’ do entrevistado em não querer “*ter filho, ainda*”. Aqui seria possível considerar, inclusive, os respaldos do que Topázio pode observar e vivenciar em sua família ou da sua própria relação com o pai. Imediatamente, após pontuar suas primeiras providências, caso venha a ser pai, o entrevistado diz: “E outra coisa assim que eu quero é parar com a maconha ou com a cerveja e ficar só com um dos dois, tá me entendendo? Porque eu não quero dar mal exemplo pro meu filho, não quero que ele siga no mesmo caminho do pai”. O que, em mais este relato de vida, deixa transparecer a coexistências de fatores ou concepções de ordem pessoal, com o reflexo das concepções sociais quanto aos envolvimento com determinados tipos de droga.

A noite que passou fora de casa, nos bares com os amigos, após uma briga conjugal, para além dos fatores de ordem emocional, integram o conjunto de aspectos circunstanciais cujo desfecho seria o envolvimento do entrevistado com o *crack*. O amigo que Topázio considerava como irmão e que, conforme relata acima, foi quem lhe apresentou o *crack*, teria sido assassinado “*por causa de dívida de crack*”. Na sequência da entrevista, fica evidente que, muito mais do que a possibilidade de ter contraído dívidas em decorrência do seu envolvimento com o *crack*, o

amigo-irmão de Topázio estaria enredado em outros desdobramentos, por assim dizer, da dinâmica do mercado ilícito de drogas:

Ele trabalhava na firma e tinha a moto pra sair pra vender, pegava pra vender, depois queria fazer um preço diferente do que a pessoa tava acostumada a comprar. Assim, ele pegava uma pedra por 10 e queria vender por 20, sendo que pessoa que ele tava indo levar já comprava na mão do mesmo cara por 10, aí ele foi se queimando com essas coisa que ele fazia. E tem mais coisa que depois que fiquei sabendo que ele tava fazendo e que eu não sabia porque ele não contava e eu não ia ficar perguntando da vida dele, né?

[...]

E ele num falava que até pra morrer que ele queria morrer junto comigo?

Mas quase que eu morria junto com ele mesmo porque no dia que os cara chegou pra matar ele, até a ‘boyzinha’ que tava com ele levou um tiro, mas ela num morreu não. Os cara foi matar ele dentro de casa... Quando a mãe dele soube, quase tinha um infarto.

O entrevistado conta que estava no trabalho quando “o cara chegou e disse que tinham matado o *Aecim*”¹⁵. Ele ressalta: “*Eu fiquei sem acreditar [...] Eu tava trabalhando no dia, aí nem consegui mais ficar no trabalho. Falei pro patrão que tinham matando meu irmão e saí correndo pra lá. ‘Meu irmão’, nunca que eu pensei numa coisa dessa!*”. O choque pela tragédia inesperada exerceu certo impacto, não sei se seria o caso de falar numa função positiva da tragédia, na relação de Topázio com o crack:

De lá pra cá nunca mais que eu quis saber de crack na minha vida. Eu cansei de ver os cara chegando assim pra fumar na minha frente, e sair de perto porque eu sou assim, depois que eu tomo uma decisão assim, ninguém muda minha cabeça, não! [...]

Rosilene: E faz quanto tempo que você parou de usar crack?

Topázio: Eu parei já tem dois ano. Eu parei depois que eu perdi meu amigo [...] que era como um irmão pra mim. A gente era tão unido e só andava junto.

¹⁵ Substituição do nome mencionado pelo entrevistado.

Interessante notar que o entrevistado relata que seu casamento acabou pelo fato de sua esposa não gostar que ele fizesse uso de crack. O fim de seu relacionamento, parece não ter exercido um impacto tão grande em Topázio, quanto o foi a perda de seu amigo-irmão. Após dois anos sem fazer uso de crack, que relata ter passado cerca de um ano e meio usando, o entrevistado destaca que atualmente “só fumo baseado, tomo uma cervejinha” e não gosta de ficar perto quando outras pessoas se aproximam para “*fumar crack perto*” dele: “porque os cara fica tudo baratinado e quando eu fumava eu não ficava assim, eu só ficava no meu canto, mas a cabeça doía todo dia, aí minha mãe e minha mulher já ficava falando... elas já sabia”. Sobre a interrupção do uso de *crack* e sua relação com o “*baseado*” o entrevistado acrescenta:

Hoje eu não uso mais, só fumo um baseado assim umas três vez por semana, e mesmo assim, é no meu canto, na minha casinha e se mãe tiver perto eu não gosto de fumar na frente dela, eu espero ela sair, espero eu ficar sozinho, tá entendendo?

Nos dia que eu não tô trabalhando, eu não desço o morro pra nada, gosto de ficar em casa, assistindo TV, fumo meu baseado, se tiver cerveja eu bebo, durmo e acordo no dia de trabalhar.

Além de salientar aspectos referentes à sua rotina, aos seus momentos de uso recreativo da cannabis, nos dias em que não está trabalhando, o relato do entrevistado aponta ‘algo’ no que se refere à relação que têm com a sua mãe. Poder-se-ia falar em ‘disciplina’, ‘respeito’ dele para com a mãe ou simplesmente, numa postura de uso mais ‘reservada’ da droga, como ele menciona que prefere fazer. Pergunto ao entrevistado se era difícil encontrar *crack* para comprar quando ele usava a droga e ele responde:

É fácil porque tem em todo canto e tem os cara que entrega aqui, essas *playboyzada* de bairro assim que nem esse aqui sempre compra em quantidade e já tem as fonte certa que entrega aqui [no bairro Peroba] Não é qualquer um que vende aqui, não.

O entrevistado refere-se ao bairro no qual estávamos durante a realização da entrevista, que não é o bairro onde ele mora, mas o bairro onde trabalha, em determinados dias da semana, como catador de material reciclável para uma Cooperativa¹⁶. No momento em que relatava outras ‘tretas’ dessa “*playboyzada*” do ‘bairro nobre’, onde estávamos, um rapaz se aproxima e pede algo (que não ouvi direito) para Topázio que responde: “*Pega aí!*”. Com ar desconfiado, o rapaz, de expressão facial séria, vai até a carroça de recicláveis e pega uma latinha verde de refrigerante. Olhando para Topázio (e eu sentados na calçada), estende o polegar direito e diz “*Valeu!*”. Sai andando apressadamente pela avenida. Topázio, então, me diz: “*Aí, isso aí mesmo é pra fumar crack*”. Segundo o entrevistado que, assim como eu já havia visto o referido rapaz outras vezes, ali nas imediações, a latinha seria usada como cachimbo para fumar *crack*. Caso eu não precisasse finalizar o trabalho de campo, aquele rapaz que pegou a latinha, muito provavelmente, seria meu próximo abordado.

6.2 Safira: Uma ‘pedrada’ atrás da outra, sem tempo para cicatrização

“Daqui a pouco eu durmo e esqueço essas coisa, mesmo que eu vou lembrar tudo de novo quando eu acordar”. Safira, 22 anos, ex-usuária.

Viúva aos 22 anos, tendo vivido desde os doze anos nas ruas do Recife, Safira sofreu um aborto ao tomar conhecimento do assassinato de seu esposo, conforme mencionado na página 145. A entrevistada rapidamente ressalta que não superou os acontecidos ainda e que procurou ajuda no Programa Atitude pelo fato de estar “com problemas”, “*lá fora*”. Solicito que “me fale um pouco mais a respeito” e, sem fornecer maiores detalhes, Safira diz apenas que “*é as dívida*” e, num sinal de que não

¹⁶ Sim, abordei um trabalhador em pleno horário de trabalho, tomei seu tempo e a noção de ser inconveniente nessas horas, que se repete a cada pesquisa realizada, só não consegue ser maior do que a gratidão a cada entrevistado(a) que, mesmo interrompendo o ‘seu’, contribui com o ‘nosso’ trabalho.

queria mais falar no assunto [expressão corporal, mudança de assunto], não insisto.

Como forma de não contrariar a direção que a entrevistada havia dado à conversa, falando do Apoio onde estávamos, pergunto “o que ela está achando do atendimento que tem recebido na casa” e ela responde que o Programa está ajudando bastante para mantê-la “*longe da rua, das droga*”. Pergunto “E de quais drogas você quer manter distância?” Após um rápido silêncio, como se mesmo fugindo do assunto, ele estivesse voltado à tona, a entrevistada responde: “*Eu era usuária de crack*”. Em seguida, arrisco algumas perguntas sobre o assunto:

Rosilene: E faz quanto tempo que você parou de usar?

Safira: Tá com cinco mês.

Rosilene: E você usou por muito tempo?

Safira: Passei uns dois ano.

Rosilene: E você usava alguma outra droga antes de conhecer o *crack*?

Safira: Não, eu só bebia cerveja.

Rosilene: Era difícil conseguir *crack*?

Safira: Não porque em todo canto tinha, mas eu já tinha uma pessoa certa pra comprar, não gostava de pegar com qualquer um.

Pergunto a Safira, “Como foi que você conheceu o *crack*?” e ela respondeu: “*Foi um menino que eu gostava que me deu a primeira vez, mas aí das outras vez eu que fui comprar sozinha*”. As respostas curtas num momento da entrevista que muito se assemelha ao que poderíamos chamar de ‘*pingue-pongue*’ de perguntas e respostas deixa transparecer, dentre outras coisas que perpassam a relação pesquisador(a) e entrevistado(a), certa resistência/dificuldade da entrevistada em falar justamente sobre o assunto que eu insisti em tentar aprofundar.

Percebendo que a entrevistada aparentava estar indisposta, ou pelo menos não propensa para o desgaste de uma entrevista naquele momento, perguntei se ela queria interromper a entrevista para tomar um pouco de água, ou mesmo para ir repousar e ela respondeu: “Eu vou parar porque eu começo lembrar dessas coisa e eu ainda tô aqui arrasada

com tudo que tá acontecendo, com o que aconteceu com meu marido” [olhos lacrimejados, mais uma vez]. Digo: Não se preocupe, o importante é que você fique bem. Levantando-se da cadeira, a entrevistada me olha, esboça um sorriso e diz: “*Eu queria falar mais com a senhora, tia*”, ressalta que “*nem ia responder as pergunta, mas*”, só o fez porque, em suas palavras, eu teria chegado e teria sido “*tão legal*”. Em seguida, diz que vai “pro quarto, ficar deitada”, tentar dormir, pois quem sabe, assim, não “esquece” o que passou, referindo-se ao recente assassinato do esposo e, também, ao aborto que sofreu.

6.3 Quartzos: E desde o princípio, a pedra estava lá

O entrevistado relata que tem cinco irmãos, dos quais três são usuários de *crack* e dos outros dois ele não tem informações a respeito. Quartzos ressalta que “*cresceu vendo*” o pai praticar furtos, roubos e lamenta o fato do mesmo ter sido preso recentemente ou ter tido “*uma queda*”, como diz o entrevistado. Em tom de admiração pelo pai, que é usuário de *crack* desde que o filho era criança, o entrevistado explica que o pai é “*cinco ponto cinco*”, que é muito bom no ramo, de praticar assaltos em transportes coletivos/ônibus e que ensinou a arte para muita gente, conforme mencionado no Capítulo 3.

Quartzos, que saiu de casa por não se “*dar muito bem*” com a mãe, segundo relata, diz que passou sete anos da sua vida vivendo nas ruas da cidade. Solicito que ele me fale sobre esse momento de sua vida e ele destaca que como usava *crack* e que já viu “*tanta coisa*”, que já levou vários tiros na orelha sendo, na ocasião, socorrido por um “*mototaxista*” que o conhecia e conta como foi: “*áí ele me levou pra UPA. Eu tava sentado assim na calçada, áí os correia avisou que tinha sujado, mas eu fiquei lá, eu tava limpo, áí a polícia já chegou com tudo, áí teve tiroteio*”. Indagado sobre o significado da expressão “*os correria*”, o entrevistado explica que são os informantes que trabalham para os donos das bocas.

São “os cara que avisa quando a polícia chegou, quando “sujou”, quando percebe, algum movimento estranho, são **os correria**”.

Contendo a curiosidade de saber mais sobre a referida troca de tiro, acreditando eu que seria possível fazê-lo depois, faço algumas perguntas para o entrevistado acerca do seu envolvimento com o crack, sobre o qual ele diz:

Eu usei e tive foi problema. Teve um tempo que eu cheirava cola pra não fumar o crack. Comprava uma latinha de cola de sapateiro e ficava o dia inteiro cheirando. Colocava numa garrafinha de água mineral e enquanto a química tá ativa, beleza, mais, depois ela resseca e acaba o cheiro.

Rosilene: E como você conheceu o crack?

Quartz: Meu pai usava crack e eu via, desde que eu tinha sete anos de idade.

Rosilene: Mas foi ele quem te deu crack quando você usou a primeira vez?

Quartz: Ah, não, aí já foi um amigo meu que me deu, mas, eu já conhecia, já sabia o que era, como era, como fumava porque eu já tinha visto como meu pai fazia.

O entrevistado relata que “tinha uns treze pra catorze ano”, quando fumou crack pela primeira vez. Quanto ao uso de outras drogas antes de seu envolvimento com o crack, o entrevistado diz que “só usava maconha, mas não era direto” e em seguida acrescenta: “Eu bebia pouco também, mas nunca fui de beber muito”. Ao mencionar que usava cola de sapateiro para conter a vontade de usar crack, pergunto ao entrevistado se sua estratégia “dava certo” e ele responde: “Dava. Tem gente que compra o garrafão de cola [explicou que existem embalagens de três tamanhos] e já tem gente que compra e revende mais caro pros usuário que já tão, assim, no vício”. Aqui fiquei imaginando e curiosa para saber sobre as interações processadas em torno comercialização de cola, como parte integrante da dinâmica do mercado ilícito de drogas.

Voltando-se para os efeitos do crack em seu organismo, o entrevistado destaca: “O efeito é muito rápido, aí você fuma uma, quer outra, depois mais uma e aí vc vai querer mais e mais. Eu usava cola pra não usar o crack, porque com uma latinha eu passava o dia todo”. Após falar

dessa relação custo-benefício, comparando-se o *crack* com a cola, o entrevistado ressalta que já faz “*um tempão*” que não usa mais *crack* e que agora usa “*só a maconha mesmo*”.

Mal tive tempo de perguntar quantos dias, meses ou anos seriam, exatamente, esse “*tempão*” que o e entrevistado disse ter parado de usar o *crack* e quanto tempo teria passado consumindo a droga. Uma integrante da Equipe Atitude se aproximou, pediu licença e, voltando-se para o entrevistado o avisou que “*o carro, chegou*”. Quartzo me disse que precisa ir, ao que a funcionária explicou que se tratava da transferência dele para outra Unidade do Programa Atitude e que eles só estavam aguardando o carro chegar para buscá-lo. Gentil e atencioso, o entrevistado disse: “*Eu ainda podia falar mais coisa, mas o carro já chegou*” [risos]. Agradeço ao entrevistado por sua disponibilidade e colaboração com meu estudo. Terminava ali a entrevista.

Apresentadas as quatorze narrativas de vida, finalizo este denso capítulo com o **Quadro 04**, no qual sintetizei algumas informações referentes aos envolvimento dos(as) entrevistados(as) com o *crack*. Enquanto na Tabela 02, que apresentei na página 113, o destaque era para a relação que os(as) entrevistados(as) tinham com o *crack* no momento das entrevistas, agora, no Quadro 04, o destaque é para os *tipos de envolvimento* que cada um(a) teve em seu primeiro contato com o *crack*.

Assim sendo, tais envolvimento estão agrupados em “usuários”, “traficantes”, para o primeiro contato, “ex-usuários”, “ex-traficantes”, para o segundo contato e “experimentadores”, para os envolvimento em que os(as) entrevistados(as) *fumaram* mas não chegaram a desenvolver uso regular, nem compulsivo de *crack*. Destacam-se, ainda, informações referentes aos aspectos circunstanciais dos envolvimento com o *crack*, a relação dos(as) entrevistados(as) com as pessoas que lhes apresentaram/ofereceram a droga pela primeira vez; os tempos que os(as) entrevistados(as) passaram vendendo ou fumando *crack*; as outras drogas que, segundo seus relatos, já consumiam antes de seu primeiro contato com o *crack*.

Quadro 04: Tipos de envolvimento dos(as) entrevistados(as) com o *crack*.

Nome	1º contato	2º contato	Pessoas que lhes apresentaram o <i>crack</i>	Tempo de uso do <i>crack</i>	Locais do envolvimento com o <i>crack</i>	Outras drogas consumidas antes	
Ametista	Traficante	Usuário (a)	Traficante	3 anos 5 anos 11 anos	Tanto uso quanto a venda ocorreu em espaços privados e na rua.	Cerveja * Cigarro Maconha Cachaça	
Esmeralda			Ex-namorado (a)				
Jaspe			Amigo(a)				
Ônix		Experimentador (a)	Pastor				
Rubi							
Berilo							
Citrino	Usuário (a)	Traficante	Policial	1 ano 2 anos 5 anos 12 anos	Residências, igrejas nas comunidades, ruas, praças, estabelecimentos comerciais específicos da cidade.	* Apenas Diamante e Água não bebiam cerveja nem fumavam cigarro, antes de experimentar <i>crack</i> pela primeira vez.	
Turmalina							Namorado (a) Amigos(as) Traficante
Diamant							
Ágata							
Rutilo							
Topázio							
Safira							
Quartzo							

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de campo da pesquisa.

Na dinâmica dos envolvimento com o *crack*, sintetizada no quadro acima, observa-se que oito entrevistados(as) tiveram seu primeiro contato com o *crack* como usuários(as) e seis, como traficantes. Dentre aqueles(as) cujo primeiro contato com o *crack* foi como usuários (cinco homens e três mulheres), apenas um se tornou traficante da droga. Justamente Citrino, cuja aparência física lhe rendeu a ‘vantagem’ de estar “fora de suspeita”, nas palavras do policial com quem teria traficando *crack*, conforme sua narrativa. Já aqueles cujo primeiro contato com o *crack* foi como traficante (três homens e três mulheres), percebe-se que quatro se tornaram usuários(as) de *crack*, ao passo que dois experimentaram a droga e não desenvolveram uso regular, tampouco uso compulsivo da mesma.

“Somos senhores das favelas, *
Somos senhores da pobreza, *
Falta alimento em nossas mesas
[...]

Somos senhores das calçadas, *
Somos senhores das sinaleiras, *
Superlotamos as penitenciárias,
conclusão, o país é culpado

Somos sobreviventes do tempo
Somos filhos da santa esperança
Somos passivos resistentes
Mergulhados em toda essa lama”.

‘O país é culpado’. Edson Gomes.

*Supressão de expressões que se repetem nas estrofes.

Capítulo 5

Para além das pedras fumadas

“Por que estamos sempre prontos para culpar as drogas ilícitas por problemas sociais?”. Karl Hart (2014, p. 23).

Dos relatos de vida aqui apresentados emergem questões que extrapolam o âmbito das experiências pessoais no tocante aos envolvimento dos(as) entrevistados(as) com o *crack* e que podem iluminar mecanismos de compreensão do fenômeno em tela. Evidentemente, não será possível encerrar este capítulo (nem a tese) dando conta de mencionar ou analisar todas elas¹. Para além da finalidade das entrevistas realizadas, qual seja, produzir material empírico para esta pesquisa, cabe salientar que as interações com os(as) entrevistados(as) consistiram numa rica experiência de aprendizagem. Neste capítulo, meu esforço para compartilhar as aprendizagens desse processo são intercaladas com uma análise das questões que vieram à tona a partir dessas narrativas de vida. Com base no que foi apresentado ao logo deste trabalho trago, em caráter de sugestão, algumas reflexões acerca da relação da sociedade com as drogas.

Viu-se que os Capítulos 3 e 4 sintetizaram três distintas fases nas trajetórias de vida de cada entrevistado(a). A infância e o processo de *socialização primária*, a relação com a família e as interações sociais, que integram o processo de *socialização secundária* e o curso dos acontecimentos que, culminaram na fase dos envolvimentos com o *crack*. O esforço em apresentar, a partir das falas dos(as) entrevistados(as), os contextos de vivência, de ação, de interação, nos quais foram sendo construídas suas trajetórias de vida, assume dupla conotação neste estudo.

¹ Estaria aqui uma sugestão para estudos futuros.

Por um lado, tentar conceder algum espaço de fala aos atores sociais em questão e, por outro, problematizar seus envolvimento com o *crack*, vale repetir, sem intenção de justificar seus atos, tampouco, julgá-los.

Nas narrativas de vida aqui analisadas, destacamos os seguintes aspectos: **a) Os contextos de vivência** marcados pela exclusão, pela vulnerabilidade social, em áreas marginalizadas, como *locus* dos processos de socialização e das interações que cada entrevistado(a) foi desenvolvendo ao longo da vida. No entanto, um, dentre os entrevistados (Rutilo) seja de classe média e nunca tenha lhe “faltado nada”, pelo menos enquanto estava em casa com sua mãe, antes de passar quinze anos vivendo nas ruas do Recife, ou Jaspe que mesmo sendo, em suas palavras, de uma “*família pobre que vive na favela*”, dizem que não passaram fome. Entretanto, não se pode negligenciar os reflexos de nível mais estrutural em suas trajetórias de vida, nem as concepções sociais que permeiam suas relações interpessoais, suas sociabilidades, seus processos de autoconstrução, suas formas de ser e de estar. Um deles, viveu uma década e meia nas ruas do Recife; o outro nasceu e se criou numa “favela”, que configura a marca perene da segregação espacial, da exclusão e da *estratificação social* na realidade brasileira. Em ambas as condições de vida, há impactos significativos no desenrolar de cada trajetória, haja vista que o fato de estar em situação de rua e o fato de “morar na favela” já trazem consigo conotações específicas no imaginário social, o que não ocorre sem ônus aos processos de construção de identidades e às relações interpessoais entre os indivíduos na sociedade.

b) A situação de rua, que foi experienciada por doze dentre os quatorze entrevistados(as) é bastante ilustrativa dos contextos de vulnerabilidades sobrepostas. Muito embora, para algumas pessoas a rua figure como sendo um espaço até mais acolhedor, familiar ou menos problemático do que o próprio ambiente familiar, que pode estar permeado por cobranças, pressões e conflitos que decorrem da convivência nesse grupo unido por laços consanguíneos. Para outros, a rua se desdobra numa ambiguidade de sentidos: figura como refúgio, como espaço de

trabalho, espaço de perdas, de encontros, reencontros. A rua consiste, ainda, numa forma de *estar*, mas também numa forma alternativa de *ser*, a despeito da exposição constante às adversidades, nesse ‘mundo’ excludente.

c) As relações de confiança na base dos processos de envolvimento com o *crack*. A cada relato de vida, percebe-se que há uma espécie de *fio costurando* os envolvimento dos(as) entrevistados(as) com o *crack*. Trata-se do fio da confiança que vai acrescentando, desviando ou desprendendo pessoas e vínculos dessa *colcha* das experiências vividas. É possível identificar, a princípio, três fatores que se fizeram presentes nos envolvimento de cada entrevistados(a) com o *crack*, a saber: as relações de amizade, os vínculos afetivos de caráter conjugal e a própria dinâmica do mercado de drogas consideradas ilícitas. No Quadro 04, na página 232, há uma síntese das pessoas através das quais os(as) entrevistados(as) tiveram seu primeiro contato com o *crack*.

Em alguns casos, as relações de amizade, onde se identificou alguma confiança entre o(a) neófito(a) e a pessoa que lhe ofereceu *crack* pela primeira vez, se misturam com as demandas do mercado ilícito de drogas. Relembremos o caso de Turmalina, que conheceu o *crack* através de amigas nas festas que costumavam frequentar juntas. Viu-se que, após algum tempo, a entrevistada manteve contato apenas com uma dentre as referidas amigas e afastou-se das demais, pois descobriu, conforme seu relato, que elas eram “*coligada dos boy e levava muita gente pra lá pras festa porque eles viviam disso, intendesse? Vivia de vender droga*”.

Interessante perceber como algumas formas de sociabilidade, no caso das mencionadas festas, podem figurar como espaços de recrutamento de novos vendedores, com vistas à ampliação da ‘rede’ ou à manutenção dos já existentes através da busca por novos clientes. Assim, é possível atender às demandas do mercado de drogas, mediante (re)configuração das atividades e estratégias de camuflagem do ‘ilícito’ através dos arranjos sociais já legitimados. As festas e demais atividades lúdicas de caráter coletivo pareceram propícias nesse caso.

O primeiro contato com o *crack* também passou pelo fio da confiança presente na relação de amizade entre Topázio e seu amigo-irmão, cujo assassinato lhe impactaria de tal forma, que motivaria sua interrupção ao uso diário da ‘pedra’. Também havia confiança na busca por orientação espiritual ou amparo do membro religioso, socialmente legitimado para dar “bons conselhos”, e foi assim que Ônix recebeu, do pastor, sua primeira proposta para traficar *crack*. Embora seja possível falar em coerção, aliciamento etc., a confiança estava presente em ambos os lados, pois confiar seus negócios ao jovem rapaz era uma investida que poderia não ter sido tão bem-sucedida quanto o foi, segundo relata Ônix, e cuja interrupção acabou sem conflito e sem morte entre os envolvidos.

A confiança também estava presente na situação experienciada por Jaspe, num processo em que o neófito nutria admiração por uma *referência* naquele contexto de vivência do qual o entrevistado fazia parte. No caso de Rutilo, quem ofereceu *crack* pela primeira vez foi, em suas palavras, “o cara que vende”. Como o entrevistado não fez outra menção ao referido “cara”, não tive respaldo em sua narrativa para atribuir a ambos uma relação de amizade, que me permitiria falar num laço de confiança semelhante ao que identifiquei nas demais narrativas. Apesar disso, ainda que a interação entre ambos se limitasse a uma relação de compra e venda, é possível falar aqui numa relação de confiança entre “cliente e vendedor”, entre “traficante” e “usuário”, e por mais pontual ou limitada que seja essa “confiança”, sabe-se que na rua e nesse ramo de atividade como um todo, “quem compra, já sabe quem vende” e vice versa, conforme salientam os(as) próprios(as) entrevistados(as).

No âmbito dos relacionamentos afetivos, identifica-se os laços que, para além da amizade, estavam presentes no primeiro contato dos(as) entrevistados(as) com o *crack*: nos casos de Ágata e “a menina” da rua de quem ela “gostava”; de Citrino e sua namorada; de Safira e “o menino” que ela gostava; da “mulher” que apareceu para “atrasar a vida” de Diamante, que também, poderia ter alguma ligação com as relações de mercado e busca por novos clientes; de Rubi e seu ex-namorado. Enfim,

em todas essas configurações de relações interpessoais, identifica-se o fio da confiança nos aspectos circunstanciais dos envolvimento de cada entrevistado(a) com o *crack*.

d) Fatores de ordem emocional. Considerando-se que o fio de confiança se alimenta de sentimentos e emoções, sejam elas momentâneas ou duradouras e que, a despeito dos interesses que movem e integram a base das relações interpessoais/dos relacionamentos afetivos, nos deparamos, também, com os *fatores de ordem emocional*. Estes, figuram como amálgama que vai enredando pessoas no fluxo contínuo de interações, inscrevendo-se em suas trajetórias e, no caso dos(as) entrevistados(as), permeou desde seus processos de envolvimento com o *crack*, até seus diferentes modos de lidar com a droga, nas fases posteriores ao primeiro contato com esta.

Os fatores de ordem emocional podem ser observados nas recaídas de cada entrevistado(a) que, quebraram o intervalo de dias e/ou meses que haviam passado sem fazer uso de *crack*, após alguma discussão ou separação de cônjuge, afastamento ou morte de familiares, após sofrerem desilusões amorosas, receberem notícias de doenças etc. Contudo, não se exclui desse processo, a face lúdica das sociabilidades, as despedidas e os encontros amorosos, as festas e demais diversões em torno dos envolvimento com o *crack*, ou seja, o uso da droga associado ao prazer, ao lazer, à diversão.

Até mesmo nos modos como muitos(as) entrevistados(as) lidam com o *crack*, após seus envolvimento com a droga, é possível identificar outras facetas desses fatores de ordem emocional. Percebe-se que a emoção se mostrou como combustível das iniciativas de alguns(mas) entrevistados(as) que foram em busca de um “*novo rumo*” para suas vidas, uma vez que destacam o *crack* dentre as adversidades por eles enfrentadas. A esse respeito, poder-se-ia falar, ainda, no espectro da moralidade que pode ser percebido nessa “busca por tratamento”, mas retomarei essa questão no item 1, adiante.

Sabe-se que os aspectos de ordem emocional, presentes em todos nós, não fazem distinção de raça/cor ou segmentos social. Entretanto, tais aspectos são desenvolvidos, impactados e manifestados de formas distintas estando, de algum modo, relacionadas aos ambientes, contextos de vivência aos quais estão submetidos os atores sociais. Nesses termos, não estaríamos equivocados ao considerar, por exemplo, que pessoas submetidas a contextos marcados pela negação de direitos sociais mínimos, conseqüente processo de exclusão social e vulnerabilidades diversas, teriam maior desafio para (re)direcionar suas trajetórias de vida, sobretudo após envolvimento problemático com o *crack*, ao contrário daquelas pessoas que não contam com as mesmas privações.

Por outro lado, também poderíamos fazer indagações e reflexões a partir das experiências daqueles(as) entrevistados(as) que, mesmo estando submetidos(as) a contextos de exclusão e segregação social, passando dificuldades e privações conseguiram retomar as rédeas de seu destino, por assim dizer, e buscar uma alternativa à situação que lhes ‘desagradava’ e/ou que ‘desagradava’ aos seus familiares. Casos como o de Jaspe, que conhece de perto os condicionantes que “aproximam” crianças e traficantes no cotidiano de comunidades/favelas e pretende dar um futuro diferente para seu filho; o caso de Topázio, que chegou a fumar *crack* diariamente durante um ano e parou o uso da droga sem precisar recorrer aos tratamentos, digamos, convencionais; outras pessoas que, assim como Rutilo, pertencente à classe média e que, conforme seu relato tinha acesso a condições dignas de sobrevivência, mas viu-se nas ruas, enredado pelo uso compulsivo de bebidas alcoólicas e, posteriormente, de outras drogas, incluindo o *crack*.

Embora seja possível traçar inúmeras perspectivas de análise a partir dos casos aqui analisados, inclusive que extrapolariam as dimensões sociológicas, percebe-se que, além dos envolvimento com o *crack*, são os fatores de ordem emocional que se sobressaem nos relatos de vida como traço comum que colocam cada entrevistado(o) em contato com uma

gradação de sentimentos que vagueiam entre o corriqueiro e o extremo no curso de suas ações.

No caso de Esmeralda, o fator emocional tomou a forma de motivação mediante relação de amor entre mãe e filho, no instante em que ela atendeu ao pedido de aniversário de seu filho para buscar tratamento devido ao seu envolvimento enquanto usuária de *crack*. No caso de Rutillo, foi justamente o fator emocional que o arrancou da ‘zona de conforto’, naquele segmento social no qual ele estava inserido e fez com que ele ganhasse as ruas, imerso no emaranhado emocional que o conduziu pela vida após uma desilusão amorosa. E conforme suas próprias palavras, “levou para tão longe que ele não conseguiu mais voltar”, muito embora tivesse certa consciência do quão distante estava. Mesmo ciente de que o arcabouço teórico, ora delimitado para este estudo, não permite abarcar a questão, não posso me furtar de comentar que tive aqui a impressão de ter mirado numa sociologia das drogas e ter acertado numa sociologia das emoções.

Outras indagações e reflexões se mostram pertinentes, principalmente, no que se refere aos processos de envolvimento dos atores sociais com as dinâmicas do mercado de *crack* e outras drogas consideradas ilícitas. Notemos, por exemplo, que o ingresso de Esmeralda no “*tráfico de drogas*” passa pela necessidade conseguir ‘alguma fonte de renda’ para arcar com as despesas da casa, conforme sua narrativa. Relembro o impacto da monetarização da sociedade nas relações de consumo e nos fluxos das interações sociais.

Outra possibilidade de análise não excludente seria considerar o seguinte: se a entrevistada tinha, no marido, uma espécie de pilar de sustentação, de *porto seguro* ao ponto de dizer que sua vida “*acabou*” quando ele foi assassinado, então, o fato de ter seguido na mesma atividade do marido, que em vida não a permitiria fazê-lo, de repente, figura como uma tentativa imediatista da viúva para mantê-lo próximo e de algum modo presente enquanto ela dava continuidade às atividades que ele comandava. Esse envolvimento dela com o *crack*, também poderia ser

visto como uma forma de ganhar dinheiro rápido, de “*se dar bem*”, mas talvez para isso precisássemos de mais elementos do que os expostos na narrativa da entrevistada como, por exemplo, uma resposta à seguinte questão: Se era pra “*se dar bem*”, porque ela não fez essa escolha antes, já que sua história de vida, seu contexto de vivência e as pessoas com as quais interagiu ao longo de sua trajetória a aproximavam de tal possibilidade?

Berilo, quando diz que “*nessa época que eu fazia essas coisa, eu tinha muitas responsabilidade*”, referindo-se às despesas com as filhas e ao fato de ajudar sua mãe em casa no tempo em que andava com seu “grupo”, ele também aponta a necessidade de conseguir dinheiro, para suprir as necessidades básicas de sobrevivência da família, ao tempo em que tentava dar conta de seu papel enquanto pai e filho, dentre as motivações para ingresso e/ou manutenção no tráfico de *crack* e outras drogas.

Já no caso de Jaspe que, também teve sua infância num contexto de vivência marcado pela exclusão e vulnerabilidade social, teve seu envolvimento com o *crack* que, inicialmente, foi como traficante da droga, marcado pela admiração que o entrevistado tinha desde criança por um rapaz, uma referência na *comunidade* onde vivia. Diante dessa admiração por uma figura masculina da *comunidade*, talvez caiba lembrar, o quanto o entrevistado salienta em seu relato de vida, o fato de ter crescido com “*a falta*” do pai. Aqui, nos deparamos, mais uma vez, com elementos de ordem psicológica numa abordagem sociológica que perpassa as interações sociais.

Considerando-se o processo de socialização de Jaspe que, em sua narrativa, surge paralelamente à menção que ele faz sobre a ausência de uma figura paterna, não seria equivocado pensar que sua admiração pelo traficante *Michelzinho* pode ser uma projeção da admiração que o entrevistado gostaria de ter sentido pelo seu pai; ou que seria, ainda, por alguma espécie de associação de poder centrada na figura paterna, que aos olhos do entrevistado, seria a referência dentro do “núcleo familiar”, por exemplo, assim como o líder do tráfico era uma referência e uma

‘figura respeitada’ dentro da comunidade, enfim. São muitas possibilidades de analisar e interpretar essa admiração que o entrevistado diz ter pelo líder do tráfico da sua *comunidade*, em quem se espelhou, desejando ter um “poder” e semelhante respeito quando crescesse.

Conforme relata o entrevistado, somente depois, quando também se tornou um traficante, se deu conta de que aquela relação entre *Michelzinho* e os demais membros da *comunidade*, baseada no poder de mando dele e na inclinação à obediência por parte dos demais, não estava pautada no respeito por si ou na admiração pelo líder, mas estava pautada no “medo”, já que *Michelzinho* andava armado e tinha outros jovens armados a seu serviço.

Esses pontos nos levam a pensar em outras formas de compreensão, e sugere novas “*categorias de análise*” em torno dos ingressos nas dinâmicas dos mercados ilícitos de drogas, para além das já conhecidas e majoritariamente tratadas pela literatura específica. No final das contas, muito mais do que correr atrás de motivações para tais ingressos, o interessante é perceber o conjunto de fatores, os aspectos circunstâncias dos envolvimento dos atores sociais com o *crack* e/ou demais drogas e como cada ator social pode agir de forma distinta mesmo diante de situações semelhantes. O que vale tanto para cada indivíduo em diferentes fases de sua vida, quanto para um indivíduo em relação aos ‘outros’ membros da sociedade. Nos casos aqui analisados, importa ressaltar o lugar que as adversidades vividas, em virtude de fatores estruturais, os déficits afetivos, os fatores de ordem emocional conseguem se inscrever em suas trajetórias e são destacadas em seus relatos quase como protagonistas dos seus processos de envolvimento com o *crack*.

Salienta-se um conjunto de práticas socioculturais consolidadas que, ao contrário ‘do ato’ criminalizado, não se mostram tão visíveis assim. Nesse sentido, é interessante ressaltar o seguinte: ninguém desperta, numa bela manhã de sol recifense e diz “agora vou me transformar num terrível traficante” ou “sonha desde criancinha” em se tornar “usuário de *crack*” ou ainda, sendo usuário, se tornar um dependente da droga, um

“*noiado*”, um “*viciado*”. Não estaríamos aqui diante de decisões pautadas, por exemplo, na facilidade de escolher entre um abraço ou um aperto de mão a um amigo, mas estamos falando de processos de construção social que podem ter o condão de se sobrepor às vontades ditas individuais. O que pode ocorrer sob resistência ou sob conformação, que varia de uma pessoa e/ou circunstância para outra.

Ratifico, assim, a importância de problematizar os envolvimento com o *crack*, considerando-se os contextos de interação, os fatores estruturais e os aspectos circunstanciais que enredam os atores sociais em questão. Para além do livre-arbítrio, da “capacidade reflexiva dos agentes sociais”, como diria Giddens, entende-se que as condições nas quais se dão as socializações dos(as) entrevistados(as) pede uma análise, no mínimo, sensata acerca das práticas socioculturais que são reproduzidas, seja na realidade recifense, seja na realidade brasileira, conforme vem sendo mencionado ao longo deste trabalho. É nesses contextos marcados pela exclusão, reflexo da negação de direitos sociais mínimos, que se situam os atores sociais considerados nesse estudo. É sob tais condições que são construídas suas histórias de vida.

Nessa dinâmica de interações pautadas, mais marcadamente, pelas disparidades socioeconômicas, os envolvimento com o *crack*, seja consumindo, produzindo ou comercializando a droga também podem ser vistos como ‘oportunidades’. Não estaríamos diante de uma possibilidade confortável para se cogitar. Entretanto, há que se considerar as dinâmicas de funcionamento e os efeitos sociais, por exemplo, da monetarização e das relações de consumo na sociedade. Acrescente-se a isso a existência de contextos socioculturais historicamente marcados pela negação de direitos sociais mínimos, em que até mesmo o sofrimento de uns, pode ser convertido em oportunidade de obtenção de lucro para outros. Os envolvimento com o *crack*, também podem ser apropriados como ‘oportunidades’ diversas nesse ‘cenário’, seja oportunidade de emprego, de fuga, de sociabilidade, de obtenção de lucro, dentre outras.

No que se refere ao uso de *crack* se, por um lado, pode ser visto como atividade lúdica, pautado no uso recreativo ou simplesmente como ato criminoso, restrito às concepções sociais estigmatizantes, por outro lado, pode ser considerado, também, como um refúgio, suporte imediato aos olhos do ‘usuário’: ao menos por alguns segundos, em que as adversidades são “esquecidas”, as dores e/ou as violências físicas e emocionais podem ser, de algum modo, superadas, suportadas. Nesse sentido o *crack*, “mal do século”, o *vilão* aos olhos da sociedade, figuraria como sendo uma estratégia de sobrevivência na ‘selva de pedras’, dadas as condições de vida de seus/suas usuários(as).

Quanto às dinâmicas de produção e comercialização de drogas ilícitas, sabe-se que o aparato de repressão existente, termina por potencializar a demanda e a lucratividade, justamente, mediante as possibilidades são criadas em torno da circulação daquelas substâncias proibidas. Algumas pessoas ou grupos convertem essa situação em “oportunidade” de negócio/obtenção de benefícios financeiros. Foi assim no contexto estadunidense com a criação da Lei Seca, focada na proibição do consumo de bebidas alcoólicas, nas duas primeiras décadas do século XX, conforme literatura apresentada no Capítulo I e não vem sendo diferente agora, na nossa realidade, com as drogas proibidas no momento.

A venda de drogas, a produção, o cultivo das plantas matrizes são, também, formas de aquisição de dinheiro, de conseguir sobreviver numa sociedade marcada pela desigualdade, estratificação, concentração de renda em que o dinheiro torna-se um meio direto de acesso a ‘itens’ essenciais como alimentação, moradia, saúde, educação, lazer etc. Nesses termos, o “*tráfico*” de drogas figura como atividade altamente lucrativa e não há novidade alguma nesta afirmação, conforme literatura específica até aqui apresentada. O que difere, em larga medida, é o modo como o aparato de repressão orientado pela atual política mundial de drogas vai lidar com os distintos perfis étnico-sociais que, porventura, sejam identificados/atuados como “*traficantes*”.

No que concerne aos processos de socialização dos(as) entrevistados(as), suas narrativas evidenciam que as experiências vividas desde suas infâncias, estão intimamente relacionadas ao primeiro ciclo social com o qual tiveram contato, ou seja, suas famílias, que representam uma instituição importante na *socialização primária* dos seres humanos. Refiro-me aqui a uma questão elementar no âmbito da Sociologia, que diz respeito aos **processos de socialização** e seus **reflexos nas interações sociais** (ELIAS, 2000; GIDDENS, 1984; BERGER & LUCKMANN, 1983; SIMMEL, 2006).

Considerando-se que a socialização não consiste num processo ‘positivo’, ‘favorável’ às *interações sociais* ou à própria *construção das identidades* pessoais, as informações sobre infâncias presentes nas narrativas dos(as) entrevistados(as) sugerem algumas reflexões nesse sentido, haja vista que, é nessa fase que, geralmente, introjetamos um conjunto de *regras, normas, valores e códigos sociais* que poderão nos acompanhar por toda a vida (SETTON, 2005; BERGER, 1983; SAVOIA, 1989; GOFFMAN, 2008).

É na infância que ocorre a chamada “socialização primária” e a família é considerada uma instituição de referência nesse processo. Muito embora a família, enquanto instituição também esteja vulnerável aos pressupostos da estrutura, mas cabe considerarmos os modos como a família costuma ser idealizada e seu papel nessa *socialização primária*, cujos ‘desfechos’ podem impactar/refletir na “socialização secundária” (SAVOIA, 1989). Nesse sentido, os relatos dos(as) entrevistados(as) sobre suas famílias e suas infâncias, nos permite pensar no peso das ausências, das rupturas e, por que não dizer, dos traumas vividos nessa fase e justamente dentro desse ciclo que, de um modo geral e de acordo com o idealizado pelos(as) entrevistados(as), representa acolhimento, proteção, amparo frente à sociedade, que é o ciclo social externo, onde se daria sua *socialização secundária*.

Não por acaso, as narrativas de vida dos (as) entrevistados(as) foram recorrentemente permeadas por suas memórias de infância e por

suas experiências no âmbito familiar. Nesse processo, os contextos de vivência e as relações familiares figuram como *locus* espacial e social onde a confluência de fatores internos e externos vão tecendo as trajetórias de vida dos atores sociais. Seus relatos sobre as infâncias, as famílias e sobre os contextos de vivência de cada um(a) apresentam alguma relevância no curso dos acontecimentos que desembocaria nos seus envolvimento com o *crack*. Não se trata de uma relação de causalidade ou de responsabilização da instituição, mas da forma como as relações no âmbito familiar e as concepções sobre família se sobressaem nos relatos dos(as) entrevistados(as) antecedendo e se incorporando nas circunstâncias de seus envolvimento com o *crack*.

1 Das concepções sociais e dos os aspectos de ordem moral na dinâmica dos envolvimento com o *crack*

Paralelamente a essa trama dos contextos e da socialização dos indivíduos, destacam-se **as concepções sociais** acerca dos envolvimento com determinadas drogas. Tais concepções não estão isentas da influência exercida pela classificação das drogas, cuja dicotomização entre lícitas e ilícitas promove níveis de tolerância distintos em relação a um ou outro tipo de substância. Estar envolvido com uma droga considerada ilícita, por exemplo, implica estar submetido(a) tanto ao julgamento legal diante de um ato considerado crime, quanto às concepções sociais e respectivos preceitos morais que as respaldam.

Importa reforçar, que esses aspectos de cunho moral, principalmente, a *moral religiosa* teve papel de destaque desde o surgimento da ideologia da atual política mundial de drogas: o proibicionismo². Assim como tantos outros processos que sobrevivem à trama das transformações e das mudanças sociais, alguns fenômenos e práticas têm o condão

² No empenho de movimentos formados por membros pertencentes a distintas igrejas como, por exemplo, as Ligas da Temperança, que clamavam pela proibição da venda de bebidas alcoólicas por considerá-las a causa da degradação moral da sociedade estadunidense, naquele contexto que culminou com a Criação da Lei Seca, de 1929, conforme tratei no Capítulo 1.

de ultrapassar fronteiras ou quaisquer barreiras fruto de dimensões temporais e espaciais que possam separar uma sociedade da outra. Esses aspectos de cunho moral se fazem presentes em nossa realidade e podem aproximar ou afastar pessoas, famílias, grupos de acordo com as introyeções/socialização e concepções de cada um(a), de geração em geração.

No que concerne à realidade recifense, as narrativas dos(as) entrevistados(as) deixam transparecer alguma ‘marca’ de preceitos morais em algumas de suas experiências vividas. Em algumas narrativas sobre a família, fica difícil separar, diante do envolvimento de algum membro com o *crack*, se a preocupação da família pondera a separação entre uso regular e vício, por exemplo, ou se o repúdio manifestado se baseia apenas na concepção de que se trata de algo ‘errado’, ‘proibido’ e socialmente criminalizado.

A despeito da preocupação das famílias com o bem estar de seus membros, quando, por exemplo, sugerem que “saiam do *crack*” ou que “busquem tratamento” e até mesmo nas próprias iniciativas dos(as) entrevistados(as) em busca de um “novo rumo”, de “cura”, de “se livrar do *crack*”, é possível perceber aqui, o aspecto moral alinhando à noção da “coisa certa a se fazer”. Aspectos de cunho moral são perceptíveis, também, em situações semelhantes à de Ametista, cuja família passa a tratá-la diferente, com frieza, distanciamento depois que a entrevistada “engravidou antes de ter se casado”, ao contrário de sua irmã, que “*casou, fez tudo certinho*”.

Nesse sentido, fazer “tudo certinho”, aos olhos da família, sob lógica desse conjunto de preceitos morais, poderia ser o fato de se casar primeiro, e somente depois ter filhos. É possível que esta seja a expectativa para muitas famílias em relação às jovens que delas fazem parte. Nesses esquemas de percepções sociais perpassadas pelas dicotomias do certo/errado, proibido/liberado, considera-se o envolvimento de Ametista com o *crack*, anos mais tarde, constituiu mais um agravante na postura de rejeição de sua família para com ela. Aqui, percebe-se, ainda, a quebra das expectativas no núcleo familiar, alimentadas pelos chama-

dos valores *tradicionais*, frente ao impacto das concepções sociais em torno dos envolvimento com drogas consideradas ilícitas.

Seja no caso supracitado, seja na expulsão da jovem que “engravidou de homem casado”, mencionado na página 91, seja na fala do ‘tio’ que disse: o “crack é o nível mais baixo que a pessoa pode descer”, referindo-se ao caso do seu sobrinho (página 114), seja nos exemplos de familiares que “*oram a Deus*” para que ninguém da sua família “se perca no mundo das drogas” ou “caia no vício do crack”, identifica-se a presença marcante das concepções sociais pautadas em aspectos de cunho moral, que se estendem aos envolvimento com as drogas. Evidentemente, identificar tais aspectos não anula a compreensão dos processos e das construções sociais sobre os quais se erguem tais atitudes e muito menos a possibilidade de que para os(as) próprios(as) entrevistados(as) os envolvimento com o *crack* e/ou outras drogas tenha um desdobramento negativo, problemático do qual desejam se ver livres.

Ocorre que tais atitudes e concepções desvendam um conjunto de valores socialmente compartilhados e que são introjetados desde as mais remotas fases do processo de socialização dos indivíduos. É o que motivou a “vergonha” que Diamante relatou sentir quando seu ex-aluno o reconheceu exatamente no momento em que ele estava “todo sujo”, sem tomar banho, após “*vários dias consumindo crack*” nas ruas do Recife. O entrevistado disse que aquele foi “o maior constrangimento que passou em toda sua vida”. A conotação de sentido dada a esse *constrangimento* ou sentimento de sensação de *vergonha*, deita raízes, justamente, no conjunto de valores que são internalizados nas socializações ao longo das nossas trajetórias de vida.

Poder-se-ia mencionar aqui as transformações e as adaptações que amparam a ‘lapidação’ do comportamento humano, com fins sociais mediante aprendizagem e desenvolvimento do autocontrole nos moldes elisianos, tratados no “processo de civilizatório”. Nesses termos, falar sobre a relação da sociedade com as drogas ou, mais especificamente, dos envolvimento das pessoas com drogas consideradas ilícitas, implica em

falar, também, dos processos de socialização de indivíduos cujas trajetórias de vida emergem de contextos socioculturais específicos.

A dinâmica social recifense apresenta-se marcada por contrastes, oposições, antagonismos que permeiam as concepções sociais e os valores morais na capital do Estado que possui “a maior concentração de evangélicos do Nordeste, tanto em números absolutos quanto em termos proporcionais”. São 1.788.973 de seguidores que se declaram evangélicos. A quantidade de pessoas filiadas ao catolicismo é 5.834.601, ao passo que 123.798 se declaram espíritas (JC, 2012). Nesses termos, a atmosfera cosmopolita, a riqueza sociocultural do Recife traz a marca da coexistência e da influência mútua entre a diversidade/heterogeneidade dos indivíduos engajados na dinâmica das interações sociais e os aspectos de cunho moral consolidados na prática religiosa.

Outra possível menção aos contrastes que caracterizam a dinâmica social recifense, estaria na observação de práticas socioculturais construídas sob preceitos morais, relativamente semelhantes àquelas perceptíveis, por exemplo, em pequenas cidades, que apresentam um arranjo social mais simples, onde a coerção social e respectiva vigilância sobre a “conduta de vida do outro” se mostra mais acessível. Portanto, mais suscetível ao ‘julgamento’ mediante percepções sociais e padrões de comportamento dominantes. Provavelmente, essa dinâmica social recifense, marcada pela coexistência e, porque não dizer, pelo choque entre valores ‘dominantes’ e valores ‘emergentes’, se entrelaçam na trama das novas concepções sociais e nos auxilia na compreensão das distintas maneiras de *ser e estar* em sociedade.

Além das situações já mencionadas nos relatos, em que a expulsão/afastamento de um membro da família parece se aproximar de um julgamento com base nas construções morais em relação aos atos praticados, outras situações são possíveis de serem assim analisadas. Apenas a título de ilustração, minhas andanças e observações das interações sociais que dão vida à dinâmica social recifense, me colocaram diante de reflexões sociológicas acerca da coexistência dessas distintas concepções

sociais e dos valores morais manifestos, por exemplo, nas expressões corporais e nas atitudes de algumas pessoas diante de situações específicas. O olhar e os gestos semelhantes a uma expressão de *reprovação* de alguns transeuntes, ao verem dois rapazes ou duas moças andando de mãos dadas nas ruas, por exemplo; na alegria contagiante de alguns ‘idosos’ que acenavam das janelas de seus prédios jogando beijos, enquanto a parada da Diversidade tomava a Avenida Boa Viagem; ou, para fechar os exemplos, quando uma senhora disse: “*Você não pode fazer isso, você é mulher!*”, referindo-se ao gesto de uma moça que mostrou o dedo médio para determinado político. Ou seja, há um conjunto de informações latentes nessa frase, nesses gestos e atitudes nas situações que mencionei e essas informações agregam algum nível de percepção social respaldada em preceitos morais.

Evidente que me deparo, aqui, com questões mais complexas do que o presente estudo daria conta de abarcar. No entanto, essas situações representam formas de interações sociais e, no que diz respeito às concepções sociais pautadas em aspectos de cunho moral trazem algum traço de semelhança com aquelas concepções sociais que emergem das narrativas dos(as) entrevistados(as). Atentar para essas concepções, amplia nossas possibilidades de compreensão do conjunto de valores e crenças que circundam as reações sociais em torno dos envolvimento com o *crack*.

Nos processos de socialização dos(as) entrevistados(as), as concepções sociais de caráter estigmatizante em relação aos envolvimento com o *crack* e/ou outras drogas, foram acrescidas pelas adversidades entranhadas em suas trajetórias de vida. Incluindo-se aqui, a naturalização dos contextos de exclusão e marginalização social, no âmbito estrutural e externo, além das pressões vividas no âmbito familiar, na rua, nos grupos de amigos etc. Tais pressões, trazem a marca da quebra de expectativas para uns, frente à pressão de determinadas cobranças, amparadas num conjunto de valores que perduram, se sobressaem e figuram como ‘o padrão certo a seguir’, para outros.

Nessa trama de expectativas, preceitos morais e concepções de certo/errado, a família volta ao eixo da discussão por ser, também, o núcleo social de maior referência nos relatos dos(as) entrevistados(as). Essas narrativas de vida demandam uma análise que consiga apreender o sentido atribuído à instituição ‘família’, para além de um termo recorrente nas falas dos(as) entrevistados(as). O modo como mencionam as famílias em suas narrativas é forte, simbólico e, provavelmente, representativo do significado ambíguo que a instituição pode ter assumido em suas trajetórias de vida. Conforme mostrado ao longo do Capítulo 3, as famílias aparecem tanto como a mão que ‘ampara’ e ‘afaga’, quanto como o ‘punho’ que ‘espanca’.

2 Kit noiado, combo narcotráfico e pânico moral: dos possíveis ‘efeitos’ de uma retórica consolidada

Neste item, a discussão gira em torno de alguns desdobramentos da relação da sociedade com as drogas, mais especificamente, sobre os modos como tal fenômeno é processado na realidade brasileira. Muito embora se reconheça o papel do Estado na promoção da segurança de seus cidadãos e o empenho das instituições de Segurança Pública para manutenção da ordem e coibição das chamadas *condutas desviantes* ou *criminosas*, por exemplo, faz-se necessário considerar outras facetas que decorrem do modo como são orientadas algumas ações dessas instituições, o reflexo nas condutas de alguns agentes sociais que delas fazem parte e a repercussão disso na sociedade.

Conciliando-se os aspectos destacados na literatura específica, como por exemplo, o *pânico moral* em torno dos envolvimento com determinadas drogas e as questões que emergem das narrativas dos(as) entrevistados(as), a discussão aqui apresentada consiste numa reflexão de caráter crítico em relação aos desdobramentos que a reprodução da ideologia da “guerra às drogas” pode assumir em nossa realidade, com destaque para a dinâmica dos envolvimento com o *crack*.

Em meio às “estratégias de ação” orientadas pela atual política de “guerra” às drogas, destacam-se: operações de investigação, os investimentos em “serviços de inteligência”, a mobilização das instituições de segurança pública, treinamentos militares etc. Os desdobramentos de muitas operações dessa natureza nos levam a pensar numa rotina diária caracterizada pelo objetivo de busca/apreensão de “*bandidos*”, “*traficantes*” e, eventualmente, eliminação de “*drogados*” que representam “perigo” para a sociedade. É importante esclarecer que não se trata de desmerecer as instituições de segurança pública ou estender para a instituição as práticas de seus agentes. O esforço aqui é mostrar como essas instituições se inserem num conjunto de ações orientadas segundo um aparato político ideológico e para finalidades específicas, alcançando uma posição de destaque na relação da sociedade com as drogas.

Uma rápida busca no site de busca Google, usando esses termos em itálico como palavras-chaves traz significativa quantidade de matérias jornalísticas, *blogs*, textos científicos, dentre outros onde se percebe distintas menções às medidas políticas e operações das instituições de segurança pública com vistas ao combate ao tráfico de drogas. Exemplifica-se com um trecho e extraído de um *blog* aleatoriamente acessado: “A Polícia [...] passou o rodo em traficantes inexpressivos – aqueles que vivem vendendo pequenas doses de entorpecentes para consumidores” (Costa, 2018). Interessante notar que, no trecho aspeado, se existem os traficantes “inexpressivos”, que vendem drogas em pequenas quantidades, provavelmente, existem os ‘expressivos’, que operariam com grandes quantidades.

Bom, considera-se que as referidas operações são respaldadas na retórica do “*combate ao tráfico de drogas*” e alcançam legitimação social figurando como objetivo coletivo de manutenção da ordem e/ou de proteção dos cidadãos não envolvidos, daqueles envolvidos com drogas ilícitas. No que concerne às concepções delineadas no imaginário social sobre a figura do “*drogado*”, não é difícil se deparar com manchetes/notícias nas quais a eliminação desse perfil aparece como apelo social

ou desfecho do(as) usuários(as), principalmente em casos em que se desenvolve uso compulsivo da droga.

Nesse sentido é possível mencionar, mais uma vez, a afinidade das práticas socioculturais processadas em nossa realidade com o aparato político ideológico de “guerra” às drogas. A legitimação social associada, por exemplo, à centralidade que atuação das instituições policiais assumem nesse processo são perceptíveis, inclusive, no ciclo social, teoricamente, mais próximo ao “drogado” ou àquele com o qual ele tem relação de parentesco. Exemplifica-se com a seguinte matéria: “O rapaz, viciado em *crack* e cocaína, foi morto em casa, com 12 tiros disparados pelo policial chamado pela própria família” (MOREIRA, 2009).

Esse processo de construção social em que as percepções das pessoas acerca dos envolvimento com determinadas drogas mesclam tolerância e reconhecimento de direitos ao tratamento, por um lado, com legitimação de práticas pautadas na punição ou na execução, por assim dizer passa, também, pela disseminação de *pânico moral* e mitos relacionados a determinadas drogas, como o *crack*. Assim, na confluência dos fatores supracitados, quais sejam, as ações de “combate ao tráfico” de drogas; o pânico moral frente a uma imagem caricata dos usuários de *crack*, ganha notoriedade o que aqui denomino de *combo narcotráfico e kit noiado*.

O primeiro se faz representar, por exemplo, no empenho para “capturar”, “tirar de circulação” um estereótipo de “traficante”, frequentemente associado à “violência decorrente das disputas por território em favelas” em determinadas localidades do país. Esse empenho, muitas vezes, se confunde com as próprias estratégias de ação voltadas para o “combate ao tráfico de drogas”, como um todo. A mobilização das instituições policiais/acionamento de serviços de segurança pública se faz notar desde as operações de policiamento urbano rotineiras, por exemplo, até os acordos bilaterais, as alianças com forças militares e/ou órgãos internacionais quando se trata do narcotráfico internacional, sobretudo nas operações de regiões fronteiriças. A “constatação” de que o

Brasil se encontra na encruzilhada das rotas do “tráfico” internacional de drogas, está entre as razões para manutenção das operações direcionadas às atividades ilícitas relacionadas às drogas. Ressalta-se que dentre os países da América Latina, no ano de 2009, o Brasil foi “a principal rota de passagem da cocaína apreendida na Europa”, conforme divulgado no Relatório Mundial sobre Drogas-UNODC/2011. Sabe-se que o “combate ao narcotráfico” é uma das prioridades da agenda de segurança internacional e no Brasil, essa questão integra a “pauta de segurança pública e de Defesa Nacional do país desde os anos 1980” (SANTOS et al, 2015, p. 02).

Já o segundo, o *kit noiado*, diz respeito a uma imagem de “*drogado*”, “*usuário de crack*”, “*viciado*” mencionados em determinadas matérias que têm o condão de despertar ou reforçar nas pessoas sensações distintas, dentre as quais poder-se-ia mencionar o medo, a repulsa, a empatia ou o pânico, a depender de como esse usuário é ‘retratado’. Conforme literatura específica já apresentada, as concepções sociais que se têm em relação a essa figura do usuário de *crack* são marcadas pela estigmatização, rejeição social e apelo para que seja inibida/proibida a circulação desse perfil de usuário em áreas públicas, por exemplo.

Na crença de que “*o crack é um beco sem saída*” ou que, ao se envolver com o *crack* a pessoa “*não têm mais salvação*”, percepções sociais que, também, puderam ser alcançado pelas narrativas de vida, as diferentes experiências de envolvimento com o *crack* são reunidas na figura de um *zumbi* sem condições de tomar decisões ou fazer escolhas e inapto para o convívio em sociedade. No afã de proteger os jovens contra os malefícios causados pelas drogas ao organismo humano, muitas “campanhas de conscientização” usam de uma forma contundente para transmitir suas mensagens.

Destaca-se o título de uma das inúmeras publicações sobre essa questão: “Campanha brasileira usa zumbis para alertar sobre o crack”, ressalta Carvalho (2013). A alusão ao “zumbi” agrega-se à intenção de alerta e promove, ainda, repulsa, afastamento do “perigo” ou, de algum

modo, antecipa no quê o contato com o *crack* pode transformar uma pessoa. Há que se considerar, entretanto, o impacto disso nas concepções sociais acerca da droga e dos usuários dela. Essas posturas/condições propiciam e se tornam meios de disseminação do *pânico moral* em torno dos envolvimento com drogas na sociedade.

Tanto os “*traficantes*” do *combo narcotráfico*, quanto os “*viciados*” ou “*drogados*” do *kit noiado* trazem, como traço em comum, segundo a imagem socialmente construída e difundida sobre ambos o pertencimento a perfis étnico-raciais e/ou segmentos sociais específicos. Nesses termos, *kit noiado* e o *combo narcotráfico* figuram como subprodutos da afinidade eletiva entre as práticas socioculturais preexistentes na realidade brasileira, reforçados pelo aparato político ideológico da política mundial de “guerra” às drogas, da qual o Brasil é signatário. Essa afinidade eletiva nos ajuda a compreender como a referida política incide de forma distinta para perfis étnico-raciais e socialmente diferenciados no contexto sociocultural brasileiro.

Na trama dos envolvimento com o *crack* ou com outras drogas ilícitas observa-se uma sobreposição de interpretações e concepções sociais, dentre as quais se destacam a culpabilização em nível individual para os casos em que os usuários desenvolvem uma relação de uso compulsivo da droga; a responsabilização pelo “fracasso” pessoal; o descrédito social que, parece não levar em consideração, possíveis históricos marcados pelas adversidades decorrentes de imperativos estruturais que, não raro, submete determinados grupos a condições de vida marcadas pela privação até mesmo do que seria essencial à sobrevivência humana. A impressão é que não importa o quanto algumas dessas pessoas tenham “acertado”, mesmo diante das referidas condições de vida. O fato de terem suas imagens associadas à dinâmica dos mercados ilícitos, serem, de algum modo, identificados como “*usuários*”, “*noiados*” e/ou “*traficantes*”, as transforma em alvos do processo de estigmatização.

Curiosamente, na mesma dinâmica social, os chamados “perfis fora de suspeita”, também, desenvolvem envolvimento com o *crack*, mas

contam com tratamento social e concepções diferentes. Acredita-se que isso se deve ao fato de possuírem certas características físicas e/ou pertencerem a segmentos sociais que figuram como marcadores de distinção étnica, social, política e econômica em conformidade com os parâmetros que guiam as relações de poder, de hierarquização e de diferenciação entre os indivíduos na sociedade. Num arranjo social assim configurado, práticas caracterizadas pela segregação étnico-racial e socioeconômica, de uns em detrimento de outros, ganham destaque na construção dos perfis que estão *sob suspeita*.

Relembrando os casos mencionados no Capítulo 1, é possível perceber essas construções atreladas ao aparato de “combate às drogas” quando, por exemplo, um rapaz negro, morador de alguma área periférica é preso portando algumas pedras de *crack* no bolso e um rapaz branco, rico e/ou com influência política é preso transportando muitos quilos de pasta-base de coca. Sendo a cocaína e o *crack* drogas que possuem a mesma base farmacológica, uma possível diferenciação no trato legal/jurídico dada aos dois casos nos leva a pensar que o problema não está na droga em si, mas sim, no o perfil étnico, social e econômico de quem as portam.

Ao chamar a atenção para os contextos de vivência do qual fazem parte os(as) entrevistados(as) neste estudo, saliento os modos como essas práticas permeiam as interações sociais sugiro uma compreensão para além dos atos e das cenas de seus envolvimentos com o *crack*. Somando-se à construção dos perfis sob suspeita, destacam-se as lacunas que não se consegue sanar, em nível de Estado, no que tange aos contextos marcados pela exclusão, pela segregação espacial/favelização, frente à negação de direitos sociais mínimos. Alvo de estigmas e da naturalização, os contextos assim caracterizados, trazem pistas do quanto um possível envolvimento com determinadas drogas pode se tornar problemático e/ou ser uma *pedra* a mais no *pedregulho*.

3 A sobreposição das dimensões sociais, pessoais, situacionais nos envolvimento com o *crack* e/ou outras drogas

“Parece cocaína, mas é só tristeza.
Talvez tua cidade”. ‘Há tempos’
Legião Urbana.

O mergulho nas narrativas de vida cedeu espaço, não apenas, à observação de como a dialética das interações sociais vai sendo sobreposta por diferentes fatores na dinâmica dos envolvimento com o *crack*. Como se nos mostrasse que é hora de recolher as ‘pedras’, historicamente atiradas contra perfis étnico-raciais e sociais específicos, e lançarmos novas formas de compreender o fenômeno dos envolvimento com as drogas e, sobretudo, novas formas de lidar com a questão em nossa sociedade.

No processo de produção dessas narrativas, acerca de um tema em torno do qual circulam muitos mitos, acrescidos de concepções sociais de caráter negativo e depreciativo em relação aos atores sociais envolvidos (*tráfico* e uso de *crack*), salienta-se o impacto emocional, do ponto de vista de pesquisadora mediante contato com o sofrimento relatado pelo “*outro*” que, mesmo diante do pouco tempo de interação, já não se mostrava mais tão “*outro*” assim. Nesse sentido, a ambicionada *objetividade*, tomada enquanto critério de rigor científico, também termina por ceder espaço para as *subjetividades*.

Provavelmente, encontra-se aqui a raiz da sensação que tive ao final do estudo: de que mirei numa *sociologia das drogas* e acertei numa *sociologia das emoções*, não contemplada em meu quadro teórico-metodológico. No entanto, se resta dúvida nesse sentido há, contudo, uma certeza: Esses relatos de vida deixam transparecer o quanto ainda precisamos avançar em termos de Estado, em termos de sociedade, enquanto pesquisadores e cidadãos no que se refere aos modos de lidar com fenômeno do *crack* e demais drogas em nossa realidade.

Nessa dinâmica de envolvimento com as drogas, penso que não cabe polarizar o debate com indagações limitadas a buscar “culpados”. A

própria experiência estadunidense nos contextos de criação da Lei Seca, na década de 1920 e do surgimento do crack, na década de 1980, nos mostra que o caminho não é por aí. As leis que temos, as concepções sociais em torno da questão das drogas e até mesmo as operações policiais que consistem nas estratégias de ação mais recorridas para lidar com o fenômeno das drogas na realidade brasileira, estão embebidas nessa lógica de buscar “um culpado” e “combatê-lo” a todo custo, seja atacando ‘a oferta’, que é objetivo imediato das apreensões de drogas, seja alvejando os diretamente envolvidos, sobretudo, os que estejam mais facilmente acessíveis. Desse modo, a necessidade de capturar esse “culpado”, tirá-lo de circulação se apresenta como a possibilidade de dar alguma satisfação dos serviços públicos prestados à sociedade. Será que não ‘ganharíamos’ muito mais tentando cercar as condições que favorecem/contribuem para que os desdobramentos dos envolvimento com as drogas se tornem problemáticos?

É importante considerar que na confluência de fatores internos e externos, quaisquer membros da sociedade estão sujeitos aos diversos tipos de envolvimento com as drogas. Entretanto, para alguns, mais do que para outros, as construções sociais e os imperativos do aparato ideológico da política mundial de drogas incidirá de forma mais ou menos rigorosa. Não há como tratar dessa questão com base na polarização da responsabilidade individual diante de contextos historicamente marcados pela negação de direitos sociais mínimos, que penaliza muitos em detrimento de poucos. Diante das questões que são aqui abordadas, não é difícil conferir descrédito social e um caráter depreciativo aos “pobres” e “negros”, por exemplo. Não se deve perder de vista que “a droga no mundo contemporâneo e globalizante; tanto ela quanto o usuário e as consequências engendradas do consumo extrapolam toda e qualquer individualização, seja de pessoa ou lugar, ou ainda de tempo” (ESPINHEIRA 2004, p. 23).

Indo mais a fundo e trazendo para a discussão, inclusive, a qualidade das drogas que são comercializadas para atender aos diferenciados gostos e tipos de consumidores, “as drogas não têm o mesmo efeito para

“pessoas socialmente diferentes” (ESPINHEIRA, 2004, p. 12). Substituindo-se a questão social pela questão racial a frase também faria sentido, permanecendo, ambas, bastante provocativas para pensarmos na relação da nossa sociedade com as drogas, considerando-se determinadas práticas, porque não dizer, de caráter racista e classista.

Drogas são substâncias em si, mas as dimensões sociais, pessoais, situacionais de envolvimento assumem configurações distintas para cada ator social e contexto sociocultural. Portanto, não é possível falar na dinâmica dos envolvimento com o *crack* e outras drogas nas diferentes realidades brasileiras, sem levar em consideração as dimensões de raça e classe/estratificação e exclusão social que permeiam nossa dinâmica social.

Estudos comprometidos em trazer essas dimensões para o debate em torno do *crack* constituem um passo à frente, com vistas a uma compreensão mais abrangente acerca das configurações e dos desdobramentos desse fenômeno na realidade brasileira. Nesse sentido, salienta-se a contribuição de Souza J. (2016), através da qual pode-se depreender que o *crack* figura como uma espécie de ‘adversidade’ sobreposta às mazelas sociais como a pobreza e a exclusão social que, conforme foi dito, costumam ser *naturalizadas* no Brasil.

Em meio aos processos, nos quais se reproduz essa naturalização, identifica-se a perpetuação de injustiças sociais, a marginalização de trajetórias de vida e, muitas vezes, o insulamento de determinados indivíduos num emaranhado social representado pela emblemática expressão “mundo das drogas”. O modo como essa expressão é apreendida, segundo algumas concepções sociais, agrega tanto a naturalização de contextos e fatos neles ocorridos quanto a conformação ou justificativa para o desfecho de determinadas pessoas e grupos. Por exemplo, diante da notícia: “Homem é executado com mais de 30 tiros em bairro do Recife”³ as possíveis perguntas e respostas que se seguem são: *Qual bairro?* – Lá em Santo Amaro. *Por quê?* – “A polícia suspeita que o crime

³ Montei esse título e exemplificação, a partir da matéria real, noticiada pelo jornal Diário de Pernambuco em 2018 (vide referências bibliográficas).

tenha ligação com a disputa pelo comando do tráfico de drogas na região”.

Nesse ponto é interessante notar como as respostas podem provocar uma espécie de gradação nos níveis de sentido ou mesmo na relevância do fato e que está diretamente relacionada ao perfil dos envolvidos e ao contexto espacial em questão. Destaca-se que Santo Amaro é um bairro localizado na região central do Recife, que carrega a marca da segregação espacial, do processo de favelização. Ainda que se trate de uma “*suspeita*” e não de algo comprovado, a possibilidade de associação do executado com o *mundo das drogas*, especificamente, com o “tráfico de drogas” pode alimentar a conformação ou mesmo a justificativa em relação à sua morte. Tal qual o desfecho das vítimas, o uso de termos como “favela”, “comunidade”, “tráfico de drogas” parece eliminar, também, outras indagações ou questionamentos em torno no ocorrido.

Voltando-se para as construções sociais que subjazem às percepções acerca das drogas e às respectivas posturas de conformação e/ou naturalização supracitadas, identifica-se muitas pessoas dentro ou fora dessas localidades que se identificam com elas e acreditam ser esse o desfecho merecido para determinadas pessoas que “entram no mundo das drogas”. Evidentemente, a conotação de sentido e a interpretação é outra para os que estejam diretamente envolvidos no emaranhado social e psicossocial sintetizados nessa expressão. Contemplar esses distintos posicionamentos ou distintas faces de um mesmo processo de construções sociais é um desafio que se converte num diferencial para estudos inclinados à relação da sociedade com as drogas.

Em meio às considerações, salientadas neste trabalho, é interessante perceber como, nesse ‘microcosmo’ pesquisado, a partir de quatorze narrativas de vida, foi possível se deparar com questões complexas, algumas nas quais, na contramão dos discursos dominantes sobre os envolvimento com o *crack* e que suscitam reflexões nas dimensões que puderam ser aqui apresentadas. Isso aponta o quanto ainda precisamos melhorar seja enquanto sociedade, seja enquanto pesquisadores para que

possamos trocar as lentes que, muitas vezes, nos faz ter uma leitura dos fenômenos sociais, de algum modo, atreladas aos discursos costumeiramente difundidos sobre eles.

4 Realidade ou Imaginação?

Tomando-se como exemplo, aquela fase de prosperidade “nos negócios” e ascensão devido ao sucesso das vendas de *crack* nas “bocas de fumo” do pastor, conforme mencionadas por Ônix (vide página 173), ou a participação de alguns policiais e de políticos nos esquemas/dinâmicas do tráfico de *crack* e outras drogas, conforme mencionado por Rubi, Citrino, Jaspe, Berilo⁴, etc., é importante ressaltar o seguinte: no processo de produção de narrativas de vida, não importa, primordialmente, o que é realidade, fato ou o que poderia ser considerado “fruto das imaginações dos(as) entrevistados(as)”. Não há perda de relevância para as questões tratadas, ainda que estas sejam fruto de imagens que se consolidaram em suas mentes como representações de expectativas que criaram para suas vidas.

Antes de ser uma forma imaginada, essas questões tem uma conotação de sentido para os(as) entrevistados(as), situadas e relacionadas aos contextos socioculturais dos quais fazem parte. Relembro que a narrativa consiste numa “forma discursiva capaz de criar uma imagem em movimento da ação apresentada pelos entrevistados, não importa se real ou imaginada” (SANTOS, 2017, p. 11). O que vale, portanto, é o conjunto de informações que emergem de seus relatos de vida e o modo como tais informações vêm à tona em suas falas. Importa reforçar que “se as pessoas definem certas situações como reais, elas são reais em suas consequências” (THOMAS & THOMAS, 2010, p. 572)⁵.

Suas narrativas são “*formas simbólicas*” (Thompson, 2002) de representações do real, dotadas de sentido segundo suas experiências de

⁴ Conforme suas narrativas destacadas ao longo do Capítulo 4.

⁵ Tradução do original: “If men define situations as real, they are real in their consequences”.

vida e, portanto, com relevância sociológica. O fato de mencionarem tais informações, como as que destaquei acima, já ocupa um lugar em seus esquemas de interpretação do mundo com base, inclusive, em seus próprios contextos de vivência, mas que não se restringe à suas experiências individuais. Tal interpretação é um reflexo de suas concepções acerca dos envolvimento e das interações desenvolvidas em torno do *crack* na realidade estudada. Suas falas ocupam um lugar especial no âmbito dos discursos que costumam ser socialmente difundidos acerca das drogas consideradas ilícitas e dos perfis de pessoas a elas relacionadas.

Esses relatos dialogam, ainda, com estudos científicos que se debruçam justamente sobre a participação de pessoas pertencentes à elite política no tráfico de drogas, tanto no Brasil quanto em outros países. Inclui-se aqui o financiamento de campanhas de políticos brasileiros com dinheiro fruto do tráfico de drogas e as relações de proximidade/ligações entre políticos, empresários e líderes do tráfico de drogas e/ou de facções criminosas como forma de viabilizar a lavagem de dinheiro fruto desse ramo de atividade ilícita.

Em duas interessantes matérias intituladas “*O tráfico de drogas e seus políticos*” e “*As veias abertas do narcotráfico na política da América Latina*”⁶ o historiador Henrique de Oliveira trata exatamente dessas questões. As matérias trazem fotos do helicóptero que transportava cerca de meia tonelada de pasta base de coca, no caso que ficou conhecido como ‘helicoca’, que mencionei nas páginas 38-39. Em ambas as matérias, o autor ressalta: **a)** a imagem estereotipada do “traficante” (“negro e pobre”) que figura no imaginário social e que costumeiramente é difundida pelos veículos de comunicação de massa. **b)** A relação entre tráfico de drogas e a política, cujo processo eleitoral é convertido numa espécie de *balcão de negócios* entre os “*grandões*”, para usar um termo dos(as) entrevistados(as) nesta tese. De maneira que “as eleições têm sido uma forma não apenas de eleger pessoas do tráfico de drogas a cargos políti-

⁶ Publicadas, respectivamente em Janeiro de 2017, na Revista *Rever* e em Julho de 2017, na Carta Capital (vide referências bibliográficas).

cos para facilitar os negócios e trazer proteção, mas também para lavagem de dinheiro do tráfico [...] através das doações eleitorais a candidatos e partidos políticos” (OLIVEIRA, 2017).

No âmbito da América Latina, destacam-se casos do cenário político no México, na Colômbia, no Peru, por exemplo, desde o início da década de 1980, mediante evidências da relação entre políticos e membros do tráfico de drogas. No Brasil, desde a CPI do Narcotráfico, iniciada no ano 2000, é grande a quantidade de casos em que vereadores, prefeitos, deputados, senadores, em estados de todas as regiões do país, são indiciados e/ou condenados por envolvimento com o tráfico de drogas. Nas referidas matérias, Henrique Oliveira apresenta cada caso trazendo, ainda, os nomes dos Estados e os partidos aos quais cada político é filiado. Essas questões ilustradas nas matérias também viabilizam uma compreensão das conexões de sentido que os(as) entrevistados(as) trazem em suas narrativas para a relação entre membros das elites políticas, das instituições policiais e o tráfico de drogas.

Considerando-se as atitudes de alguns agentes dentro das instituições policiais, tomando-se por base os relatos dos(as) entrevistados(as), fiquei me perguntando para onde será que vão aqueles objetos “de valor”, “relógios caros” (como relatado por Berilo) que foram ou são entregues aos policiais no momento em que um “traficante” entra na prisão, mas que não são devolvidos, nem aos egressos nem aos seus familiares. Outra indagação gira em torno de significativas quantias em “dinheiro vivo” e as drogas que são apreendidas por um ou dois policiais que, aparentemente e para todos os efeitos, estariam ‘em pleno exercício de suas funções’, numa atividade rotineira. É, no mínimo, curioso, que essas apreensões não vão parar nos noticiários do dia seguinte ou dos dias subsequentes, como meio de divulgação do “êxito da operação” ou da “atuação” desses policiais.

Ainda que se tratasse de casos isolados, o que foi relatado, por exemplo, por Berilo, cujos ‘objetos de valor’ foram entregues aos policiais no ato do seu ingresso na prisão e que não foram devolvidos ou o relato

de Rubi, que disse ter apanhado e tido certa quantia de dinheiro e drogas levados “pela polícia” [não a instituição, mas, alguns agentes que dela faziam parte], mas teríamos aqui a possibilidade de analisar certas práticas entranhadas na cultura organizacional de determinadas instituições brasileiras que, devido às práticas socioculturais aqui salientadas, se mostram muito mais consolidadas em nossas interações sociais do que qualquer imaginação fértil conseguiria criar.

“[...] hoje em dia não tem mais disso, não! Militar, Civil, até a Federal tá tudo desacreditada, é tudo a mesma corja de corruptos! E se tem algum dentro da corporação que não entra no jogo, recebe logo alguma sanção, é transferido, é até suicidado, tem cada coisa que dá até medo, mas como a gente convive, então, a gente fica sabendo. Mas, se eles realmente fizesse um trabalho limpo, sem ter um político safado mandando por trás, a gente não via tanta coisa errada e essa desgraça toda que a gente tá vendo aí todo dia, não! Foi-se o tempo que polícia federal fazia trabalho honesto! Vive tudo com rabo preso e aí so bota pra cima de quem não tem nenhuma carta na manga, as costas quentes, nenhum podre deles pra jogar no ventilador, intendesse?”.

Funcionária Pública, esposa de policial civil, com filho na Polícia Federal e com ciclo de amizades no âmbito dos profissionais dessa área.

Anotação de campo.

Considerações finais

“E você ainda acredita que é um doutor, padre ou policial, que está contribuindo com sua parte para o nosso belo quadro social”. ‘Ouro de Tolo’.

Raul Seixas.

O Brasil convive com o *crack* há três décadas, aproximadamente. Observando-se as formas de lidar com esse fenômeno em nossa realidade, sobretudo, a partir da postura do poder público, não seria necessário recorrer a muitos estudos sobre *crack* realizados no mundo para perceber que avançamos pouco em alguns pontos e quase nada em outros tantos. O que se faz perceber tanto nos modos de abordar a questão, quanto no plano das “respostas” do Estado brasileiro, que costumam ser dadas nesse sentido. No que tange às concepções sociais acerca dos envolvimento com drogas, muitas delas ainda parecem pressas ao ato criminalizado em si e isso se reflete nas medidas políticas e nos modos como a questão repercute na sociedade. Isso compromete outras propostas de compreensão do fenômeno, além de dificultar a elaboração de ações estratégicas para lidar com os desdobramentos que a relação da sociedade com o *crack* e outras drogas assume na atualidade.

De estudos científicos a algumas políticas públicas, tudo ainda parece girar em torno da ponta do *iceberg*. E se nem um *iceberg*, pode ser compreendido enquanto bloco de gelo isolado em meio ao oceano, é evidente que, muito menos, a “questão do crack”. No fluxo contínuo das interações sociais na realidade brasileira, é importante que nos voltemos para o que está manifesto, mas que não negligenciemos o que está latente. Especificamente com relação aos envolvimento com o crack, muito mais do que “o ato em si”, há um histórico consolidado de práticas socio-culturais que, assim, como na parte do *iceberg* submersa, não está visível

aos olhos, mas existe. São *frutos de construções sociais*, resultam da forma como costumam ser ‘roladas as pedras’ nesse pedregulho social que, não raro, segrega indivíduos ou grupos da na sociedade brasileira.

As concepções sociais de caráter estigmatizante acerca dos envolvimento com determinadas drogas são agravadas pela afinidade eletiva existente entre práticas socioculturais preexistentes e o aparato político ideológico de “guerra” às drogas, conforme tratei no primeiro capítulo. A política de “guerra às drogas” se apresenta como um mecanismo eficaz para o controle social de minorias e encontra, na realidade brasileira, terreno fértil para se reproduzir, reforçando/agravando práticas que, historicamente, subjazem à dialética das interações sociais. Numa dinâmica social marcada por práticas de caráter racista e classista, somados a concepções sociais moralistas, também, com relação aos envolvimento com drogas, a retórica do “combate ao narcotráfico/tráfico de drogas” encontra facilidade para se consolidar, obter alguma legitimação social.

No processo de produção de narrativas que alicerçou este estudo, o contato com os relatos de vida dos(as) entrevistados(as) promove reflexões que extrapolam o âmbito das experiências individuais e nos coloca diante do exercício de perceber, em nível de sociedade, nas práticas socioculturais, políticas e econômicas que reproduzimos, aqueles fatores que contribuem para desdobramentos problemáticos na histórica relação da sociedade com as drogas. O campo, que se apresenta como espaço que desafia, desvenda, reformula, corrobora, mas também refuta concepções e questões de pesquisa, permitiu perceber que os aspectos situacionais dos envolvimento com o *crack*, no plano individual, se entrelaçaram com aspectos de ordem estrutural na sociedade.

As falas dos(as) entrevistados(as) deixam transparecer aspectos em comum, perceptíveis seja em suas trajetórias de vida, como um todo, sejam especificamente em seus processos de iniciação ao consumo de drogas e aos seus envolvimento com o *crack*. Viu-se que os(as) entrevistados(as) foram apresentados ao *crack* por alguém que já fazia parte do seu ciclo de convivência, de amizade. Percebe-se, nesse sentido, a *confi-*

ança como sendo um fator marcante nas relações interpessoais entre os ‘neófitos’ e as pessoas através das quais tiveram seus primeiros contatos com o *crack*. Paralelamente ao laço da confiança, identificam-se os *fatores de ordem emocional* em meio às circunstâncias de envolvimento com o *crack*, conforme mostrado no Capítulo 5. Nas relações de amizade, nos relacionamentos afetivos o *laço da confiança* e os *fatores de ordem emocional* permeavam a atmosfera tanto no âmbito das propostas e das negociações para a venda de *crack*, quanto no âmbito das dinâmicas de uso, que compreendem desde sociabilidades pautadas no caráter lúdico das interações sociais e a solidariedade das relações de amizade, até as desilusões amorosas em nível pessoal e as lógicas de mercado em torno do consumo de *crack*.

Durante a realização desta pesquisa, deparei-me com achados de campo que eu já suspeitava, alguns que eu só havia “ouvido falar” ao longo da trajetória acadêmica e outros que eu jamais ousei pensar que encontraria, ao entrar em contato com as narrativas de vida dos(as) entrevistados(as). Tomar tais narrativas como ponto de partida e caminho metodológico deste estudo possibilitou-me compreender muito mais do que seus envolvimento com o *crack*. As trajetórias de vida rememoradas em cada relato ‘descortinavam’ a confluência de fatores estruturais, caracterizados pelas diferenciações de renda, de classe, de raça, de gênero etc., com aqueles de ordem individual. De situações pessoais, a fatos sociais, a sensação era de que micro e macro se revezam, se reforçam e se entrelaçam e nos permite acessar ao controverso, ao latente e ao manifesto na dialética das interações na sociedade.

Apostei nas narrativas de vida desse pequeno grupo de atores sociais envolvidos com o *crack*, aos quais estão reservados termos estigmatizantes, mas ocorre que seus relatos falam tanto quanto ou mais desta sociedade do que unicamente de si mesmos. E nesse percurso situado no âmbito da Sociologia das drogas, o diálogo com outras áreas foi uma constante. Na trama das interações e das emoções reunidas nas narrativas de vida dos (as) entrevistados(as), acredito que ‘mirei’ no que

costuma ter nome aos olhos da sociedade e alcancei o que não costuma ser destaque, nem nas manchetes dos jornais, nem nos discursos que se difundem sobre o *crack*. Contemplei experiências pessoais e me deparei com práticas de caráter coletivo, consolidadas na dialética das interações, na qual os indivíduos influenciam ao mesmo tempo em que são influenciados uns pelos outros.

Em meio a cada processo de rememoração do passado, por parte dos(as) entrevistados(as), e diante dos seus ‘exercícios de autoanálise’ em relação ao que fizeram, ao que passaram e às concepções que tinham no momento da entrevista, foi interessante perceber o nível de conscientização, clareza e discernimento acerca de sua atual condição. Em alguma medida, suas narrativas se contrapõem àquela imagem caricata do “usuário de *crack* zumbi”, “incapaz de decidir sobre sua própria vida”, sobre seu próprio destino.

Em termos de aprendizagens com o campo, foi enriquecedor perceber, também, as discrepâncias entre o modo como eles se percebiam e o modo como a sociedade, de um modo geral, costuma considerá-los/identificá-los; entre o que é dito a respeito deles e o que eles próprios dizem de si.

Seus relatos em torno das “preocupações”, memórias e anseios enquanto pais/mães, esposos(as), filhos(as), amigos(as), irmãos ou irmãs, por exemplo, remetiam ao exercício da contraposição no que Goffman (1988) chamou de *identidade social real* (o que uma pessoa é) e *identidade social virtual* (o que dizem ou pensam que ela seja), considerando-se as visões estigmatizantes em relação às pessoas envolvidas com o *crack*. Não se descarta, contudo, os processos de retroalimentação dos estigmas, nem o caráter depreciativo que o estigma confere às identidades dos estigmatizados.

O esforço para problematizar esses envolvimento com o *crack*, pode ser considerado um mecanismo de compreensão que extrapola as ‘cenas’ ou atos social e legalmente criminalizados. Viu-se que as circunstâncias dos envolvimento com o *crack* relacionam-se, em alguma

medida, outras ‘circunstancias’ que repercutiram e se repetiram ao longo de uma trajetória de vida. Assim, a necessidade de se contemplar os fatores precedentes nas trajetórias de vida dos(a) entrevistados(as) consiste numa das propostas da perspectiva de análise adotada neste estudo.

Nesse sentido, fica difícil visualizar um debate que se pretenda ‘sensato’ em torno da questão das drogas, especificamente em torno dos envolvimento com o *crack*, baseando-se apenas no ato considerado crime ou, ainda, limitando-se às cenas que decorrem de um processo muito mais amplo do que as construções baseadas num ‘juízo’ mais imediato conseguiriam alcançar. Acredito que não avançaremos nesse campo negligenciando, por exemplo, a configuração estratificada da sociedade brasileira, que agrega um conjunto de agravantes que se inscrevem em muitas trajetórias de vida, antes mesmo dos envolvimento com o *crack*.

Na trama das questões de ordem mais estrutural e dos processos de reprodução de determinadas práticas em nossa dinâmica social, notadamente aquelas de caráter discriminatório, segregacionista, salienta-se a afinidade eletiva de tais práticas com o aparato político ideológico da política de “guerra” às drogas, que termina dando origem a dois subprodutos: o ‘kit noiado’ e o ‘combo narcotráfico’, conforme já mencionado.

No tocante às medidas, até então, empregadas, que produzem efeitos contrários ou distantes dos pretendidos, mostrando-se inadequadas e pouco eficientes para lidar com o fenômeno, se as discussões das cúpulas de segurança pública ou das comissões inclinadas à elaboração de políticas públicas sobre drogas parecem distantes de chegar a um consenso, as falas dos(as) entrevistados(as) lançam, também, uma luz nesse sentido. Considerando-se que “dentro das comunidades”, muitas vezes, pode emergir leituras da sociedade mais próximas daquelas realidades, que podem iluminar procedimentos acerca da questão das drogas, destaca-se o relato do entrevistado Jaspe: “eu sei que ainda dava pra fazer mais coisa pelo pobre, pelas crianças que nasce e cresce nesse meio, vendo isso

todo dia”, referindo-se aos envolvimento com o mercado ilícito de *crack* e outras drogas.

Pergunto, então, o que ele “acha que poderia ser feito nesse sentido” e o entrevistado responde: “*Eu acho que o governo até age, bota a polícia, mas age errado. Ele começa pelas beiradas, mas não chega no centro do problema que é lá dentro da comunidade [...] É lá dentro que as crianças veem o que não deve e aprende fazer depois que cresce*”. A fala do entrevistado remete, claramente, aos processos de socialização, aos desdobramentos de determinados fenômenos em contextos marcados pela exclusão social, a condições vida específicas às quais centenas de pessoas estão submetidas em nossa sociedade. Sua fala alude, ainda, ao modo como “a *polícia*” tem sido a resposta mais recorrente na maneira como o Estado brasileiro tem lidado com a questão do *crack* e/outras drogas.

O Brasil segue na contramão, por exemplo, das respostas dadas por países como Canadá, Inglaterra, Espanha, Portugal, Holanda, dentre outros, que não limitaram suas respostas à questão das drogas ao aparato de repressão orientado pela política mundial pautada na “guerra” a determinadas substâncias. Investiram, primeiramente, na dignidade de seus cidadãos, mediante garantia de direitos sociais mínimos, conciliadas a outra concepção de “medidas preventivas”, através de uma atuação política comprometida e disposta a mobilizar diferentes áreas como, por exemplo Saúde, Segurança Pública, Educação, dentre outros.

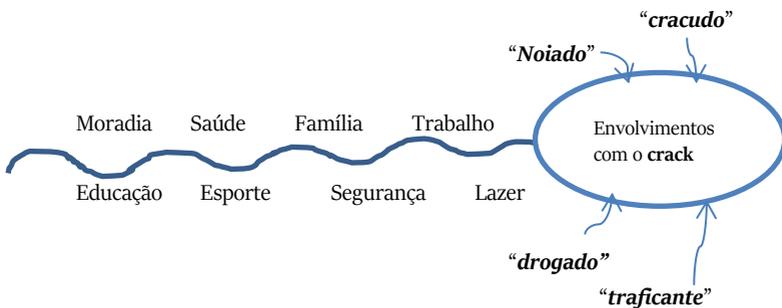
Políticas públicas caracterizadas pela oferta de serviços de qualidade e contínuos, o que é muito importante. Paralelamente, são desenvolvidas e implementadas políticas de assistência e tratamento, para casos de uso regular àqueles de uso compulsivo, em que as medidas de redução de danos ganham papel de destaque. Ciente de que se trata de realidades diferentes, sobretudo em termos de conduta e consciência política, consciência coletiva e práticas socioculturais da sociedade brasileira, mas teríamos nessas experiências inspiração para trilhar novos caminhos.

Nesses termos, considerar a questão das drogas é considerar, também, a relevância da garantia de direitos sociais mínimos, com vistas à dignidade humana, inclusive conforme previsto na Constituição Brasileira de 1988. O respeito a tais direitos e respectivo cumprimento do que é constitucionalmente estabelecido nesse sentido, traduzir-se-ia, ainda em eficientes medidas de prevenção, inclusive, no âmbito das políticas públicas sobre drogas. Longe, portanto, de medidas que se limitam à taxonomia das substâncias ou àquelas operações corriqueiras que incidem mais contundentemente sobre grupos e perfis sociais específicos.

Considerando-se o “lugar” que o perfil de entrevistados(as) neste estudo ocupam em meio às mencionadas relações de poder estabelecidas na sociedade, e as concepções sociais que lhes são direcionadas, o esforço em problematizar seus envolvimento com o *crack* figura como convite para que nos atenhamos às suas *pedras vividas*, antes mesmo de apontarmos aquelas *pedras* que foram ou são fumadas.

A perspectiva de análise aqui adotada respalda a tese de que em meio à coexistência de fatores de ordem estrutural e da emergência de fatores de ordem pessoal, emocional, o *crack* chega às trajetórias de vida num cenário já devastado, já caracterizado pelas adversidades que configuram o que chamo de *pedras vividas*. O *crack* chega num cenário marcado por exclusão, negação de direitos sociais mínimos, estigmatização mediante concepções sociais agravadas pelo aparato político ideológico da política de “guerra às drogas”; num cenário onde até mesmo o ciclo social mais próximo que representaria um “porto seguro”, conforme representado nas narrativas, consegue promover desequilíbrios emocionais e traumas que cada entrevistado(a) vai levando consigo, relembrando e resignificando ao longo de suas trajetórias de vida, conforme tentei ilustrar no desenho a seguir:

A falta de acesso a condições adequadas de:



Nesses termos, o *crack* figura como uma pedra a mais no *pedregulho social* que legitimamos e ajudamos a reproduzir. Nesse pedregulho, o 'sujeito' pode ter tido uma trajetória marcada por "acertos", conquistas pessoais, por exemplo, mesmo diante das adversidades vividas e do fato de estar submetido a condições sub-humanas de sobrevivência. Mas, curiosamente, a partir do seu envolvimento com o *crack*, ele passa a ter alguma visibilidade, agora ele passa a ser enxergado pela sociedade. Não como cidadão dotado dos direitos constitucionais que lhes foram negados ou violados, mas tão somente como uma espécie de 'lixo social'. Nessa esteira, práticas socioculturais de cunho racista, segregacionista, classista reproduzidas em nossa realidade é que, também, transformam a sociedade nesse *pedregulho social*, frio, calculista e desumano. O que, por sua vez, pode comprometer a empatia, o sentimento de pertença enquanto sociedade que se pretende civilizada, o compromisso ou mesmo o respeito com vidas humanas etc. Percebe-se, nesse cenário, que há naturalização das *pedras vividas*, por um lado, e reações de repúdio, pânico moral e rejeição social diante das *pedras fumadas*.

Poderíamos pensar que, antes do que se entende por "vício" no plano individual, os "vícios" a serem problematizados em nível de sociedade também poderiam ser outros. Diante de todas as informações que emergem das narrativas dos(as) entrevistados(as) e que pude pontuar neste estudo, estaríamos ainda diante de uma síntese simplificada daquilo que eles/elas vivenciaram e seguem vivenciando no seu dia-a-dia. Cabe lem-

brar que, justamente por serem “quem são” segundo as construções sociais aqui mencionadas, não alcançam credibilidade para serem ouvidos, ou para que sejam vistos como cidadãos, como humanos. Contraditoriamente, postura social distinta pode ser observada em relação àqueles “*grandões*”, que escapam aos rótulos, parecem imunes aos estigmas por pertencerem aos “*perfis fora de suspeita*”.

Por fim, o caráter de ‘denúncias’ explícitas ou nas entrelinhas, que o processo de produção dessas narrativas de vida teve o condão de trazer à tona, representa interpretações da realidade social, segundo os contextos dos quais cada entrevistado(a) faz parte. No entanto, suas falas representam, também, a soma das vozes que não costumam ter vez nos espaços político-midiáticos dominantes, muitos dos quais já condicionados a discursos demonizantes sobre as caricatas figuras dos “*drogados*”, “*cracudos*”, “*noiados*” e “*traficantes*”.

E quem são essas pessoas? São aquelas cujos gritos permanecem ignorados face ao conjunto de direitos histórica e cotidianamente desrespeitados. São aquelas cujas vozes ao serem ouvidas, num lapso das circunstâncias, inserem relevantes questões para (re)pensarmos os procedimentos e a elaboração de políticas públicas sobre o *crack* e demais drogas. São aquelas cujas narrativas de vida extrapolam suas feridas corporais e emocionais, deixando transparecer um gargalo sociocultural forjado na reprodução de hábitos e de práticas sociopolíticas renitentes em ceifar ou desperdiçar vidas humanas na sociedade brasileira.

Referências

- ACIOLI NETO, Manoel de L. e SANTOS, Maria de Fátima de Souza. “**Os usos sociais do crack: Construindo uma clínica situada culturalmente**”. Recife: Editora UFPE, 2015.
- ALMEIDA, Renata. e CALDAS, Marcus Túlio. “Cocaína – Da folha ao pó, do pó ao crack: Uso histórico em diversos contextos sociais”. In.: **Estudos Universitários, revista de Cultura**. [Pró Reitoria de Extensão da UFPE]. Vol. 1, n1, (1962); Recife: Ed. Universitária da UFPE, pp. 111-131; 2011.
- BECKER, Howard S. “**Outsiders: estudos de sociologia do desvio**”. Coleção Antropologia Social: Diretor Gilberto Velho. Tradução – Maria Lúcia X. de A. Borges; revisão Técnica – Karina Kuschnir IFCS/UFRJ. 1ª ed. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro; 2008.
- _____. “**Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**”. São Paulo: Hucitec; 1989.
- BERGER, Peter. “**Perspectivas Sociológicas: Uma visão Humanística**”. Tradução de Donalson M. Graschagem. Petrópolis, Editora Vozes Ltda. 5ª Edição; 1976.
- BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. “**A construção social da realidade**”. Petrópolis, Vozes. 1983.
- BOURDIEU, Pierre. “**Questões de Sociologia**”. Editora Marco Zero Ltda, Rio de Janeiro; 1983.
- BOURGOIS, Philippe. “In Search of Horatio Alger: Culture and Ideology in the Crack Economy”. In.: REINARMAN, Craig & LEVINE, Harry G. (orgs). “**Crack in America: demon drugs and social justice**”. University by California Press; Berkeley; Los Angeles; London;United States. pp 57-78. 1997.
- BRANDÃO, Marcílio Dantas. “**Dito, feito e percebido: controvérsias, performances e mudanças na arena da maconha**”. Tese de Doutorado. PPGS/UFPE. Recife, 2017.

BRASIL. “**Constituição Federal Brasileira de 1988**”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, Acesso em Outubro de 2016.

BRASIL. **LEI nº 11.343**, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Brasília, Distrito Federal, 2006.

BRASIL. **LEI Municipal nº 3322/2017**, de 15 de agosto de 2017. Cabo de Santo Agostinho/PE. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/c/cabo-de-santo-agostinho/lei-ordinaria/2017/333/3322/lei-ordinaria-n-3322-2017-revoga-a-lei-municipal-n-3242-2017-de-15-de-agosto-de-2017-que-dispoe-sobre-a-proibicao-de-centros-de-acolhimento-para-usuarios-de-crack-alcool-e-outras-drogas-na-area>, Acesso em Abril de 2018.

CARAVACA. “**Crack: el inicio de la piedra en Brasil**”. Revista Eletrônica Enfermería Actual em Costa Rica. Edição Semestral nº 27, 1-11; Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15517/revenf.voi27.16182>, Acesso em setembro de 2016.

CAPITAL, Carta. Revista. “**Processo do caso Rafael Braga**”. 2013. processo nº 0212057-10.2013.8.19.0001 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/morador-de-rua-e-condenado-a-5-anos-de-prisao-por-carregar-pinho-sol-e-agua-sanitaria-7182.html/sentenca.pdf-9358.html>, Acess em abril de 2018.

CARNEIRO, Henrique S. “**As drogas e a história da humanidade**”. Revista Diálogos. Conselho Federal de Psicologia; 2009. Versão online disponível em: www.pol.org.br, acesso em Agosto de 2015.

CARVALHO, Vicente. “**Campanha brasileira usa zumbis para alertar sobre o crack**”. Publicado em 2013. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2013/12/campanha-brasileira-transforma-usuarios-de-crack-em-zumbis-para-alertar-sobre-a-droga/>, Acesso em 21 de junho de 2018.

CBDD. Comissão Brasileira sobre Drogas e Democracia Dossiê: “**Política de Drogas: Novas práticas pelo mundo**”; ONG Viva Rio. Rio de Janeiro, 2011.

CEBRID. Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas. “**Cocaína, padta de coca, crack, merla**”. Disponível em: <http://www.cebrid.epm.br/folhetos/cocaina.htm>, Acesso em 29 de março de 2018.

CHEUNG, Yuet W. and ERICKSON, Patrícia G. “**Crack use in Canadá: A distant American cousin**”. in.: REINARMAN, Craig and LEVINE, Harry G. “Crack in America: Demon Drugs and social justice”. University of Califórnia Press Ltda; Berkeley and Los Angeles, Califórnia; London, England. pp. 175-193. 1997.

COHEN, Peter D. A. “**Crack in the Netherlands: Effective social policy is effective drug policy**”. In.: REINARMAN, Craig and LEVINE, Harry G. “Crack in America: Demon Drugs and social justice”. University of Califórnia Press Ltda; Berkeley and Los Angeles, Califórnia; London, England. pp. 214-224. 1997.

CORRÊA, Guilherme. “**Drogas Para Além do Bem e do Mal**”. In.: In: SANTOS, Loiva Maria De Boni (org.), “Outras Palavras Sobre o Cuidado de Pessoas que Usam Drogas”. Porto Alegre – Ideograf/Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. pp. 167-176; 2010.

COSTA, Hélio. Blog Notícias do Dia. “**Polícia [...] passa o rodo em traficantes inexpressivos**”. Matéria publicada em janeiro de 2018. Disponível em: <https://ndonline.com.br/florianopolis/coluna/helio-costa/traficantes-inexpressivos-sao-retirados-de-circulacao-pela-pm-no-sul-da-ilha>; Acesso em 20 de junho de 2018.

DA COSTA, Alexandre F. Resenha da obra de Thompson, John B. “**Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**”. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, 427 págs. Periódicos UNB. Disponível em: periodicos.unb.br/index.php/les/article/download/1325/981, Acesso em maio de 2018.

DATAFOLHA. Instituto de Pesquisas. “**Maioria dos paulistanos aprovam ações na crackolândia**”. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/06/1890337-maioria-dos-paulistanos-aprova-aco-es-na-cracolandia.shtml> Acesso em junho de 2018.

DENZIN, Norma. e LINCOLN, Yvona S. “**A disciplina e a prática da Pesquisa Qualitativa. O planejamento da pesquisa Qualitativa**”. 2ª Ed. Porto Alegre, Artmed Bookman, p.15-41; 2006.

DOMANICO, Andrea. “**Craqueiros e Cracados: Bem-vindo ao mundo dos nóias! Estudo sobre a implementação de estratégias de redução de danos para usuários de crack nos cinco projetos-piloto do Brasil**”. Tese de Doutorado, PPGCS/UFBA, Salvador, 2006.

DOWDNAY, Luke. “**Crianças do Tráfico**”. Editora 7 letras. 2004.

DP. Diário de Pernambuco. “**Homem é executado com mais de 30 tiros em Santo Amaro**”. Matéria publicada em 27 de fevereiro de 2018. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2018/02/27/interna_vidaurbana,743112/homem-e-executado-com-mais-de-30-tiros-em-santo-amaro.shtml , Acesso em 21 de junho de 2018.

EDUCAÇÃO, Mundo. “**Produção das Folhas de Coca**”. Disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/producao-folha-coca.htm> , acessado em 31 de Maio de 2016.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. “**Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**”. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EL PAIS, Internacional. “**Pesquisa Desigualdade Mundial 2018**”. Matéria publicada em 14 de dezembro de 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/13/internacional/1513193348_895757.html Acesso em 20 de junho de 2018.

ESCOHOTADO, Antônio. “**O livro das drogas: Usos e abusos, desafios e preconceitos**”, São Paulo: Dynamis Editorial, 1997.

_____. “**História General de las Drogas, 1**”. 7ª ed. Alianza Editorial, S.A. Madrid, 1998a.

_____. “**História General de las Drogas, 3**”. 7ª ed. Alianza Editorial, S.A. Madrid, 1998b.

ESPINHEIRA, Gey. “**Os Tempos e os Espaços das Drogas**”. In.: “**Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo**”. Tavares, Almeida, Nery Filho [et. All] (Orgs). Salvador, EDUFBA; CETAD-UFBA. Pp 11 – 26; 2004.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. “**Pesquisa de avaliação do Programa Atitude**”. Sumário Executivo. Realização: NEPS/UFPE. 2015. Disponível em <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/politicas-de-drogas-e-reducao-de-danos-no-brasil-o-programa-atitude-em-pernambuco/>, Acesso em maio de 2018.

FÉLIX da Silva, Patrícia Marília. **“Pessoas em situação de rua em Recife: Cidadania através do trabalho como uma alternativa”**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. UFPE, Recife, 2015.

FERREIRA, P.E.M. e MARTINI, R.K. **“Cocaína: lendas, história e abuso”**. Revista Brasileira de Psiquiatria; 23(2):96-9. 2001.

FIOCRUZ/Fundação Oswaldo Cruz. **“Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?”**. Orgs: Francisco Inácio Bastos, Neilane Bertoni. Rio de Janeiro: Ed.: ICICT/FIOCRUZ. 224p; 2014.

FONTES, Luciane. Poema. In.: LACERDA, Jordana Cristina de. **“Provérbio popular: Um agenciamento na produção subjetiva”**. Pontifícia Universidade católica de Minas Gerais/PUC/MG; Betim, p. 06. 2008.

FORUM, Revista. **“O caso que ficou conhecido como helicoca”**. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/2017/12/07/dono-de-sitio-onde-pousou-o-helicoca-no-espirito-santo-e-presos-em-nova-apreensao-de-cocaina/>. Acesso em janeiro de 2018.

FRAGA, Paulo César Pontes. **“A geopolítica das drogas na América Latina”**. Revista Em Pauta, n° 19, da FSS- Universidade do Estado do Rio de Janeiro. pp. 67- 88; 2007.

FRASER, Márcia T. D. e GONDIM, Sônia Maria G. **“Da fala do outro ao texto negociado: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa”**. Paidéia, 139-152; UFBA-Campus de São Lázaro, Salvador/BA, 2004.

FREUND, Julien. **“Sociologia de Max weber”**. Tradução de Luís Cláudio de Castro e Costa; revisão Paulo Guimarães de Couto. 5ª Ed. Forense Universitária; Rio de Janeiro. 2006.

GARCIA, León. **“Porque os humanos usam drogas?”**. Apresentação. In.: SOUZA, Jessé. (org). “Crack e exclusão social”. Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, pp. 11-15. Brasília, 2016.

GASKEL, George. **“Entrevistas individuais e grupais”**; In.: BAUER, Martin W. e

- GASKEL, G. Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um manual Prático. Petrópolis, Ed Vozes, pp 64-89. 2002.
- GIDDENS, Anthony. “**A Constituição da sociedade**”. São Paulo: Martins Fontes. 458p. 1984.
- GOFFMAN, Erving. “**Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**”. Tradução de Márcia Bandeira de Melo Leite Nunes. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC. 2008.
- GRILLO, Carolina Christoph. “**O morro e a pista: Um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas**”. Rio de Janeiro; N.1, vol.1. 2008.
- G1-PERNAMBUCO. Pernambuco Nordeste notícia. “**PF descobre laboratório clandestino de crack no Recife**”. 2016. Disponível em : <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2016/04/pf-descobre-laboratorio-clandestino-de-crack-no-recife.html>. Acesso em agosto de 2017.
- HART, Carl. “**Um preço muito alto: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas**”. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.
- HARTLEY, Richard D. and MILLER J. Mitchell. “**Crack-ing the Media Myth: Reconsidering Sentencing Severity for Cocaine Offenders by Drug Type**”. Criminal Justice Review 2010 35: 67 originally published online 10 November; Periódicos CAPES, acessado em 03/09/2010.
- HARWICK Louise & KERSHAW Sheila. “**The Needs of Crack-cocaine Users: lessons to be learnt from a study into the needs of crack-cocaine users**”. Taylor e Francis healthsciences - Drugs: education, prevention and policy, Vol. 10, No. 2, 121-134, May. 2003. Periódicos CAPES, acessado em 13/12/2010.
- HORTA, Rogério L.; VIEIRA, Luna S.; BALBINOT, Alexandre D.; OLIVEIRA, Grazieli O.; POLETTTO, Simone; TEIXEIRA, Vanessa A. “**A influência da família no consumo de crack**”. Revista Brasileira de Psiquiatria;63(2):104-12. Porto Alegre. 2014.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “**População-Projeções para a população brasileira em 2018**”. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>, Acesso em 15 de maio de 2018.

_____. Cidades. “**Censo da população brasileira 2010**”. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/recife/panorama> , Acesso em 20 de junho de 2018.

ITB. Instituto Trata Brasil. “**Ranking do saneamento básico nas 100 maiores cidades do Brasil**”. 2017. Disponível em: <http://tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/ranking/2017/tabela-100-cidades.pdf>; Acesso em 20 de junho de 2018.

JACCOUD, M. e MEYER, R. “**A observação direta e a Pesquisa Qualitativa**”. In.: POUPART, Jean. A Pesquisa Qualitativa: Enfoques Epistemológicos e Metodológicos”. Petrópolis, Vozes; pp. 254-294. 2008.

JENSEN, Eric L., GERBER, Jurg and MOSHER, Clayton. “**Social Consequences of the War on Drugs: the Legacy of Failed Policy**”. Criminal Justice Policy Review, Vol. 15, No 1, março 2004. 100-121.

JC, **Jornal do Comércio de Pernambuco**. “**Pernambuco possui a maior concentração de evangélicos do Nordeste**”. Matéria exibida em 30 de junho de 2012. Disponível em: <http://jconline.neio.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2012/06/30/pernambuco-e-o-estado-com-a-maior-concentracao-de-evangelicos-do-nordeste-47456.php> . Acesso em 20 de junho de 2018.

_____. “**Profissionais do Programa Atitude suspendem atividades e se mobilizam para protesto**”. 2015. Disponível em: http://jconline.neio.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2015/08/17/____profissionais-do-programa-atitude-suspendem-atividades-e-se-mobilizam-para-protesto-194660.php, Acesso em 01 de maio de 2018.

JUSTIÇA, Ministério. Gov. “**Composição do crack**”. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/programa-crack-1/a-droga>. Acesso em setembro de 2017.

JUSTIÇA, Ministério. Gov. “**Perfil das pessoas presas no Brasil**”. 2016. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil>, Acesso em janeiro de 2018.

LABATE, Beatriz Caiuby. et all., (orgs.). “**Drogas e Cultura: Novas Perspectivas**”. Salvador: EDUFBA; 440 p.: il. 2008.

- LACERDA, Jordana Cristina de. “**Provérbio popular: Um agenciamento na produção subjetiva**”. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC/MG; Betim, 2008.
- LARANJEIRA, Ronaldo e RIBEIRO, Marcelo. (orgs.) “**O tratamento do usuário de crack**”. Ed. Casa Leitura Médica; São Paulo. 2010.
- LEIGEY, Margaret E. and BACHMAN, Ronet. “**The Influence of Crack Cocaine on the Likelihood of Incarceration for a Violent Offense: An Examination of a Prison Sample**”. Criminal Justice Policy Review, 18: 335. 2007. Periódicos CAPES, acesso em 22/09/2010.
- LEITE, M.C.; ANDRADE, A.C.; ET AL. “**Cocaína e crack: dos fundamentos ao tratamento**”. Rev. Bras. Psiquiatria. vol.21 n.1; São Paulo Jan./Mar. Editora Artes Médicas Sul Ltda. 317 páginas. ISBN 85-7307-492-2. Porto Alegre.1999.
- LEPSIUS, M. Rainer. “**Economia e sociedade: A herança de Max Weber à luz da edição de sua Obra completa**”. Tradução de Sibebe Paulino. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 24, n. 1 ; pp. 137-145. 2012.
- LIMA, Heloisa Helena. “**Educação em Saúde e Uso de Drogas: Um Estudo Acerca da Representação das Drogas para Jovens em Cumprimento de Medidas Educativas**”. Belo Horizonte, 2013.
- LÖWY, Michel. “**Sobre o conceito de ‘afinidade eletiva’ em Weber**”. Tradução de Lucas Amaral de Oliveira e Mariana Toledo Ferreira. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.17.2, pp.129-142. 2011.
- MACKENZIE, Doris L. e UCHIDA, Craig D. “**Drugs and crime: evaluating public policy initiatives**”. SAGE publications. United States of America. 1994.
- MACRAE, E., TAVARES, LA., and NUÑEZ, ME. (orgs). “**Crack: contextos, padrões e propósitos de uso**” [online]. Drogas: clínica e cultura collection. 320p. EDUFBA, Salvador. 2013.
- MACRAE, Edward. “**Abordagens Qualitativas na compreensão do uso de psicoativos**”. In.: “Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo”. TAVARES, ALMEIDA, NERY FILHO [et. All] (Orgs). Salvador, EDUFBA; CETAD-UFBA. Pp 27- 48. 2004.

MAGNO, Ítalo e LOPES, Talita. **“Al Capone: fatos e fotos marcantes do mafioso Scarface”**. Museu de imagens. Disponível em : <http://www.museudeimagens.com.br/al-capone/>. Acesso em 22 de abril de 2018.

MARX, Karl. **“O Capital: Crítica da economia política”**. Livro I: **“O processo de produção do capital”**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo. 2013.

MEDEIROS, Regina. **“Clínica e Croni(cidade): Impactos do uso/abuso de crack na configuração urbana e no tratamentos da toxicomnina”**. In: SAPORI, Flavio e MEDEIROS, Regina (orgs.). **“Crack: Um desafio social”**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas; pp. 165-218. 2010.

MISSE, Michel. **“Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro”**. Lua Nova, São Paulo, 79: 15-38, 2010. *Estud. avançados [online]*. 2007, vol.21, n.61, pp.139-157. 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142007000300010>. On-line version ISSN 1806-9592 – Scielo. 2010.

MINTZ, Sidney W. **“Sweetness and power: The place of sugar in modern history”**. New York, Viking Penguin, 274 pp. 1986.

MOREIRA, Ivana. O Estádio de São Paulo. **“PM mata usuário de crack com 12 tiros”**. Matéria publicada em novembro de 2009. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral/pm-mata-usuario-de-crack-com-12-tiros,472902> ; Acesso em 20 de junho de 2018.

MUGFORD, Stephen. **“Crack in Australia: Why is there no problem?”**. In.: REINARMAN, Craig and LEVINE, Harry G. **“Crack in America: Demon Drugs and social justice”**. University of Califórnia Press Ltda; Berkeley and Los Angeles, Califórnia; London, England. 1997, pp. 194-213.

NAPPO, Solange Aparecida e OLIVEIRA, Lúcio Garcia. **“Crack na cidade e São Paulo; Acessibilidade, estratégias de mercado e formas de uso”**. Revista de Psiquiatria Clínica. 35(6):212-8, São Paulo. 2008.

NETV. Telejornal. **“Operação Construtor”**. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/netv-vedicao/videos/t/edicoes/v/pf-faz-operacao-contra-trafico-de-drogas-e-lavagem-de-dinheiro/5066215/>, Acesso em 03 de junho de 2016.

- NUNES, Deise Cardoso. et al. “... **outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas...**”. In: SANTOS, Loiva Maria De Boni (org.), “Outras Palavras Sobre o Cuidado de Pessoas que Usam Drogas”. Porto Alegre – Ideograf/Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. pp. 15-26. 2010.
- OLIVEIRA, Henrique. Carta Capital. “**As veias abertas do narcotráfico na política da América Latina**”. Publicado em 19 de julho de 2017. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/07/19/as-veias-abertas-do-narcotrafico-na-politica-da-america-latina/>, Acesso em abril de 2018.
- OLIVEIRA, Lúcio Garcia de e NAPPO, Solange Aparecida. “**Crack na cidade de São Paulo: acessibilidade, estratégias de mercado e formas de uso**”. Revista de Psiquiatria Clínica. 35(6):212-8. 2008.
- PAIVA, Antonio Crístian Saraiva. “**Por uma Sociologia menor: G. Simmel**”. In.: SBS-Resenhas; Publicação Semestral da Sociedade Brasileira de Sociologia; Nº 2, Ano 2 Maio de 2007; ISSN: 1981-2264. [pp. 04-11]. Disponível on-line em: no site da Sociedade Brasileira de Sociologia: www.sbsociologia.com.br.
- PBPD. Plataforma Brasileira de Políticas Sobre Drogas. “**Entendendo a Política de drogas no Cenário Internacional**”. Cartilha UNGAAS; 2017. Disponível em: <http://pbpd.org.br/>. Acesso em outubro de 2017.
- POUPART, Jean. “**A entrevista do tipo qualitativo: Considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas**”. In.: POUPART, J. et all. A Pesquisa Qualitativa: Enfoques Epistemológicos e Metodológicos. Petrópolis, Vozes; pp. 215-253. 2008.
- PRAGMATISMO, Político. “**Caso Rafael Braga**”. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/04/caso-rafael-braga-choca-brasil.html>, Acesso em janeiro de 2018.
- REINARMAN, Craig & LEVINE, Harry G. (orgs). “**Crack in America: demon drugs and social justice**”. University by California Press; Berkeley; Los Angeles; London; United States. 1997.
- _____. “**Crack in the Rear-View Mirror: Deconstructing Drug War Mythology**”. Social Justice, Vol. 31, Nos. 1-2 (2004). Periódicos CAPES, acessado em 11/08/2010.

REVER. Revista Rever. “**O tráfico de drogas e seus políticos**”. Publicado em janeiro de 2017. Disponível em: <https://reveronline.com/2017/01/13/o-trafico-de-drogas-e-seus-politicos/>; Acesso em abril de 2018.

RIBEIRO, Maurides e RIBEIRO, Marcelo. “**Política mundial de drogas ilícitas: uma reflexão histórica**”. Site da Associação Brasileira de Estudos do álcool e outras drogas: <http://www.abead.com.br>; Disponível em: http://www.abead.com.br/boletim/arquivos/boletim41/ribeiro_e_ribeiro_politica_mundial_de_drogas.pdf; Acesso em 21 de outubro de 2011.

RIOS, Luís Felipe. “**A população em Situação de Rua da Cidade do Recife e suas Condições Sociais: atores, grupos e formas de enfrentamento e de sociabilidade**”. Recife, 2005.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota e SILVA, José Augusto da. “**Pânico social e animalização do usuário: o crack na Folha de São Paulo**”. In.: SOUZA, Jessé. (org). “Crack e exclusão social”. Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, pp. 251-286 Brasília. 2016.

ROCHA, Rosilene. “**A dinâmica do crack em Cachoeira/BA: Da Guerra às drogas ao processo de estigmatização**”. Dissertação de Mestrado - PPGCS/UFRB. Maio de 2012.

RODRIGUES, Igor de Souza. “**Crack, a nóia da mídia**”. In.: SOUZA, Jessé. (org). “Crack e exclusão social”. Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, pp. 287- 303. Brasília 2016.

ROSENTHAL, Gabrielle. “**História de vida vivenciada e história de vida narrada: Gestalt e estrutura de autoapresentações biográficas**”. Tradução de Tomas da Costa. Porto Alegre. EDIPUCRS. 2017.

_____. “**Pesquisa Social Interpretativa: uma introdução**”. Tradução: Tomás da Costa; Revisão: Hermílio Santos. 5 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2014.

RUGGIERO, Vincenzo. “**Crime and Markets: Essays in Anti-Criminology**”. Claredon, Studies in criminology; “First Intermezzo: Drugs as a Password”. OXFORD, University Press – New York. Cap. 6; p. 75-89: 2000.

- RUI, Taniele Cristina. “**Corpos Abjetos: Etnografia em cenários de uso e comércio de crack**”. Tese de Doutorado-PPGAS-UNICAMP/SP. Maio, 2012.
- SALLES, João Moreira e LUND, Kátia. “**Notícias de uma Guerra Particular**”. documentário; Rio de Janeiro, 1999.
- SANTOS, Hermílio. Introdução à edição Brasileira, In: ROSENTHAL, Gabrielle. “**História de vida vivenciada e história de vida narrada: Gestalt e estrutura de autoapresentações biográficas**”. Tradução de Tomas da Costa. Porto Alegre. EDIPUCRS. 2017.
- SANTOS, Loiva Maria De Boni (org.), “**Outras Palavras Sobre o Cuidado de Pessoas que Usam Drogas**”. Ideograf/Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. 192 p; Porto Alegre. 2010.
- SANTOS, Camila Cerqueira P. dos, Et al. “**A Questão do Narcotráfico no Brasil a partir da Experiência Estadunidense: uma Síntese**”. Publicado em 24 de junho de 2015. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xii_cadn/a_questao_do_narcotrafico.pdf, Acesso em 21 de junho de 2018.
- SAPORI, Flávio e MEDEIROS, Regina (orgs.). “**Crack: Um desafio social**”. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas; pp. 38-80. 2010.
- SAVOIA, Mariângela Gentil. “**Psicologia social**”. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.
- SCIVOLETTO, Sandra. JÚNIOR, Henriques. GONÇALVES, Sérgio. ANDRADE, Arthur Guerra de. “**Uso de drogas por adolescentes que buscam atendimento ambulatorial: comparação entre "crack" e outras drogas ilícitas - um estudo piloto**”. Rev. ABP-APAL;19(1):7-17, Id.: 226273; jan.-mar. tab, graf. 1997.
- SDSCJ. Secretaria do Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Recife/PE. “**Cinco anos do Programa Atitude**”. 2016. Disponível em: http://www.sdscj.pe.gov.br/web/sedsdh/exibir_noticia?groupId=17459_&articleId=33820754&templateId=18128_, Acesso em 01 de maio de 2018.
- SENAD. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. “**Prevenção ao uso indevido de drogas: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias**”. - 4. ed. - Brasília. 2011.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. “**A particularidade do processo de socialização contemporâneo**”. Tempo Social; Revista de Sociologia da USP, v. 17, n. 2, pp. 335-350; novembro. São Paulo. 2005.

SIMMEL, Georg. “**Questões Fundamentais de Sociologia: Indivíduo e Sociedade**”, Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 120p. 2006.

SIQUEIRA, Domiciano. (org). “**Mal(dito) cidadão: Numa sociedade com drogas**”. São Caetano do Sul; King Graf. 2006.

_____. “**Construindo a descriminalização**”. In.: SANTOS, Loiva Maria De Boni (org.), “Outras Palavras Sobre o Cuidado de Pessoas que Usam Drogas”. Ideograf/Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. pp. 65-69; Porto Alegre. 2010.

SOUZA, Jessé. (org). “**Crack e exclusão social**”. Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 360 p. Brasília 2016.

THOMAS, William Isaac. & THOMAS, Dorothy Swaine. “**Child in America: Behavior problem and social program**”. University of Florida Libraries. Online version, 2010. Disponível em: https://archive.org/stream/childinamericaoothom/childinamericaoothom_djvu.txt Acesso em 19 de junho de 2018.

THOMPSON, John B. “**Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**”. Petrópolis: Vozes. 2002.

UNODC. United Nations Office On Drugs and Crime. “**Centros Regionais de Referência em crack e outras drogas**”. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brasil/pt/frontpage/2011/02/18-no-brasil-senad-lanca-centros-regionais-de-referencia-em-crack-e-outras-drogas.html>, Acesso em novembro de 2017.

VARGAS, Eduardo Viana. “**Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas**”. In.: LABATE, Beatriz Caiuby. et all., (orgs.) “Drogas e Cultura: Novas Perspectivas”. Salvador: EDUFBA; 440 p.: il.; 2008. pp. 41-63. 2008

VARGAS. “**Uso de drogas: a alteração como evento**”. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 49 n° 2. USP, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ra/v49n2/03.pdf> Acesso em outubro de 2014.

VEDOVATTO, Seminaris M^a Amorim. **“Contraopondo o discurso midiático sobre drogas - nem tão feios, nem tão sujos, nem tão malvestidos: pessoas de bem também usam drogas!”**. In: SANTOS, Loiva Maria De Boni (org.), “Outras Palavras Sobre o Cuidado de Pessoas que Usam Drogas”. Porto Alegre – Ideograf/Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul; pp. 159-166. 2010.

WEBER, Max. **“Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva”**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa Revisão técnica de Gabriel Cohn. Vol. 2; Editora: Universidade de Brasília. 584 p. São Paulo, 2004.

_____. **“A Ciência como vocação”**. Tradução de Arthur Mourão. Texto do volume Max Weber, “Três tipos de poder e outros escritos”, Tribuna da História, Lisboa, 2005. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/weber_a_ciencia_como_vocacao.pdf , Acesso em maio de 2018.

WEST, Rafael Silva. **“Políticas de drogas e Redução de danos: Um estudo sobre o Programa Atitude em Pernambuco”**. PPGCP/UFPE. Recife, 2016. Disponível em: https://nepsufpe.com/wp-content/uploads/2017/09/Rafael-silva-west-2016_-_Pol%C3%ADticas-de-drogas-e-redu%C3%A7%C3%A3o-de-danos.pdf Acesso em 19-06-2018.

ZALUAR, Alba. **“A criminalização das drogas e o reencantamento do mal”**. In: Zaluar, Alba (org.). “Drogas e Cidadania”. São Paulo – Brasiliense; pp. 97-127. 1999.

ZALUAR e FREITAS, Pinheiro. **“Cidade de Deus – A História de Ailton Batata, o sobrevivente”**. ISBN: 978-85-225-1947-7, Edição: 1, Ano: 2017

ZALUAR, Alba e RIBEIRO, Ana Paula Alves. **“Teoria da eficácia coletiva e violência. O paradoxo do subúrbio carioca”**. On-line version ISSN 1980-5403. Novos estudos - CEBRAP no. 84; São Paulo 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002009000200010>. Acesso em abril de 2018.

Anexos

Anexo I: Roteiro/Perguntas gerais feitas aos(as) entrevistados(as) durante as entrevistas não-estruturadas:

- 1 - Você gostaria de participar da pesquisa?
- 2 - Você poderia me falar um pouco sobre sua infância?
- 3 - O que você lembra sobre essa fase da sua vida?
- 4 - Você era filho(a) único(a) ou tinha irmãos e irmãs?
- 5 - Você morava com seus pais?
- 6 - Como foi o primeiro contato com o *crack*?
- 7 - Há quanto tempo você usa/vende *crack*?
- 8 - Você usou/vendeu *crack* por quanto tempo?
- 9 - Há quanto tempo você parou de usar/vender *crack*?
- 10 - Como você conheceu o *crack*?
- 11 - Quem te apresentou o *crack*?
- 12 - Você usava outras drogas antes de usar *crack* pela primeira vez? Quais?

Anexo II: Perguntas referentes às variáveis sócio-demográficas:

- 1 - Você nasceu em qual cidade?
- 2 - Você estudou até que série?
- 3 - Qual é seu estado civil?
- 4 - Você se considera de qual raça/cor?
- 5 - Qual é sua idade?
- 6 - Você tem filhos(as)?

Anexo III: Informações sobre a cidade do Recife/PE.

Recife, capital do estado de Pernambuco, localizado na região Nordeste do Brasil, possui 1.537.04 habitantes, conforme censo do IBGE realizado em 2010. A população estimada para o ano de 2017 seria de 1.633.697 habitantes (IBGE, 2010). Conhecida por ser a “terra do frevo”, Recife possui uma área territorial de 218 Km². É a terceira maior cidade do Nordeste, ficando atrás de Fortaleza, capital do Ceará, que possui 2.627.482 habitantes e de Salvador, que possui cerca de 2.953.986 habitantes, capital da Bahia, maior estado do Nordeste (IBGE, 2010). A cidade ocupa o 75º lugar no ranking do saneamento básico no Brasil. Salvador, por exemplo, ocupa o 45º lugar. Em 1º lugar está a cidade de Franca/SP e em 2º lugar, a cidade de Uberlândia/MG (ITB, 2017).

Com um PIB de R\$ 48 032 462,96, a taxa de esgotamento sanitário adequado no Recife é de 69,02%; a arborização de vias públicas é de 60,5% e a taxa de urbanização de vias públicas é de 49,6% (IBGE, 2010). O Índice de Desenvolvimento Humano/IDH da cidade é 0,772, considerado elevado. Já o indicador GINI, que mensura a concentração de renda é 0,68 (IBGE/PNUD, 2010). Destaca, a seguir, algumas fotos da cidade:

Foto A: Vista aérea da Praia de Boa Viagem, zona Sul do Recife.



Fonte: <http://www.vidadeturista.com>

Foto B: Moradias precárias, crianças e lixo: cenas de uma favela no Recife.



Fonte: <https://andradetalis.wordpress.com/tag/favelas/page/2/>

Foto C: Favela ao lado de prédios: um traço marcante (e visível) das disparidades socioeconômicas/concentração de renda/estruturas de classe no Recife.



Fonte: <https://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1451744>

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org